

O relançamento desse título, além de suprir a absoluta inexistência da obra nas livrarias e bibliotecas, se presta, liminarmente, a munir de informações preciosas os que têm o ensejo de participar do Seminário 500 Anos: Encontros e Desencontros de Culturas, que a nossa Instituição realiza, com a participação de intelectuais brasileiros e portugueses e contando com assistência de pessoas de todo o Brasil.

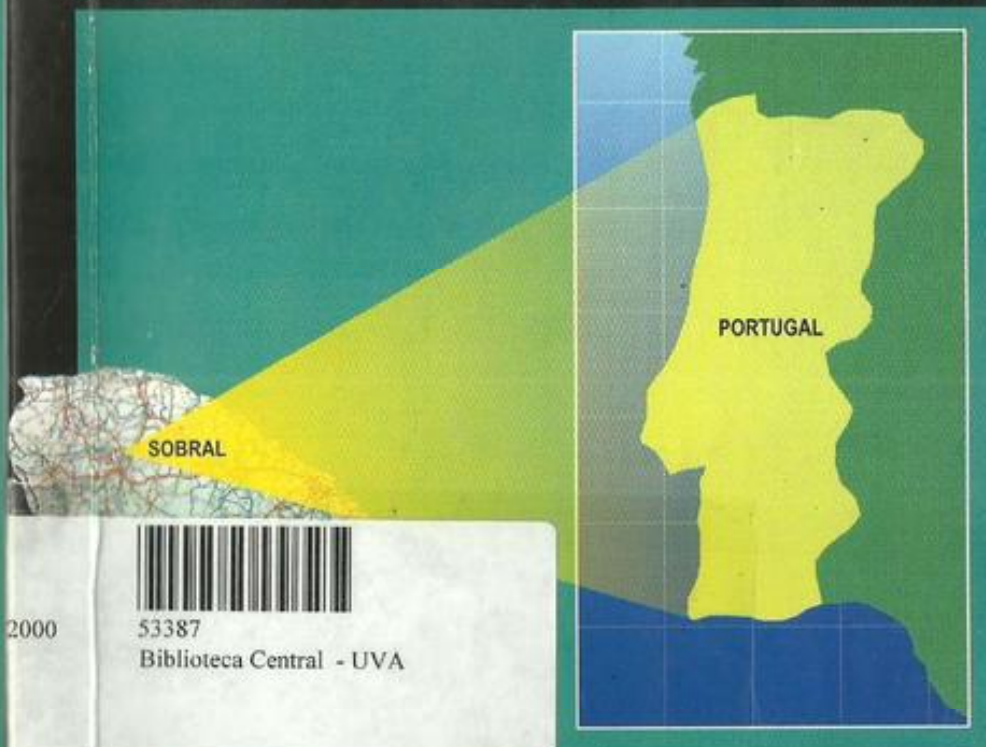
É mais uma publicação de absoluta qualidade do nosso Programa Editorial, no esforço ingente de revitalizar no nosso meio a cultura e a ciência nos mais variados aspectos.

Sobral, maio de 2000

José Teodoro Soares

Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú

JOÃO NEGO SADO DE ARAÚJO



53387

Biblioteca Central - UVA

2ª EDIÇÃO

Edições UVA

Sobral - CE - 2000

Monsenhor Francisco Sadoc de Araújo, sobre ser sacerdote de grande prestígio no clero brasileiro em decorrência da sua excelente formação, em matéria quanto em espírito, é intelectual de nomeada nacional, mercê da sua obra diversificada, em 15 livros que escreveu, e de sua atuação em numerosos eventos para os quais é chamado a participar.

Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú, editado em tiragem reduzida em 1991, é um componente desse seu acervo que, pelo alcance didático de seus conceitos e inferências, necessitava de reedição, aproveitando-se desta momentosa quadra em que a Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA assinala os 500 anos de presença lusa no Brasil.

O relançamento desse título, além de suprir a absoluta inexistência da obra nas livrarias e bibliotecas, se presta, liminarmente, a munir de informações preciosas os que têm o ensejo de participar do Seminário 500 Anos: Encontros e Desencontros de Culturas, que a nossa Instituição realiza, com a participação de intelectuais brasileiros e portugueses e contando com assistência de pessoas de todo o Brasil.

É mais uma publicação de absoluta qualidade do nosso Programa Editorial, no esforço ingente de revitalizar no nosso meio a cultura e a ciência nos mais variados aspectos.

Sobral, maio de 2000

*José Teodoro Soares
Reitor da UVA*

CÔNEGO F. SADC DE ARAÚJO

Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú

2ª edição

SOBRAL - CEARÁ
2000

981.31
A689m
2. ed.
ex. 7

CÔNEGO F. SADOE DE ARAÚJO

**RAÍZES PORTUGUESAS
DO VALE DO ACARAÚ**
2ª edição

UVA BIBLIOTECA CENTRAL

SOBRAL - CEARÁ
2000

Autor: **Con. F. Sadoc de Araújo**

Membro da Academia Cearense de Letras, sócio do Instituto do Ceará, do Instituto Genealógico Brasileiro e do Colégio Brasileiro de Genealogia.

Obras do autor:

- Cronologia Sobralense - 5 volumes - 1974 - 1990
- A Ciência Criadora - 1976
- História da Cultura Sobralense - 1978
- Estudos Ibiapabanos - 1979
- História Religiosa da Meruoca - 1979
- Ceará: Homens e Livros - 1981
- Traços Biográficos de Dom José Tupinambá da Frota - 1982
- Cordeiro de Andrade - Jornalista Perdido na Ficção - 1986
- Dicionário biográfico de Sacerdotes Sobralenses - 1985
- História Religiosa de Guaraciaba do Norte - 1988
- Padre Ibiapina, peregrino da caridade - Fortaleza, gráfica Tribuna do Ceará, Fortaleza, 1995.



A658r

Araújo, F. Sadoc de, Con. Raízes portuguesas do Vale do Acaraú/ Con. Francisco Sadoc de. - 2ª ed. - Sobral: Edições UVA. 2.000 222 p.

1 - ESTUDOS HISTÓRICOS - CEARÁ
2 - GENEALOGIA
I - TÍTULO

CDD 981.31
CDU 929.31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
EPONÍMIA SOBRALENSE

Caçara
Sobral
Januária

PIONEIRISMO DO PRIMEIRO CURA

Dados Biográficos
Representações a El Rei
Autos de Justificação

O ADÃO DO VALE DO ACARAÚ

Nascimento e Batismo
Casa do Fortelo
Matriz de Meixomil
Concelho de Paços de Ferreira
Casamento dos Pais
Avós Paternos
Avós Maternos
Família de Oito Irmãos
A vinda para o Brasil
Fazenda Tucunduba
A prole legítima
O Testamento

Imensa árvore genealógica

MENDES E VASCONCELOS

A Terra do Berço
Emigração e Casamento
Fazenda Curralinho
Os Sete Filhos

OS LINHARES

Toporama
Dionísio Alves Linhares
Local de Destino
Domingos da Cunha Linhares
Casamento e filhos
Antônio Alves Linhares
Manuel da Cunha Linhares
Francisco da Cunha Araújo

OS FROTAS

Peniche

UVA BIBLIOTECA CENTRAL

Rego Monteiro
Casamento dos Pais de Vitoriano
Casamento de Vitoriano
Felipe Gomes da Frota
A enorme Decadência
RODRIGUES LIMA
Casamento dos Pais
Batismo de Domingos
Residência no Recife e Fortaleza
Fazendeiro em Caraúbas
Ilustre descendência
FAMÍLIA ARAÚJO COSTA
Paisagens nativas
Informes Históricos
O Casamento original
José de Araújo Costa
Inventário do Capitão
Pedro de Araújo Costa
Manuel de Araújo e Sá
Família Costa Araújo
LOPES FREIRE
Ascendência Próxima da Família
Vila do Conde
Azurara
Lagos
Dados Biográficos
Casamento e Filhos
O FUNDADOR DE SOBRAL
PRINCIPAIS POVOADORES PORTUGUESES
APÊNDICE

INTRODUÇÃO

Este livro é fruto de longa e paciente pesquisa empreendida nos arquivos de Portugal e das curias diocesanas de Sobral e Fortaleza.

A quase totalidade dos dados aqui apresentados provém de documentação primária, manuscrita e inédita, pelo que não cabe aqui indicar bibliografia de obras já impresas, que muito pouco ou quase nada informam sobre o assunto. Quando me vali delas, informo no próprio local do texto sua referência.

Também as fontes primárias estão indicadas logo após o final dos documentos transcritos.

Nesta pesquisa, busquei apenas saber, até onde me foi possível, por onde corria o sangue da população atual do Vale do Acaraú nos séculos que nos antecederam e deram início à colonização portuguesa desta região cearense. Foi em meio aos acontecimentos do dia-a-dia dos primitivos colonos, que se foi tecendo vagarosamente o fio condutor de nossa história. Ela não se explica somente pelo estudo de documentos oficiais, oriundos da burocracia administrativa dos governantes, mas principalmente pela exigência humana dos que iniciaram o povoamento desta ribeira.

A urdidura da história, como qualquer disciplina prestante, "não se aprende senhor na fantasia/sonhando, imaginando ou estudando/senão vendo, tratando e pelejando". (Lusiadas, X, 153).

Já disse Luís da Câmara Cascudo que "a história das famílias-tronco será a única forma de escrever a história do povoamento do Norte brasileiro, mas os historiadores preferem fazer a monotonia das sucessões de governos e das medidas administrativas" (cf. Prefácio ao livro "Os Linhares" de Mário Linhares, Ed. Pongetti, Rio, 1954).

A chave da explicação social e religiosa do nosso povo está, no entanto, na experiência vivida por essas famílias pioneiras, cuja alma escondida inspirou e ainda inspira o mais íntimo dos nossos gestos, plasmando o rosto indicador de nossa identidade cultural. Descobrir-lhes os costumes, as práticas religiosas, as formas de superar as dificuldades, o trato da terra e do gado, os afazeres domésticos de nossas primeiras mães, a lenta estruturação familiar é buscar as raízes mais profundas de nossa civilização. A história dos nossos sertões, diz mais o inolvidável mestre Cascudo, é a memória das antigas famílias provadoras.

Foi nesta linha de pensamento que escrevi o presente trabalho. Na sua lenta elaboração, procurei seguir o método por amostragem, escolhendo sete famílias-tronco como base para uma análise das características representativas das demais. A história de cada uma serve de espelho para retratar a tradição que alicerça a estrutura social de nossa vida de hoje.

Quanto à genealogia, procurei encarar seu estudo no conceito moderno da ciência auxiliar da História, vendo sua importância para a plena compreensão do povoamento desta região sertaneja, cuja formação social, política e religiosa tanto depende de sua influência. Em seu estudo devem ser buscados, principalmente, os traços comuns familiares que criam e expandem os sentimentos de solidariedade, resistências e reações que explicam o processo de povoamento e da estrutura social de nossos atuais aglomerados urbanos.

Assim, procurei fugir do costume tradicional de estudar genealogia com a vaidosa intenção de encontrar traços de nobreza nos antepassados, visão distorcida que leve à veleidade da vanglória em detrimento da verdade da história. Na realidade, a ribeira do Acaraú foi povoada por humildes lavradores, vaqueiros e pescadores oriundos em sua grande maioria, de vilarejos rurais e povoados marítimos do antigo Reino de Portugal. Se algum deles enobrecer ou enriquecer foi aqui, pelo esforço diuturno de suas mãos calejadas no amanho da terra, no arranjo do gado ou na conquista do mar costeiro.

Não tem qualquer sentido histórico, iniciar o estudo de nossas famílias-tronco pela descrição de brasões nobiliárquicos de sobrenomes homônimos portugueses, que apenas muito remota ou nenhuma ligação possuem com os nossos primitivos povoadores. Os brasões familiares portugueses, como constam dos respectivos Livros de Linhagens e Índices Nobiliárquicos, datam geralmente dos séculos XII, XIII e XIV, portanto quase quatrocentos anos antes da chegada de nossos primeiros povoados que, na ribeira do Acaraú, só começam a aparecer a partir do início do século XVII. Neste longo intervalo de tempo, mesmo se alguma nobreza houvera, já se teria totalmente diluída no amálgama sucessivo de tantas gerações.

No aspecto religioso, já que se trata de estudar raízes, limitei-me a descrever a celebração da primeira missa nas praias da ribeira do Acaraú e o trabalho árduo e pioneiro do primeiro cura residente nestas paragens. O permanente clima de tensão emocional, em que ele viveu durante os sete anos que por aqui morejou, demonstra as pesadas dificuldades que enfrentou no esforço inicial de construir os alicerces da estruturação da Igreja nestes

sertões, então ermos e totalmente infensos à ocupação do homem. O trabalho posterior só foi possível por causa de sua ação corajosa incipiente. Frei Manuel da Piedade nos trouxe o primeiro anúncio do Evangelho, em 1614, com a primeira eucaristia participada por alguns indígenas, e o Pe. Matinhos nos trouxe a organização da Igreja, em 1716, no esforço positivo de criar o primeiro curato.

Dois capítulos são dedicados especialmente aos primórdios da história de Sobral que, desde o povoamento aglomerado inicial, liderou os destinos da região. Na eponímia, faz-se uma análise diacrônica dos topônimos que o local recebeu através do tempo. Neste assunto, parti dos primeiros sesmeiros, cronologicamente os mais antigos feitos irmanados em documento, pelo que tal assunto ocupa logo o segundo capítulo. Mais adiante, discute-se o problema sobre quem é o verdadeiro fundador de Sobral, título que defendo pertencer, indubitavelmente ao Pe. Lino Gomes Correia.

Finalmente, no capítulo conclusivo, apresento uma relação de 122 portugueses, que se estabeleceram no território ribeira do Acaraú, cujo limite na extensão litorânea, a da foz do rio Mundaú até à barra do rio Timonha e, no sertão acima, das pancadas do mar até às raíais alcançadas pela penetração. Não foi fácil organizar esta relação, pois exigiu minuciosa e demorada consulta a cada folha dos velhos livros de assentos de batismo, casamento e óbito, registrados desde 1725, com a coleta dos detalhes de cada termo em particular. Esta lista, que traz a naturalidade lusa de cada personagem, servirá de roteiro seguro a quem necessite de buscar nos arquivos portugueses os dados referentes aos nossos mais antigos ascendentes. O estudo, neste campo, continua inteiramente aberto a quantos desejarem avançar em tão fascinante pesquisa.

A enorme documentação relativa aos registros paroquiais, feita por determinação do Concílio de Trento (1545-63), abrange todas as freguesias de cada concelho português e encontra-se disponível ao público nos Arquivos Distritais sediados nas capitais do respectivo Distrito a que pertence o concelho desejado. Com o auxílio das informações contidas na relação, torna-se mais fácil localizar onde se encontra o livro correspondente que possa conter os dados procurados.

Como limitei-me a identificar raízes portuguesas, neste trabalho não se encontram referências aos povoadores que vieram diretamente de Pernambuco, Paraíba ou Rio Grande do Norte, como é o caso de Manuel Vaz Carrasco, natural de Ipojuca-PE, pai das chamadas "Sete irmãs", que deixaram enorme descendência entre nós. Ou de José de Xerez Furna Uchoa

de Goiana-PE; de João Carneiro da Costa, de Jaboatão-PE; de Cosme Frazão de Figueiroa, da Paraíba; de Antônio Rodrigues Magalhães, natural de Natal-RN e proprietário da primitiva fazenda Caiçara, berço de Sobral, e de tantos outros.

Entrego os dados contidos neste livro ao trabalho complementar e indispensável dos especialistas em sociologia, etnologia, antropologia cultural e ciências afins, cuja contribuição interpretativa faz-se necessária ao conhecimento aprofundado da história social do sertão cearense, infelizmente ainda não escrita. Não me cabe a mim penetrar em seara alheia, embora seja tarefa fascinante.

O certo é que a História do Ceará não estará escrita, enquanto escrita não estiver a história particular de cada um dos seus municípios. Há ainda um longo caminho a percorrer na busca da compreensão científica da alma de nosso povo e dos costumes de nossa gente.

Para a obra desta imprescindível construção, quis apenas participar com o meu pequeno tijolo e a minha humilde pá de cal.

Con. Francisco Sadoc de Aguiar

PRIMEIRA MISSA NAS PRAIAS DO ACARAÚ



No dia 5 de outubro de 1614, a esquadra de Jerônimo de Albuquerque ancora nas praias do Acaraú, onde é celebrada solene missa de ação de graças.

A mando do Governador Geral de Pernambuco, Gaspar de Sousa, o capitão Jerônimo de Albuquerque parte do Recife, a 1 de junho de 1613, em sua primeira viagem ao Maranhão, com o fim de expulsar os franceses que haviam se apoderado da Ilha de São Luís. Após pouco mais de um mês, incluindo a demora no Forte do Amparo na barra do rio Ceará onde apanhou por companheiro a Martim Soares Moreno, a esquadra aportou na ponta de Jericoacoara (Buraco das tartarugas) e aí foi levantado um pequeno forte de pau-a-pique, a que foi dado o nome de Fortim de Nossa Senhora do Rosário.

Por temer ataques de corsários, Jerônimo guarneceu o fortim com alguns soldados, sob seu comando, e enviou Martim Soares Moreno até o Maranhão com a missão de trazer notícias seguras sobre a situação da Ilha de São Luís. Por causa dos ventos contrários, Martim não pôde retornar a Jericoacoara e foi arribar nas Antilhas, Ilha de São Domingos, onde seguiu para Espanha, sendo atacado por fribusteiros que o levaram preso para França. Percebendo Jerônimo de Albuquerque que Moreno não retornava a Jericoacoara, desconhecendo seu destino, resolveu desistir da continuação da viagem ao Maranhão e retornou ao Recife, aonde chegou a 26 de maio de 1614.

A 26 de julho, o Governador Gaspar de Sousa recebeu ordem de Madrid para fazer Jerônimo de Albuquerque empreender nova viagem de conquista ao Maranhão, tendo em vista o malogro da primeira. Este, porém, já havia saído, por terra, no dia 22 de junho, com o fim de formar um contingente de índios da Paraíba. O Governador preparou uma esquadra sob o comando de Diogo Campos Moreno, tio de Martim, tendo a bordo dois padres franciscanos: Frei Manuel da Piedade e Frei Cosme de São Damião. Partiram do Recife no dia 23 de agosto, pelas sete horas da manhã. Três dias depois, aportam no Forte dos Reis Magos, Rio Grande do Norte, onde se juntam com Jerônimo de Albuquerque, que ali já se encontrava, e prosseguem viagem para o Maranhão.

A 5 de outubro de 1614, um domingo dentro da festa de Nossa Senhora do Rosário, a esquadra abica à praia de Jericoacoara e ali é celebrada missa de ação de graças, ao lado do Fortim, por estar no tempo litúrgico da festa de sua padroeira.

Dizem velhas crônicas da época que Frei Manuel da Piedade presidiu a solene celebração eucarística e pronunciou comovente sermão, intercalado com trechos em português e tupi, sendo ampliado por Frei Cosme que dirigiu os cânticos, acompanhados ao som de órgão e flautas. Foi a primeira missa rezada nas praias do Acaraú, marco histórico dos primórdios da evangelização

nessa parte do litoral cearense.

A cerimônia foi soleníssima e participada ativamente por mais de quinhentas pessoas que oraram, com devoção, e cantaram entusiástica loas à Senhora do Rosário.

Segundo informa F. A. Pereira da Costa, em "Anais Pernambucanos", vol. 2, p. 330, "a esquadra era composta de cinco caravelões, dois patachos e uma caravela, com cerca de trezentos homens, tanto marítimos como soldados arcabuzeiros, e com mantimento de seis mil alqueires de farinha cem arrobas de peixe, vinte canastras de sardinha, vinte quintais de pólvora, três peças de ferro fundido, duzentas balas de ferro e grande cópia de arcabuzes e mosquetes, chumbo e marrão."

Além dos trezentos marítimos e soldados, informa ainda o historiador pernambucano, havia mais de duas centenas de índios: "A frota devia escalar no Rio Grande do Norte para receber os índios que Jerônimo de Albuquerque escolhera das aldeias da Paraíba, cujo número atingia a mais de duzentos."

Esta segunda viagem de Jerônimo de Albuquerque ao Maranhão foi chamada de "jornada milagrosa", pois segundo diz Cândido Mendes de Almeida, em "Memória para o extinto Estado do Maranhão", p. 172 aos dois frades franciscanos "não se deu coisa alguma da fazenda de Sua Majestade, antes eles de esmolas se aviaram de cálices, ornamentos e tudo o mais do culto divino necessário e da comida, com que fizeram infinitas caridades a todos os da jornada a que puseram nome "a milagrosa".

Igual informe nos fornece, quase com as mesmas palavras, o citado trecho do livro de Pereira da Costa: "Acompanharam a expedição dois franciscanos do convento de Olinda, Frei Cosme de São Damião, que havia sido guardião do convento da Paraíba, e Frei Manuel da Piedade, pernambucano, de preclara família, teólogo e perfeito conhecedor da língua tupi. A estes religiosos nada se deu para a viagem, mas eles de tudo se supriram por meio de donativos particulares e assim, além das suas abundantes provisões, levaram paramentos e alfaías para a celebração dos atos religiosos."

As peripécias desta viagem constam da "Breve Relação da Jornada da Conquista do Maranhão", escrita pelo capitão de forasteiros Manoel de Sousa Eça que havia partido de Pernambuco, na expedição de 27 de maio, e estava então no presídio do Buraco das Tartarugas, de onde seguiu para o

Maranhão incorporado àquelas forças expedicionárias. Desta mesma fonte sabemos mais "que os caravelões e a caravela eram precedidos pelos dois patachos, em um dos quais tremulava, no mastareú de joanete no mastro de proa, um estandarte branco em que estava pintada uma efígie de São Tiago, padroeiro da jornada. Os capitães das caravelas eram João Gonçalves Baracho, Manoel Vaz de Oliveira, Luís de Andrade e Luís Machado. A mulher do soldado João Neto servia de enfermeira." A viagem total durou de 23 de agosto, quando a esquadra partiu do Recife, a 28 de outubro de 1614, dia em que chegou a São Luís do Maranhão.

Os dois religiosos franciscanos, que celebraram a primeira missa nas praias de Jericoacoara, tornaram-se personagens integrantes dos primórdios de nossa história, pelo que damos a conhecer alguns dados de suas biografias, para nosso reconhecimento e nossa admiração.

Frei Manuel da Piedade nasceu em Olinda em 1581, sendo filho de João Tavares e Constança Dias. Seu pai foi o primeiro governador da Paraíba (1585-1588) e o comandante de sua reconquista. Sua mãe, informa Domingos Loreto Couto em sua obra "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", p. 301, era "descendente de nobre prosápia".

A 13 de março de 1598, professou na ordem franciscana, no convento de Olinda, tendo aí lecionado filosofia até 1614, quando se integrou voluntariamente na excursão de Jerônimo de Albuquerque na segunda viagem ao Maranhão. Dali regressou em 1616 ao mesmo convento de Olinda, onde esteve até fins de 1617, quando seguiu para Ipojuca na qualidade de guardião do convento local. Em 1620, retornou a Olinda com a missão de ensinar, sendo eleito, em 1627, guardião do convento, cargo que exerceu até a invasão dos holandeses em 1630. Quando esse convento foi abandonado, passou-se para o da Paraíba. A 11 de dezembro de 1631, quando atendia a moribundos no Forte de Cabedelo, foi ferido mortalmente pelos holandeses, vindo a falecer no dia 18 do mesmo mês.

Loreto Couto, na obra supracitada, o coloca em primeiro lugar entre "os religiosos naturais de Pernambuco que na religião seráfica floresceram em virtude e doutrina" e, após fazer-lhe um longo elogio sobre o profundo conhecimento que possuía da língua indígena e sobre suas virtudes, descreve com detalhes sua morte: "Empenhado Sísigismundo Vanscoph, general holandês na conquista da província da Paraíba, para onde se tinham retirado os moradores das praças conquistadas, preparou uma poderosa armada, e saindo do Recife e arribando a ela, deitou gente, artilharia e munições em terra, com todas as demonstrações de sitiá-la a fortaleza do Cabedelo. Era

capitão-mor da cidade o Governador da Capitania Antônio de Albuquerque, a quem o primeiro rebate pôs na campanha, com todos os moradores que a brevidade do tempo e o repente do assalto lhe deixou conduzir. Eram os combates a medida dos dias e, em todos, assistia o servo de Deus Frei Manoel da Piedade com desprezo da própria vida metendo-se intrepidamente por entre nuvens de balas, exercitando a obrigação de confessor e o ofício de soldado. Ao tempo em que furiosamente em um desses encontros se combatiam os nossos com os holandeses, com manifesto perigo se meteu pelo meio dos esquadrões para acudir com remédios da alma aos mais que lutavam com a morte do que com o inimigo, quando querendo a fortuna vender aos pernambucanos por tão custoso preço a vitória deste dia, ou sendo chegado o tempo de se remunerarem os seus heróicos padecimentos, foi o servo atravessado pelo peito com uma bala, que lhe tirou a vida transitória para começar a eterna".

Segundo Frei Jaboatão informa no "Orbe Seráfico", I, 1, p. 185, era da principal nobreza do Brasil, grande teólogo e excelente língua, por falar corretamente o tupi.

Tinha um irmão mais velho, Frei Bernardino das Neves (alibi, de Santa Maria), que missionou entre os potiguaras do Rio Grande do Norte e foi o primeiro sacerdote franciscano brasileiro, de quem trata Frei Venâncio Willeke em "Missões Franciscanas no Brasil", p. 53, tendo professado em 1588 e falecido em 1608.

De regresso do Maranhão, continuou a trabalhar no convento de Olinda, sendo eleito custódio no ano de 1633.

Faleceu no convento da Bahia a 1 de novembro de 1659, "com aclamações de santo e manifestou o Senhor as virtudes heróicas deste seu fiel servo coma voz de milagres depois de sua morte."

A 26 de abril de 1500, domingo da pascoela, foi celebrada a primeira missa no Brasil pelo franciscano Frei Henrique de Coimbra. Coube também a um franciscano, Frei Manuel da Piedade, celebrar a primeira missa nas praias de Jericoacoara, a 5 de outubro de 1614, dia em que começou a raiar a luz do Evangelho nesta região do Vale do Acaraú.

Nesta oportunidade, é oportuno sugerir ao pároco local e ao prefeito do município de Cruz, à cuja jurisdição pertencem a capela e o distrito de Jericoacoara, que façam justiça à memória do piedoso franciscano e do notável evento histórico, fazendo erguer um monumento comemorativo ao acontecimento e tornando Frei Manuel da Piedade epônimo de uma rua ou praça da sede dessa vila, tão cheia de possibilidades de desenvolver seu precioso potencial turístico.

EPONÍMIA SOBRALENSE

Tal solenidade, festa magna da história do município, estabelecia legitimamente a independência política municipal e a maturidade civil de sua população.

Nessa época, reinava em Portugal e suas colônias o volúvel Dom José I que governou, de 1750 a 1777, com o concurso reformador do irrequeto ministro Marquês de Pombal. A Capitania do Ceará, por sua parte, então dependente do Governador de Pernambuco, estava sob a administração do capitão-mor Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1765-1781), que passou à história mais como autor da valiosa obra genealógica "Nobiliarquia Pernambucana", ainda hoje fonte segura de pesquisa sobre as mais distintas famílias que povoaram o nordeste brasileiro.

Eclesiasticamente, a povoação da Caiçara foi sede da freguesia de Nossa Senhora da Conceição 30 de agosto de 1757 por provisão de Dom Francisco Xavier Aranha, Bispo de Pernambuco (1754-1771). Já no tempo da instalação da vila, o bispado de Olinda estava vacante, administrado pelo Cabido Diocesano, e o vigário da Caiçara era o Pe. Luis Soares de Sousa, que exercia interinamente a função, em substituição ao titular Pe. João Ribeiro Pessoa. Este, que foi pároco de 1762 a 1787, então encontrava-se ausente por ter viajado ao Recife para tratar da renúncia ao cargo de vigário da freguesia do Corpo Santo, ou de São Frei Pedro Gonçalves, para o qual fora escolhido. Pe. Pessoa preferiu permanecer na Caiçara e, quando retornou, já a encontrou transformada em vila.

A freguesia era periodicamente visitada pelos chamados Visitadores Gerais, representantes do Bispo de Pernambuco, que inspecionavam as atividades paroquiais e, de volta, apresentavam relatório ao poder eclesiástico e civil sobre a situação da região. Assim, o governo ficava informado dos acontecimentos locais.

A partir do ano de 1755, houve no Brasil um acelerado empenho governamental na criação de vilas em obediência ao Alvará régio de 7 de junho daquele ano, com a expressa determinação de abolir a administração temporal dos missionários nas aldeias indígenas. Estas, quando habitadas por mais de cento e cinquenta casais, passariam a ser elevadas a vilas, governadas pelos respectivos juizes ordinários eleitos.

Três anos depois, o Alvará Régio de 17 de agosto de 1758 confirmou o

ano, outra Carta Régia estendia a validade do Diretório a todo o território do Brasil.

Tais instrumentos legais eram preparação antecipada, planejada, sorrateiramente pelo Marquês de Pombal, com o fim de possibilitar, sem maiores atropelos, a expulsão dos jesuítas que dirigiam as missões no Brasil. De fato, os inicianos foram expulsos no ano de 1759.

A criação de vilas de brancos, por sua vez, foi regulamentada por Ordem Régia de 22 de julho de 1766, para a qual a exigência fundamental era a existência de cinquenta fogos, no mínimo, na sede de povoação ser transformada em município. Chamavam-se fogos as casas habitadas, ou lares, nos quais houvesse fogo para a preparação de alimento, não se levando em conta, portanto, as casas desabitadas.

A povoação da Caiçara, que se formara em torno da pequena matriz mandada construir pelo visitador Pe. Lino Gomes Correia em 1742, atingira tal cifra de fogos no início da década de 70.

A Corte de Lisboa incentivou a organização dessas novas vilas, também com o fim de "reunir e vigiar os vadios e facinoras que viviam a vagabundar pelas capitanias", pois assim suas ações criminosas seriam mais facilmente coibidas e punidas. O ato de criação era da competência do Governador e Comandante Geral, enquanto a instalação ficaria a cargo dos Ouvidores das comarcas, como legítimos representantes do poder judicial.

Quanto ao nome a ser dado às novas vilas, dizia textualmente a Carta Régia de 14 de setembro de 1758: "As quais denominareis com os nomes dos lugares e vilas destes reinos que bem vos parecer, sem atenção aos nomes bárbaros que têm atualmente." Mais precisa foi a Carta do Governador de Pernambuco dirigida aos Ouvidores de cada capitania com data de 29 de abril de 1761: "A todas as vilas e lugares que erigir, denominará Vossa Mercê com os nomes das de Portugal que lhes parecer mais conformes aos sítios em que se acharem ou as formar, procurando não fiquem com aqueles que já se têm dado a outras novamente criadas neste continente, como se mostra da relação do número treze e solicitando constitui-las naquelas partes em que logrem todas as vantagens competentes a florescerem, como Vossa Mercê não deixa de reconhecer e por este motivo é ocioso o repeti-lo".

mentos Históricos Municipais" publicados pelo Centro de História Municipal do Recife, FIAM 1985, intitulado "Livro da Criação da Vila de Cimbres".

Em face das determinações acima transcritas, qualquer nova povoação que passasse a vila não poderia conservar o primitivo nome indígena, pelo que a nossa povoação da Caiçara deveria tomar novo nome.

SOBRAL

Por que motivo foi dado o nome de Sobral e por que foi chamadas "Vila Real e Distinta"? É esta a indagação que tentarei responder.

Em geral, os que já escreveram sobre história sobralense repetem uma versão: o topônimo seria uma homenagem à terra natal do Ouvidor Dr. João da Costa Carneiro e Sá, português presumivelmente natural de localidade lusa com o nome idêntico. Esta hipótese é simplista e nunca foi comprovada com qualquer documento ou argumento convincente. Como exemplo de um dos autores que sugere esta opinião, transcrevo o que afirma o ilustre historiador Raimundo Girão no livro "Os Municípios Cearense e seus Distritos", Fortaleza, 1983, p. 206: "O nome que substituiu o de Caiçara foi o de Sobral - Vila Distinta e Real de Sobral, dado pelo Ouvidor do Ceará, Carneiro e Sá que, conforme se pensa, era natural do Distrito de Sobral, Freguesia ou Município de Vizeu, ao Norte de Portugal". Nestas poucas linhas há muitas imprecisões. Primeiramente, o vago "conforme se pensa". Depois, a anfibologia dos termos. Em Portugal nunca houve qualquer distrito com o nome de Sobral. Distrito, ali, corresponde a Estado, no Brasil. Vizeu, este sim, é sede de Distrito e de Concelho, mas este concelho visense também não há localidade com o nome de Sobral. No território de seu Distrito, sim, há duas localidades com tal nome: Sobral de Papízios, no concelho de Carregal do Sal, e Sobral, no concelho de Montágua.

Mas, mesmo que o Ouvidor tivesse nascido em localidade chamada Sobral, seria autolatria inaceitável aproveitar-se ele da oportunidade para desobedecer à lei e homenagear-se a si mesmo em atitude prepotente e presunçosa de abuso de poder.

Esta hipótese não passa de fruto da fantasia, pois não há documentação que a sustente. E ademais, além de manifestar cabotinismo por parte do magistrado, feriria frontalmente a determinação legal contida na Carta do Governador Geral, de 29 de abril de 1761, que lhe ordenava peremptoriamente: "A todas as vilas que erigir, denominará Vossa Mercê com os nomes das de Portugal que lhe parecer mais conformes aos sítios em que se acha-

rem". Por que a terra natal do Ouvidor, pessoa estranha ao lugar, seria mais conforme ao local?

O que sabemos, de certo com base em documentação, sobre o Ouvidor Carneiro e Sá é que a Carta Régia, de 6 de abril de 1769, que o nomeou para o cargo de Ouvidor Geral do Ceará, vem datada da vila de Salvaterra de Magos, sede de concelho do distrito de Santarém, no Ribatejo, e que tomou posse em Fortaleza a 1 de janeiro de 1770, como informa o Barão de Studart em "Ceará Colônia - Datas e Factos para a História do Cear", p. 324.

Sabemos mais que foi substituído, a 14 de março de 1777, por José da Costa Dias de Barros, nomeado por Carta Régia de 24 de setembro do ano anterior.

Transferido para a Bahia, ali tomou posse das funções de Desembargador da Relação a 9 de maio de 1778, conforme lemos nas "Cartas de Vilhena", Imprensa Oficial da Bahia, 1922, vol. 2º, p. 326. No mais, a documentação local silencia.

A seguir, apresento uma outra hipótese, firme em documentos originais, sobre a razão por que a povoação da Caiçara foi elevada a vila com o nome "Vila Distinta e Real de Sobral".

A palavra Sobral, como substantivo comum, significa "mata de sobros". Diz-se Sobral, plantação de sobros, como laranjal, pomar de laranjeiras. O sobro é árvore dicotiledônea, da família das cupulíferas (*Quercus suber*), abundantíssima em Portugal e de cujo tronco extrai-se a cortiça. A grande abundância de sobrais, espalhados por todo o território português, fez com que naquele País muitas povoações tomassem tal nome botânico. Conforme se lê no "Novo Dicionário Corográfico de Portugal" de Amaral Frazão, Editorial Domingos Barreira, Porto, 1981, ali existem exatamente sessenta e uma localidades com tal denominação. Qual delas foi epônimo de nossa cidade cearense de Sobral?

Tenho a opinião firmada de que foi a povoação de Sobral da Lagoa, freguesia do concelho de Óbidos, donde dista 4 km. Trata-se de simpática povoação, com casario construído no topo de um monte, a 129 metros acima do nível do mar, tendo como centro a pequena matriz, cujo orago é São Sebastião. O vale circunvizinho, ao sopé do monte, é conhecido pelo nome de Dagorda, onde há uma estação de estrada de ferro. A região é fértil, plantada de trigais, onde ainda se vêem poéticos moinhos de vento. Visitei-a, com emoção, no dia 4 de agosto de 1986, durante uma das minhas últi-

mas viagens a Portugal, a região é cortada pela estrada asfaltada que liga Óbidos a Peniche, terra originária dos Frota, que hoje povoam o Vale do Acaraú.

Esta Sobral da lagoa é a terra natal do sargento-mor Antônio Marques Leitão, pai de Quitéria Marque de Jesus que foi mulher do capitão Antonio Rodrigues Magalhães, casal proprietário da fazenda Caiçara, berço de nossa Sobral cearense. O termo de batismo do sargento-mor encontra-se nos livros de registros eclesiásticos da freguesia de Santa Maria de Óbidos, guardados no Arquivo Distrital de Leiria, conforme cópia que recolhi, pessoalmente, e que passo a transcrever:

"Aos cinco dias do mês de fevereiro de mil seiscentos e cinquenta e nove annos eu, Hieronimo de Matos, cura de Santa Maria, baptisei a Antonio, filho de Simão Leitão e sua mulher Maria Diniz moradores da Dagorda. Foram padrinhos Manoel Luis e Maria Leitoa do mesmo lugar Dagorda. Hieronimo de Matos". (Livro Misto de Santa Maria de Óbidos, anos de 1643 a 1665, fl. 26).

Na época deste batismo, toda a região de Dagorda, onde se encontra a vila de Sobral da Lagoa, hoje paróquia, pertencia à velha freguesia de Santa Maria de Óbidos.

O português sobralense sargento-mor Antônio Marque Leitão emigrou para o Ceará, no fim do século XVII, instalando-se na praia do Siupé, junto ao porto do Pecém, onde construiu sua casa de morada e uma capela em honra de Nossa Senhora da Soledade. Conseguiu algumas sesmarias, entre elas uma na ribeira do Acaraú, recebida por dota de seu casamento com Apolônia da Costa, situada exatamente onde hoje está a cidade de Sobral, como veremos mais adiante. Sentou praça de soldado, distinguindo-se por sua coragem e sertanista. É o que consta do seguinte documento, que encontrei no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, caixa nº 3, e que passo a transcrever:

"Carta Patente de Sargento-mor dos Reformados do distrito da Vila de Fortaleza, passada a 22 de fevereiro de 1731 pelo Capitão-mor da Capitania do Ceará Grande, Leonel de Abreu Lima. Em substituição a José Pereira Barros, é concedida a mercê a Antonio Marques Leitão, pelo bem que tem servido a Vossa Magestade nesta Capitania, em praça de soldado, e na do Piauí, indo duas vezes em duas tropas que saíam a dar guerra ao gentio bravo, em que foi por cabo delas Miguel Pinheiro de Carvalho, onde houve bastantes mortes e se prisionaram quarenta e tantos, e nesta guerra ao dito

gentio, estar sustentando todos os anos à sua custa as tropas que passavam pelas suas fazendas, fazendo-lhes nelas consideráveis destruições em gados e bestas, havendo-se sempre com louvável procedimento, muito valor e zelo do Real serviço, e ser um homem nobre e dos mais afazendados desta capitania, com três fazendas, e ser capaz de pôr vinte armas em campanha só com os fâmulos de sua casa, o que tudo me consta por certidões que me apresentou, e por esperar que daqui em diante se haverá da mesma maneira, muito como de conforme à confiança que faço de sua pessoa, hei por bem de o eleger e nomear, como pela presente elejo e nomeio no posto de Sargento-mor dos Reformados do distrito da villa de Fortaleza. Leonel de Abreu Lima."

O sargento-mor faleceu, no Siupé, a 7 de março de 1758, com 99 anos de idade.

O primeiro possuidor das terras, em que foi implantada a fazenda Caiçara, foi o ex-vereador de Aquirás, Antônio da Costa Peixoto, sogro do sargento-mor Antônio Marques Leitão, que as recebeu por data de sesmaria concedida a 14 de outubro de 1702 pelo capitão-mor do Ceará, Francisco Gil Ribeiro. (Cfr. "Datas e Sesmarias", vol. 2, nº 117, p. 101).

Posteriormente, Antônio Marques e Apolônia dividiram estas terras em três lotes para ser entregues, respectivamente, a três dos seus sete filhos, onde vieram residir após seus casamentos. Foram eles: Antônio da Costa Leitão, casado com Maria Barbosa dos Santos (Fazenda Cruz do Padre); João Marques da Costa, casado com Ana Maria Josefa de Barros (Fazenda Marrecas) e Quitéria Marques de Jesus, casada com Antônio Rodrigues Magalhães (Fazenda Caiçara). Esta última foi exatamente onde hoje está edificada a cidade de Sobral. (Cfr. "Cronologia Sobralense", vol. 1º, págs. 124, 149 e 189).

Fixemos agora nosso olhar para o casal que ocupou a fazenda Caiçara, por ter sido o berço de Sobral. Após casarem na capela do Siupé a 5 de março de 1738, Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus vieram fixar residência em sua fazenda. Aí permaneceram enquanto viveram. Ele faleceu a 3 de junho de 1757 e ela, a 31 de agosto de 1759.

A filha mais nova do casal, Bárbara Maria de Jesus, foi aí batizada no dia 7 de janeiro de 1755 e serviu-lhe de padrinho de batismo o português José Rodrigues Leitão, também natural de Sobral da Lagoa de Óbidos, primo legítimo de Quitéria, mãe de Bárbara.

Muito antes de a povoação da Caiçara passar a vila, nos livros de assentos batismais da freguesia local já aprecia o nome de Sobral, quando havia referência à naturalidade do citado José Rodrigues Leitão, então residente na fazenda Capim, ribeira do Groaíras.

Como exemplo, eis um destes termos transcritos na íntegra:

"Aos treze dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e dois na capella de Nossa Senhora do Rosário desta freguesia de licença minha Rdo. Pe. José Machado Freire bautizou e Pôs os santos oleos a Úrsula nascida aos tres dias do mesmo mês, filha de José Rodrigues Leitão e su mulher Joana da Rosa, naturais desta freguesia. Nepta pela parte paterna d José Rodrigues Leitão, natural de **Sobral da Lagoa**, freguesia de Óbidos de sua mulher Luzia Machado Freire, natural do Pará freguesia do Coreayc nepta materna de João Gonçalves Rosa, natural da Ilha Graciosa, e de su mulher Florencia Furtado natural de Aracaty. Foram padrinhos Manoel Pinto de Mesquita solteiro e Maria Gonçalves do Espírito Santo, mulher de Féli Ferreira Torres, fregueses deste curato, de que fiz este assento em que me assigno. Ignacio Gonçalves da Silva, vice-cura do Acaracú." (Livro de Batismo do Curato do Acaraú, Anos de 1761 a 1764, fl. 42 v.).

Conforme consta do inventário do capitão Antônio Rodrigues Magalhães cujo original encontra-se no arquivo da biblioteca da Universidade Estadual Vale do Acaraú, a fazenda Caiçara foi herdada pela citada filha Bárbara Maria, que casou, a 9 de setembro de 1766, com o alagoano Antônio José Marinho, filho de João Macedo do Rego e Maria Francisca, naturais de Porto Calvo.

Quando a povoação da Caiçara passou a vila, suas terras pertenciam portanto, à citada dona Bárbara, neta materna do sargento-mor Antônio Marques Leitão e afilhada de batismo de José Rodrigues Leitão, ambos portugueses e parentes, naturais da freguesia de Sobral da Lagoa, concelho de Óbidos, Portugal.

Nada mais justo, portanto, que o nome desta povoação portuguesa fosse escolhido para batizar a nova vila, quando se tratou da preparação de sua instalação.

Diga-se mais que o português sobralense José Rodrigues Leitão; padrinho de dona Bárbara e Sã mesma família de seus mais próximos ancestrais, falecera a 8 de abril de 1773 e fora sepultado na matriz da Caiçara, como consta do termo de óbito, apenas três meses antes da criação da vila

de Sobral, quando sua memória ainda estava viva na lembrança e no luto de seus parentes. Se era obrigação de lei dar nomes de localidades portuguesas às novas vilas brasileiras, nada mais plausível que fosse escolhido o nome da terra onde nasceram os mais próximos ascendentes lusos da então proprietária da povoação.

Pelo exposto, mantenho a opinião de que a cidade cearense de Sobral recebeu seu nome da airosa freguesia portuguesa de Sobral de Lagoa de Óbidos.

A nova vila, como sabemos, recebeu oficialmente o pomposo nome de "Vila Distinta e Real de Sobral". Por que Distinta e por que Real?

Distinta, porque não tivera origem indígena, ou bárbara, como se dizia então. Nem fora sede de missões jesuíticas ou de outras congregações religiosas. Desde seus primórdios, fora colonizada por portugueses, ou seus descendentes diretos, e catequizada por padres seculares ou da Ordem de São Pedro, como eram então chamados.

Nessa época, o Marquês de Pombal, prepotente mandatário do Rei Dom José I, distilava ódio contra a Companhia de Jesus e outros missionários, e por isso menosprezava o trabalho evangelizador realizado nas povoações de índios. As vilas, quando criadas dessas aldeias de missões, recebiam tratamento discriminatório, como se fossem de segunda categoria e onde o passado deveria ser destruído para possibilitar a implantação da nova mentalidade pombalina secularizada.

Por seu lado, e foi o caso de Sobral, as nascidas de colonização totalmente branca eram consideradas com ares de nobreza e, portanto, como distintas.

E por que Real? Porque criada por ordem direta do Rei e com a senha de sua proteção e simpatia.

Vila criada de aldeias indígenas não recebia qualquer adjetivação. Era simplesmente vila ou vila nova, com o acréscimo do nome local. Vila mista, formada de habitantes simultaneamente brancos e índios, era real, mas não distinta. Vila formada de habitantes estritamente de origem portuguesa era distinta e real. Foi o caso de Sobral, exemplo único no Ceará.

JANUÁRIA

Para completar o estudo diacrônico da toponímia da terra sobralense resta lembrar que a vila foi elevada à categoria honorífica de cidade, com faustosa denominação de "fidelíssima Cidade Januária do Acaraú", a 12 de janeiro de 1841, pelo então presidente da Província, o Padre José Martinianir de Alencar.

Por que Fidelíssima e por que Januária? Para responder esta interrogação, vamos aos fatos.

Nos anos de 1839 e 1840, irrompeu a chamada "rebelião dos balaaios" que começara no Maranhão, chegara ao Piauí e ameaçava penetrar no Ceará. Nascida de disputas políticas entre os partidos Conservador e Liberal, transformara-se em movimento separatista liderado pelos conservadores chefiados no Maranhão pelo irrequieto Manuel Francisco dos Anjos Ferreira por alcunha "Balaio".

A rebelião foi dominada em julho de 1840. Com a queda dos balaaios, o Ceará o governo foi entregue ao senador liberal Pe. José Martiniano de Alencar, que, a 20 de outubro desse ano, pela segunda vez assumia a presidência da Província.

Apesar de vencidos, os oposicionistas conservadores continuavam com os ânimos agitados e tentavam fomentar revoltas em vários pontos do Ceará, sendo a mais grave a chamada "sedição de Sobral", encabeçada pelo coronel Francisco Xavier Torres. Em dezembro de 1840, o presidente Alencar acompanhado de pequena tropa, resolveu pessoalmente dirigir-se a Sobral com o fim de sufocar a rebelião local. Foi hóspede do capitão-mor Francisco de Paula Pessoa, chefe do Partido Liberal na região. A presença do Presidente na cidade excitou ainda mais seus adversários do Partido Conservador que, na noite de 14 para 15 de dezembro, resolveram atacá-lo em movimento armado, com o intento de prendê-lo, derrubá-lo do poder e proclamar Presidente Provisório da Província o conservador Dr. Miguel Fernandes Vieira. A luta perdurou durante dez horas, com ataques a bala de ambos os lados, saindo vencedor o Presidente Alencar.

Dominada a sedição, Alencar tratou de retornar à Capital, sentindo-se encorajado, uma vez que sua vitória em Sobral serviria de exemplo a outras localidades cearenses, que também tentavam sublevar-se.

Senador Alencar montou sua guarda, é o atual prédio onde funciona o Colégio Santana.

Com o fim de manifestar sua gratidão aos habitantes de Sobral que o levaram à vitória, o Presidente Alencar resolveu elevar a vila à categoria de cidade e deu-lhe o nome de fidelíssima Cidade Januária do Acaraú, mediante a expedição da Lei nº 229, de 12 de janeiro de 1841. Qualificou-a fidelíssima, por ter se manifestado tão denodadamente fiel ao seu governo. Com isso, enalteceu e honrou o povo sobralense. Mas, não foi feliz com a mudança do nome, retirando Sobral e o substituindo por Januária. Tal alteração não agradou a população.

A modificação do topônimo pretendia ser uma homenagem à família do Imperador Dom Pedro II, na pessoa de uma de suas irmãs legítimas, a princesa dona Januária, então com 19 anos (1822-1901), conhecida posteriormente pelo nome de Condessa d'Áquila, por ter casado com o príncipe Luís de Borbon-Sicília, Conde Áquila.

Na época, conferir o título de cidade não acrescentava nada, sob o ponto de vista administrativo e político, às prerrogativas de vila. Era mero título honorífico. Em Portugal, ainda hoje, há importantes e populosas aglomerações urbanas, que conservam a denominação de vilas e são maiores do que muitas das chamadas cidades. O povo sobralense, por isso, aceitou a honra de ser cidade, mas rejeitou a mudança de nome. E começou a protestar e a exigir que retornasse a anterior denominação de Sobral.

Enquanto Alencar permaneceu no poder, até 6 de abril de 1841, a reivindicação popular nem sequer foi levada em consideração. A 9 de maio, assumiu a presidência da Província o brigadeiro José Joaquim Coelho, a quem a Câmara Municipal dirigiu vários ofícios solicitando o retorno do nome Sobral. Não era fácil deferir o pleito dos vereadores locais, uma vez que o governo provincial temia desgostar a família de Dom Pedro II, com a rejeição do nome de sua irmã como epônimo da nova cidade.

Finalmente, depois de muitas marchas e contramarchas, a exigência do povo foi atendida. Pela Lei nº 244, de 25 de outubro de 1842, assinada pelo presidente José Joaquim Coelho, a cidade voltou a denominar-se Sobral, nome que até hoje identifica a próspera e heráldica capital do norte do Estado. O nome Januária permaneceu oficialmente durante um ano, nove meses e alguns dias, mas o povo nunca o aceitou.

terra natal dos ancestrais portugueses daqueles que vieram construir a fazenda Caiçara, berço da atual cidade.

Caiçara, Vila Distinta e Real de Sobral, Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú e simplesmente Sobral são quatro topônimos que, por si sós, revelam e resumem os principais marcos, que dividem e assinalam a evolução política e social da gloriosa história sobralense.

Passo agora a transcrever o texto integral das duas leis referentes à elevação de Sobral à categoria de cidade e ao retorno do primitivo nome:

"Lei nº 229

José Martiniano d'Alencar, Presidente da Província do Ceará. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou e eu Sanccionei o seguinte:

Art. 1º - Fica elevada a categoria de Cidade a Villa do Sobral com o título de Fidelíssima Cidade Januaria do Acaraú.

Art. 2º - Ficam derogadas toda as disposições em contrário.

Mando portanto a todas as Authoridades a quem o conhecimento e execução do referido Decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nelle se contém. O Secretario desta Província o faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo do Ceará em 12 de janeiro de 1841, vigesimo da Independencia e do Imperio. José Martiniano d'alencar.

Nesta Secretaria do Governo do Ceará foi sellado e publicado o presente Decreto em 12 de janeiro de 1841. Francisco Esteves d'Almeida.

Registrado a fl. 17 do L.º 2º de Leis Provinciaes. Secretaria do Governo do Ceará em 19 de janeiro de 1841. Lourenço Joaquim de Miranda."

"Lei nº 244

José Joaquim Coelho, Presidente da Província do Ceará. Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou e eu sanccionei a Resolução seguinte:

Artigo 1º - Ficam elevadas à categoria de Cidades as Villas do Aracaty e Icó, que terão a mesma denominação.

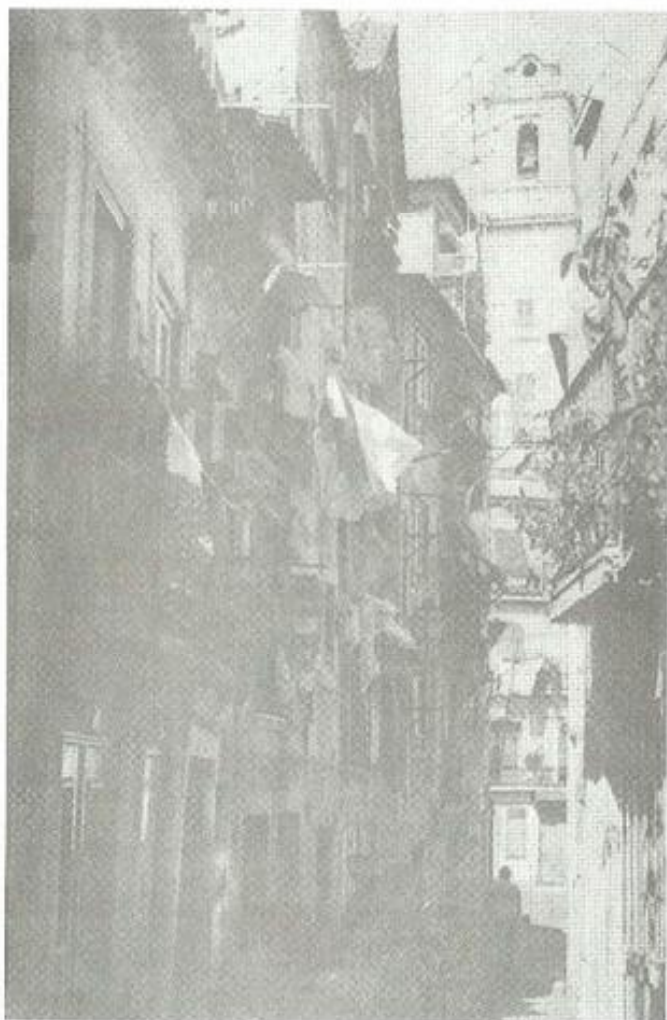
Artigo 2º - A Cidade Januaria se denominará d'ora em diante - Cidade de Sobral.

Artigo 3º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Mando portanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Ceará, em 25 de outubro de 1842, vigesimo primeiro da Independência e do Império. José Joaquim Coelho.

Nesta Secretaria do Governo do Ceará, foi sellada e publicada a presente Resolução em 25 de outubro de 1842. Francisco Esteves d'Almeida. Registrada a fl. 31 do L.º 2º de Leis Provinciaes. Secretaria do Governo do Ceará, em 25 de outubro de 1842. José Antonio de Vasconcelos Tucum."

**PIONEIRISMO DO PRIMEIRO
CURA**



Vista de uma velha rua de Alfama, Lisboa, terra natal do Pe. João de Matos Monteiro, primeiro cura.

O primeiro sacerdote a assumir o encargo de organizar hierarquicamente a Igreja na ribeira do Acaraú foi o Pe. João de Matos Monteiro, conhecido popularmente pelo nome hipocorístico de Padre Matinhos. Chegou a esta região em 1716 e nela permaneceu durante oito anos. A ele deve-se o trabalho pioneiro de construir a nascente civilização, edificar as primeiras capelas, estruturar as primitivas famílias, firmar os bons costumes, estabelecer os princípios da atividade agrícola e prestar assistência religiosa à população branca dispersa, que começava a domiciliar-se pelos sertões ainda ermos. Sua ação pastoral, apesar de muito tumultuada, implantou raízes fundadas na consciência dos primeiros habitantes do Vale do Acaraú. Infelizmente, ainda é um homem esquecido, cuja memória exige a justiça que seja recuperada.

Anteriormente, a Junta das Missões do Bispado de Olinda já havia se preocupado com a catequese dos indígenas nativos, então maioria da população, nomeando sacerdotes para aldeá-los e instruí-los na fé cristã. Na serra da Ibiapaba estiveram os jesuítas de 1656 a 1759, com algumas interrupções. Por sua vez, no antigo distrito do Acaraú já haviam sido criadas três sedes de Missões, entregues a padres seculares e localizadas nas vertentes dos três principais rios da região: 1 - Missão dos Aconguaçus, ribeira do baixo Coreaú ou Camocim (1703); sob a direção do Pe. Antônio de Sousa Leal; 2 - Missão dos Tremembês de Almolata, entregue aos cuidados do Pe. José de Borges Novaes, ribeira do baixo Aracatimirim; 3 - Missão dos Reriús, ribeira do médio Acaraú, aldeados na serra da Meruoca, sob a direção do Pe. José Teixeira de Miranda (1712). Estes três sacerdotes, porém, foram missionários de aldeias indígenas, sem jurisdição territorial da constituição hierárquica da Igreja.

A criação do Curato, com freguesia territorial e vigário próprio, deveu-se aos esforços do Pe. João de Matos Monteiro, que foi o primeiro titular do Curato de N. Sra. da Conceição da Ribeira do Acaraú, criado a 28 de março de 1722.

DADOS BIOGRÁFICOS

Pouco sabemos da vida do Pe. Matinhos, à mingua de documentação coeva, mas este pouco é muito rico em merecimentos e ações decididas. Os documentos que sobre ele possuímos referem-se ao período em que esteve no Curato.

É incontestável que nasceu em Lisboa e veio para o Brasil na primeira década do século XVIII, quando esteve pela Bahia. Já em 1712, tentara retornar a Portugal, frustrando-se seu intento porque, como informa o Barão de Studart, naquele ano "indo da Bahia para Lisboa, donde era filho, numa embarcação de aviso mandada pelo governador, foi preso pelos franceses mesmo à barra da cidade." ("Dados e Factos para a História do Ceará - Ceará Colônia", 1ª Ed., p. 143). Sua naturalidade lisboeta é atestada também por alguns documentos particulares, como o testamento do capitão Domingos da Cunha Linhares, que muito o conheceu, onde se lê: "Declaro que devo ao capitão (sic) João de Matos Monteiro, padre, ou seus herdeiros, cura que foi nesta freguesia do Acaracu, e como se foi para Lisboa, donde era natural, me deixou por seu procurador para as suas cobranças e cobre oitenta mil réis, escrevi-lhe para disposição delas, nunca tive resposta e por isso é preciso satisfazer o que de direito, tão logo." ("Cronologia Sobralense", I, p. 245).

Logo que conseguiu escapar das mãos dos flibusteiros franceses, dirigiu-se a Pernambuco com a intenção de viajar para o Ceará, onde já residia seu tio materno Pe. João de Matos Serra, então vigário geral da Capitania e pároco da freguesia do Forte, com sede controvertida, localizada às vezes ali e às vezes no Aquirás. Na ocasião, encontrou-se no Recife com o tio, que coincidentemente lá estava em viagem de serviço. Em fevereiro de 1716, ambos embarcaram para o Ceará, quando o tio, também lisbonense, reassumiu suas funções paroquiais. Pe. João de Matos Serra dirigiu a Igreja do Ceará de 1698 a 1726 e viera para o Brasil no início da década de 1690, tendo residido inicialmente no engenho Inhamuns, à margem direita do rio Ipojuca, distante duas léguas do Recife. Tal engenho pertencia a um tio, conforme consta de uma Carta do Bispo de Pernambuco ao Rei, cujo original encontra-se na Caixa 1, referente ao Ceará, Documento nº 53, guardada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, o qual ali pessoalmente compulsei.

Pe. Matinhos era homem bastante culto, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, muito hábil na arte de redigir, conforme se verifica pela leitura de alguns papéis que deixou, escritos em linguagem tersa e com

ótima caligrafia. Muitas vezes seu nome aparece com o título de "licenciado", sinal de sua formação coimbrã.

Ao chegar ao Ceará em 1716, Pe. Matinhos foi logo designado, por seu tio, para ir à ribeira do Acaraú desobrigar os fiéis do preceito quaresmal e o fez com tanto zelo, que os fiéis o pediram para permanecer entre eles. O sacerdote prometeu atender ao desejo dos seus fregueses, mas sob a condição de ser criado oficialmente um Curato, compreendendo todas as vertentes dos três rios, território corresponde ao interior cearense limitado ao litoral que vai da foz do rio Coreaú à do Mundaú, servindo de fronteira, a leste e ao sul, as terras do Piauí.

Nesse território, no entendimento do Pe. Matinhos, estariam incluídas as três Missões Indígenas dos padres seculares e a Missão da Ibiapaba dos jesuítas, os quais passariam a depender de sua jurisdição. Ao saber de tal pretensão, os religiosos da Companhia de Jesus, sediados em Viçosa, reagiram fortemente contra o projeto, nascendo daí sérios desentendimentos entre as duas partes. O caso foi levado ao Bispado de Olinda, por denúncia dos jesuítas, e o Pe. Nicolau Paes Sarmiento, vigário geral da Diocese de Pernambuco, enviou um mandato monitório ao Pe. Matinhos, com data de 7 de outubro de 1718, proibindo-o de intrometer-se na vida dos missionários da Ibiapaba, sob pena de excomunhão.

Mesmo assim, a população da ribeira do Acaraú, por sugestão do próprio Pe. Matinhos, resolveu levar a idéia em frente, tendo dirigido uma petição ao vigário geral do Ceará, Pe. João de Matos Serra, em que solicitava, em longo abaixo-assinado, a criação do Curato e a nomeação do primeiro vigário na pessoa do sobrinho.

Desconhecendo o mandato monitório que tinha chegado diretamente por intermédio dos jesuítas, Pe. Serra assinou Provisão, com data de 28 de março de 1722, pela qual o licenciado Pe. João de Matos Monteiro foi nomeado "Cura da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaracu". Estava criado o Curato e, conseqüentemente, organizada hierarquicamente a Igreja na região.

Do mesmo dia é outra Provisão autorizando o novo cura "a exumar e dar sepultura em sagrado aos cadáveres enterrados pelo campo em sua freguesia." Como é de obrigação eclesiástica, tais Provisões deveriam ser homologadas pelo Bispado de Olinda e temia-se, na ribeira do Acaraú, que não seriam confirmadas. Tal porém não aconteceu, pois a 16 de setembro do mesmo ano, o Cabido de Olinda, então sede vacante, homologou as

duas Provisões do vigário geral do Ceará e, no dia 18, emitiu nova Provisão nomeando o Pe. Matinhos para o cargo de "Vigário da Vara da Ribeira do Acaraú", por três anos, título que lhe dava jurisdição sobre a ação pastoral de todos os sacerdotes dentro daquele vasto território. É o que significava, na época, a função de "Vigário da Vara", hoje chamado vigário forâneo.

Enquanto a tramitação protocolar da preparação destas Provisões decorria tranquilamente na Cúria Episcopal de Pernambuco, os ânimos andavam acirrados na serra da Ibiapaba e na ribeira do Acaraú. A crise chegou ao galarim durante o novenário de preparação para a festa de N. Sra. da Assunção, padroeira da Missão de Viçosa, de 6 a 15 de agosto desse mesmo ano de 1722.

Na ribeira do Acaraú corria o boato de que o Pe. João Guedes, visitador dos jesuítas, havia chegado do Reino, trazendo ordem expressa de prender o cura Pe. Matinhos. Na Ibiapaba, por sua vez, corria a notícia de que o Pe. Matinhos estava organizando uma tropa montada e com muita arma de fogo, para ir à Serra no dia 15, festa da padroeira, com o fito de à força expulsar dali os jesuítas. A boataria chegara até ao Piauí, de onde viriam índios armados, sob o comando do vigário Pe. Manuel Álvares da Fonseca, para defender os religiosos. Dizia-se mais que o cura encarregara a Berto Lobo e Henrique da Rocha a tarefa de percorrer o curato convidando a população a ir à Serra defender o cura ameaçado de prisão. Henrique, perturbado pela participação dos tumultos, ter-se-ia suicidado com um tiro. Também o coronel Sebastião de Sá, potentado da região, decidira-se a ir defender os jesuítas pelas armas. O clima tornar-se muito tenso e havia muito desassossego pelos serões e pela serra.

Como sempre acontece nesses ocasiões de violência, a imaginação é geralmente mais viva do que a realidade dos fatos. O certo é que nada disso aconteceu, mas as atoardas feriram de cheio a honra dos litigantes, e o caso foi parar na Justiça, civil e eclesiástica, em processos bastante tumultuados que envolveram quase toda a população, que se dividiu. Os jesuítas processaram o Pe. Matinhos no foro eclesiástico e o cura processou os inicianos no foro civil, como adiante se verá. Pe. Matinhos foi obrigado a abandonar o Curato um ano e meio antes de terminar o mandato com que fora nomeado e, após tenaz resistência, teve de retornar a Lisboa, onde faleceu em 1730.

Não foi somente na ribeira do Acaraú que aconteceram casos de desas-

consta de uma Carta do Pe. Antônio Vieira ao Pe. Geral Gosvínio Nickel, datada do Maranhão a 1^o de fevereiro de 1660, quando o vigário local Pe. Pedro Vidal vivia em desavenças com os jesuítas, "pretendendo que os nossos Padres das aldeias fossem seus súditos, enquanto à cura das almas, e pondo-lhes preceitos sobre esta matéria com penas de excomunhão." (Cfr. Serafim Leite, SJ, "Novas Cartas Jesuíticas", Col. Brasileira, Vol. 194, Comp. Ed. Nacional, 1940, p. 279).

Apesar dos lamentáveis incidentes contenciosos, durante os oito anos em que Pe. Matinhos permaneceu na ribeira do Acaraú, desenvolveu ele um trabalho admirável de implantação das bases da organização sócio-religiosa da nascente civilização local.

Quando aqui chegou em 1716, encontrou sérios problemas a resolver, conforme ele mesmo narra em uma justificação, que adiante será transcrita, e desenvolveu ingente esforço para tudo remediar.

Em resumo, com base nos documentos originais disponíveis, destacamos alguns de seus trabalhos pastorais, pelos quais poderemos avaliar o mérito de sua ação pioneira.

Na época, ainda havia muitos indígenas a domesticar e, certa vez, foi cercado por eles no sítio Pacujá, à ribanceira do riacho Taipu, nascente sôpe do rio Coreau e da Ibiapaba, dos quais milagrosamente escapou com vida. Na ocasião, estava em companhia de Bento Pereira Lemos, João Neto e Jacinto Pereira, irmão de Cosme Gama, portugueses que testemunharam o ocorrido e o ajudaram a fugir.

Não fala de secas no período, mas de muitas enchentes de rios, que teve muitas vezes de atravessar a nado, com os ornamentos litúrgicos, só para atender aos fregueses na administração dos sacramentos, com distâncias de cinco, dez e vinte léguas. Ia perdendo a vida, diz ele, nos rios Groairas e Matiapara, bem como estivera quase afogado no rio Acaraú, para atender do preceito pascal ao freguês João Fernandes Pereira, morador no Poço Danta.

No território do Curato, encontrou edificadas apenas duas capelas de Missão Indígena: a da serra da Ibiapaba e a pequena e litorânea ermida dos tremembês, em Almofala, muito distantes uma da outra. Por isso, redobrou o esforço para levantar mais duas: a do sítio São João (Mutuca), do instituir

concluídas e em pleno funcionamento. Obteve licença para levantar mais duas, que deixou em construção: a de Santo Antonio de Ibuçu, cujo instituidor era o comissário Pedro da Rocha Franco, e a de Santo Antônio do Olho d'Água (Coreaú), do Cap. Rodrigo da Costa Araújo e sua mulher Juliana Ferreira de Barros. Em 1723, andava angariando esmolas para iniciar a construção da futura matriz, cujo local já escolhera no Riacho Guimarães (Groaíras), com o orago de Santa Maria, para cujas obras já obtivera a soma de quase quatrocentos mil réis.

A situação moral da população branca era deplorável, pois quase não encontrou homens casados na freguesia. Uniu sacramentalmente muitos "homens brancos filhos de Portugal com as índias, com quem viviam de portas a dentro", e separou alguns, mesmo constringidos. Em um só dia, na fazenda Almas de Antônio Teixeira de Carvalho, ribeira do Jaibara, matrimoniou doze casais. Com isso reformou moralmente a freguesia e fixou a população por este sertão, propiciando o cultivo da agricultura, quando antes os moradores viviam vadios e não tinham residência certa. Esta providência favoreceu também a fazenda real, que passou a ter rendimentos, pelo que "não só tem feito serviço a Deus mas também a Sua Magestade".

Este esforço de moralização trouxe-lhe muitos vexames, especialmente por parte do potentado coronel Sebastião de Sá, rico proprietário de muitas terras, que vivia em concubinato com a índia Madalena Saraiva, com quem já tivera dois filhos e não queria casar religiosamente.

O coronel Sebastião de Sá cedeu às pressões do cura e dos fiéis, mas de uma inimizade rancorosa que guardou contra o sacerdote, tendo casado com Cosma Ribeiro Franca. O coronel nunca perdoou a intransigência do cura e, por isso, associou-se aos jesuítas e tudo fez para conseguir a remoção do sacerdote. A população tinha medo das represálias do atrabiliário coronel, pois contra ele já havia algumas suspeitas de crimes de assassinato. O caso foi parar na Corte, o coronel foi preso e remetido para a cadeia da Relação da Bahia e o Pe. Matinhos foi substituído pelo Pe. Pedro da Cunha de Andrade, coadjutor da freguesia da Fortaleza do Ceará desde 1717, que, nomeado pelo Cabido de Olinda, veio para a ribeira do Acaraú, mas pela população foi impedido de tomar posse. Vários abaixo-assinados foram dirigidos ao Rei contra o comportamento moral de Sebastião de Sá, como veremos adiante.

Pe. Matinhos teve o consolo de receber solidariedade da maioria dos habitantes e de vários colegas sacerdotes, dentre estes destaco a certidão

do Pe. Félix Machado Freire, vigário da matriz do Corpo Santo do Recife e que fora Visitador dos sertões do Norte:

"O licenciado Félix Machado Freire, confessor e pregador actual no Bispado do Recife. Certifico que achando-me na freguezia do Acaraú, em tempo quando o Rdo. Pe. Antonio de Andrade Araújo visitou a dita freguesia por mandado do muito Reverendo Cabido, ouvi e era fama pública que Sebastião de Sá, notoriamente inimigo e perseguidor do Rdo. Pe. Cura João de Matos Monteiro, andava solicitando testemunhas para culpar o dito Rdo. Pe. Cura perante o Rdo. Visitador Antonio de Andrade em uma justificação que contra o sobredito Pe. Cura tirava, por sua vez que na Visita o não culpava pessoa alguma, como consta do Livro da Visita, na qual justificação jurou Sebastião de Sá, curibocas e mulatos, todos da sua facção e perjuros já convencidos em juízo, e assim mais certifico que o escrivão da Visita Manoel de Seabra Cansado, clérigo in minoribus, me disse que conhecia pelo jurar das testemunhas a falsidade delas, porquanto havia três para quatro annos que ele tinha ido àquella freguezia do Acaraú e sobre certos itens que eles juraram tinha ouvido a Sebastião de Sá muito contrário, e assim mais a outras pessoas; e por assim passar na verdade e me ser pedida esta, a passei por minha letra e signal e o jurei, se necessário for, in sacris. Recife de Pernambuco, 20 de agosto de 1725. Felix Machado Freire." (Documento guardado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, que pessoalmente copiei do original).

Também solidário com o cura foi o religioso Frei José da Madre de Deus, autor da maioria dos abaixo-assinados e de quem tratei em "História Religiosa de Guaraciaba do Norte", Fortaleza, 1988, p. 33-36. Não se pode omitir o apoio que lhe deu o tio Pe. João de Matos Serra, vigário geral do Ceará que, com o sobrinho, retornou em 1726 a Lisboa, via Recife, deixando vago o cargo que exercia havia 28 anos.

O ilustrado Pe. Serafim Leite, em sua "História da Companhia de Jesus no Brasil", vol. 3, p. 68-69, dá sua versão sobre o caso e diz que o Pe. Matinhos enviou um requerimento ao Rei, pedindo mercê dos seus serviços e acrescenta: "O Conselho Ultramarino, em 1726, examinou-o e declarou que ele não era digno de mercê", mas antes de "exemplar castigo, com o clérigo perverso e revoltoso". E achando-se ele então na corte, foi-lhe proibido voltar ao Brasil, sob pena de se dar por desnaturalizado". O processo, porém, que correu no Brasil, isentou Pe. Matinhos de toda e qualquer culpa, como adiante veremos.

REPRESENTAÇÕES AO REI

Como, muitas vezes, a melhor defesa é o prévio ataque, os moradores do sertão da ribeira do acarau, com o fim de defender o seu cura Pe. Matinhos, anteciparam-se no enviar representações ao Rei contra seus principais desafetos: os jesuítas da Ibiapaba e o coronel Sebastião de Sá. Somente depois, estes contra-atacaram pela mesma via.

Esses documentos encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, guardados na Caixa nº 2 referente ao Ceará. Alguns conservam linguagem comedida, enquanto outros descem a ataques pessoais contra a honra e a vida moral dos litigantes. Por amostragem, transcrevo abaixo três destes papéis, cujas cópias possuo em microfilmes. A leitura atenta descobre neles preciosas informações, muito úteis para a recomposição da história dos primórdios da colonização do Vale do Acaraú.

1 - Com data de 25 de janeiro de 1724, os moradores do "sertão da Ibiapaba" (sic) enviaram ao rei Dom João V a seguinte representação contra as aldeias dos jesuítas:

"Representamos a V. Magestade os abaixo-assinados atestando e certificando o quão pouco útil é ao serviço de V. Magestade e ao de Deus N. Senhor a situação da Aldeia que os Padres da Companhia conservam na Serra da Ibiapaba e as razões deste inconveniente são os seguintes:

As aldeias dos índios se conservam para os mansos se fazer guerra aos brabos e assim se devem arraiar naquele lugar mais vizinho ao gentio brabo e aonde faz maior invasão e não na dita serra, que para a parte do sul até ao Rio Grande, que farão duzentas léguas, e todos estes sertões que entre a dita distância estão muito desabitados e limpos do gentio brabo, onde não é necessário defesa mais que a dos habitantes; e para a parte do norte ficam os sertões dos Alongases, Piauí e Parnahiba, sertões mui dilatados e muito invadidos do gentio brabo da parte do Maranhão, e como a Aldeia da Ibiapaba lhe fica distante, mais de um mês de viagem, e sobretudo isenta do governo do Maranhão, é mais conveniente que V. Magestade a sujeite ao dito governo, mudando-a para mais perto, para se fazer guerra ao gentio que infesta aqueles sertões e não conservar-se na serra da Ibiapaba, onde quando se hão de mister é necessário um mês para um aviso e dois para sua marcha, e desta sorte nunca chegam a tempo que possam valer aos habitantes daqueles sertões, por cuja causa sucede muito estrago e mortandades, e não fica a V. Magestade dividida a pagar que os sertões do sul

Capitania do gentio e não aos da serra, a quem V. Magestade deu o prêmio tão mal merecido por informação falsa dos Padres da Companhia que os administram, e já que levaram o prêmio antes da vistoria de justiça é o não agradecer no lugar onde o deviam conseguir; e fie V. Magestade da nossa obediência e amor de vassallos, que é esta a realidade e lhe asseguramos debaixo de juramento dos Sanctos Evangelhos.

Toda a causa eficiente e instrumental da dita aldeia, se não mudar para onde é útil e conveniente, são os Padres da Companhia pela conveniência que tem na dita serra e está servindo só de abuso de ofensas de Deus e inquietações com os moradores circunvizinhos e os mesmos Padres pelo muito escândalo que nela causam, muito alheios da regra de Santo Ignacio. Enfim é Brasil, clima onde os homens criam uma segunda natureza, e como desinconvénientes a V. Magestade representamos."

Seguem-se dezenas de assinaturas, na maior parte ilegíveis. Em outro papel anexo, há graves acusações contra o Pe. Ascenso Gago e Pe. Francisco de Lira, ambos ex-superiores da Missão da Ibiapaba.

2 - A 9 de janeiro de 1725, quando Pe. Matinhos já tinha se retirado do Curato, o Pe. João Guedes, S.J. visitador das Casas da Companhia, remeteu ao Rei as seguintes "queixas contra o Pe. João de Matos Monteiro, sacerdote secular e cura que foi da freguezia do Acaracu, na Capitania do Ceará Grandes":

"Quando no ano de 1713 houve nos sertões do Brasil aquela grande sublevação do gentio que pôs em manifesto risco as capitanias do Ceará e do Piauí, me mandou o governador de Pernambuco, Félix José Machado, à Capitania do Ceará a fim de que tivesse mão nos índios da língua geral, para que se não agissem com os tapuias levantados, e porque nesta diligência me detive pouco menos de um ano, tive ocasião e tempo de observar o que nela passava e com grande mágoa do meu coração reparei na excessiva soltura em que viviam os moradores, sendo mui raro aquele que não tivesse em sua casa alguma índia tirada das aldeias, usando dela para ofensa de Deus. Chegando depois a Pernambuco, dei parte ao Bispo, o qual logo passou uma Pastoral em que pronunciou excomunhão contra todos aqueles que, tendo em casa alguma índia tirada das aldeias, no termo de três dias a não largasse e repusesse na sua aldeia. Esta Pastoral se publicou em todas as aldeias, e com proveito, porque alguns, com medo da excomunhão, largaram os índios que tinham em suas casas, e muitos outros, de fazer o

dizer que nenhum caso se devia fazer dela e nem da sua excomunhão; que não ligava e que eram bem que os homens, por falta de mulheres, se comunicassem com éguas, como consta da justificação que disto fez o Visitador Mandado pelo Cabido de Pernambuco, sede vacante. Este escândalo, e falar do dito clérigo, chegou aos ouvidos do vigário geral de Pernambuco, e qual lhe estranhou muito e lhe ordenou que se desdissesse do que tinha dito, aliás que o castigaria severamente e daria parte a Sua Magestade, porém o clérigo, contumaz no seu erro, não somente se não desdisse do que tinha dito, mas antes o defendeu muitas vezes presença de outros clérigos que lhe impugnavam, e daqui nasceu se deformasse cada vez mais aos seus freguezes indo eles a cada passo à Aldeia da Serra da Ibiapaba a tirar índias, e a estes confessava e desobrigava o Pe. João de Matos Monteiro sem fazer caso da excomunhão que lhes ligava, e os absolvía quando não os poderia absolver por ser reservada aos missionários".

"Visitando eu no ano de 1722 a dita aldeia da Serra da Ibiapaba, suspeitou o mesmo Pe. João de Matos Monteiro que eu tinha ordem para o prender, sem outro fundamento do que ditava sua própria consciência, que o remordia de certa culpa, cujo conhecimento pertence ao seu ofício, e sem dúvida tinha alguma notícia ou suspeita de que fora denunciado dela no tempo em que em Pernambuco fazia ofício de comissário do dito Tribunal, e parecendo-lhe que essa ordem, no caso que a houvesse, poderia ficar baldada, se me lançasse fora da aldeia e da freguesia convocou logo aos seus freguezes, e com grande número deles armados, com total resolução de expulsar dela não somente a mim, mas também aos dois religiosos seus missionários, dizendo que nos obrigaria a sair da aldeia com nossos breviários nas mãos, e é sem dúvida que o faria assim, se não estivesse na aldeia o coronel daquelas ribeiras, Sebastião de Sá, o qual sendo convidado a ser cabeça do motim, não somente não aceitou o convite, mas antes resolutamente lhe disse que com suas armas nos defenderia contra esta insolência que se intentasse. E esta resolução de nos quererem expulsar a aldeia foi tão notória que a notícia dela chegou aos moradores da Paranaíba, os quais prevendo os grandes prejuízos que dahi resultariam a eles todos, quizeram vir a defender-nos, mas dissentiu-os disto seu cura dizendo que ele só chegaria, com toda pressa à aldeia a ver o que se passava, e do que achasse os avisaria, e com efeito chegou à aldeia com viagem de três dias, e porque a conspiração já se tinha desvanecido teve por excuso chamá-los."

"Vendo o clérigo que não conseguia a nossa expulsão se valeu de vários meios em ordem a destruir a aldeia, dizendo muitas vezes que não havia de descansar até não botar os padres fora da aldeia e da sua freguesia, ou espalhar os índios dela de sorte que sejam excusados da aldeia dos Padres.

A este fim aconselhou a um maioral da aldeia que, por velho e já caduco, achou mais capaz de seus enganos, que pedisse ao Capitão-mor do Ceará licença para se poder afastar da aldeia com toda sua gente, que consta de sessenta e tantos casais, e ele trouxe um letrado, que mandou vir de cinco léguas, por nome Antonio Leitão, fez ao índio a petição alegando nela muitas falsidades e calúnias contra os padres, e se bem não conseguiu seu intento, porque o Capitão-mor não quis deferir a petição do índio, nem por isso perdeu a esperança de poder conseguir por outros meios."

"Estas e muitas outras insolências me obrigaram finalmente a fazer queixa ao Cabido de Pernambuco, o qual lhe mandou ordem que entregasse o curato a outro clérigo sob pena de excomunhão se não obedecesse, porque ele zombou desta ordem, despachou o Cabido uma Pastoral com ordem de que se lesse em todas as igrejas do Ceará, como se leu, em que o declarou como **excomungado** vitando e o pôs de participante. Feita esta declaração, quis o novo cura tomar posse do curato, mas o dito Pe. João de Matos Monteiro lhe mandou ao caminho vinte e dois cavaleiros, os quais com ameaças e palavras descompostas obrigaram o novo cura a voltar atrás, e o Pe. João de Matos Monteiro, desprezando a excomunhão, disse missa e administrou os sacramentos, como se em tal excomunhão não incorporasse. Finalmente, para ele verificar o que tinha dito, explicando-se com palavras indignas de ser referidas e postas em papel, começou a fazer assinados falsos e infamatórios contra os religiosos da Companhia, e a estes assinados concorrera um religioso terceiro de S. Francisco, digo concorreram os cavaleiros de sua freguesia, todos inimigos declarados dos padres, sem terem para isto outro motivo de que não lhes consentirem os padres na sua aldeia aquelas liberdades que sem remédio lhes hão de consentir os missionários do Ceará nas negligências de que resultam intoleráveis ofensas a Deus."

"E para constar melhor que clérigo é o Pe. João de Matos Monteiro, é preciso dizer que ele está culpado de uma morte na devassa que dela tirou o Juiz Ordinário da Vila do Ceará e, porque ele desejasse que esta devassa se tirasse do cartório da Villa, ofertou ao Ouvidor José Mendes Machado meia libra de ouro, que se pesou na casa do Capitão-mor, o qual soube que era para este fim, e com isso alcançou do Ouvidor a tirasse, por mais que o escrivão repugnasse de entregá-la. Mas tirando o vigário geral do Ceará outra devassa, saiu culpado nesta."

"Mais o mesmo clérigo foi difamado de haver intentado outra morte, e foi o caso que uma mulher honrada teve notícia de que o Pe. João de Matos Monteiro queria matar seu marido, por causa de uma tapuia, sua escrava,

com a qual o clérigo andava mal encaminhado, e estando ela um dia na missa, e presente muita gente, ao levantar o Senhor, se levantou também ela, tomando o Senhor por testemunha de que o Pe. João de Matos Monteiro queria matar ao seu marido, falando em voz alta, para que todos a ouvissem, e disto fez o vigário geral do Ceará um sumário e o remeteu ao Cabido de Pernambuco, como também a nova devassa que tinha tirado da morte, e assim é digno de estranhar que, tendo o vigário geral de Pernambuco notícia disto, contudo lhe passa folha corrida."

"De tudo isto se colige que o Pe. João de Matos Monteiro é um clérigo revoltoso, amotinador dos povos, desobediente aos seus prelados, desprezador das censuras eclesiásticas, escandaloso e pernicioso às almas pela má doutrina que lhes dá, acémimo perseguidor dos índios da Ibiapaba e dos seus missionários, indigno e incapaz de ser cura de almas e merecedor de um exemplar castigo, sem o qual nem o Hospício do Ceará, nem a aldeia da Serra da Ibiapaba se poderá conservar. 9 de janeiro de 1725. Fim. Pe. João Guedes, SJ."

Para desfazer acusações tão graves, Pe. Matinhos recorreu à Ouvidoria Geral do Ceará com uma justificação, acompanhada do depoimento de quinze testemunhas juramentadas, que refutavam uma a uma as denúncias do Pe. João Guedes. A sentença final pronunciada pelo Ouvidor José Mendes Machado lhe foi favorável. Toda esta documentação encontra-se também no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. As queixas do Pe. Guedes motivaram ainda um processo de crime de difamação impetrado pelo cura, que correu também na Justiça do Ceará.

3 - Sabendo os moradores da ribeira do Acaraú que fora o coronel Sebastião de Sá o responsável pelas informações contidas nas queixas do Pe. João Guedes, dirigiram ao Rei, a 16 de março de 1725, as seguintes denúncias contra o coronel:

"Dos moradores do Acaracu, Capitania do Ceará Grande, ao Rei.

Se pela lei se deve castigar todo homem revoltoso e perturbador do sossego de um povo, com razão nos queixamos os abaixo assignados, moradores da freguezia de N. Sra. da Conceição do Acaraú, Capitania do Ceará Grande, do procedimento de Sebastião de Sá, morador nesta mesma freguesia, e é o seguinte:

a) É por natureza soberbo, homicida culpado em sete mortes, das quais o é de uma filha sua que matou tiranamente, sem causa alguma, e as mais

da mesma sorte, e saindo culpado em todas não tem tido pena alguma, porque como o dito suborna as testemunhas, de sorte que sempre dá boa cartada e no livramento desta deu quatrocentos mil réis ao Ouvidor da Paraíba, Manoel da Fonseca Silva, pelo aliviar na sentença por não ter outra pessoa, além de ser a devassa nula, assim por não ter o número das testemunhas que manda a lei, como pelo dito Ouvidor a não ir tirar no lugar do delito, senão do Ceará sessenta léguas, com testemunhas do mesmo lugar.

b) É perjuro em jurar e induzir testemunhas que jurem falso, publicando que as faz de barro e as compra por quatro patacas, o que tudo constara dos autos que se acham no cartório da Ouvidoria, onde tudo lhe está provado pelo parocho desta freguezia, em um libelo que deu contra ele.

c) É aleivoso e testemunhador de falsos testemunhos conta qualquer pessoa, na honra e na opinião de cada um, como se viu contra o cura desta freguesia João de Matos Monteiro, a quem por o fazer casar com uma cabocla, com quem andava amancebado, ou a largasse, publicou que o tal padre solicitava mulheres na confissão e induziu alguns o publicassem, o que tudo publicou dizendo que lhe provou o mesmo padre perante o Ouvidor da Comarca.

d) É homem pouco temente a Deus, não se o vê ouvir missa, nem pegar em contas, nem com outras ações de bom cristão. Sendo de nascimento humilde, como ser filho de uma cabocla casada e pai alheio de matrimônio, por ser sortido de bens se faz soberbo, comete insultos do que os homens não tomam satisfação e nem a Justiça o castiga, esta talvez por dependência e aqueles por temerem a lei de Deus e a de V. Magestade e quererem o seu sossego. E como semelhantes são prejudiciais aos povos e nesta parte pouco castigados, e temidos pela traição e ação voluntária de matadores, dos quais ninguém está seguro, e com uma demonstração de castigo pode haver reforma para exemplo e o tal Sebastião de Sá inquieta esta freguesia com revoluções e enredos e ameaça logo e executa por mão alheia sua paixão.

e) Pedimos a V. Magestade que, dignando-se de se informar do referido, ordene que estes e semelhantes homens sejam exterminados para fora do distrito onde morarem para que, comeste exemplo, haja emenda e fiquem os moradores com mais quietação. Esperamos receber mercê."

"Domingos da Cunha Linhares, Francisco Pinheiro do Lago, Belchior Correa de Carvalho, Manoel Gonçalves Ferreira, Estevam Chaves, José Lobo de Oliveira, Francisco da Cunha de Araújo, João Vieira Passos, Manoel Passos, Manoel de Santiago, Antonio Guedes dos Reis, Francisco Dias das

Chagas, José Bandeira de Melo, Manoel Teixeira de Carvalho, Damião Gomes da Silva, Lourenço Leandro de Passos, Manoel da Cunha Freire, Antonio Alvares Coelho, João Feliz de Carvalho, Domingos Correa Passos, Nicolao Gomes de Brito, Domingos Alvares Ribeiro, Manoel Rodrigues dos Reis, Antonio Lopes Carvalho, Ambrosio da Costa, Manoel Nogueira, Antonio de Farias, Bento Pereira Lemos, Lázaro Luis Fiesco, Pedro de Miranda Cabral, Manoel da Costa Silva, Custodio da Costa Araujo, Manoel da Costa Silva, Pedro Pereira Medeiros."

No documento há outras assinaturas ilegíveis. Procurei atualizar a ortografia, para facilitar, ao leitor não habituado a conviver com estes textos antigos, a decifração da escrita.

Este papel passou pelo cartório de Aquirás, onde foram reconhecidas as firmas dos signatários. Eis como está escrito o final do documento: "O capitão Manoel Dias Netto, tabelião público do Judicial e Notas desta Villa de São José do Ribamar, Capitania do Ceará Grande, por Sua Magestade que Deos guarde. Certifico e atesto por minha fé em como as letras são dos assignados, todos moradores da Ribeira do Acaraú, pelos conhecer etc. Aos 16 dias de Março de 1725 annos. o tabelião Manoel Dias Netto." E mais abaixo: "Reconheço a firma de Manoel Dias Netto pelo conhecer. João Gonçalves da Silva, tabelião publico, aos 26 dias de março de 1725 annos."

A transcrição textual, e na íntegra, destes três documentos, apesar da monotonia, serve para proporcionar aos interessados a oportunidade de aprofundar o estudo das condições sócio-religiosas, em que viveram os primeiros habitantes brancos da ribeira do Acaraú. Se exceptuarmos os textos das concessões das sesmarias, alguns assentos paroquiais de batismos e casamentos e alguns poucos inventários, são estes os documentos mais antigos que possuímos sobre a primitiva história do Vale do Acaraú. Nisto consiste seu maior valor, daí a razão da longa transcrição.

AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO

Tanto o cura Pe. João de Matos Monteiro, como o jesuíta Pe. João Guedes recorreram à Justiça com pedido de Justificação, com o fim de se defender contra as denúncias de que foram vítimas, um do outro, no rumoroso caso que envolveu a vida religiosa e social no início da organização do Curato da Ribeira do Acaraú. Os autos encontram-se guardados no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, cuja cópia possuo em microfílm.

A - Em janeiro de 1724, o Ouvidor Geral do Ceará, Dr. José Mendes Machado, encontrava-se em correição em Almofala, aldeia da Missão dos Remembês. Para lá dirigiu-se o Pe. Matinhos e, no dia 29 do mesmo mês, pessoalmente entregou o pedido de justificação, tendo servido de escrivão José de Almeida.

O processo visa a defender o Cura das acusações que lhe foram assacadas pelo Pe. Guedes e pelo coronel Sebastião de Sá. O conteúdo das denúncias já ficou relatado atrás, pelo que não há mister seja repetido. Basta aqui registrar algumas particularidades do processo.

Pe. Matinhos solicita que sejam destruídas as acusações, mediante o depoimento de quinze testemunhas que respondem a onze itens referente à sua conduta moral e ao seu zelo em atender seus fiéis na administração dos sacramentos. Todas as testemunhas arroladas dizem praticamente a mesma coisa e confirmam por unanimidade as afirmações do justificante. A monotonia das mesmas respostas dispensa mais de um depoimento, pelo que não vejo necessidade de transcrever o texto original, longo e muito formal. A identificação, porém, de cada testemunha tem sua utilidade, por se tratar de pessoas influentes no início do povoamento destes sertões.

Eis a relação nominal das 15 testemunhas:

1 - **Capitão João da Costa de Oliveira**, homem casado, 27 anos, morador no Aracatimirim, sítio Patos. Diz que deu dez mil réis para a construção na nova matriz e que o cura Pe. Matinhos não tinha cobiça por dinheiro, pois durante quatro anos não cobrou as conhecenças a que tinha direito.

2 - **Capitão-mor José de Moura Negrão**, homem casado, 40 anos, morador na Lagoa dos Patos. Diz que assinou a petição solicitando a permanência do cura na ribeira.

Sabemos que casou duas vezes. A 1ª, com Ana de Jesus, falecida em 1721, a 2ª com Joana Gomes.

3 - **Tenente Manoel Nogueira Cardoso**, 50 anos, morador na ribeira do Acaraú. Sabemos que era casado com Francisca Ferreira Diniz e foi vereador da Câmara de Aquirás no ano de 1701.

4 - **Capitão Domingos Machado Freire**, solteiro, morador no Pará, (hoje Parazinho). Afirma que sabe do empenho do cura para conseguir licença para construir a capela de Nossa Senhora do Livramento, da qual é o instituidor.

Sabemos que faleceu solteiro a 15 de março de 1754, mas deixou descendência. Riquíssimo proprietário na região do Parazinho.

5 - **Capitão-mor João Félix Carvalho**, homem casado, 48 anos, morador no Parazinho. Afirma que o justificante não era escandaloso e nem faltava aos sacramentos. Sabemos que a mulher de João Félix chamava-se Apolônia Ferreira Diniz.

6 - **Capitão Francisco da Cunha Linhares**, solteiro, 35 anos, morador na ribeira do Acaraú, sítio São José. Diz que foi um dos primeiros a dar esmola para a matriz ser construída.

Sabemos que era irmão de Félix da Cunha Linhares e se casou com Francisca de Andrade. Faleceu a 1 de novembro de 1775, com 86 anos e foi sepultado na Matriz de Sobral.

7 - **João Fernandes Pereira**, branco, solteiro, 48 anos, morador no sítio Pocó Danta, ribeira do Acaraú. Diz que "nunca virá que o justificante tivesse bulhas com fregueses, exceto com algum réprobo em não praticar e por andar em concubinato".

8 - **Francisco Furtado de Mendonça**, branco e casado com Josefa Paes, 42 anos, morador no Mundaú. Afirma, entre outras coisas, que foi testemunha de que o cura, em um só dia, na fazenda de Antonio Teixeira Carvalho (rio Jaibaras) casara doze casais amancebados.

9 - **Tenente Manoel Carvalho da Cunha**, branco, 40 anos, morador no sítio Canoez. Afirma que soubera, até mesmo, que o cura tinha sido morto pelos índios.

Sei que faleceu a 9 de dezembro de 1755, com 74 anos, e foi sepultado na Matriz de Sobral. Deixou viúva Domingas Freire.

10 - **Ajudante Antonio de Sousa**, homem branco, 40 anos, morador na Ilha. Casado com Serafina da Silva, (alibi, de Sá).

11 - **Tenente-coronel João de Almeida Costa**, branco, casado, 42 anos, morador na ribeira do Acaraú. Deu dez mil réis para fazer a matriz. Afirma que antes de o cura chegar, não havia homens casados na freguesia.

12 - **Coronel Domingos Ferreira Veras**, solteiro, 45 anos, morador na ribeira da Ubatuba, fazenda da Salina. Apenas confirma todos os itens da petição do justificante.

13 - **Comissão-geral Pedro da Rocha Franco**, 45 anos, morador no sítio Igaramiranga (Ibuaçu). Como instrutor da capela de Santo Antônio, conhece o empenho do cura em conseguir licença para levantar as capelas.

Sabemos que era casado com Vitória Rodrigues da Câmara e faleceu a 6 de julho de 1754, em Aquirás. Deixou muitas terras no atual município de Granja.

14 - **Bento Pereira de Lemos**, solteiro, 55 anos, morador na ribeira do Acaraú. Afirma que estava com o Pe. Matinhos no riacho Taipu, quando os índios os cercaram procurando matá-los.

15 - **Sargento-mor João Neto**, solteiro, 26 anos, morador da ribeira do Coreaú, fazenda Juazeiro. Também estava com Pe. Matinhos no riacho Taipu. Deixou terras na região de Frecheirinhas e Acarape.

Este processo de Justificação foi concluído a 22 de maio de 1724, quase quatro meses após seu início. A sentença foi proferida no sítio São José (Patriarca), na mesma correição que o Ouvidor José Mendes Machado estava fazendo na ribeira. O Juiz deu por justificados todos os provarás.

Sabemos que o referido Ouvidor, pouco tempo depois, acusado de muitos desmandos e arbitrariedades, fugiu do Ceará a 20 de outubro do mesmo ano, tendo sido deportado para Lisboa, indo parar na prisão do Limoeiro.

R - Por sua vez, o processo de Justificação do Pe. João Guedes correu

da parte do Norte até o rio Mundaú, estando em visita nesta freguesia de N. Sra. da Conceição do Acaracu, capitania do Ceará Grande". Teve início no dia 3 de novembro de 1724, servindo de escrivão o clérigo "in minoribus" Manoel Seabra Cansado, que acompanhou o visitador na presente visita pastoral.

Esta deve ter sido a primeira visita canônica feita ao Curato, anterior às que estão registradas no 1º Livro delas, que começa em maio de 1736 e foi realizada pelo Pe. Félix Machado Freire. Houve uma outra, feita em dezembro de 1731 pelo Pe. Sebastião Vogado de Souto Maior, como consta do 1º Livro de Assentos de Batismo e Casamentos do Curato, guardado no arquivo da Cúria Diocesana de Sobral.

Na inicial da Justificação, Pe. João Guedes é identificado como "religioso da Companhia de Jesus, superior do Hospício do Ceará Grande, visitador das Missões da Serra da Ibiapaba e procurador geral dos índios". Expõe a petição em doze itens, em que relata o seguinte: Pe. João de Matos Monteiro não obedecia às Pastorais do Bispado de Pernambuco, especialmente a de 1713 do Bispo Dom Manoel Álvares da Costa, que proibia aos homens brancos terem índios em suas casas para fins libidinosos; pretendia expulsar os jesuítas da Ibiapaba e colocá-los para além do rio Mundaú, limite da freguesia; proibia aos fregueses levar carne à Serra, porque sem ela os índios abandonariam a Missão e viriam residir no sertão à busca deste indispensável alimento; aconselhara a seus fiéis que saíssem logo da igreja todas as vezes em que algum religioso comesse a ler algum papel, ou se lhe opusessem em voz alta; contratara um rábula, de nome Antonio Leitão, vindo de distância de cinco léguas, para redigir um requerimento que foi assinado pelo chefe indígena Salvador Saraiva, já velho e caduco, pedindo ao Capitão-mor do Ceará que o permitisse se retirar da Missão com toda a sua gente; escrevinhara papéis injuriosos contra os padres da Missão, induzindo os fregueses a assiná-los em duas vias, sendo que lhes lia uma que nada continha de substância, quando a outra estava cheia de calúnias e falsidades; finalmente, com tudo isto "queria emporcalhar e sevandijar quanto pudesse os religiosos, apelidando-os com nomes indecorosos".

No processo estão arroladas sete testemunhas que, unanimemente, confirmaram todos os provarás "pelo ver ou pelo ouvir dizer" e foram identificadas como se segue:

1 - **Coronel Sebastião de Sá**, casado, 47 anos, morador na sua fazenda Olho D'Água. Diz que se opôs à expulsão dos jesuítas e tem litígios com o Cura na Justiça. Do costume disse que era compadre e freguês do Pe. Matinhos.

2 - **Comissário-geral Pedro da Rocha Franca**, casado, 42 anos, morador na sua fazenda Ubuaçu. Confirmou todos os itens contidos na petição do justificante.

3 - **Rdo. Pe. Félix de Azevedo Faria**, sacerdote do hábito de São Pedro, 41 anos, missionário da Missão da Aldeia dos Tremembés (Almofala), do Aracatimirim. Disse que nos papéis do Cura havia "coisas falsíssimas e não consentiu que nenhum parente seu ou de sua obrigação assinasse tais infâmias. Disse mais que o Cura chamara a Pastoral do Bispo de "pastoral de terra" e que ela não valia, porque sua execução fora entregue aos jesuítas para só eles poderem absolver da excomunhão.

Sabemos que Pe. Félix já fora missionário da Aldeia da Caucaia e que faleceu a 17 de maio de 1759, no Siupé, em cuja capela foi sepultado.

4 - **Sargento-mor João Fernandes Netto**, casado, 33 anos, vive de suas fazendas de gado no Aracatiaçu. Era casado com Maria Fiesca. Apenas confirmou as alegações do justificante.

5 - **Sargento-mor Manoel da Silva Cesar**, casado, 43 anos, vive de criar gados, morador na fazenda Jaibaras. Afirma que Pe. Matinhos não queria permitir que os índios pescassem e nem a seus fiéis levar para à Serra carnes a fim de trocar por farinha.

6 - **Francisco da Silva Cabral**, solteiro, 65 anos, morador na Jaibara de Cima, vive de seus gados. Confirma os itens da petição.

7 - **Capitão João da Costa Oliveira**, casado, 28 anos, vive de seus gados no Aracatimirim. Confirma os itens da petição.

É curioso observar que o Comissário Pedro da Rocha Franco e o capitão João da Costa de Oliveira foram testemunhas em ambos os processos e, contraditoriamente, foram a favor dos dois litigantes. Ainda bem que os processos correram em Justiça diferentes, uma no foro civil e outra, no eclesiástico. . .

O processo foi concluído no dia 8 de novembro de 1724, apenas cinco dias após seu início, e recebeu sentença favorável assinada pelo Juiz Visitador, que assim termina: "Acaracu, em Visita, 8 de 9bro de 1724. Dou por justificada a petição. Pe. Antonio de Andrade de Araujo. E eu, Pe. Manoel Seabra Cansado, escrivão da Visita, o escrevi."

Os autos de ambos os processos foram remetidos, após passar por Recife, para Lisboa, onde estão arquivados com o seguinte despacho tardio: "Visto. Guarde-se. Lisboa, 30 de agosto de 1745". Seguem-se duas assinaturas ilegíveis.

Nesse tempo, os três principais protagonistas da contenda já eram falecidos. Pe. Matinhos morreu, em Lisboa, em 1730. Coronel Sebastião de Sá terminou seus dias na cadeia da Relação da Bahia, em outubro de 1741. Pe. João Guedes (Jan Ginzel) faleceu, com 83 anos, a 11 de fevereiro de 1743, no Real Hospício do Ceará (Aquirás), casa que ele fundara em 1727. Era natural de Komotau, Boêmia, hoje Checoslováquia.

Assim passa a glória do mundo. . .

Como vimos, o início da organização da Igreja na ribeira do Acaraú foi difícil e tormentoso. Quando em 1716 o Pe. João de Matos Monteiro chegou a essa região, ainda estavam acesas as labaredas da chamada "Rebelião de 1713", que levou os índios a se levantar ferozmente contra a invasão dos brancos em seus redutos. A revolta alastrou-se por todo o território da Capitania do Ceará, como epílogo sangrento da diuturna reação dos nativos contra "os repetidos abusos e vexações de que haviam sido as infalíveis vítimas, durante gerações sem conta." Esta observação do historiador Carlos Studart Filho encontra-se no artigo "A rebelião de 1713", que publicou na Revista do Instituto do Ceará, 1963, tomo 77, p. 9-24.

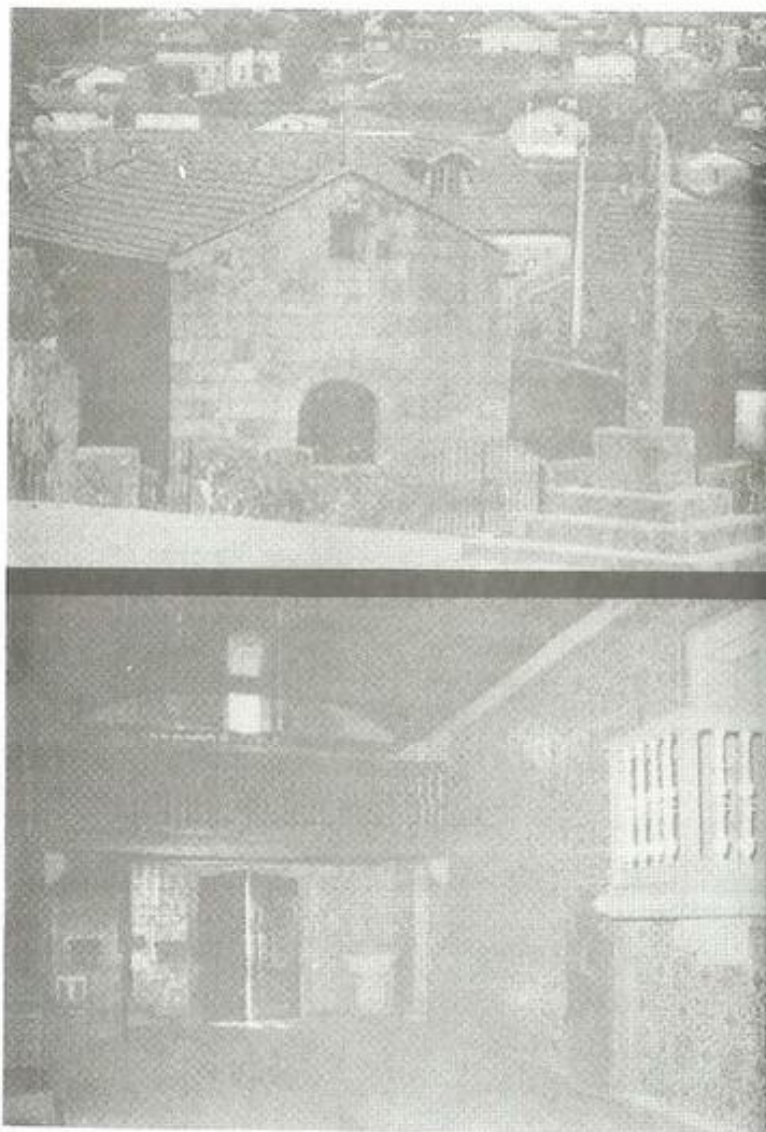
Com relação à parte que nos interessa, continua o citado autor: "Também na bacia do Acaraú agiam grupos rebeldes, cujas correrias hostis às gentes alienígenas vinham, de há muito, pondo em sobressalto a região. Para esmagar os recalcitrantes, mudou Barros Braga o capitão de seu regimento, Pascoal Correia Lima que, prosseguindo a obra de expunção iniciada no Jaguaribe pelo seu comandante, "matou grande número de inimigos e aprisionou cento e vinte cabeças"" (ib., p. 19).

A resistência dos nativos neste final da "guerra dos bárbaros", embora batidos e dizimados, perdurou até o ano de 1715, pouco antes, portanto, da chegada do Pe. Matinhos. Em toda a ribeira, o clima geral, entre índios e brancos, era ainda de violência e ressentimentos mal reprimidos. Não foi fácil ao primeiro cura o desempenho de sua espinhosa missão. Sentimentos coletivos e rebeliões de massa não se apagam em pouco tempo. A confiança recíproca custa a ser recuperada no coração dos homens.

Na época, as animosidades entre aborígenes e portugueses tinham chegado ao ápice e por isso é compreensível que pervadissem o ânimo de todos. As rixas lamentáveis entre o primeiro cura da ribeira do Acaraú, responsável direto pela formação religiosa dos brancos, e os Padres da Missão da Ibiapaba, defensores dos direitos dos índios, devem ser interpretados dentro deste contexto geral de violência então vigente. Cada litigante era, ao mesmo tempo, ator e vítima do ambiente carregado.

Cabe ao Pe. Matinhos o mérito de ser o pioneiro e desbravador desses sertões, na fase inicial do seu povoamento. Para si logrou mais sofrimento que proveito, na árdua tarefa de implantar os alicerces da Igreja. Os oito anos de sua atribulada permanência entre nós foram uma epopéia de heroísmos, aventuras e peripécias empreendidos em nome da fé. Foi este o patrimônio melhor que nos legou.

O ADÃO DO VALE DO ACARAÚ



Parte exterior e interior da Matriz de Meixomil, Paços de Ferreira, onde Manuel Ferreira Fonteles foi batizado a 10 de março de 1687. Ao fundo, vê-se a pia batismal.

O português Manoel Ferreira Fonteles foi o antigo povoador mais prolífico da ribeira do Acaraú. No ano de 1987 transcorreu o tricentenário de seu nascimento, motivo suficiente para que seu nome seja lembrado pelos milhares de descendentes, entre os quais estou incluído, e a oportunidade para que se aprofundem os estudos sobre as origens históricas da formação das primeiras famílias que se estabeleceram nesta parte do Ceará, que tem atualmente a cidade de Sobral como polo de desenvolvimento. Sua primeira fixação na região e a enorme descendência de que é origem o caracterizam como o verdadeiro Adão do Vale do Acaraú.

Em recente viagem de estudo que acabo de realizar a Portugal, descobri documentos preciosos sobre suas raízes genealógicas que vêm esclarecer nossa integração familiar com os ascendentes portugueses da laboriosa gente que hoje habita a terra e está construindo a civilização nos úmidos vales e lezírias, bem como nas áridas planícies e chapadas, que compõem o território do médio e baixo Acaraú e seus afluentes.

NASCIMENTO E BATISMO

Manoel Ferreira Fonteles nasceu, a 7 de março de 1687, no lugar Fontelo, freguesia de Meixomil, região de Entre Douro e Minho.

A matriz de Meixomil tem por orago o Divino Salvador. É sede de uma das dezesseis freguesias que compõem o concelho de Paços de Ferreira, de onde dista dois quilômetros. A vila de Paços de Ferreira, sede do concelho de igual nome, dista 30 Km da cidade do Porto, que é a capital do Distrito.

Foi nessa pequena matriz que Manoel foi batizado, com apenas três dias de nascido, conforme deduz-se do seguinte assento de batismo: "Manoel, filho de Domingos Velho e de sua mulher Maria Ferreira, do lugar de Fontello, nasceu aos sete de março e foi batizado aos dez do dito mês de 1687 anos por o Rdo. Pe. Luiz Ferreira desta Freguesia de Meixomil, ao qual eu Domingos Carneiro Pinto, cura desta mesma freguesia assisti e fui padrinho, e madrinha foi Catharina, moça da Casa do mesmo lugar de Fontello, filha de

Maria Antonia, viúva, e por assim ser verdade fiz este assento e assinei hoje, era ut supra. Pe. Domingos Carneiro Pinto." (Livro Misto, nº 2, Meixomil, de 1652 a 1707, fl. 40 v.).

Esta certidão de batismo foi por mim fielmente transcrita, no dia 17 de julho de 1986, do livro misto acima citado, que se encontra guardado no Arquivo Distrital do Porto, situado à Praça da República. Chama-se "livro misto" porque contém, conjuntamente, assentos de batismo, casamento e óbito.

O Pe. Luiz Ferreira, que ministrou o sacramento da iniciação cristã, e a madrinha Catharina eram tios maternos da criança, ambos irmãos de sua mãe Maria Ferreira e todos agregados da Casa do Fontelo, onde residiam.

CASA DO FONTELO

A 2 Km da Matriz de Meixomil está situada a Casa do Fontelo, hoje pertencente à família Carneiro Leão. O nome provém da existência de pequeno ribeiro, com tal norma, a escorrer da freguesia vizinha de Pena-maior. As terras circundantes são férteis e apropriadas às atividades agropecuárias.

A Casa do Fontelo foi por mim visitada no domingo, 20 de julho de 1986, servindo-me de cicerone o ilustrado Cônego Dr. Ângelo Alves, natural de Paços de Ferreira e profundo conhecedor da história local. Hoje, a casa consta de um conjunto assimétrico de três construções. Aí viveram os avós paternos e os pais de Manoel. Aí também ele nasceu e aprendeu os labores da vida rural. Realce para uma padieira granítica, nos baixos do prédio com este grafito: 17 + 13.

No lugar Trindade, ali perto, reside o professor Manoel Vieira Diniz, estudioso dos assuntos da região e, principalmente, de sua história, autor de "Ermidas e Capelas de Paços de Ferreira", livro que me ofertou com amável dedicatória. Por informações que me prestou, vim a saber que o construtor da casa teria sido Francisco Pires, no início do século XVII.

A 23 de janeiro de 1646, os direitos senhoriais passaram a Francisco Ribeiro da Silva e sua mulher Beatriz Gondins Malafaia, residentes então na Rua das Flores, Porto. Estes fizeram caseiros enfiteutas a Roque Ferreira e mulher Marta de Ponte. Depois, houve uma transmissão de direitos e bens ao Pe. Domingos Carneiro da Silva, de Paranhos, que deixou testamento em que repassava os direitos à sua irmã Marta Carneiro, viúva de Pedro Rangel, e à sobrinha Catarina, com prazo até 22 de dezembro de 1706. O senhorio Ri-

beiro da Silva tinha dois terços e a outra parte cabia ao Mosteiro de Santo Elói, Porto. Em 1646 eram também caseiros do Fontelo o casal Tomé Jorge e mulher Isabel Velha, bem como João Velho e Maria Antônia, que foram avós paternos de Manoel Ferreira Fonteles e parente próximo de Manoel Velho. Estes dividiam as rendas com Antônio da Silva Malafaia, e seu procurador Salazar Gondins Malafaia, pai e sogro dos anteriores, que houve a Casa por sentença contra Francisco Pires, o possuir mais antigo.

Nesse tempo, informou mais o professor Vieira Diniz, as rendas da Casa do Fontelo eram "trinta rasas de pão terçado e, posteriormente, mais meia galinha". A casa antiga era assim descrita: "Uma casa torre de sobrado telhada e, ao cabo de si, uma casa terreira colmaça e uma cortina pegada ao paço velho; mais uma cozinha pequena e palhaça pegada ao palheiro; uma devesa com sua eira no meio, com terra pouca e lavradia. Era confrontante Baltazar Barbosa." Aí nasceu o maior povoador das margens do Acaraú. Hoje, restam da antiga construção, direi que leves vestígios, em face de completa remodelação por que passara em 1901. Anote-se um dintel nos baixos da cozinha, com a era de 1713.

Nas circunvizinhanças da aldeia de Fontelo, há ainda outras propriedades similares, que não foram alheias ao fluxo de economias vindas do Brasil: a Casa do Cancelo (1734), a do cima da vila (1799), a de Fontelo de Baixo (1731), a do Moinho da Ponte (1669), a do Outeiro (1782), a da Quinta e Bairros (1701), a da Senra (1640), a das Torres (1743).

A descrição detalhada da arquitetura dessa velha casa rural portuguesa serve para aquilar a influência na construção das casas de fazenda do Vale do Acaraú.

Da Casa do Fontelo é oriundo também o singular Pe. Pedro Ferreira Velho que, em 1746, instituiu uma bandeira para acompanhar enterros dos paroquianos, à falta de irmandades, e criou tradição.

De Fontelo, topônimo retirado da pequena fonte local, provém o apelido Fonteles que, no Brasil, Manoel adotou por sobrenome e o transmitiu à família. Seu nome, que deveria ser Manoel Ferreira Velho, foi modificado para Manoel Ferreira Fonteles, a fim de lembrar seu lugar de origem. Hoje são incontáveis os Fonteles que povoam o Vale do Acaraú.

MATRIZ DE MEIXOMIL

Do ponto de vista histórico, a pequena matriz do Divino Salvador de Meixomil é uma preciosidade, por conter elementos de valor artístico e por conservar muitos laços da construção original. É um templo de pequenas proporções, mas típicas das capelas rurais portuguesas que, a partir dos séculos X e XI, foram sendo construídas, com expressão românica, embora com os acréscimos dos séculos XVII e XVIII nas partes laterais e ao fundo (sacristia).

É sede de paróquia desde o século XIII e pertence à Diocese do Porto. Possui livros de assentos paroquiais a partir de 1578, todos bem conservados no Arquivo Distrital da mesma cidade do Porto.

As paredes externas do templo são todas de pedra. A fachada é simples e encimada por uma cruz, também de pedra. A porta principal, na frente, tem a parte superior em arco. Na parte posterior, há resquícios de sepulturas.

No interior, destacam-se azulejos do século XVII, ainda muito bem conservados, e uma imagem setecentista de N. Sra. da Conceição, infelizmente grosseiramente restaurada, na pintura, por mãos inábeis. Como sinal de muitas recordações para mim, ali encontra-se intacta a pia batismal, original do século XI, de única peça cavada em pedra maciça, em que foi batizado o nosso ancestral. Há também cinco altares, muito simples e sem qualquer decoração, sendo o mor dedicado ao Divino Salvador, que é orago, e os outros, à N. Sra. da Conceição, Senhor dos Passos, Coração de Jesus e N. Sra. das Graças, respectivamente. Com exceção do altar-mor, os demais são de construção recente.

Minha atenção, como era natural, fixou-se por muito tempo na vetusta pia batismal, logo à esquerda de quem entra pela porta principal. O templo chegou a possuir excelente pintura e douramento aplicados em três retábulos, fontespício e noutras obras.

Em contrato feito a 15 de setembro de 1683 por intermédio da Confraria de N. Senhora da Conceição, há referência a pinturas de três painéis. Fala-se de retábulo junto ao arco-cruzeiro e dois outros colaterais, anotando-se que o ouro a empregar "deve ser do mais subido que houvesse no reino de Portugal".

A arquitetura do pequeno templo muito se assemelha com os mais antigos construídos nos nossos sertões.

Nesse Matriz tornou-se cristão o Adão do Vale do Acaraú. O atual pároco, Pe. Adolfo Fânzeres Martins, acumula as funções de vigário de Penamajor, distante de 3 km, onde reside.

Também é natural de Meixomil o topógrafo português Domingos Bessa Guimarães, filho de Evaristo José Teixeira e Luzia Carneiro Pimentel, filha de João Rodrigues Pimentel e Isabel Leal dos Santos, a 14 de abril de 1858. Trabalhava no escritório da Estrada de Ferro de Sobral, onde exercia a função de topógrafo. Faleceu a 7 de dezembro de 1894, com a idade de 60 anos. Sobre sua ilustre descendência tratei na "Cronologia sobralense", vol. 3, p. 172.

O CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA

Meixomil é freguesia do concelho de Paços de Ferreira. Comparativamente ao Brasil, freguesia correspondente a distrito e concelho, a município.

Do Porto a Paços de Ferreira, viajei pela antiga estrada de Guimarães (Areosa - Alto da Maia). À jusante de Ermesinde, transpõe-se o rio Leça. Perde-se de vista a paisagem rústica da Maia. Após um breve trecho de pinhal, deixa-se à esquerda a estrada para Santo Tirso e prossegue-se pela via mais populosa até à encruzilhada da Aldeia Nova. Aí abandona-se a estrada de Guimarães e toma-se a que segue em direção do nascente, pela concha da serra de Agrela. Após atravessar novamente o Leça, entra-se pouco depois numa acentuada encosta donde se deslumbram aprazíveis panoramas. Avista-se o enrugamento do Monte Córdova. Alingindo o cimo, entra-se numa região planáltica e chega-se a Paços de Ferreira.

A vila é pequena, mas acolhedora. Está situada entre morros de pouco relevo, dos quais sobressai, ao norte, o monte de Sanfins, coroado pelas ruínas da antiga Citânia, expressiva estação arqueológica pré-histórica de Portugal.

O concelho tem presentemente mais de 40.000 habitantes e seu território divide-se em 16 freguesias, todas sedes de paróquias: Arreigada, Carvalhosa, Codeços, Eiriz, Ferreira, Figueiró, Frazão, Reamunde, Lamoso, Meixomil, Modelos, Paços de Ferreira, Penamajor, Raimonda, Sanfins de Ferreira e Seroa. Na região é intensa a indústria de móveis.

O clima é saudável e, segundo a descrição poética de um jornalista local, seus habitantes vivem "no hálito perfumado das serras, no bucolismo

das devasas, no queixume das águas correntes, na perspectiva dos outeiros contornantes em que os pinhais rezam litanias de saudades: em todo este ambiente de quietação e frescura e ainda na alegria benevolente que ressumbra da alma simples do povo, encontram sempre motivos de bem estar e um convite instantâneo a passeios agradáveis que retemperam a saúde do corpo e do espírito."

Foi nesse ambiente bucólico e religioso que Manoel Ferreira Fonteles passou a infância e os primeiros anos da juventude, até emigrar para o Brasil.

O povo é católico e se orgulha do seu velho Mosteiro de São Pedro de Ferreira, templo de muita beleza, exterior e interior, acusando a transição do romântico e construído nos séculos XII e XIII. É assim a população de Paços de Ferreira, conforme testemunha um de seus escritores: "O seu povo simples e bom aprendeu a rezar à sombra da tradição do seu mosteiro e passa a vida, dura mas alegre, de quem trabalha a cantar e a louvar a Deus ao impulso da fé."

No século XIII, a terra era regalenga. Em meados do século XVI, aparece como honra de Santa Eulália de Paços, senhoria de nobreza, cujos dízimos, em considerável parcela, pertenciam à Universidade de Coimbra.

O concelho foi criado em 1836. Até então, sua área atual estava distribuída pelos julgados de Aguiar de Sousa e Refojos de Riba do Ave. Nenhum habitante do Vale do Baixo Acaraú, em viagem por Portugal, deverá deixar de visitar a terra natal do seu mais antigo e prolífero colonizados. É deveras um passeio emocionante. . .

O CASAMENTO DOS PAIS

Em documentos paroquiais deste Curato do Acaraú constam que os pais de Manoel Ferreira Fonteles chamavam-se Domingos Velho da Cruz e Maria Ferreira Pinto. Foi graças a estes dados informativos, que me foi possível encontrar, no Arquivo Distrital do Porto, mais precisas notícias sobre os ascendentes desse nosso ancestral. O primeiro informe preciso foi o termo do casamento de seus pais realizado, a 7 de janeiro de 1683, na matriz de Meixomil. Eis, a seguir, a íntegra do valioso documento, que copiei fielmente do livro original:

"**Domingos Velho**, filho de João Velho e de sua mulher Maria Antonia, já defunta, de Fontelo, se recebeu com **Maria Ferreira**, filha de Domingos

Ferreira, já defunto, e de sua mulher Maria Antonia, do lugar de Fontelo, todos desta freguesia de Meixomil, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil seiscentos e oitenta e três, estando por testemunhas presentes Antonio Pinto Carneiro, Reitor de Pena Maior e o Pe. Luiz Ferreira e Baltazar Barbosa e o Pe. Pedro Velho que, por comissão de licença minha, os recebeo, e por assim ser verdade fiz este assento hoje oito do dito mês de janeiro da era ut supra. Antonio da Silva." (Liv. Misto, nº 2, 1652-1707, fl. 108).

O Padre Luis Ferreira, que foi testemunha, era irmão da noiva e o Padre Pedro Velho, irmão do noivo. Portanto, ambos eram tios de Manoel Ferreira Fonteles. Parente próximo e contemporâneo era Manoel Velho, que a 26 de janeiro de 1646 possuiu bens de raiz em Fontelo.

OS AVÓS PATERNOS

Sobre João Velho e Maria Antônia (avós paternos de nosso ancestral, e caseiros da Casa do Fontelo desde 1646, como vimos) encontrei nos livros paroquiais de Meixomil, que consultei, apenas os termos de óbito, pelo que devem ter sido batizados e casados em outra freguesia. Eis os dois termos que lhes registrou os falecimentos:

"João Velho, do lugar de Fontelo desta freguesia de Meixomil, faleceu aos vinte e três de agosto de mil seiscentos e noventa e sepultou-se aos vinte e quatro do dito mês, dentro da Igreja em o meio do número terceiro, ficou herdeiro seu genro Antonio Carneiro e sua filha Maria Velha, fizeram-se-lhe logo os três ofícios de dez padres cada um e teve oito mais de acompanhamento em o dia do seu enterro com esmola de tostão por ser dia de preceito e por assim passar na verdade, fiz este assento que assinei hoje era ut supra. Pe. Domingos Carneiro Pinto." (Liv. Misto de Meixomil nº 2, fl. 182 v.).

"Aos cinco de dezembro de mil seiscentos e cinquenta e seis faleceu Maria Antonio, mulher de João Velho do lugar de Fontelo, não fez manda e ficou por seu herdeiro seu marido e por assim passar na verdade, assinei era ut supra. Pe. Damião de Maia. (Ibidem, fl. 156 v.).

O pároco Pe. Damião de Maia faleceu a 8 de dezembro de 1660, conforme consta do mesmo livro, fl. 158 v.

Como se vê dos documentos acima transcritos, João Velho avô paterno de Manoel Ferreira Fonteles, viveu em viuvez durante 36 anos e não con-

traiu nova nupcias. De seu matrimônio com Maria Antonia nasceram, de meu conhecimento, apenas três filhos:

1. Domingos Velho da Cruz, casado com Maria Ferreira Pinto, a 7 de janeiro de 1683. Pais de Manoel Ferreira Fonteles.

2. Pe. Pedro Velho, que foi serventuário na Matriz de Meixomil.

3. Maria Velha, casada com Antonio Carneiro, filho de Francisco Gonçalves e Maria Carneiro, a 24 de janeiro de 1663.

Irmã de João Velho foi Isabel Velha que se casou com Tomé Jorge, também agregado da Casa de Fontelo.

OS AVÓS MATERNS

Manoel Ferreira Fonteles é neto materno de Domingos Ferreira e Maria Antônia, homônima da avó paterna. Deles também só encontrei os registros de óbito, que passo a transcrever:

"Falece Domingos Ferreira de Fontelo aos vinte e cinco dias de novembro de mil seiscentos e sessenta e sete, abintestado, ficaram seus herdeiros seus filhos e sua mulher Maria Antonia. Foi sepultado dentro da igreja desta freguesia e por ser verdade, eu Pe. Luís Ferreira." (Ibidem, fl. 164v.).

"Maria Antonia, viúva, moradora em Fontelo, faleceu a catorze de novembro de mil seiscentos e noventa e quatro, fez testamento e deixou seus bens ao cunhado João Pedro e por assim passar na verdade, fiz este assento que assinei era ut supra. Pe. Domingos Carneiro Pinto." (Ibidem, fl. 188).

Da parte materna, a avó Maria Antonia viveu viúva durante 27 anos.

FAMÍLIA DE OITO IRMÃOS

A deduzir dos termos de batismo que encontrei no Livro Misto nº 2 da matriz de Meixomil, que compreende os anos de 1652 a 1707, Manoel Ferreira Fonteles foi o terceiro filho de uma família de oito irmãos, conforme se vê da relação seguinte:

1. Antonio Ferreira. Nasceu a 24 de novembro de 1683 e foi batizado pelo Pe. Antonio da Silva a 28 do mesmo mês. Foram padrinhos o Pe. Antonio Pinto Carneiro, reitor de Penamajor, e Ângela, solteira, filha de Maria Antonia,

de Fontelo (lb. fl. 35v.).

2. Maria Velha, nasceu a três de maio de 1685 e foi batizada a 16 pelo Pe. Manoel da Silva, cura de Meixomil. Foi padrinho Pedro, solteiro, filho de Pedro João do dito lugar de Fontelo. (lb. fl. 37v).

3. MANOEL FERREIRA FONTELES. Nasceu a 7 de março de 1687.

4. Domingos Ferreira Pinto. Nasceu a 4 de abril de 1689 e foi batizado a 6 do mesmo mês. (lb. fl. 44v). Emigrou também para a Ribeira do Acaraú, com seu irmão Manoel, e aqui contraiu dois matrimônios, conforme já informei em "Cronologia Sobralense", vol. 1, p. 101.

5. Maria Ferreira. Nasceu a 26 de abril de 1691. (lb. fl. 47v).

6. João Ferreira. Nasceu a 16 de dezembro de 1692 e foi batizado pelo Pe. Domingos Carneiro Pinto a 21 do mesmo mês. (lb. fl. 51).

7. Ana Ferreira. Nasceu a 9 de abril de 1695 e foi batizada a 17 do mesmo mês. (lb. fl. 57v).

8. Vicência Ferreira. Nasceu a 7 de novembro de 1697 e foi batizada a 10. Foi padrinho Manoel Rangel, filho de João Pedro, de Fontelo, e de sua mulher Maria Antonia. (lb. fl. 64).

A VINDA PARA O BRASIL

Excetuada a que foi obtida em 1663 pelo ajudante Felipe Coelho de Moraes nas terras banhadas pelo rio Pajeú junto ao Forte do Ceará, foi somente a partir do primeiro governo do Capitão-mor Sebastião de Sá (1678-1681) que começaram a ser distribuídas datas de sesmarias no território hoje compreendido no Estado cearense. Nos dois decênios finais do século XVII, essas concessões tornaram-se freqüentes e o povoamento do sertão começou a se organizar. Simultaneamente, em Portugal corriam notícias de que no Brasil estavam sendo feitas doações de terra, com o mínimo de exigências, a quantos portugueses desejassem contribuir para o povoamento da colônia brasileira. Ainda mais, é o que se propalava, mesmo que não recebessem sesmos, os emigrantes lusos encontrariam trabalho fácil e abundante, tendo em vista a grande necessidade de mão-de-obra para tratar da pecuária e da lavoura que se estavam a instalar em acelerado ritmo.

Tais notícias provocaram, no reino, um frêmito de entusiasmo para com o Brasil, principalmente na região do Ente Douro e Minho, onde a população

era mais densa e o minifúndio predominante. Assim, o povoamento do Ceará começou a ser estabelecido no sertão, a partir das décadas finais do século XVII, acelerando-se no início do século XVIII, proporcionando a ocupação das terras, com base na organização das sesmarias.

Para Ribeira do Vale do Acaraú vieram, especialmente, camponeses do Minho e pescadores das povoadas da hoje chamada Costa de Prata.

A 14 de outubro de 1702, o Capitão-mor Francisco Gil Ribeiro concedeu extensa sesmaria, nas margens do rio Acaraú, preenchendo os vazios não ocupados por Manoel de Goes e seus companheiros que haviam recebido terras a 20 de setembro de 1683. Essa nova sesmaria foi concedida a Maria de Sá, mulher do Capitão Félix da Cunha Linhares, e a Nicolau da Costa Peixoto, medindo duas léguas do rio Acaraú. Maria de Sá era também cunhada de Nicolau da Costa Peixoto que, por sua vez, era filho de Antonio da Costa Peixoto que foi vereador da primeira câmara municipal de Aquirás.

Parte desta sesmaria foi, posteriormente, vendida a Manoel Ferreira Fonteles, onde se estabeleceu e instalou a fazenda Tucunduba, perto da serra do mesmo nome, em território hoje pertencente ao município de Marco, distrito de Panacuí.

Não sabemos em que ano, exatamente, Manoel Ferreira Fonteles emigrou para o Brasil. O certo é que não chegou ao Ceará antes de 1715. Anteriormente, esteve em Pernambuco, onde desembarcou. Em Olinda conheceu um seu patrício, de nome Francisco Ferreira Brandão, com quem mantinha fortes laços de amizade. Este tinha uma filha de menor idade, chamada Maria Pereira. Tendo que viajar para o Ceará, o jovem Manoel combinou com seu amigo que casaria com sua filha, logo esta alcançasse a idade núbil. No tempo oportuno combinariam a data do casamento, quando então, se encontrariam na Vila de Aquirás para realizar a cerimônia do matrimônio religioso. Estando tudo assim acertado, Manoel embarcou para o Ceará em busca de terras e trabalho.

Enquanto residia em Aquirás, Manoel Ferreira Fonteles conheceu uma índia tapuia, de nome Maria Fernandes, com quem passou a viver maritalmente. Desta relação amorosa nasceu uma menina que foi batizada em 1718, tomando o nome de Luísa. Esta casou-se, a 26 de novembro de 1733, com o português Caetano Soares Monteiro, filho de Simão Marques Leitão e Catarina Soares Monteiro, naturais de Sobral da Lagoa, Óbidos, Portugal. Deste matrimônio nasceram oito filhos, a saber:

1. **Maria Soares**, casada com João da Silveira Dutra, filho de Manoel Dutra e Josefa da Silveira, a 24 de novembro de 1746. Faleceu a 29 de junho de 1765.

2. **Gabriel Soares Monteiro**, casado com Quitéria Coelho de Albuquerque, filha do Cap. Antônio Coelho de Albuquerque e Joana Teixeira de Moraes, a 26 de novembro de 1778.

3. **Josefa Maria da Conceição**, casada com Francisco Rodrigues Magalhães, filho de João Rodrigues Magalhães e Grácia Ribeiro de Sousa, a 10 de setembro de 1769. Faleceu a 15 de setembro de 1776.

4. **Maria Madalena**, casada com Miguel dos Santos Silva, filho de Manoel dos Santos Silva e Maria da Conceição, a 21 de novembro de 1777.

5. **Manoel Soares Monteiro**, casado com Custódia Lourença Justiniana, filha de João Pereira da Silva e Quitéria Maria de Sousa, a 22 de maio de 1799.

6. **Ana Ferreira do Espírito Santo**, casada com João Rodrigues da Silva, filho de Francisco Dias da Silveira e Ana Cardoso, a 18 de novembro de 1790.

7. **Francisco do Espírito Santo**, casado com Maria Rodrigues Moreira, filha do Cap. Manoel Moreira Soares e Ana da Costa Teixeira, a 28 de outubro de 1771

8. **Vicente**, batizado a 1 de maio de 1760.

Caetano Soares Monteiro foi vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, eleito a 28 de julho de 1747, com posse a 4 de janeiro de 1748. Luísa Ferreira faleceu a 16 de novembro de 1794.

A FAZENDA TUCUNDUBA

Por volta de 1725, Manoel Ferreira Fonteles recebeu carta do patrício residente em Pernambuco, na qual comunicava que estava a preparar viagem ao Ceará, em companhia da filha Maria, com o fim de realizar o casamento.

Conhecedora dos acontecimentos, a tapuia revoltou-se contra o amante que lhe havia prometido fidelidade e, agora, anunciara-lhe que estava termi-

nada a vida em comum, porque chegara a hora de se casar religiosamente com a mulher prestes a chegar de Pernambuco. Dizendo-se ameaçado de morte pela amante, Manoel Ferreira Fonteles conseguiu que a índia fosse presa na cadeia de Aquirás, não devendo ser solta senão após a realização do casamento. A filha ficaria sob seus cuidados de pai.

Na busca de sair-se bem na vexatória situação, Manoel Fonteles procurou enfrentar imediatamente os problemas, a fim de que, quando chegasse de Pernambuco o futuro sogro, tudo estivesse resolvido.

A primeira providência a tomar foi adquirir uma propriedade rural onde se fixar, longe dos problemas surgidos em Aquirás. Foi aí que comprou parte da sesmaria de Nicolau da Costa Peixoto, no lugar Tucunduba, onde pretendia se estabelecer e residir após a realização do matrimônio. Para lá levaria a esposa legítima e a filha bastarda.

Uma vez casados, Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira vieram para a ribeira do Acaraú. A fazenda que, cujo nome lembra abundância de tucum ou palmeiras, media "meia légua de terra, de cumprido, com meia légua de largo, tudo de uma só banda do rio Acaraú", à margem esquerda, e confinava ao norte com as fazendas Salgado e, ao sul, com as fazendas Raiz e Várzea Redonda. Conforme levantamento feito pela Câmara Municipal de Sobral em 1788, a Tucunduba possuía os seguintes bens semoventes: "28 cabeças de gado de açougue, 100 vacas parideiras, 10 poltros, 30 novilhos, 25 garrotes, 70 cabras e 46 cabritos". Possuía mais 2 escravos, uma engenhoca, 3 machados, duas enxadas, duas foices e um cavador. Quanto à produção agrícola, dispunha de 5.000 covas de mandioca, 100 mãos de milho de colheita e 25 braças de terra plantada de algodão, onde colhia 6 arrobas em caroço por safra.

Estes dados demonstram que Manoel Ferreira Fonteles chegou a possuir um bom patrimônio, o que o fez conseguir proeminência social na região, tendo exercitado influência política e chegado ao posto de Tenente do Regimento de Ordenanças. O que havia aprendido na Casa do Fontelo procurou aplicar no Vale do Acaraú, de cujas atividades agropecuárias foi um dos pioneiros nos primórdios de nossa colonização. Testemunha da época diz que "era peão e mecânico e exercitava o ofício de vaqueiro e todos os atos mecânicos dele."

A fazenda Tucunduba teve seu nome ligado à história do Ceará, porque foi lá onde foi homiziado o Ouvidor Antônio Loureiro Medeiros, quando fugiu de Aquirás, nos motins bem conhecidos da recusa de transmissão de cargo ao sucessor Pedro Novais Pereira, no ano de 1732.

O tenente Manoel Ferreira Fonteles teve também projeção no campo religioso, pois muito ajudou na construção da capela de Santana do Acaraú, cuja bênção se realizou no dia 9 de agosto de 1739.

Foi Juiz Ordinário da Câmara de Fortaleza, no ano de 1741. A 26 de julho de 1745 foi eleito juiz ordinário da ribeira do Acaraú, com posse a 22 de abril do ano seguinte.

Na Tucunduba, o tenente fundou também uma escola, que foi a primeira a funcionar nos sertões do Vale do Acaraú. Foi Juiz Ordinário da Ribeira do Acaraú, com juramento e posse a 22 de abril de 1746.

A PROLE LEGÍTIMA

Do casamento de Manoel Ferreira Fonteles com Maria Pereira, nasceram seis filhos, a saber:

1. **Maria Ferreira Fonteles**, nascida em 1729 e casada com o português Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos, filho de Mateus Mendes e Ana Carvalho, naturais de Travanca, concelho de Amarante, a 19 de setembro de 1743. Faleceu a 2 de julho de 1795. Seu marido Mateus faleceu a 7 de janeiro de 1793. Tronco das numerosas famílias Mendes e Vasconcelos.

2. **Ana Ferreia do Espírito Santo**, nascida em maio de 1732, casada com o português ajudante Francisco de Farias Almeida, filho de Francisco de Farias Almeida e Emerência de Jesus Magalhães, a 22 de julho de 1753. Tronco das famílias Santos, Farias e junção com a família Sousa.

Os outros quatro filhos casaram com filhos do capitão Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira, paraibanos e moradores no Cocó, arrabalde de Fortaleza, a saber:

3 - **MANOEL FERREIRA FONTELES FILHOS**, nascido em maio de 1740, c.c. Ana Maria da Conceição, filha do citado Ângelo, a 12 de novembro de 1755. Faleceu a 18 de julho de 1795. Ana Maria faleceu a 19 de fevereiro de 1818. É o tronco mais prolífero da família.

4 - **BIBIANA FERREIRA**, batizada em dezembro de 1742, c.c. Quintiliano Dias Leitão, filho do mesmo Ângelo, a 20 de agosto de 1756. Quintiliano faleceu a 23 de fevereiro de 1815 e Bibiana, a 9 de agosto de 1805.

5 - TOMÉ FERREIRA FONTELES, gêmeo, nascido a 28 de dezembro de 1747, de cujo parto faleceu a mãe. Casou com Maria José de Verçosa, filha do mesmo Ângelo e Rosa Maria, a 27 de novembro de 1764. Maria José faleceu a 1º de maio de 1785.

6 - FRANCISCO FERREIRA FONTELES (RIOS), gêmeo com o precedente, nasceu e casou nos mesmos dias que o irmão Tomé. O 1º matrimônio foi com Iácia Ferreira de Verçosa, filha do citado Ângelo. O 2º, com Ana Quitéria de Jesus, filha de João da Fonseca Álvares e Maria Teresa de Jesus, a 4 de agosto de 1796. Faleceu a 18 de julho de 1815. Tronco da família Rios.

O alferes Ângelo Dias Leitão, sogro desses quatro filhos, foi Juiz Ordinário da Câmara Municipal de Fortaleza em 1742.

São estes os seis filhos do primeiro matrimônio de Manoel Ferreira Fonteles, o Adão do Vale do Acaraú. Tendo falecido sua primeira mulher Maria Pereira, a 28 de dezembro de 1747, do parto dos dois gêmeos, casou, em segundas núpcias, com Rosaura Maria de Mendonça, a 28 de maio de 1752, viúva de Bento de Barros, falecido a 7 de janeiro de 1752. Deste segundo matrimônio não houve descendência.

O TESTAMENTO

O tenente Manoel Ferreira Fonteles faleceu a 30 de abril de 1761, com 74 anos de idade, e seu corpo foi sepultado na capela de Santana do Acaraú. Deixou testamento, cujo resumo foi transcrito no próprio livro paroquial da freguesia da Caiçara, conforme cópia que segue:

"Aos trinta de abril de mil setecentos e sessenta e hum faleceu da vida presente de doença que Deus lhe deu o Tenente Manoel Ferreira Fonteles, de idade de setenta anos pouco mais ou menos, freguês deste curato, casado com Rosaura Maria de Mendonça, por contrato e escritura de arras, natural da freguesia de Meixomil, Entre Douro e Minho, bispado do Porto, filho legítimo de Domingos Velho da Cruz e de sua mulher Maria Ferreira Pinto, morreu com seu solene testamento, no qual deixa seus testamenteiros a Caetano Soares Monteiro e a seu filho Manoel Ferreira da Rocha. Deixa que se façam dois ofícios de corpo presente por sua alma, fora o da obrigação. Item, deixa por sua alma uma capela de missas. Item, outra capela de missa pelas almas, Item, outra capela de missas por seus pais, pai e mãe, todas com esmola de duzentos e quarenta por cada missa. Item, deixa de esmola à sua mulher vinte e cinco vacas e três bestas mulas. Deixa para

desencargo de sua consciência à Matriz desta freguesia quatro poldros de ano e meio acima. Deixa por esmola ao seu afilhado Manoel, filho de Caetano Torres, digo, Soares Monteiro uma besta. Item deixa de esmola ao seu afilhado Francisco, filho de Francisco Faria de Almeida, um poldro de ano e meio. Item deixar de esmola ao seu afilhado Manoel, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos, um poldro de ano e meio. Ultimamente, instituiu por herdeiros do restante de sua terra seus filhos Manoel Ferreira da Rocha, Tomé, Francisco e Bibiana para igualmente repartirem. Foi envolto em hábito franciscano, sepultado na capela de Santa Ana desta freguesia e encomendado, de licença minha, pelo R. P. Inácio Gonçalves da Silva. Faleceu com todos os sacramentos, de que fiz este assento em que me assigno, Manoel da Fons-Jayme, cura do Acaraú." (Livro de Óbitos, Sobral, 1774, fl. 26v.).

A IMENSA ÁRVORE GENEALÓGICA

O tenente Manoel Ferreira Fonteles, se vivo fosse, estaria completando trezentos anos de nascido. Continua vivo no sangue de sua enorme descendência que povoa o Vale do Acaraú. É raro o sobralense branco que dele não descenda. Para se ter uma idéia da veracidade do que digo, posso dar minha experiência pessoal que, ao montar a árvore do costado de minha ascendência, constatei que dele descendo dez vezes, sendo cinco vezes por via paterna e cinco, por via materna. Pelo lado de pai, descendo quatro vezes da filha Maria Ferreira e uma vez, da Bibiana. Pelo lado de mãe, descendo duas vezes do filho Francisco e três, da filha Maria Ferreira. Qualquer outra pessoa natural do baixo e médio Acaraú poderá constatar o mesmo, ao montar a própria árvore genealógica. É ele, indubitavelmente, o maior povoador do Vale do Acaraú.

Infelizmente, como nós, os historiadores portugueses desconhecem particularidades de muitos de seus filhos que emigraram para o Brasil. A Casa do Fontelo, em Meixomil, bem que poderia ter afixada uma placa comemorativa em homenagem ao seu ilustre filho. Às autoridades do concelho de Paços de Ferreira caberia tomar tal providência.

Parece-me oportuno transcrever a notícia que a "Gazeta de Paços de Ferreira", edição de 28 de agosto de 1986, publicou em sua primeira página: "Rev. Dr. Francisco Sadoc Araújo. Esteve de visita ao nosso concelho este ornamento da Universidade de Sobral (Ceará-Brasil), e precisamente interessado em conhecer ligações familiares de Manoel Ferreira Fonteles, nascido em 1687, no lugar Fontelo, Meixomil, filho de Maria Ferreira Pinto (da Casa das Quintãs - Paços) e de Domingos Velho da Cruz, ligado às Casas de Fontelo e do Moinho. Por padrinho de batismo o parente Pe. Pedro Velho.

O distante Manoel Ferreira Fonteles passa por ser o fomenador da criação do povoado de Sobral - hoje esplendorosa cidade - a par da Ribeira do Acaraú, no nordeste litoral do Brasil.

No pensamento do letrado visitante, a publicação tanto quanto completa dos primórdios da cidade sobralina e do seu fundador, nosso ignorado patricio. Bem haja se tal acontecer."

Bem sei que o desejo de resgate da memória do Tenente Manoel Ferreira Fonteles, manifestado pelo ilustre jornalista português da gazeta ferreirense, é o mesmo dos seus inumeráveis descendentes brasileiros que habitam esta Ribeira do Acaraú.

Felizmente, por iniciativa lúcida e benemerente do engenheiro Ângelo Carneiro Leão, atual proprietário da Casa do Fontelo, a memória do ignorado patricio começou a ser retomada. Realmente, no dia 14 de agosto de 1988, com a presença das principais autoridades do concelho de Paços de Ferreira, do cônsul do Brasil no Porto, e de muitos familiares e amigos do Dr. Ângelo Carneiro Leão, foi aposta uma placa marmórea, na entrada principal da Casa do Fontelo, com os seguintes dizeres: "Aos sete dias de março do ano da Graça de 1687, nasceu nesta casa **Manuel Ferreira Fonteles** que, desperte pela gloriosa vocação lusitana, foi pioneiro e povoador da cidade e região brasileiras de Sobral-Ceará. Em sua memória colocou-se esta lápide com a presença do seu ilustre descendente, Reverendo Doutor, Francisco Sado de Araújo, atual Reitor da Universidade de Sobral. Fontelo, aos 14 de agosto de 1988".

Como ele, muitos outros portugueses fincaram profundas raízes no processo civilizatório da nação brasileira e continuam ainda esquecidos no Brasil, como em Portugal. A justiça da história exige que o exemplo da comunidade de Meixomil seja imitado, para o brilho da verdade e o ressarcimento da lesa gratidão.

MENDES E VASCONCELOS

AMARANTE



Mosteiro de Travanca - Séc. X. Aí foi batizado Mateus Menedes.

Os Mendes e Vasconcelos, bastante numerosos por todo o Vale do médio e baixo Acaraú, provêm do capitão Mateus Mendes de Vasconcelos, português natural da Travanca, freguesia do concelho (município) de Amarante, distrito do Porto, onde foi batizado a 15 de agosto de 1706.

Eis o termo de batismo:

"Matheus, filho de Anna Carvalho, solteira, do lugar do Bouço desta freguesia e couto de Travanca, foi baptizado por mim o Pe. Coadjutor Manoel Carneiro Garcias em os quinze dias do mês de agosto de mil setecentos e seis. Foram padrinhos Manoel da Cunha, do lugar de Bouço, e Catharina Carvalho, filha de outra Catharina Carvalho do mesmo lugar e freguesia de Travanca, e lhe pus os sanctos oleos, de que fiz este termo e assingnei. Pe. Manoel Carneiro Garcias, coadjutor." (Livro Misto nº 3, Freg. de Travanca, Amarante, 1690-1738, fl. 52).

Em todo este livro nº 3, que abrange um período de quase 40 anos dos registos paroquiais da freguesia do Divino Salvador de Travanca, guardado no Arquivo Distrital do Porto, donde copiei de próprio punho o termo acima transcrito, não há nenhum outro menino batizado com o nome de Mateus. Aí não se fez menção do nome do pai. O nome da mãe, no entanto, e o da naturalidade coincidem com os que estão registrados nos livros locais existentes na Cúria Diocesana de Sobral, nos quais consta que Mateus é natural de Travanca e sua mãe chama-se Ana Carvalho. Trata-se, portanto, do batismo do Capitão, tronco das duas famílias.

Entretanto, no termo de seu casamento, como veremos adiante, está dito que o noivo Mateus é filho legítimo (sic) de outro Mateus Mendes de Vasconcelos e de Ana Carvalho. A explicação do fato deve prender-se a que os pais contraíram núpcias após o nascimento do filho.

No mesmo registro matrimonial consta que o pai é natural da freguesia de Regojos, arcebispado de Braga, que deve ser a freguesia de São Miguel de Refojos de Basto, concelho de Cabeceiras de Basto, no distrito bracarense, não muito distante de Travanca. Também da idade com que Mateus faleceu

a 7 de janeiro de 1793, "com 90 anos pouco mais ou menos", coincide com a data de nascimento. Não há dúvida, portanto, de que o termo de batismo acima transcrito é realmente o do capitão Mateus.

Diga-se aqui, por curiosidade, que Nertan Macedo, em "O Clã de Santa Quitéria", Ed. Renes, Rio, p. 22, afirma que o sargento-mor João Pinto de Mesquita, povoador da região de Santa Quitéria, é também natural de Refojos, que ele escreve erroneamente Refois. Nos livros paroquiais da época, guardados na Cúria Diocesana de Sobral, traz como naturalidade de João Pinto de Mesquita a freguesia de São Miguel de Gêmeos, concelho de Celorico de Basto, na mesma região portuguesa conhecida por "Terras de Basto".

No mesmo Arquivo Distrital do Porto encontra-se também o termo de batismo de Ana Carvalho, cujo teor integral é o seguinte:

"ANNA. Aos cartoze de junho de mil seiscentos e oitenta baptizou o Pe. Pedro Teixeira, coadjutor deste Mosteiro do Salvador de Travanca. A Anna, filha de Domingos Mendes e de sua mulher Anna da Sylva Carvalho. Foram padrinhos Manoel Mendes e Antonia da Sylva, todos desta freguesia e eu Frei Domingos da Madre de Deus fiz este assento, anno, dia e mês ut supra. Frei Domingos da Madre de Deus, vigário." (Livro Misto nº 2, freg. de Travanca, Amarante, 1666-1698, fl. 36 v.).

Observe-se que o pai e o padrinho de Ana têm o sobrenome Mendes, como o pai de Mateus, pelo que há visível indício de parentesco entre eles.

O apelido familiar português Mendes provém de Fonte do Mendo, lugar vizinho a Travanca, onde residiam os pais de Ana, precisamente em Bouço. Mendo, por sua vez, é patronímico de Mende, cidade francesa capital do Departamento de Lozère, região do Languedoc, onde o sobrenome é comum. Lembre-se assim, por curiosidade, o nome do político francês Mendes France. As terras de Travanca, antes da constituição de Portugal como nação, este sob o domínio dos francos, principalmente dos gascos, como se lê na história de Amarante.

Domingos Mendes, pai de Ana, é filho de Diogo Mendes, morador no lugar vizinho chamado Ribas, hoje no concelho de Celorico de Basto, e de Catarina de Sousa, do lugar Fonte do Mendo. Diogo casou-se, a 6 de novembro de 1673, com Ana da Silva Carvalho, filha de Domingos Gaspar e Beatriz Gaspar, em Travanca. Domingos Mendes faleceu a 7 de junho de 1722. (Livro Misto nº 3, fl. 194). Quanto a Ana Carvalho, mãe do capitão

Mateus Mendes de Vasconcelos, faleceu a 7 de outubro de 1735 e foi sepultado no Mosteiro de Travanca. (lb. fl. 236).

O nosso capitão, portanto, herdou o sobrenome Mendes dos ascendentes maternos de Fonte do Mendo, Amarante, e o sobrenome Vasconcelos, dos ascendentes paternos naturais de Refojos de Basto, concelho de Cabeceiras de Basto.

Dos dados acima colhidos, conhecemos a seguinte ascendência materna do capitão Mateus Mendes de Vasconcelos:

1 - Diogo Mendes c.c. Catarina de Sousa. Pais de

2 - Domingos Mendes c.c. Ana da Silva Carvalho (filha de Domingos Gaspar e Beatriz Gaspar) a 6 de novembro de 1673. Pais de

3 - Ana de Carvalho, nascida a 14 de junho de 1680, mulher de Mateus Mendes. Pais do

4 - Cap. Mateus Mendes de Vasconcelos, nascido em agosto de 1706. Emigrou para a ribeira do Acaraú, onde se casou, a 19 de setembro de 1743, com Maria Ferreira Pinto, filha do tenente Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira. Deste casamento provêm os Mendes e Vasconcelos do Vale do Acaraú.

A TERRA DO BERÇO

Travanca, a terra natal do capitão Mateus Mendes de Vasconcelos é, ainda hoje, uma pequena aldeia do Minho, conhecida apenas por seu notável Mosteiro, monumento nacional, distante 4 km de Vila Meã, onde há uma estação do Caminho de Ferro Douro, e junto à estrada que se dirige a Amarante, sede do concelho.

Neste Mosteiro de São Salvador, onde Mateus foi batizado a 15 de agosto de 1706, destacam-se a imponente torre guerreira e a sólida igreja românica. Sua fundação é atribuída a Dom Gascão Moniz, guerreiro de origem francesa, natural da Gasconha. A torre, mais antiga que a igreja, deve ser dos princípios do séc. XI e foi construída como sinal da ocupação da terra e defesa contra o sempre iminente perigo de invasão dos mouros. Ali viveu, durante vários séculos, uma comunidade de monges beneditinos, tendo sido Couto, isto é, território com plena jurisdição em suas terras demarcadas e

isento de impostos. A Carta de Couto deve-se à rainha Dona Teresa, filha de Afonso Henrique, também conhecida por Matilde ou Mafalda, cuja vida os antigos historiadores encheram de lendas. Casou (1184) com Filipe de Alsácia, conde de Flandres e, posteriormente, (1194) com Eudo, duque de Borgonha, todos gente da alta nobreza do Franco-Condado.

Os beneditinos deixaram o mosteiro em 1834, passando ao patrimônio do Governo Português. Hoje serve de hospital para deficientes mentais.

A igreja tem três naves, separadas por arcadas de recorte ogival. A estrutura do templo impressiona pela robustez dos muros laterais, com panos de granito como se estivesse nos planos do arquiteto a construção de uma possante abóbada de pedra, que nunca se fez. É obra arquitetônica para admirar e estudar.

O caminho mais fácil para ir a Travanca é tomar o trem da Linha do Douro na estação de São Bento, cidade do Porto, e seguir até à de Vila Meã, km 53. Até aí passa-se pelas estações de Ermesinde, Valongo, Recarei, Cete, Paredes, Penafiel, Meinedo, Caíde e, finalmente, Vila Meã. Daí até Travanca, são 4 km que se podem percorrer de táxi ou em algum ônibus ou autocarro que passa em direção de Amarante.

Travanca fica no extremo oeste do território do concelho (município) amarantino, distante 14 km da sede, e é uma das quarenta freguesias (distritos) que compõem o território concelho. O concelho é dividido quase ao meio pelo rio Tâmega, cujas águas são freqüentemente barradas em pequenos açudes e insuas.

A vida sócio-cultural de Amarante gira em torno da figura lendária de São Gonçalo, espécie de Pe. Cícero em Juazeiro do Norte. Os três principais monumentos da cidade trazem seu nome: a igreja, o convento e a ponte. Gonçalo nasceu no ano de 1200 em Arriconha, lugar da freguesia de Tagilde, concelho de Guimarães, mas viveu por muito tempo e faleceu em Amarante, em cuja matriz está sepultado.

Quando jovem dominicano, viajara pela Itália e Palestina, e ao regressar à Pátria fixou-se no passo de Amarante, onde se destacou por ter o dom de conseguir noivos para casar com solteironas e por ter construído a famosa ponte local, pelo que granjeou a fama e a popularidade de "casamenteiro e pontífice".

A obra literária de Frei Luís de Sousa (155-1632), um dos mais delicados estilistas da língua portuguesa, muito concorreu para a divulgação da devoção ao Santo. Sobre a construção da ponte, diz ele: (A primeira e maior maravilha que o Santo fez, depois que tornou, mandado ao seu antigo ministério de pregar, foi a obra da Ponte de Amarante sobre o Tâmega: obra que para muitos povos juntos fora de grande carga, e para um Rei parecera muito custosa, quanto mais para um pobre frade, que de seu não tinha mais que o breviário, em que rezava." ("História de São Domingos", 3ª parte, Lisboa, 1678). Também na "Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires", II, 4, 10, narra um notável milagre do Santo na cura de uma jovem parálitica, de nome Cecília, que "começou a andar pela capela sem ajuda e desempeadamente."

Com o passar do tempo, sua memória encheu-se de lendas, tomando-se motivo de festejos religiosos populares e de danças folclóricas. Foi o povo quem espontaneamente o canonizou, pois seu nome não consta do Martirológio romano, catálogo oficial da hagiografia católica. Foram os portugueses emigrados dessa região, como Mateus, que trouxeram para o Brasil esses folguedos populares.

Ainda no começo deste século, as Danças de São Gonçalo eram freqüentes e bastante apreciadas em nosso meio. Mateus Mendes deve ter contribuído para fazê-las conhecidas no Vale do Acaraú.

Em sua "História de Sobral", p. 522-530, Dom José Tupinambá da Frota traz sobre elas resumida descrição e transcreve centenas de quadras em verso, espécie de ritual da execução da dança. Moça que participa da Dança de São Gonçalo, dizia a tradição portuguesa, não morre solteira. Foi este o motivo maior que impulsionou a rápida difusão da devoção ao Santo e dos divertimentos folclóricos em sua honra. No seu modelo nativo português, das procissões do Santo participam carros de boi amarantinos, "diabos e diabos" esculpidos em madeira preta, muito vinho verde e até culto fálico. Felizmente estes abusos não chegaram até nós, embora, muitas vezes, os festejos religiosos populares estivessem misturados com tais excessos profanos. É herança de um certo Portugal.

A construção da Igreja e do Convento de Amarante foi iniciada em 1540, por determinação do rei Dom João III. Foi continuada nos reinados de Dom Sebastião e Dom Henrique e concluída por Filipe I. Estes quatro monarcas são lembrados em estátuas de pedra, colocadas no interior do templo, na chamada "varanda dos reis". Parece que o arquiteto da obra foi Mateus Lopes, mestre de pedraria, de quem falam velhos documentos de 1586.

A Ponte de São Gonçalo fica entre a igreja e o convento e foi construída pelo ano de 1260.

Amarantino de nascimento é Teixeira de Pascoais, o admirável poeta de inspiração virgiliana e dantesca, um dos grandes vultos da literatura lusa. A casa, onde viveu e morreu o poeta, encontra-se no chamado Alto de São João de Gatão, no lugarejo Pascoais, a 3 km de Amarante, donde o autor de "Maranus" tirou seu pseudônimo. É local que merece ser visitado.

Para conhecer mais profundamente a história de Amarante e o sentido das festas populares feitas ali em honra do padroeiro, leia-se o livro "Maranus", antologia de textos organizada por António Cardoso e ali publicado pela Câmara Municipal local.

EMIGRAÇÃO E CASAMENTO

Portugal, a terra pequena do mar grande, sempre deixou na alma destemida de seus filhos o espírito aventureiro de transpor o oceano. Mateus é mais um exemplo a confirmar a tradição. Esperou, porém, a morte da mãe ocorrer a 7 de outubro de 1735, para somente depois empreender a peripécia. Quando a genitora faleceu, contava ele 29 anos completos. É difícil imaginar seus sonhos, mas sem dúvida vinha para o Brasil com a intenção de adquirir fortuna e construir um lar feliz, com esposa para amar e filhos para lhe perpetuar o nome. O certo é que, no início da década de 40 do século XVIII, já se encontra na ribeira do Acaraú. Foi logo procurar agasalho e trabalho junto ao patrício Manuel Ferreira Fonteles, minhoto como ele, já abastadamente estabelecido na fazenda Tucunduba, que o recebeu em sua casa. Tornou-se seu protetor e futuro sogro. É conhecido o espírito de solidariedade e hospitalidade dos portugueses que para cá emigravam, havendo entre eles uma espécie de pacto tácito de recíproco apoio e ajuda. Quando Mateus chegou à fazenda do tenente Fonteles, este já tinha três filhos: Maria com 11 anos, Ana com 8, e Manuel recém-nascido.

Mateus previu que poderia casar com Maria e, como Jacó trabalhara sete anos para Labão com fim de conseguir a mão da filha Raquel, poderia ele trabalhar três, na espera da puberdade da primogênita de seu protetor. A concluir dos dados que conhecemos de sua vida, Mateus era homem calado, introvertido e sério. E por isso, sabia esperar no aguardo das melhores oportunidades de tomar decisões. E como esperara o falecimento da mãe para poder emigrar para o Brasil, poderia esperar a idade púbere de Maria

A cerimônia religiosa do matrimônio foi realizada a 19 de setembro de 1743, como consta do seguinte termo:

"Aos dezanove do mês de setembro de mil setecentos e corenta e três annos, feitas as diligências necessarias e corridos os banhos sem se descobrir impedimento algum canonnico como consta da certidão delles que fica em meo poder, em minha presença e das testemunhas o Rdo. Pe. Mestre Frey Luiz Barreto e o tenente-coronel Manoel Ferreira Fonteles, pessoas conhecidas, se receberam solenemente por palavras de presente na forma do Sagrado Concilio Tridentino, MATHEUS MENDES DE VASCONCELOS, filho legítimo de Matheus Mendes de Vasconcelos e de sua molher Anna Carvalho, natural da freguesia de Refojos, arcebispado de Braga, e assistente nesta freguesia do Acaracu, com MARIA FERREIRA PINTO, filha do tenente Manoel Ferreira Fonteles e de sua molher Maria Pereira, natural desta freguesia de N. Sra. da Conceição do Acaracu, Bispado de Pernambuco, e logo receberam as bênçãos nupciais, de que lis este assento e assingei. Pe. Lourenço Gomes Lelou, cura e vigário da Vara do Acaracu. Pe. Frei Luiz Barreto, Ten-Cel. Manoel Ferreira Fonteles." (Livro de Casamentos de Sobral, 1742-1779, fl. 86 v.)

Ao casarem, Mateus, tinha 37 anos e Maria, 14.

Em um manuscrito assinado pessoalmente por Dom José Tupinambá da Frota há a seguinte nota: "O Dr. José Mendes Pereira de Vasconcelos, homem religioso e conhecedor da genealogia de Santana do Acaraú, e que foi Juiz de Direito daquela comarca, afirmava categoricamente, dizendo-se bem informado, que o supradito Mateus Mendes era padre, lia o breviário e tinha uma batina. Não sei quais as razões para afirmar tal coiza. + José, Bispo de Sobral".

A explicação mais plausível desta suposição seria o fato de Mateus ter sido irmão Terceiro da Ordem de N. Sra. do Carmo, como se lê no termo de óbito adiante transcrito, como direito a usar hábito carmelita e a ler o ofício, como era praxe entre os associados dessa irmandade leiga. Foi com tal hábito que seu corpo foi sepultado.

Quanto a ser padre, a afirmação não procede, pois o próprio texto do casamento a desmente. Ali está dito que o matrimônio foi realizado "sem se descobrir impedimento algum canônico, como consta da certidão deles", isto é, dos banhos corridos após as necessárias diligências que naquele

ato. Há possibilidade de o boato referir-se ao genitor, homônimo, hipotético religioso do velho Mosteiro de Travanca.

FAZENDA CURRALINHO

Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto foram residir na fazenda Curralinho, terra que a filha recebera dos pais como dote do casamento. O topônimo revela origem pecuária e o diminutivo adiciona a idéia de pequenez ao curral de gado, que apesar de acanhado, era o ponto principal de referência para identificar a herdade. Ali nasceram e foram criados os sete filhos, troncos de numerosas famílias que povoaram o médio Acaraú.

Mateus dedicou-se aí especialmente às atividades pecuárias, mas comprou posteriormente um sítio de plantar de nome Sobrado, na serra da Meruoca, onde mandou preparar roças de algodão, mandioca, milho e feijão, como consta de uma declaração de bens que prestou à Câmara Municipal de Sobral em 1788. (Cfr. "Estudo do Remanejamento da Pecuária da Zona Norte do Estado do Ceará", SUDEC, Fortaleza, Vol. 2, p. 445). Exerceu, em sua vida, as duas atividades econômicas típicas do sertão, com a usual proporção de grande pecuarista e pequeno agricultor.

Segundo o citado documentário, a fazenda Curralinho tinha a seguinte extensão e limites:

"Duas léguas de terra de comprimento com uma de largo, às margens do rio Acaraú, tudo de uma só banda, que principia das extremas de Agostinho Moreira Moura (São Joaquim) e finda com terras de Caetano Soares Monteiro. (Lagoa do Olho d'Água). Este Caetano, como ele Mateus, era genro de Manoel Ferreira Fonteles, o Adão da ribeira do Acaraú.

Nessa fazenda, naquele ano, criava o seguinte gado, entre machos e fêmeas: Caprino: 160 cabras e 60 cabritos; Ovino: 40 ovelhas e 20 cordeiros; Cavalar: 60 éguas parideiras, 16 poltrinhos e 20 cavalos de fábrica; Vacum: 170 cabeças de açougue (dos quais vendera 40 cabeças no porto de Itapajé (Itarema) a Manoel Rodrigues Ribeiro, para transportar para Pernambuco por negócio), 60 novilhos, 90 garrotes e 140 bezerros que ferrou. Possui 11 escravos e os seguintes instrumentos agrícolas: 4 machados, 5 enxadas, duas foices e um cavador.

Declarou mais possuir um sítio de plantar lavoura denominada Sobrado

Sousa e findam com terras de José Ferreira Brandão, seu filho". Neste sítio plantara no ano passado (1787): 7.000 covas de mandioca e colhera 70 alqueires; meia mão de milho e colhera 200 mãos; meia mão de feijão e colhera dois alqueires; meia mão de milho e colhera 200 mãos; 12 braças de algodão e colhera 10 arrobas". Tudo foi empregado "para seu gasto". Mão era medida correspondente a 50 espigas ou vagens.

Declarou mais possuir a fazenda Salgado, medindo "meia légua de terra de comprimento por uma de largo para uma só banda do rio Acaraú, que principia das terras do filho Manuel Francisco de Vasconcelos (Marco) e finda com terras do capitão Manoel Ferreira Fonteles no sítio denominado Tucunduba."

Declarou possuir também a fazenda Pedras de Fogo "medindo meia légua de comprimento e 600 braças de largo, de uma só banda do rio Acaraú, que principia nas testadas das terras de Manuel Carneiro da Costa (Sapó) e finda com terras dos herdeiros do defunto Cláudio de Sá Amaral" (Santana). Nesta fazenda criava apenas 80 cabeças de gado vacum e seis cavalos de fábrica, sendo seu procurador seu filho sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos.

A 28 de dezembro de 1747, faleceu de parto sua sogra Maria Pereira, deixando na orfandade os filhos ainda menores, inclusive duas crianças recém-nascidas, Francisco e Tomé. Então, Mateus e Maria transferiram-se para a fazenda Tucunduba, com o fim de ajudar o viúvo a continuar a criação dos órfãos. Maria, como filha mais velha, foi substituir a mãe falecida nos cuidados domésticos. A 29 de maio de 1752, o sogro Manuel Ferreira Fonteles casou-se, em segundas núpcias, com Rosaura Maria de Barros, viúva de Bento de Barros, e então a segunda mulher assumiu a direção da casa. Com isto, Mateus e Maria retomaram ao Curralinho. Por sua vez, o sogro faleceria, quase dez anos após, precisamente a 30 de abril de 1761, sendo sepultado na capela de Santana do Acaraú.

A 15 de setembro de 1752, o vigário Pe. Antonio Carvalho de Albuquerque fundava na Matriz da Caiçara (Sobral) a Irmandade do Santíssimo Sacramento, ainda hoje em plena atividade, e nela Mateus Mendes inscreve-se como irmão fundador. Homem de profundas convicções religiosas, transmitiu aos seus descendentes e familiares a fé católica. Foi seu neto o Pe. Miguel Francisco Mendes de Vasconcelos, que foi vigário de Amontada e Sobral, onde também foi vereador no quadriênio 1829-32. Também são seus descendentes Dom José Tuninambá da Fresta, primeiro Bispo de Sobral e o

mou-se Gonçalo José do Amarante, bem como um dos netos, sinal visível da influência da devoção a São Gonçalo que incutiu no coração dos seus familiares.

Depois de uma vida longa e honrada, patrimônio que legou à sua imensa descendência, Mateus faleceu a 7 de janeiro de 1793, como atesta o seguinte termo de óbito:

"Aos sete de janeiro de mil setecentos e noventa e três faleceu com os sacramentos Matheos Mendes de Vasconcelos, de noventa annos de idade pouco mais ou menos, cazado que foi com Maria Ferreira Pinto, foi o corpo sepultado na Capela de Santa Anna, filial desta Matriz do Sobral em habito da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, de que era Irmão Terceiro, do que para constar fiz este termo e assignei. Bazilio Francisco dos Santos. Cura e Vigario da Vara do Sobral". (Livro de Óbitos de Sobral. 1774-1798, fl. 199 v.).

Pouco mais de dois anos depois, faleceu a viúva Maria Ferreira, conforme consta do texto seguinte:

"Aos dous de julho de mil setecentos e noventa e cinco faleceu da vida presente com todos os sacramentos Maria Ferreira, viúva de Mateus Mendes, de idade de mais de sessenta annos pouco mais ou menos, moradores no Curralinho desta freguesia e foi sepultada na Capela de Santa Anna, filial desta Matriz de Sobral, envolta em habito franciscano, de que para constar fiz este termo e assignei. Pe. Joaquim da Costa Mendonça. Cura e Vigario da Vara de Sobral". (Ib. fl. 276). À margem da folha estava escrito: Pg. Ir. do Orago". O que significa dizer que foi paga a taxa do enterro e que a defunta pertencia à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, padroeira (orago) da Matriz de Sobral.

Nos antigos termos de óbito, a idade dos defuntos era consignada em número aproximativo. Na realidade, Mateus faleceu com 87 anos e seis meses e sua mulher, com 66 anos.

OS SETE FILHOS

1 - Sargento-mor MANUEL FRANCISCO DE VASCONCELOS. Casou-se com Maria Joaquina da Conceição, filha de Luis de Sousa Xerez e Ana Teresa de Albuquerque, a 26 de novembro de 1767. O casal foi residir na fazenda Marco, hoje sede de cidade, e posteriormente no Salgado.

2 - Alferes JOSÉ FERREIRA BRANDÃO. Casou-se com Francisca de Sousa, filha de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira, a 2 de março

de 1767, na Matriz da Caiçara. O casal foi residir na fazenda Pedras de Fogo.

3 - ANTONIO MENDES DE VASCONCELOS, batizado em maio de 1756. Casou duas vezes. A 1ª, com Ana Joaquina de Jesus, filha de Domingos Ferreira Gomes e Maria Alvares Pereira, a 5 de fevereiro de 1777, na fazenda Jaibaras de Cima, propriedade do sogro. O casal foi residir no Areal, onde faleceu Ana Joaquina a 27 de agosto de 1795. O viúvo Antônio Mendes casou, em segundas núpcias, com Teodora Inácia de Menezes, viúva de Antônio Soares Apoliano Bulcão, em Uruburetama. Antônio Mendes faleceu tuberculoso a 6 de janeiro de 1816, deixando descendência dos dois matrimônios como consta da "Cronologia Sobralense".

4 - JOAQUIM FERREIRA DE VASCONCELOS, nascido em 1757. Casou-se com Ana Maria do Espírito Santo, filha de Manuel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, na capela de Santana do Acaraú, a 29 de julho de 1793. O casal passou a residir no Curralinho. Faleceu a 3 de outubro de 1800.

5 - Tenente ALEXANDRE PEREIRA DA ROCHA, nascido a 25 de fevereiro de 1760. Casou três vezes. A 1ª, com Tomásia Ferreira Fonteles, filha de Manuel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, a 9 de setembro de 1792, na capela de Santa Cruz (Bela Cruz). O casal passou a residir no Curralinho. Tomásia faleceu a 28 de outubro de 1798, tendo o viúvo Alexandre casado, em segundas núpcias, com Francisca Maria de Jesus, filha do capitão Antônio de Sousa Carvalho e Maria do Nascimento, a 26 de novembro de 1801. Falecendo Francisca Maria a 14 de maio de 1826, Alexandre convolou terceiras núpcias com Inácia de Menezes, cujo termo de casamento não encontrei, filha de Inácio Bezerra de Menezes e Maria Madalena de Sá.

6 - ROSA MARIA DA CONCEIÇÃO. Casou com o ajudante Manoel Carneiro da Costa, natural de Jaboatão, filho de João Carneiro da Costa e Teresa de Jesus, a 9 de janeiro de 1766. O casal foi residir na fazenda Sapó. Deste matrimônio provém a numerosa família Carneiro.

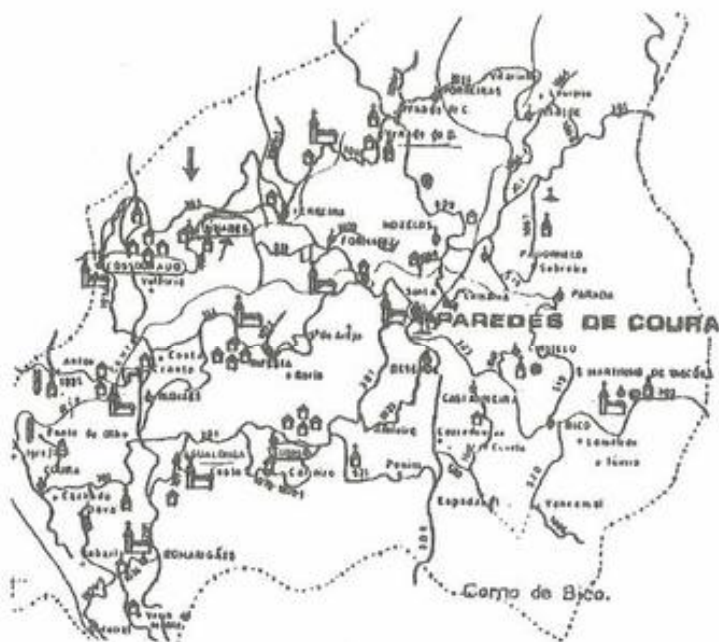
O ajudante Manoel Carneiro faleceu a 17 de dezembro de 1811 e dona Rosa Maria, no ano de 1814.

7 - ANA MARIA DE VASCONCELOS, batizada a 27 de dezembro de 1750. Casou com o português Manoel Lourenço da Costa, filho de Manoel Lourenço da Costa e Suzana Lourenço da Costa, a 5 de outubro de 1767, na

capela de Santana do Acaraú. O casal foi residir na fazenda "Olho D'Água". Ana Maria faleceu a 14 de abril de 1786. É tronco da família Lourenço.

O português Manoel Loureiro da Costa nasceu a 3 de março de 1737 na freguesia de Duas Igrejas, concelho de Penafiel. Foi batizado na matriz de Santo Adrião de Canas, sede daquela freguesia. Faleceu a 26 de agosto de 1815, com 78 anos, sendo sepultado na capela de Santana do Acaraú.

OS LINHARES



Em cima, vista de Aldán, Cangas de Morrazo, Espanha, onde nasceu Jacinto González Menduiña, pai de Domingos da Cunha Linhares. Embaixo, mapa do concelho de Paredes de Coura, terra natal dos Linhares do Vale do Acaraú-Ce.

A palavra Linhares é plural de linhar, que é o mesmo que linhal, campo semeado de linho. Linho é nome comum a várias espécies de plantas herbáceas, cujas hastes produzem um fio têxtil que serve para o fabrico de pano ou lençarias de toda sorte. Foi cultivado por toda a parte ocidental da península ibérica. A abundância desse vegetal, que se espalha por quase todo o Minho, deu origem a que se tornasse topónimo de várias localidades portuguesas. O "Novo Dicionário Corográfico de Portugal", de Amaral Frazão, registra vinte e uma povoações com a denominação de Linhares.

Os colonizadores lusos, ao chegar ao Brasil, com muita frequência convertiam os topônimos de suas naturalidades em sobrenomes familiares. Os Linhares são um desses casos típicos.

A família Linhares do Vale do Acaraú, Ceará, provém de Dionísio Alves e de seu genro Domingos da Cunha, ambos naturais de uma região portuguesa do alto Minho banhada pelo rio Coura, pequeno afluente da margem esquerda do Minho, que separa a Galiza do norte de Portugal. Essa região minhota pertence ao concelho de Paredes de Coura e fica à oeste do território dessa sede municipal. Compreende duas freguesias vizinhas: a de Cossourado, cujo orago é Santa Maria, e a de Linhares, cujo orago é Santa Marinha, ambas confinantes com o concelho de Valença, fronteira com a Espanha.

Dionísio Alves é natural de Cossourado e seu genro Domingos da Cunha é originário de Linhares. Ao chegarem ao Brasil, fixaram-se no sítio Rodrigo Moleiro, perto de Natal, Rio grande do Norte, e constituíram as famílias Alves Linhares e Cunha Linhares, integradas numa só, mediante vários matrimônios endogâmicos. Os Alves Linhares são originários de Cossourado e os Cunhas Linhares, de Santa Marinha de Linhares, ambas freguesias pertencentes ao Concelho de Paredes de Coura.

Dionísio Alves Linhares, o primeiro a emigrar para o Brasil, casou-se em Natal, com Rufina Gomes de Sá. Deste conúbio nasceram dois filhos: Dionísio e Antonio Alves Linhares. Ambos transferiram-se para a ribeira do Acaraú. Dionísio casou, a 9 de janeiro de 1736, com Domingos da Cunha Linhares, e

Antonio veio solteiro, tendo aqui contraído matrimônio com a viúva Inês Madeira de Vasconcelos, como adiante se verá. Destes dois casais descendem todos os Linhares do Ceará.

Dionísio Alves e seu genro Domingos da Cunha, apesar de um e outro chegar ao Brasil terem tomado a resolução de assinar com o sobrenome Linhares, não eram parentes diretos, pois apenas acrescentaram aos próprios nomes o topônimo da região portuguesa de onde ambos eram naturais. Foi uma forma de homenagear a terra natal.

Rufina Gomes de Sá, mulher de Dionísio, tinha uma irmã, de nome Maria Gomes de Sá, que a 8 de junho de 1733 casou, também em Natal, com o português Vitoriano Gomes da Frota, natural de Peniche, cujo filho Felipe igualmente veio para a ribeira do Acaraú, onde é tronco da família Frota, como veremos em outro capítulo deste livro. As irmãs Rufina e Maria Gomes de Sá eram filhas do Cap. Francisco Gomes e Maria Gomes de Sá, casal proprietário do sítio Rodrigo Moleiro, Rio Grande do Norte, onde Dionísio Alves e Vitoriano Gomes da Frota passaram a residir, após com elas se casarem.

TOPORAMA

Visitei o bonito recanto de Linhares, no alto Minho português, no dia 22 de julho de 1986, para pessoalmente conhecer de perto a terra natal destes meus ascendentes lusos.

Viajei de Valença até Paredes de Coura em camioneta que faz linha, em horários regulares, entre essas duas sedes de concelho. A região de Linhares dista apenas 8 km de Paredes e 20 km de Valença. Para visitá-la deve-se descer a um quilômetro após atingir a capela de São Bento da Porta Aberta, antigo São Bento de Couto-Arado, de cujo nome parece ser corruptela Cossourado. Nessa altura, à esquerda da estrada que leva a Paredes de Coura, avista-se o lugar chamado Linhares de Cima e, à direita, vislumbra-se a antiga e pequena matriz de Santa Marinha de Linhares, onde Domingos da Cunha foi batizado a 2 de dezembro de 1696. A dois quilômetros mais adiante, encontra-se a matriz de Santa Maria de Cossourado, onde Dionísio recebeu o batismo a 2 de julho de 1673.

Toda essa região situa-se à margem direita do rio Coura, que fertiliza todo o vale circunjacente, desde a serra da Boulhosa, onde nasce, até desaguar no Minho, já perto de sua foz em Caminha, após o percurso de 35 km.

A paisagem é rural e serrana simultaneamente, onde abundam milheirais e linhares, frondosas bouças e elevações revestidas de tojo, rosmano e urze roxa. O cultivo do linho é intenso e serve para o fabrico artesanal de alguns tecidos domésticos. Há tecelões, com fino gosto artístico, que produzem rendas e tecidos com os mais variados desenhos e arabescos. Essa indústria sempre teve profunda influência social e econômica nas famílias locais.

A estrada é tortuosa e algumas vezes íngreme. Ao chegar à sede do concelho, adquiri o livro "Paredes de Coura", da autoria de Narcizo Alves da Cunha, sacerdote e escritor filho da terra, que é epônimo de uma das principais ruas da vila. Esta obra, volumosa e detalhada, descreve a geografia e história de cada uma das vinte e duas freguesias que compõem o concelho.

Por pertencer ao distrito de Viana do Castelo, a documentação primária de assentos batismais e matrimoniais, referentes às freguesias de Paredes de Coura, encontra-se no Arquivo Distrital vianês, sito à Rua de Manuel Espregueira, no centro da cidade. Foi aí que fui colher as principais informações sobre Cossourado e Linhares, onde estão os troncos genealógicos de nossa família Linhares.

A freguesia de Cossourado fica a 10 km a oeste de Paredes de Coura. O topônimo parece ser corruptela de Couto-Arado. Chamava-se "couto" ou "honra" uma terra defesa, pertencente a um mosteiro ou a um nobre senhor, em cujo território não entravam as justiças d'El-Rei e que era diretamente regido por juizes nomeados pelo próprio proprietário. Além de outros privilégios, as terras coutadas ou honradas não tinham obrigação de reverter à Corte qualquer parcela de seus rendimentos.

No tempo do Império Romano, por ali passava a estrada de Braga para Astorga, onde estava localizada a velha cidade de Cauca, de que ainda restam resquícios de uma fortificação e muito material carbonizado.

Nas Inquirições de Afonso III, que são de 1258, a freguesia já aparece com a denominação de Cossoyrado. O orago da matriz é Santa Maria, a mãe de Jesus, e foi aí batizado Dionísio Alves. A primitiva capela foi construída em terra doada por Vasco Fernandes de Antas, no ano de 1586.

A freguesia de Linhares, por sua vez, dista 2 km de Cossourado e 8 km de Paredes de Coura, que é a sede do concelho.

Antigamente, era chamada Santa Maria de Duais, como consta das Inquirições de Afonso III. No frontispício da atual matriz está escrito, em pedra, o ano de 1682, tendo à esquerda as letras O.R e, à direita, V.S. O sítio, onde foi construída a capela, chama-se lugar da Salgueira. Durante a visita pastoral do bispo Dom Domingos Lopes Franco, em 1668, foi proibido que "no adro da igreja velha se maçasse linho e se estendesse roupa, porque isso mostrava pouca descência à ermida e ao lugar." Essa recomendação prova que, desde esses remotos tempos, ali já havia muito linhar cultivado e intensa atividade de tecelagem artesanal de panos de linho.

O orago da Matriz é Santa Marinha, virgem e mártir, uma das oito irmãs de Santa Quitéria. Consta da tradição, que foi degolada, aos 18 anos de idade, na cidade galega de Orense, Espanha, onde seu corpo foi sepultado no ano de 138, no fim do reinado do Imperador romano Adriano. O Martirológio Romano a celebra no dia 18 de julho.

Foi aí que nasceu e foi batizado Domingos da Cunha Linhares.

DIONÍSIO ALVES LINHARES

É o tronco mais antigo da família Linhares no Ceará.

Deve ter nascido no mês de junho do ano de 1673, pois foi batizado, a 2 de julho desse ano, na matriz de Cossourado, conforme consta do registro original que encontrei no Arquivo Distrital de Viana do Castelo, cujo teor integral é o seguinte:

"Dionísio. Aos dois dias do mês de julho de mil seiscentos e setenta e três anos, eu Pe. Marcos Roiz, cura desta freguesia, baptisei a Dionísio, filho de Domingo Alves e de sua mulher Margarida Alves. Foram padrinhos João Alves e sua mulher, moradores da freguesia de Rubiães, todos deste concelho, do que assigno. O Parocho Marcos Roiz". (Livro Misto, nº 1, Freg. de Cossourado, fl. 39).

Como se vê, o texto traz o dia do batismo, mas não o do nascimento. Como, naqueles tempos, as crianças eram batizadas poucos dias após o parto, conclui-se que Dionísio nasceu em junho de 1673.

Seus pais, Domingos Alves e Margarida Alves, devem ter casado em freguesia vizinha, pois não encontrei o registro respectivo nos livros de Cossourado.

Mário Linhares, em seu livro "Os Linhares", fl. 17, afirma que Dionísio é "natural de Santa Marinha de Linhares, concelho do Coura". O registro de batismo acima transcrito desmente esta afirmação. Dionísio é natural de Cossourado, concelho de Paredes de Coura. Luís da Câmara Cascudo, por sua vez, no prefácio da mesma obra, afirma que Dionísio é "norte-rio-grandense", assertiva que também deve ser retificada.

Dionísio Alves emigrou para o Brasil no início do século XVII, tendo fixado residência em Natal, Rio Grande do Norte, em cuja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, hoje Catedral, casou-se com Rufina Gomes de Sá, filha do Cap. Francisco Gomes e Maria Gomes de Sá. Infelizmente, não consegui saber o dia de seu casamento.

No Arquivo da Catedral de Natal não existem livros paroquiais anteriores a 1778, como pude pessoalmente verificar, quando lá estive à procura de dados sobre Dionísio Linhares e sua mulher. O escritor Luís da Câmara Cascudo informou-me, em visita que lhe fiz na própria residência, que tais livros foram criminosamente destruídos. É triste observar o desprezo em que vive a maioria dos arquivos brasileiros, ao contrário do que acontece em Portugal, onde os Arquivos Distritais, mantidos pelo governo, são zelosamente cuidados e tecnicamente organizados. É muito mais fácil conhecer nossos ascendentes remotos em Portugal, do que os próximos, no Brasil.

Depois deste desabafo, que é também uma advertência aos poderes públicos, voltemos ao nosso ancestral Dionísio. Sabemos que no Rio Grande do Norte foi proprietário de terras, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Capitão-mor. Do seu matrimônio com Rufina, teve dois filhos: Dionísia e Antônio Alves Linhares. Ambos nasceram em Rego Moleiro e ambos vieram residir na ribeira do Acaraú, perto da atual cidade de Sobral. Dionísia emigrou já casada com Domingos da Cunha Linhares e Antônio veio solteiro, em companhia do cunhado, e aqui casou com a viúva Inês Madeira de Vasconcelos, como adiante se verá em detalhe. Não sabemos se Dionísio e Rufina tiveram outros filhos. Caso negativo, não deixaram descendência no Rio Grande do Norte.

Do que acima ficou exposto, concluímos que os casais Domingos da Cunha Linhares com Dionísio Alves Linhares e Antônio Alves Linhares com Inês Madeira de Vasconcelos são os dois troncos da família Linhares no Ceará.

LOCAL DE DESTINO

Ao partir de Natal para o Ceará, o exato destino de Domingos da Cunha Linhares, sua mulher Dionisia e o cunhado Antônio, foi o sítio São José, à margem esquerda do rio Acaraú, antiga fazenda de criar gado e plantar lavouras, instalada logo no início do século XVIII pelo coronel Félix da Cunha Linhares, tio do primeiro. Hoje, o local é sede de um dos distritos do município de Sobral, conhecido popularmente por São José da Mutuca e, oficialmente, por Patriarca.

Seu proprietário, valente sertanista, veio de Portugal, no final do século XVII, como soldado para servir no Forte de Nossa Senhora da Assunção, atual cidade de Fortaleza. Serviu no Regimento do Cel. Leonardo de Sá, seu futuro sogro, também ele valente desbravador dos sertões do Ceará e norte do Piauí.

No ano de 1697, Félix da Cunha partiu para o sertão da ribeira do Acaraú em missão de reconhecimento e caça aos índios, e retornou ao Forte para prestar contas da incumbência que recebera. Informou que encontrou a terra despovoada, mesmo de índios, pois estes, por medo de perseguição, haviam-se aldeado sobre a serra da Meruoca. Falou da fertilidade do solo banhado pelo rio Acaraú e do vasto sertão propício à criação de rebanhos. O Cel. Leonardo de Sá logo pensou em ocupar essas terras devolutas e, posteriormente, legitimar a posse com pedido de sesmarias. Sugeriu a Félix da Cunha que casasse com sua filha Maria de Sá, e caso consentisse com o casamento, ele coronel obteria para ela um desses sesmos, que eles passariam a ocupar e aí fixar residência. Conseguiria, ainda mais, a patente de Coronel do Regimento dos índios da ribeira do Acaraú. Félix aceitou a proposta, casou-se em Fortaleza e partiu, com a esposa Maria de Sá, para o local onde instalou a fazenda São José. A 14 de outubro de 1702, o Capitão-mor do Ceará, Francisco Gil Ribeiro, confirmou a doação, como consta do registro nº 118 do livro de "Datas de Sesmarias" do Ceará. Maria de Sá era irmã do Cel. Sebastião de Sá, de quem falei na "Cronologia Sobralense", Vol. 1, pág. 54.

O Cel. Félix da Cunha Linhares, que a si mesmo intitulou de "primeiro povoador do rio Acaraú" ao solicitar nova concessão de sesmaria no ano de 1707 (Reg. nº 225), construiu na fazenda São José boa casa de morada, acomodou seu gado, plantou lavoura de subsistência e, em 1718, levantou uma capela em honra de Nossa Senhora da Conceição, com licença do cabido de Olinda, então com sede episcopal vacante. Foi a primeira fazenda rural a se organizar na região.

Félix nasceu em 1672 na freguesia da Santa Marinha de Linhares, concelho de Paredes de Coura, Portugal, sendo filho de Agostinho da Cunha e Ana de Araújo. No Arquivo Distrital de Viana do Castelo, encontrei o termo de casamento de seus pais, cujo original copiei fielmente e tem o seguinte teor:

"Aos vinte e nove de setembro de mil seiscentos e setenta annos, eu Amaro Barbosa, abade desta freguesia de Sta. Marinha de Linhares, na forma do Sagrado Concílio de Trento, recebi por certidão do reverendo parcho de Ferreira, a **Agostinho da Cunha**, filho de Pedro Mendes e de sua mulher Maria Vaz, moradores que foram na freguesia de Ferreira, com **Anna de Araújo**, filha de Domingos de Araújo, morador que foi em Ferreira, e de Maria Gonsalvez, solteira, moradora desta freguesia. Testemunhas que presentes estavam Antonio Rois, de Vinhas, e Martim Gonsalves da Cruz, todos meus fregueses e por verdade fiz e assignei era ut supra. Amaro Barbosa." (Livro Misto nº 2, Freguesia de Linhares, Annos 1670-1761, fl. 72).

A freguesia de Ferreira, onde moravam os avós de Félix, tem por orago São Mamede e fica a 2 km a leste de Linhares.

Do matrimônio de Agostinho da Cunha com Ana de Araújo descendem os seguintes filhos: Félix da Cunha Linhares, acima biografado; Suzana de Araújo, nascida a 17 de maio de 1675, mãe do Cap. Domingos; Pe. Dionísio da Cunha Araújo, nascido a 13 de outubro de 1683, que missionou pelos sertões do R. G. do Norte e do Vale do Acaraú; Rosa, que foi madrinha de batismo do sobrinho Domingos Francisco da Cunha Araújo, nascido em 1689 de quem tratei na "Cronologia Sobralense", vol. I, p. 275; Maria da Cunha Araújo, mãe de Cap. Manuel da Cunha Linhares, que viveu casado em Almofala, cuja descendência descrevo no final deste capítulo.

Por sua vez, do casamento do Cel. Félix da Cunha Linhares com Maria de Sá não houve descendência. Eles adotaram como filha a menina Albina, recém-nascida exposta em sua casa em 1715, que legitimaram no cartório de Aquirás a 8 de junho de 1722. Esta Albina da Cunha Linhares casou-se com Antonio Gomes Bittencourt, natural do Recife, filho de Antonio Gomes Bittencourt e Paula Dorneles, naturais da ilha da Madeira, de cujo leito nasceram nove filhos, dos quais tratei na "Cronologia Sobralense", vol. I, p. 75. Este casal passou a residir na fazenda Gravatá, ribeira do Groaíras, e apesar de alguns de seus descendentes terem adotado o sobrenome da mãe, não são legítimos Linhares, mas apenas por adoção, como é óbvio.

O Cel. Félix da Cunha Linhares muito colaborou com as atividades pastorais do Pe. João de Matos, primeiro cura da ribeira do Acaraú. Faleceu em dezembro de 1723, com 51 anos de idade. Seus trabalhos na fazenda São José e na capela de N. Sra. da Conceição foram continuados por seu sobrinho Capitão Domingos Capitão Domingos da Cunha Linhares.

Dos documentos, que acima transcrevi, conclui-se que Félix da Cunha Linhares é filho de Agostinho da Cunha e Ana de Araújo neto paterno de Pedro Mendes e Maria Vaz, neto materno de Diogo de Araújo e Maria Gonçalves. Todos humildes camponeses do alto Minho portugueses.

DOMINGOS DA CUNHA LINHARES

Nasceu em novembro de 1696 na freguesia de Linhares, concelho de Paredes de Coura, em cuja matriz de Santa Marinha foi batizado a 2 do mês seguinte, como consta do termo de batismo que copiei fielmente do seguinte texto do livro original, guardado no Arquivo Distrital de Viana do Castelo, cujo teor é o seguinte:

"Aos dois dias do mez de dezembro de mil seiscentos e noventa e seis annos, baptisei a Domingos, nascidos de Hyacinto Gonzales e de sua mulher Suzana de Araújo meu fregueses. Foram padrinhos Domingos Rodrigues, de Vinhas de Baixo, e Rosa, irmã da mãe do baptisado, todos desta freguesia e por ser verdade me assigno João Alvarez de Chaves." (Livro Misto nº 2, anos 1670 a 1761, Freguesia de Linhares, fl. 31).

No mesmo livro, descobri o assento de casamento de seus pais lavrado nos seguintes termos:

"Aos vinte e cinco dias do mes de janeiro de mil seiscentos e noventa e seis annos, feitas as denunciações na forma do Sagrado Concilio Tridentino nesta igreja de Sta. Marinha de Linhares e vista a certidão authentica do Dr. D. Bartolomeu de Gayoso Aldao assignada pelo abade da Parochia de S. Cipriano da Villa de Aldán, Arcebisado de S. Thiago, Reino de Galiza e como se deram ditas denunciações na dita forma para haverem de receber o sacramento do matrimonio **Haycinto Gonzales de Menduinha**, filho legitimo de Amara de Menduinha e de sua mulher Maria Gonzalez, da dita freguesia e vila de Aldán e ora assistente nesta de Linhares, e **Suzana de Araujo**, filha legitima de Agostinho da Cunha e de sua mulher Anna de Araujo, moradores nesta mesma; os perguntei e tido seu mútuo consentimento juntei em matrimonio e lhes dei as benções matrimoniais, estando por testemunhas

os presentes Belchior da Cunha, Antonio da Cunha, André Alves da Costa, Martinho Gonçalves e Balthasar da Cunha, todos moradores nesta mesma freguesia de Linhares, e por verdade me assigno, João Alvarez de Chaves." (Ibidem, fl. 102).

Destes dois documentos concluímos que Domingos da Cunha Linhares é filho de Jacinto Gonzalez de Menduinha e de Suzana de Araújo. Neto paterno de Amaro de Menduinha e Maria González. Neto materno de Agostinho da Cunha e Ana de Araújo.

A mãe de Domingos, como vimos, é irmã do Cel. Félix da Cunha Linhares e natural de Linhares, cuja região portuguesa ficou acima descrita. O pai e avós paternos são espanhóis, naturais da vila de Aldán, município (ayuntamiento) de Cangas de Morrazo, provincia de Pontevedra, Galiza. A paróquia local, cujo orago é San Cipriano, pertence ao Arcebisado de Santiago de Compostela.

No dia 28 de julho de 1988, estando eu em Portugal em viagem de estudo, resolvi empreender excursão até à vila galega de Aldán, para conhecer de perto a terra natal dos ancestrais espanhóis dos Linhares. A partir de Portugal, o melhor e mais rápido roteiro a seguir para alcançar Aldán, é viajar em trem que parte da cidade do Porto e segue direto até Vigo, movimentado centro comercial e portuário da Galiza. Ali, à semelhança do que acontece entre Rio de Janeiro e Niterói, há horários regulares de barcas, de meia em meia hora, para Cangas, a capital da península de Morrazo. Esse curto e agradável passeio marítimo, que dura pouco mais de vinte minutos, permite ao visitante contemplar o conjunto dessas cidades portuárias, separadas apenas pela ria, e o perfil altaneiro das Ilhas Cies, lugar privilegiado de turismo. Ao chegar a Cangas, toma-se ônibus ou táxi, já que a distância é pequena, para ir à vila de Aldán. Fica ao meio caminho da estrada que liga Cangas a Pontevedra.

A vila de Aldán é pequena e com ruas centrais de aspecto medieval. A velha matriz ruíu, durante um temporal, no ano de 1884. A atual, data de 1887 e é bem espaçosa e cuidada. Visitei o atual pároco, Don Jesus Salvador Blanco Antelo, que se prontificou a mostrar os pontos turísticos locais, que são o velho "Pazo-torre de los Condes de Aldao" e as belíssimas praias de Arneles, Areacova e Menduinha. Prometeu-me interessar-se na busca do termo de batismo de Jacinto nos arquivos paroquiais, mas parece que não o conseguiu, pois ainda não recebi resposta. Presenteou-me com dois números de periódicos paroquial "Villa y Puerto de Aldán", onde se encontra publicada uma síntese de toda a história da freguesia. Da leitura do primeiro

número, tomei conhecimento dos trabalhos empreendidos pelo dinâmico Pe. Bartolomé de Gayoso Figueroa y Aldao, pároco de 1685 a 1706, que foi quem concedeu a licença para o matrimônio de Jacinto González se realizar em Portugal, como consta do texto acima transcrito.

O panorama local é predominantemente marítimo e, certamente, os ascendentes de Jacinto eram pescadores, como ainda o é a maioria dos habitantes nativos da região. De rápida consulta que fiz na lista telefônica na Casa Paroquial, verifiquei que a família Menduiña - nome que pertence também a uma praia local - ainda é ali bastante numerosa.

Retornei de Aldán, como se estivesse despertado de um sonho ou de um mergulho no passado e de repente, embora de tão longe, liguei-me em pensamento ao nosso lugarejo São José da Mutuca, onde mourejaram e ainda mourejam tantos descendentes desse nosso simpático e longínquo progenitor.

Depois desta digressão sentimental, voltemos ao nosso Capitão. Sua mãe Suzana nasceu a 17 de maio de 1675, conforme consta do termo do seu batismo, que passo a transcrever:

"Suzana. Em os vinte e quatro do mês de maio de mil seiscentos e setenta e cinco annos, baptisou o Pe. Domingos Gomes, presbítero da freguesia de Linhares, a Suzana, nascida em dezessete do dito mês, filha do Agostinho da Cunha e de sua mulher Anna de Araujo, meus fregueses. Foram padrinhos Jacinto Mendes, da freguesia de Formariz, irmão do dito Agostinho da Cunha, e Francisca Barbosa mulher de Pedro, fregueses de Vinhais, desta freguesia de Linhares e por ser verdade me assigno. João Alvarez de Chaves." (Livro Misto, nº 2, Freguesia de Linhares, fl. 4).

Domingos da Cunha deve ter vindo para o Brasil em companhia de seu tio, o Pe. Dionísio Cunha de Araújo, pelo ano de 1722, e desembarcou no porto de Natal, Rio Grande do Norte.

Em documentos originais existentes no Ceará, o nome de Domingos da Cunha Linhares começa a aparecer a partir de 1723 e o do Pe. Dionísio, a partir de 1735. Este demorou-se em R. G. do Norte, na missão de São Miguel de Guajuru, enquanto Domingos seguiu logo para a ribeira do Acaraú, ainda solteiro, para acudir à enfermidade de seu tio Félix da Cunha Linhares, que faleceu em dezembro de 1723. Domingos conheceu, no sítio Rodrigo Moleiro, a menina Dionísia, filha do conterrâneo Dionísio Alves Linhares, e com ela prometeu casar, em futuro próximo, quando se tornasse mulher pública. Realmente, retornou a Natal para a realização do matrimônio, com

de fato aconteceu, a 9 de janeiro de 1736 na capela do Santo Antonio do Pontaji.

O primeiro documento, que atesta a presença de Domingos na ribeira do Acaraú, data de 24 de junho de 1723, quando assinou, juntamente com seu tio Félix, uma justificação em defesa do Pe. João de Matos Monteiro, aquando das desavenças desse primeiro cura local com os jesuitas da serra da Ibiapaba.

No ano seguinte, a 3 de abril serve de testemunha em Fortaleza numa devassa contra as desordens do Ouvidor José Mendes Machado, onde dele se diz ser "moço solteiro, morador da ribeira do Acaraú, de 26 anos de idade mais ou menos". Ali também trata da feitura do inventário do seu tio Félix, cujo testamento deixara feito e assinado a 8 de setembro de 1723.

No mesmo ano de 1724, ocupa terras devolutas no riacho Caioca, medindo 3 léguas de comprimento e meia de largo para cada banda do dito riacho acima, a partir de sua foz, cuja posse consegue legitimar a 2 de setembro de 1750, 26 anos depois, conforme justificou no requerimento da data de sesmaria nº 545.

Em 1725, ocupa outra terra devoluta, medindo duas léguas de comprimento e uma de largo, na serra da Meruoca, no riacho que ele próprio denominou de Frecheiras, onde "plantou roças e um engenho de fazer mel de cana", cuja posse também conseguiu legitimar na data de sesmaria nº 546, que lhe foi concedida, a 3 de setembro de 1750, pelo Capitão-mor do Ceará Grande, Pedro de Moraes Magalhães. A ocupação espontânea e pacífica dessas terras demonstra como, nessa época, a região era desocupada e erma, pois durante mais de 25 anos não sofrera qualquer contestação, firmando-se o usucapião. No mesmo ano, já com a patente de Tenente, serve de padrinho de batismo na capela do Sítio São José, aliás no primeiro registro do primeiro livro de 1725.

Em 1726 assume a administração da capela do Sítio São José, que reedificou por duas vezes. Foi inaugurada em 1718, mas ruíra em 1730 e 1743. No mesmo ano de 1726, sua tia afim Maria de Sá, mulher do Cel. Félix da Cunha Linhares, viúva sem filho, segue com ele para Fortaleza, de onde era natural, e ali passa a residir. A 12 de novembro desse ano, passa procissão em Fortaleza, já com patente de tenente. Segue dali para Natal, onde se casa a 09.01.1736 com Dionísia Alves Linhares, filha do Capitão-mor Dionísio Alves Linhares e Rufina Gomes de Sá, moradores do sítio Rodrigo Moleiro, em presença do tio Pe. Dionísio da Cunha Araújo.

Na ocasião, comprou parte desse sítio a Teodósio Gomes e Joana Gomes de Sá, tios maternos de sua mulher Dionísia, e aí passou a morar. Seus quatro primeiros filhos nasceram ali, em datas afastadas uma da outra, porque o pai, no período de 1730 a 1745, fez diversas viagens entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, pois em ambas as capitânicas possuía propriedades a administrar. Dos quatro primeiros filhos nascidos no Rio Grande do Norte três eram varões e foram encaminhados para Olinda a fim de se preparar para o sacerdócio, sinal da profunda fé religiosa da família.

Em 1734, Domingos viera à ribeira do Acaraú em companhia de seu jovem cunhado Antônio Alves Linhares e do tio Pe. Dionísio da Cunha. O primeiro o substituiria, nas freqüentes ausências, na administração do patrimônio pessoal e o segundo, na administração do patrimônio da capela. De fato, como se pode deduzir dos documentos paroquiais, Pe. Dionísio permaneceu na ribeira do Acaraú até o ano de 1745, quando seu nome aparece em freqüentes termos de realização de batismos e casamentos pela região.

Somente em 1745 é que sua mulher Dionísia deixa seu sítio de Rodrigo Moleiro e vem definitivamente residir na ribeira do Acaraú, onde nasceram seus outros seis filhos, mais novos. Os três sacerdotes e a filha Suzana nasceram, portanto, no Rio Grande do Norte, e os demais, no sítio São José, ribeira do Acaraú, Ceará.

A 27 de julho de 1748, Domingos da Cunha é eleito vereador da Câmara Municipal da Vila de Fortaleza, como representante da região do rio Acaraú, tendo tomado posse a 22 de janeiro do ano seguinte. Ali defendeu a idéia da transferência da sede dessa vila para a povoação da Caiçara, hoje Sobral, assunto então vivamente discutido na Câmara de Aquirás.

Em setembro de 1750, consegue legitimar suas posses de terra na ribeira do Acaraú e em Meruoca, com a obtenção de duas datas de sesmaria.

A 4 de fevereiro de 1751 é escolhido para exercer o cargo de Juiz Ordinário da Caiçara, tendo tomado posse a 14 de maio. A 7 de janeiro de 1756 recebe a patente de Capitão-mor, graças à iniciativa do Governador do Ceará, Francisco Xavier de Miranda Henriques, que reconheceu-lhe os méritos por ser "pessoa de reconhecida nobreza e pela muita estimação que lhe faço.". No ano seguinte, ao nascer mais um filho varão, Domingos pôs-lhe o nome de Manuel Francisco de Miranda Henriques, em homenagem ao Capitão-mor do Ceará, que o distinguira com a honrosa patente.

A 26 de julho de 1759, na Câmara de Fortaleza, é eleito juiz ordinário da ribeira do Acaraú.

O restante de sua vida transcorre no sítio São José, hoje vila de Patriarca, no município de Sobral, de onde dista 15km. Ali viveu cristãmente sua fé, tendo ajudado bastante os curas, vigários e missionários que exerceram o pastoreio sacerdotal na região.

A atual capela de N. Sra. da Conceição da vila de Patriarca, ainda hoje conhecida popularmente por São José da Mutuca, foi obra sua, pois a reconstruiu totalmente por duas vezes, conforme declarou em seu testamento. (Cfr. "Cronologia Sobralense", vol. 1, p. 244).

A 7 de agosto de 1763 passa pela dor de perder seu filho Domingos, recém-ordenado sacerdote, que faleceu vítima de uma picada de cobra cascavel, antes de celebrar sua primeira missa.

Sentindo-se alquebrado pela idade e pelo trabalho, a 20 de abril de 1768 faz seu testamento e o registra no cartório da povoação da Caiçara. Logo depois, empreende a última viagem ao Rio Grande do Norte com o fim de liquidar todos os negócios de suas propriedades ali existentes. Infelizmente, não pôde mais retornar à sua querida ribeira do Acaraú. Falece, em sua fazenda Rodrigo Moleiro, perto de Natal, no dia 24 de novembro de 1769, com 73 anos de idade, sendo assistido por Vitoriano Gomes da Frota, futuro sogro de sua filha Josefa Maria, que dois anos depois casaria com Felipe Gomes da Frota. Vitoriano já havia casado com Maria Gomes de Sá, irmã da sogra de Domingos da Cunha. Seu corpo foi sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, hoje Catedral de Natal, onde espera a ressurreição.

De seu inventário feito a 1 de junho de 1770, no sítio São José, perante o Juiz de Órfãos Gregório Pires Chaves, consta que possuía os seguintes bens:

"Em dinheiro contado se achou 14\$880 que entregou a Vitoriano da Frota que assistiu a sua morte e era casado com uma tia de sua mulher."

- Um sítio de nome Rodrigo Moleiro, na capitania do Rio Grande do Norte, do qual uma parte é de seu filho Pe. Antônio Gonçalves da Cunha, que recebeu como dote de sua ordenação. Comprou de Teodósio Gomes.

- Um sítio, denominado Paulista, sito no riacho do mesmo nome, na Capitania do Rio Grande do Norte.

- Uma lègua de terra no sítio de terras (sic) no riacho da Gangorra, com uma lègua de comprido e outra de largo, meia para cada banda do dito riacho, cujo sítio pega das testadas do sítio chamado Poço Cercado, adquirido por compra ao Capitão Manuel José do Monte, avaliada em 120\$000;

- Um sítio de plantar na serra da Meruoca, chamado Frecheiras, terras da Capela de São José, de que era administrador o defunto, do qual sítio só pertence ao casal uma casa de vivenda com uma engenhoca de fazer mel e outras benfeitorias, avaliado em 60\$000;

- No mesmo sítio há uma roda de moer mandioca, com sua prensa e mais aviamentos de fazer farinha, avaliados em 13\$000;

- Duas casas de morada na povoação da Caiçara, defronte da Matriz, avaliados a 25\$000 cada uma;

- Os sítios Bom Sucesso, Santa Luzia, Santo Tomás, São Paulo, São Miguel, Lajes e Carangueijinho na serra da Meruoca."

O total dos bens arrolados somou 3.142\$440 (três contos, cento e quarenta e dois mil e quatrocentos e quarenta réis).

Sua mulher Dionísia faleceu a 30 de junho de 1791, com 76 anos, sendo sepultada na Matriz de Sobral, cujo orago é Nossa Senhora da Conceição.

É o seguinte o teor do termo de óbito:

"D. Dionísia da Cunha Linhares, viúva. Aos trinta de junho de mil setecentos e noventa e hum faleceu com os sacramentos, excepto o da extrema unção, D. Dionísia Linhares da idade de setenta annos foi sepultada nesta Matriz de Sobral, em habito de S. Francisco, das grades para cima, do que para constar fiz este termo e assignei. Bazilio Francisco dos Santos. Cura e vigário da Vara de Sobral". (Livro Óbitos de Sobral, 1774-1798, fl. 166).

CASAMENTO E FILHOS

De um velho livro de termos de casamentos religiosos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Natal, guardado no acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na Pasta nº 103,

consta o registro matrimonial de Domingos da Cunha Linhares e Dionísia Álvares Linhares, cuja cópia me foi enviada pelo historiador Olavo de Medeiros Filho, incansável pesquisador daquele Instituto. O documento tem o seguinte teor:

"Aos nove de janeiro de mil setecentos e trinta e seis annos na Capella do Senhor Santo Antonio do Potigy desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, feytas as denunciações nesta Matriz e nas mais partes necessarias desta dita freguezia, apresentando o contrahente banhos corridos na sua freguezia o Acaracu, e juntamente hum mandado do muyto Reverendo Senhor Doutor Vigario Geral, perante quem justificou menoridade de impedimento com que delle saiu do contracto. . . (ilegível) com. . . (ilegível) filha de Francisco Alves Maya e. . . (ilegível), feyto com intuito de se cazarem, do que a dita desistiu sem se descobrir impedimento algum mais, sendo presentes por testemunhas o tenente-coronel Mathias Simões Coelho, homem cazado, o capitão Francisco da Cunha de Arahujo e sua mulher Francisca de Andrade e dona Maria. . . mulher do sargento-mor Ilario de Castro Rocha, pessoas que entre si contrahiram o coronel DOMINGOS DA CUNHA LINHARES, filho legitimo de Jacinto Gonçalves, já defunto, e de sua mulher Suzana de Arahujo natural de Santa Marinha de Linhares concelho de Coura, arcebispado de Braga, e DIONÍZIA ALVES LINHARES, filha legitima do sargento-mor Dionizio Alves Linhares e de sua mulher Rufina Gomes de Sá, moradores todos nesta freguezia e della natural a contrahente, e logo lhes dei as benções guardando-se em tudo a forma do Sagrado Concilio Tridentino, do que mandei fazer este assento, em que por verdade o assignei. Manoel Correa Gomes, vigário. Francisco da Cunha Araujo. Mathias Simoes Coelho."

A antiga capela de Santo Antônio, onde se realizou o casamento, está localizada hoje no município de São Gonçalo, RN, à margem esquerda do rio Pontenji, a meio caminho entre a povoação de Rego Moleiro e a sede do citado município.

Do matrimônio do Capitão Domingos da Cunha Linhares e Dionísia Alves Linhares, houve dez filhos, a saber:

1 - **Pe. Manuel da Cunha Linhares.** Nasceu em Rodrigo Moleiro, Rio Grande do Norte, no ano de 1737. Ordenado sacerdote, em Olinda, em 1760. Em julho desse ano, já se encontra na ribeira do Acaraú administrando os sacramentos do batismo e matrimônio. Residia no sítio Conceição, na praia de Itapagé, hoje município de Itarema, Ceará, como cura auxiliar da capela da Missão dos Tremembés de Almofala. Ali faleceu a 1 de julho de 1813.

2 - Pe. Antônio Gonçalves da Cunha. Nasceu no Rio Grande do Norte no ano de 1738 e foi ordenado sacerdote, em Olinda, em 1760. Recebeu por dote de sua ordenação, parte do sítio Rodrigo Moleiro. Possuía outras terras na missão do Caijuru, Rio Grande do Norte. Em 1772 missionou na ribeira do Acaraú, Ceará.

3 - Pe. Domingos da Cunha Linhares. Nasceu em Rodrigo Moleiro no ano de 1740. Recebeu ordens sacras em Olinda e veio para a ribeira do Acaraú, tendo falecido, no sítio São José, a 7 de agosto de 1763, de uma picada de cobra cascavel, antes de celebrar a primeira missa. Foi sepultado na capela do mesmo sítio.

4 - Suzana Maria de Araújo, nascida em Rodrigo Moleiro, em 1743. Casou com o português açoriano Francisco Lourenço Gomes, natural da freguesia de N. Sra. da Boa Nova de Bandeiras, concelho de Madalena, Ilha do Pico, filho de Francisco Lourenço Gomes e Luzia Rodrigues, a 20 de junho de 1759. Residiam na fazenda São Bento, onde nasceram cinco filhos. Francisco Lourenço faleceu a 27 de julho de 1769. Suzana faleceu a 29 de julho de 1798.

5 - Maria da Soledade Linhares, nasceu no sítio São José em 1746. Casou com o viúvo português Capitão Domingos Rodrigues Linha, natural de Cabração, concelho de Ponte de Lima, filho de José Vaz e Justa Afonsa, a 16 de setembro de 1762. Residiam na fazenda Caraúbas, onde nasceram dez filhos. Domingos Rodrigues Lima casou, a primeira vez, com Josefa Maria de Brito, viúva do Cap. Barnabé Vieira Coelho, a 26 de outubro de 1754, em Fortaleza. Domingos Rodrigues faleceu a 7 de dezembro de 1797. Maria da Soledade faleceu a 3 de dezembro de 1820.

6 - Mariana Gomes de Araújo, nascida em 1751. Foi raptada e levada para Fortaleza por Marcelino Diniz Penha, filho de Antonio Diniz Penha e Joana dos Santos. Marcelino foi preso e, após pagar fiança, foi libertado para casa com Mariana no dia 13 de junho de 1772. Vieram residir no sítio Casa Grande, sobre a serra da Meruoca, terra de propriedade de Antonio Diniz, sogro de Mariana.

7 - Josefa Maria de Jesus. Foi batizada a 24 de maio de 1752. Casou com seu primo Felipe Gomes da Frota, filho de Vitoriano Gomes da Frota e Maria Gomes de Sá, a 11 de agosto de 1771. É o tronco da família Frota, no Ceará. Sobre a descendência deste casal, ver o livro "Os Frotas", do Pe. José da Frota Gentil, Rio, 1970.

8 - Inácio Gonçalves da Cunha, nascido em 1755, c.c. Isabel Bernarda, filha de José Alvares de Carvalho e Tomásia Soares de Oliveira. Deste casal provêm os Linhares de Barbalha e Jardim.

9 - Manuel Francisco de Miranda Henriques, batizado a 5 de setembro de 1757, na matriz de Sobral. Dele provêm os Linhares do Crato e de Lavras da Mangabeira. É avô paterno dos padres Miceno Clodoaldo Linhares e José Gonçalves Linhares.

10 - Ana Maria da Trindade, batizada a 25 de junho de 1762. Casou com o português Antonio José de Andrade, natural da freguesia de Cerdal, concelho de Valença do Minho, filho de João da Cunha e Isabel de Andrade, a 23 de fevereiro de 1784, na capela do sítio São José. Dele provêm a família Gomes de Andrade. (Ver "Cronologia Sobralense", vol. 1, p. 310).

Sobre os descendentes próximos de Domingos e Dionísia, consultem-se o livro "Os Linhares", de Mário Linhares, Ed. Pongetti, Rio 1854, e a minha ("Cronologia Sobralense"), cinco volumes.

SARGENTO-MOR ANTÔNIO ALVES LINHARES

Irmão de Dionísia, mulher do Capitão Domingos da Cunha Linhares, o sargento-mor Antônio Alves Linhares nasceu em Rego Moleiro, Rio Grande do Norte, em 1723, filho do Capitão-mor Dionísio Alves Linhares e Rufina Gomes de Sá.

Vio para a ribeira do Acaraú, em 1735, em companhia do cunhado Domingos e o Pe. Donísio da Cunha Araújo.

Casou, a 31 de julho de 1758, com a viúva Inês Madeira de Vasconcelos, uma das chamadas Sete Irmãs, filha do Capitão Manoel Vaz Carrasco e sua segunda mulher Maria Madalena de Sá.

Inês nasceu em Goiana, Pernambuco, no ano de 1718 e veio para a ribeira do Acaraú com seus pais, que se instalaram na fazenda Lagoa Seca, hoje pertencente ao município de Bela Cruz.

A 14 de setembro de 1739, casou com o Capitão Luís Gonçalves de Matos, natural de Iguaçu, Pernambuco, filho de Luís Gonçalves e Ana Peralta. Seu marido foi assassinado no ano de 1756, em viagem para as Minas Gerais, como consta de um documento que encontrei no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (Caixa referente ao Ceará, nº 6, doc. 10). Trata-se de um requerimento da viúva, em que solicita a El-rei Dom José I dispensa da

feitura do inventário do marido, que morreu sem testamento e com apenas uma filha, de nome Luzia, nascida a 5 de fevereiro de 1742, mas que não sobreviveu. O processo foi enviado ao Juiz Ordinário da Povoação da Caiçara (Sobral), Inácio João Coimbra, que procedeu à inquirição no dia 2 de outubro de 1757, em que foram arroladas cinco testemunhas: Luis de Sousa Xerez, homem branco, casado, morador na fazenda Lagoa Seca, que vive de seus negócios, 33 anos; Gonçalo Ferreira da Ponte, homem branco, casado, morador na fazenda Morro, que vive de sua agência, 39 anos; Antonio Gomes Pereira, licenciado, homem branco, solteiro, morador na fazenda Curral Grande, que vive de seu negócio, 33 anos; Francisco Ferreira da Ponte e Silva, coronel de cavalaria, homem branco, solteiro (sic), morador na fazenda Curral Grande, que vive dos rendimentos da dita sua fazenda, 60 anos; José de Xerez da Furna Uchoa, sargento-mor, homem branco, casado, que vive de seu negócio, 35 anos. Todos afirmam que "o marido faleceu abintestado, na carreira das Minas para onde andava com seu negócio de cavalos, pelo matarem aleivosamente".

A viúva Inês Madeira de Vasconcelos casou, em segunda núpcias, com o sargento-mor Antônio Alves Linhares, na matriz da Caiçara, provindo deste matrimônio a mais numerosa descendência dos Linhares da ribeira do Acaraú. Eis o texto original deste casamento:

"Aos trinta e hum dias do mes de julho de mil setecentos e cincoenta e oito, corridos os banhos sem impedimento e feitas as mais diligencias necessárias, em presença do R. P. Antônio Carvalho de Albuquerque de minha licença se receberam por palavra de presente, na forma do Sagrado Conc. Trid., os oradores **Antônio Alvares Linhares**, natural da freguesia de N. Sra. da Apresentação do Rio Grande do Norte, filho do sargento-mor Dionísio Alves Linhares, já defunto, e de sua mulher Rufina Gomes de Sá, com **Ignês Madeira**, filha de Manoel Vaz Carrasco, já defunto, e sua mulher Maria Magdalena, natural da freguesia de N. Sra. do Rosario de Goyana, moradores nesta freguesia de N. Sra. da Conceição do Acaraú, sendo presentes por testemunhas o Cap.-mor Domingos da Cunha Linhares e José de Araújo, ambos casados, moradores nesta freguesia, de que fiz este termo em que me assigno. Manoel da Fonseca Jayme, cura do Acaraú". (Liv. Cas. de Sobral, 1741-1769, fl. 36v).

O casal foi residir na fazenda Mumbaba, hoje distrito do município de Massapê, a meio caminho entre esta cidade e a de Sobral, onde nasceram os cinco filhos:

1 - Cap. Diogo Alves Linhares. Nasceu a 10 de setembro de 1760. Casou com Ana Ferreira de Vasconcelos, filha de João Ferreira Chaves e Ana Ferreira de Vasconcelos, moradores na serra dos Cosos, freguesia de São Gonçalo. A nubente é neta materna do Cap. José de Araújo Chaves e Luiza Matos Palhano, de Ipueiras. Foi Juiz Ordinário e Vereador em Sobral. Faleceu a 7 de outubro de 1806.

2 - Cap. José Alves Linhares. Nasceu em 1762. Casou com sua prima Rita Teresa de Jesus, filha do Cap. José de Araújo Costa e Brites de Vasconcelos, a 8 de julho de 1781. Residiam no Mumbaba. Foi Juiz Ordinário e Vereador da Câmara de Sobral. Deste casal provêm os Linhares de Santa Quitéria e da serra de Baturité. Faleceu a 16 de outubro de 1800. Sua mulher Rita nascera a 21 de janeiro de 1764 e faleceu a 19 de junho de 1828.

3 - Inês Madeira de Vasconcelos Linhares, nascida a 30 de junho de 1763, casou com Manuel Ferreira da Costa, filho do Capitão Manuel José do Monte e sua primeira mulher Luzia da Costa Maciel, a 12 de setembro de 1780.

4 - Francisco Antônio Linhares. Nasceu a 15 de julho de 1765. Casou com sua prima Maria Manuela da Conceição, filha do Capitão José de Xerez Fuma Uchoa e Rosa de Sá e Oliveira, a 22 de maio de 1787. Faleceu a 10 de fevereiro de 1849. Maria Manuela nascera a 8 de dezembro de 1754 e faleceu a 8 de dezembro de 1846. É avô materno da abolicionista Maria Tomásia.

5 - Antônia Maria do Espírito Santo. Nasceu a 16 de janeiro de 1759. Casou duas vezes. A primeira, com seu primo Joaquim dos Reis Gomes, filho de Francisco Lourença Gomes e Suzana Maria de Araújo, a 21 de junho de 1787, na serra da Meruoca. A segunda, com José Pedro de Castro, filho de Antonio da Silva Pinto e Mariana de Castro, a 4 de novembro de 1800. Era sogro de Vicente Ferreira de Vasconcelos. (Ver "Cronologia Sobralense", vol. 1, p. 339). José Pedro de Castro faleceu a 20 de janeiro de 1819, com 40 anos.

O sargento-mor Antônio Alves Linhares foi nomeado almotacé, (fiscal de pesos e medidas) da vila de Sobral, a 7 de julho de 1773, como consta da ata da vereação desse dia. A 1 de julho de 1780 é eleito vereador para servir no biênio 1781-1782, mas não tomou posse, pois renunciou a 1 de dezembro, sob alegativa de doença, sendo substituído pelo alferes Anselmo de Araújo Costa. Realmente sofria, já há tempo, de tuberculose pulmonar, estando "proibido pelos cirurgiões de andar ao sol e na chuva e tinha escarros de sangue pela boca", conforme afirma uma testemunha da época.

Faleceu a 10 de outubro de 1785, com 62 anos, em sua fazenda Mumbaba e foi sepultado na matriz de Sobral. Sua mulher Inês Madeira faleceu a 13 de agosto de 1802, na mesma fazenda.

Dos dados acima expostos, conclui-se que Antônio Alves Linhares é filho do Capitão-mor Dionísio Alves Linhares e Rufina Gomes de Sá. Neto paterno de Domingos Alves e Margarida Alves. Neto materno do Cap. Francisco Gomes e Maria Gomes de Sá. Por sua vez, sua mulher Inês é filha do Capitão Manuel Vaz Carrasco (pai das Sete Irmãs) e de sua segunda mulher Maria Madalena de Sá. Neta paterna de Francisco Vaz Carrasco e Brites de Vasconcelos. Neta materna de Nicácio de Aguiar Oliveira e Madalena de Sá. (Ver "Cronologia Sobralense", vol. 1, págs. 29 a 34).

CAPITÃO MANUEL DA CUNHA LINHARES

No testamento do capitão Domingos da Cunha Linhares, aparece como testamenteiro o seu primo capitão Manuel da Cunha Linhares, cuja descendência não adotou o sobrenome Linhares, mas Cunha Araújo e Costa Araújo.

Nasceu a 20 de maio de 1718 na freguesia de Santa Marinha de Linhares, concelho de Paredes de Coura, Portugal, sendo filho de Pedro José da Cunha e Maria da Cunha Araújo.

Veio para o Brasil, logo após a maioridade, e passou a residir na fazenda São José, propriedade do capitão Domingos da Cunha Linhares. A primeira vez que seu nome aparece em documento local é no inventário do coronel Sebastião de Sá, com data de 20 de maio de 1745, quando serve de testemunha numa justificação, em que consta ser "homem branco, solteiro, morador no sítio São José, que vive de sua agência, de idade que disse ser de 24 anos."

Casou-se, pelo ano de 1754, com Luísa da Costa Araújo, filha do coronel José da Costa e Sá, português natural de Santa Lucrécia do Louro, e de Josefa Maria de Jesus, natural do Recife. (Cfr. "Cronologia Sobralense", vol. I, p. 156). Sua mãe é tia do capitão Domingos da Cunha Linhares e a mulher, prima legítima do capitão José de Araújo Costa.

Após o casamento, foi residir na fazenda Castelo, ribeira do rio Aracatimirim, perto de Almofala, onde exerceu influente liderança política. Foi Juiz Ordinário da Vila de Sobral, durante o ano de 1774, e Vereador da Fortaleza em 1755. Também foi Juiz Ordinário de Fortaleza no ano de 1763.

Faleceu a 30 de novembro de 1792, com 74 anos. Sua mulher Luísa da Costa morreu a 11 de março de 1788, com 51 anos, "de um postema nos lombos", como diz o termo de óbito, e foi sepultada na matriz de Amontada.

Do casamento do capitão Manuel da Cunha Linhares e Luísa da Costa houve os seguintes filhos:

1 - **Tenente Inácio da Cunha Araújo**, nascido em 1755, c.c. Mariana Francisca Avelar, filha do Cap. Domingos Francisco Braga e Elena Ferreira da Cunha, a 10 de outubro de 1776, na freguesia de Amontada. Foi vereador da Câmara de Sobral no ano de 1782. Faleceu a 20 de junho de 1810. Sua mulher Mariana morreu a 13 de dezembro de 1800. Deixou nove filhos.

2 - **Maria do Carmo**, nascida em 1757, c.c. o português Antônio Miguel de Sousa, natural da Ilha de São Miguel, filho de José de Sousa e Maria José Amaral, a 16 de novembro de 1788.

3 - **Ana Rita dos Anjos**, c.c. o Cap. José Tavares do Amaral, filho de Manuel Tavares do Amaral e Joana Batista, a 4 de novembro de 1773.

4 - **Francisca Teresa de Jesus**, nascida a 24 de fevereiro de 1761, c.c. Cap. Manuel de Oliveira Dias, filho de Domingos da Costa Dias e Marcolina de Oliveira, natural do Porto, a 17 de outubro de 1783.

5 - **Luísa da Costa Cunha**, c.c. seu primo Pedro José Cunha, filho de Antonio José Rodrigues e Luísa da Costa, a 31 de janeiro de 1790.

Todos os descendentes destes casais são Linhares autênticos, mas não adotaram o sobrenome. Povoaram parte do litoral de Almofala e dos sertões de Amontada e Itapipoca.

No Livro de Óbitos da freguesia de Sobral, anos 1752-1774, há registro do falecimento de José, filho natural do Tenente Manuel da Cunha Linhares e de Margarida, índia, morreu com 15 anos, a 16 de outubro de 1760, "de um pau que caiu no pescoço e logo o matou". (Fl. 24).

FRANCISCO DA CUNHA ARAÚJO

Nasceu em Linhares Paredes de Couras, em 1689. Outro legítimo Linhares, cujos descendentes não adotaram o sobrenome, irmão de Félix da Cunha Linhares.

Casou em Natal - RN com Francisca de Andrade, filha de Antonio Andrade de Araújo e Maria de Abreu, de cujo leito nasceram os seguintes filhos:

1. **Gaspar da Cunha de Araújo**, c.c. Ana Teodora do Sacramento, filha de Manuel Carneiro Rios e Maria do Livramento, a 10 de outubro de 1764 (ver "Cronologia Sobralense"; I, p. 163).

2. **Manuel da Cunha Andrade**, c.c. Ângela Barbosa, filha de Faustino Correia da Costa e Grácia Gonçalves, a 8 de setembro de 1760 (Ver "Cronologia Sobralense", vol. I, p. 305).

Francisco da Cunha Araújo teve duas filhas naturais nascidas da índia Luzia de Melo.

4. **Maria da Cunha Araújo**, c.c. Cláudio de Sá Amaral, filho de Antônio Henrique do Amaral e Joana de Abreu Quaresma. (Ver "Cronologia Sobralense", I, p. 291).

5. **Rosa da Cunha Araújo**, c.c. Cap. Antonio Miguel Pinheiro, filho de José Pinheiro Bolcão e Mariana Rabelo, a 24 de maio de 1742.

Francisco da Cunha de Araújo foi testemunha do casamento de seu sobrinho Domingos da Cunha Linhares, realizado a 9 de janeiro de 1736 na capela de Santo Antonio de Potengi, Rio Grande do Norte. Faleceu a 1 de novembro de 1775 e foi sepultado na matriz de Sobral, com 80 anos, conforme consta do termo de óbito.

Um outro Linhares, que esteve no Ceará, foi Antônio Mendes da Cunha, pedreiro, nascido em 1721 em Linhares, Paredes de Coura e morador em Quixeramobim. Seu nome consta em um auto de fé, realizado em Lisboa a 20 de setembro de 1761, onde é acusado de crime de bigamia, juntamente com outro português, Antonio Correia de Araújo, entalhador, natural de Landim, Barcelos, e morador na vila do Icó. (Cf. Barão de Studart - Ceará - Colônia, p. 295).

OS FROTAS



Mapa da vila de Peniche, terra natal de Vitoriano Gomes da Frota, tronco da família Frota do Vale do Acaraú.

A família Frota, no Ceará, já foi profusamente estudada pelo padre jesuíta José da Frota Gentil no livro "Os Frotas", publicado em 1967 no Rio de Janeiro. Essa volumosa obra é bastante rica em informações sobre a descendência do tronco da família, a partir de Felipe Gomes da Frota, mas muito pobre nas poucas e truncadas notícias que traz sobre sua ascendência portuguesa.

Com o fim de minorar tais lacunas e preencher alguns vazios deixados no trabalho do citado autor, trago alguns dados colhidos por mim em arquivos de Portugal.

O primeiro Frota a chegar ao Nordeste do Brasil foi o pai de Felipe, capitão Vitoriano Gomes da Frota, natural de Peniche, sede de concelho no distrito de Leiria, província de Estremadura, Portugal.

Vitoriano estabeleceu-se no sítio Rodrigo Moleiro, hoje Rego Moleiro, nos arredores de Natal, Rio Grande do Norte, onde constituiu a família originária dos Frotas que povoaram a região de Sobral, por intermédio do supracitado filho Felipe que, por sua vez, se transferiu para o Ceará, onde se casou e permaneceu até o falecimento.

Vitoriano Gomes da Frota é filho de Peulino Gomes da Frota e Maria Gomes Frazão. Neto paterno de Manuel da Frota e Leonor Soares. Neto materno de João Frazão e Maria Jorge. Todos naturais e moradores de Peniche, conforme consta dos documentos originais que adiante são transcritos.

PENICHE

No passado, Peniche foi pequena ilha, hoje transformada em península pelo assoreamento provocado pelas marés e pela correnteza do riacho Lagoa que ali tem sua foz. Há quem diga, por isso, que o topônimo é corruptela de península.

A vila está situada à beira-mar, fortificada perto do cabo Carvoeiro, fronteira às ilhotas Berlengas, na península mesma, que mede légua e meia de círculo e está unida ao continente por um istmo de apenas quatro centas braças, está o porto pesqueiro, guardado em abrigo seguro e defesa natural de altos e frágios rochedos.

Peniche, que está localizada quase no extremo ocidental da Europa "Onde a terra se acaba e o mar começa" (Lusiadas, 3, 20), foi berço de navegantes e pescadores dos tempos áureos dos Descobrimentos e, hoje, continua a ser um dos principais portos de pesca de Portugal com suas conhecidas lanchas e traineiras. O espetáculo da chegada e partida dos barcos, a lota, a descarga, a salga, o movimento dos armazéns torna sua praia um ambiente cheio de burburinho e algaraviada de gentes, que atrai milhares de turistas. O mar é a alma e essência dessa poética região. Foi aí onde viveram os ancestrais de Vitoriano, homens do mar e sobreviver da pesca que os habituou aos riscos e aventuras da vida.

Estive pessoalmente em Peniche, nos dias 4 e 5 de agosto de 1986, para conhecer de perto o berço dos progenitores de meu pai. Não pude furtar-me à alegria e à agradável sensação de saudade ao ver o contraste entre as ruínas das velhas fortificações da antiga praça-forte e a feição amigável, humilde e popular da vida marinha dessa legendaria vila.

Para os sobralenses, uma visita a Peniche é empreender viagem às próprias origens. O caminho mais rápido e atraente é partir de Caldas da Rainha, fazer uma parada em Óbidos (em cujo concelho está a povoação de Sobral da Lagoa que deu nome à nossa cidade) e seguir até Peniche em ótima estrada asfaltada. No ponto terminal do ônibus, encontram-se várias pessoas a oferecer hospedagem em residências familiares, a bom preço. Há também, como é óbvio, bons hotéis e restaurantes.

Para quem viaja com os mesmos objetivos que eu tive, a primeira visita a ser feita será à igreja de N. Sra. da Ajuda, onde foram batizados e casados os ancestrais da família Frota. O templo de construção antiga, com paredes forradas de vistosos azulejos de cor azul e branca e capela-mor revestida de azulejos amarelos, é conjunto de uma riqueza decorativa impressionante. A edificação data dos primeiros anos do século XVI, sendo portanto contemporânea do descobrimento do Brasil. A pia batismal, ligada à parede do fundo e não da entrada, como é usual, é também azulejada artisticamente.

escavada na rocha; a igreja de São Pedro (1503), no centro da vila; a Papoa, com restos de um antigo vulcão e o Baleal, uma das mais bonitas praias de Portugal.

O título de vila foi dado à povoação em 1609 pelo rei Filipe III. Fato curioso é observar que o sobrenome Frota ali desapareceu dos descendentes, pois na lista telefônica local não encontrei uma só pessoa com tal denominação familiar.

Peniche foi também a terra natal de Domingos Rodrigues Peniche, que veio para a ribeira do Acaraú no início do século XVIII, tendo casado com Inês Barroso. São sogros de Antônio da Costa Leitão, irmão de Quitéria Marques de Jesus que foi mulher do Cap. Antônio Rodrigues Magalhães, o conhecido proprietário da fazenda Caiçara, berço de Sobral. (Cfr. "Cronologia Sobralense", Vol. I, p. 305).

Natural de Peniche é também o conhecido Dom Antônio Ferreira Viçoso, ali nascido em 1787, filho de Jacinto Ferreira Viçoso e Maria Gertrudes, famoso bispo de Mariana, Minas Gerais, de 1844 a 1875.

Quem desejar conhecer mais profundamente a geografia, a história e as belezas naturais da região penichense deverá adquirir o volumoso livro de Mariano Calado, "Peniche na História e na Lenda", ali publicado em 1984 e à venda nas livrarias locais.

REGO MOLEIRO

Vitoriano emigrou de Peniche e veio para o Brasil com destino ao sítio Rego Moleiro localizado à margem esquerda do rio Potengi, perto de Natal, Rio Grande do Norte, onde já se encontrava seu patrício Dionísio Alves Linhares, tronco dos Linhares da ribeira do Acaraú, de quem tratamos em outro capítulo deste livro.

No passado mais remoto, o local chamou-se Rodrigo Moleiro e, mais anteriormente, Portinho de Dirck Müller. Esta localidade começou a ser conhecida no período da invasão holandesa (1630-1654), pois ali se estabeleceu o flamengo Dirck Müller, perto de cuja residência foi assassinado, precisamente a 6 de abril de 1646, o famigerado Jacó Rabbi, por mando de Josris Garstman, então capitão do Castelo Keulen, nome dado pelos batavos

Com o aportuguesamento dos nomes holandeses, Josris Garstman passou a Jorge Gusmão e Dirck (hipocorístico de Hendrick) Müller (Moleiro) tornou-se Rodrigo Moleiro.

Foi com esta última denominação que, a 4 de maio de 1706, essa região, já há muito tempo abandonada pelos holandeses, foi solicitada em sesmaria pelo capitão Francisco Gomes e sua mulher Maria Gomes de Sá. Posteriormente, a 28 de maio de 1781, parte da terra foi confirmada aos sesmeiros João Marques Moreira, já então genro de Vitoriano. (Cf. o Reg. nº 505 das "Datas de Terra e Sesmarias da Capitania do R. G. do Norte", documento pertencente ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Natal. Esta informação encontra-se no livro de Olavo de Medeiros Filho - "No Rastro dos Flamengos", Natal, 1989, p. 49.

Atualmente, a povoação chama-se Rego Moleiro, corruptela de Rodrigo Moleiro que, por sua vez, é transliteração popular do holandês Hendrick Müller.

O capitão Francisco Gomes, primeiro sesmeiro dessas terras, é exatamente o sogro de Vitoriano Gomes da Frota e de Dionísio Alves Linhares, troncos dos Frotas e Linhares, que povoaram a ribeira do Acaraú no Ceará.

Informa ainda o historiador potiguar Olavo de Medeiros Filho (ob. cit., p. 48) que "a casa de Müller ficava à margem direita do então chamado riacho Guajai (Água dos Caranguejos), entre os distritos de Igapó e Santo Antônio de Polenji. Dista cerca de 10,5 km da matriz de Natal. Pelas referências holandesas, ficava a três léguas do Forte Keulen, seguindo-se por via fluvial. A pé, levava-se cinco horas de caminhada do Portinho àquele forte". E mais adiante, ao explicar os detalhes de uma fotografia de um trecho da rodovia que liga Igapó a São Gonçalo do Amarante, à entrada da fazenda Rego Moleiro, diz o mesmo escritor: "Na foto, observa-se uma casa, edificada no provável local onde, no ano de 1646, existia a casa de Dirck Müller. Ao poente da casa, à distância de uns 400m encontra-se o povoado de Rego Moleiro de Baixo, ou Rua Nova, em cujas imediações foi assassinado Jacob Rabbi". (Ib., p. 69).

Parte desse sítio Rego Moleiro pertenceu, posteriormente, ao casal Teodósio Gomes e Joana Gomes de Sá, de quem o capitão Domingos Cunha Linhares comprou e passou ao filho Pe. Antônio Gonçalves da Cunha, como dote de sua ordenação sacerdotal. (Cfr. "Cronologia Sobralense", I, p. 253).

A pequena povoação norte-riograndese de Rego Moleiro está ligada, portanto, à história de Sobral, por ter sido o berço de duas matronas que, casando-se com imigrantes portugueses, deslocaram-se para a ribeira do Acaraú, onde se tornaram duas matrizes originárias de numerosa parcela da população sobralense.

Luis da Câmara Cascudo em "Nomes da Terra", (Ed. Fundação José Augusto, Natal, 1963, p. 120) informa sobre Rego Moleiro: "Povoação de São Gonçalo - De Rodrigo Moleiro, seu fundador à volta de 1770. Em 1798, a Intendência Municipal denominou-a "Alberto Maranhão", não se divulgando em retentiva popular." Comparando-se com o que acima ficou dito, as informações de Cascudo apresentam evidentes metacronismo a ser retificados.

CASAMENTO DOS PAIS DE VITORIANO

Voltemos a Portugal em busca dos ancestrais dos Frotas.

Em pesquisa que pessoalmente realizei, a 5 de agosto de 1986, no Arquivo Distrital de Leiria, onde se encontram os documentos paroquiais referentes às freguesias do concelho de Peniche, encontrei o termo de casamento dos pais de Vitoriano, cujo texto transcrevi na íntegra e tem o seguinte teor:

"Em os vinte e oito dias do mês de março de mil seiscentos e noventa e três annos, na igreja de N. Sra. da Ajuda desta villa de Peniche, de tarde, em presença de mim Luis Vianna Franco, parcho desta igreja, e das testemunhas ao diante nomeadas, se receberam por palavras de presente por marido e mulher, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, PAULINO GOMES DA FROTA, natural desta villa de Peniche, baptizado na igreja de São Pedro da dita villa e morador nella na dita freguesia de N. Sra. da Ajuda, filho de Manoel da Frota e de Leonor Soares sua mulher, também moradores na dita freguesia de N. Sra. da Ajuda. e MARIA GOMES, viúva de Hieronimo Gomes, moradora tambem na dita freguesia de N. Sra. da Ajuda e natural do lugar Peniche de Cima e baptizada na mesma freguesia de N. Sra. da Ajuda, filha de João Frazão e de Maria Jorge, moradores no dito lugar e foram testemunhas o capitão Vicente Palhano e Braz Gonçalves moradores na dita villa de Peniche, que comigo assignaram este termo no dito dia e anno acima nomeado vinte e oito dias do mes de março. Luis Vianna. Vicente Palhano. Braz Gonçalves." (Liv. Cas. Freg. de N. Sra. da Ajuda - Peniche - 1672-1707, fl. 136).

O texto traz algumas informações que merecem ser destacadas. A capela de São Pedro, em que Paulino foi batizado, foi construída em 1503, é a maior de Peniche e está localizada na parte mais elevada e central da vila, ainda hoje chamada de Peniche de Cima. A matriz de N. Sra. da Ajuda, por seu lado, fica na parte conhecida por Peniche de Baixo.

A noiva Maria Gomes, já viúva de Jerônimo Gomes, tem o mesmo sobrenome do primeiro sesmeiro de Rego Moleiro, fato que nos leva a presumir parentesco entre eles. A mãe e a sogra de Vitoriano seriam parentes. A mãe de Vitoriano, como vimos, chamava-se Maria Gomes e era filha de João Frazão e Maria Jorge. Ora, chamou-se exatamente Maria Gomes Frazão uma das filhas de Vitoriano que se casou, no Rio Grande do Norte, com João Marques Moreira, o segundo sesmeiro de Rego Moleiro.

Com base em outros termos de casamentos que encontrei ali, sei que do matrimônio de Paulino Gomes da Frota e Maria Gomes nasceram os seguintes filhos:

1 - Ilário Gomes da Frota, c.c. Júlia Maria, em Peniche, em 1719.

2 - José Gomes da Frota, c.c. Antônio Maria, filha de José Martins e Apolônia Martins, a 14 de janeiro de 1720.

3 - Vitoriano Gomes da Frota. Emigrou para o Rio Grande do Norte, onde casou, a 8 de junho de 1733, com Maria Gomes de Sá, de quem provém os Frotas do Norte do Brasil.

Infelizmente não encontrei o termo de batismo de Vitoriano, mas o de um seu homônimo, nascido a 31 de maio de 1721, filho de Ilário da Frota e Júlia Maria, com o qual inicialmente confundi pela mesmidade do nome.

CASAMENTO DE VITORIANO

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, como raridade, encontram-se alguns avulsos de assentamentos de casamento da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Natal, de cuja Pasta nº 103 foi retirada cópia do seguinte documento:

"Aos oytos de junho de mil setecentos e trinta e tres annos capella do Senhor Antonio do Potigy desta freguezia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, feitas as denunciações nesta Matriz e na dita capella e na de São Gonçalo, de onde é moradora a contrahente,

e apresentando-se-me por parte do contra hente hum mandado do muito Reverendo Senhor Doutor Vigario Geral, pelo qual mandava se cazassem visto o contrahente ter mandado vir instrumentos de banhos do seu natural, sem se descobrir impedimento, de licença minha e em prezença do Padre Francisco Xavier de Barros, sendo presentes por testemunhas o Sargento-mayor Gregoria de Oliveira Mello, o Capitão Valentim Tavares de Mello, solteiros filhos da viúva Catherina de Oliveira, Don Simoa Gomes, mulher do Capitão Jozeph Francisco de Souza, e Ignacia Gomes Freyre mulher do Capitão Bonifacio da Rocha Vieira, se casaram solemnemente infacie da Igreja VICTORIANO DA FROTA filho legítimo de Peulino da Frota já defunto e de sua mulher Maria Gomes Frazoa, naturais da villa de Peniche, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, arcebispado de Lisboa, e MARIA GOMES DE SÁ filha legítima do Capitão Francisco Gomes já defunto e de sua mulher Maria Gomes de Sá, moradores nesta dita freguezia, e della natural a contahente, guardando-se em tudo a forma do Sagrado Concilio Tridentino, e pelo assento que veio do dito Padre mandei fazer este, em que por verdade assignei. Manoel Correa Gomes, vigario. Gregorio de Oliveira e Mello. Valentim Tavares de Melo".

Do texto acima transcrito, cuja cópia devo à gentileza do historiador potiguar Olavo de Medeiros Filho, ficamos sabendo que, na época, havia duas capelas nas circunvizinhanças de Rego Moleiro, sendo a primeira de Santo Antonio, mais próxima, e a outra de São Gonçalo do Amarante, ambas à margem esquerda do rio Potengi.

O vigário de Natal que assina o documento, Pe. Manoel Correa Gomes, é irmão do Pe. Lino Gomes Correia que, quando Visitador Geral dos Sertões do Norte, esteve em 1742 na fazenda Caiçara e a escolheu para ser sede da freguesia de N. Sra. da Conceição da ribeira do Acaraú, hoje cidade de Sobral.

No texto, a mãe de Vitoriano é dita Maria Gomes Frazoa, cujo último sobrenome é o feminino de Frazão, fórmula muito usada nos documentos notariais portugueses da época. Da mesma maneira dizia-se Leitoa, Aragoa, Brandoa, Leoa, etc. quando referentes a mulheres.

De nosso conhecimento, nasceram três filhos do matrimônio de Vitoriano Gomes da Frota e Maria Gomes de Sá:

1 - Albina Gomes, c.c. Manuel Antônio da Rocha, filho de José Velho e Bonifácia da Rocha. O casal permaneceu no Rio Grande do Norte e seus descendentes não adotaram o sobrenome Frota.

2 - Maria Gomes Frazão (neta), c.c. João Marques Moreira, filha de Tomé Leite Oliveira e Mariana da Assunção. Também seus descendentes não adotaram o sobrenome Frota. Tomé Leite foi vereador em Natal em 1721.

3 - Felipe Gomes da Frota, nascido em 1744. Emigrou para a ribeira do Acaraú, Ceará, onde foi tronco da família Frota.

Vitoriano permaneceu em Rego Moleiro até ao falecimento. Em 1770 ainda era vivo, pois assistiu à morte do Domingos da Cunha Linhares, ocorrida a 24 de novembro de 1769. (Cfr. "Cronologia Sobralense", I, p. 253). Sua mulher Maria Gomes de Sá faleceu centenária a 25 de julho de 1797, em Rego Moleiro, conforme consta do seguinte termo de óbito:

"Aos vinte e cinco de julho de mil setecentos e noventa e sete faleceu da vida presente, sem sacramento, Maria Gomes, com idade de cento e vinte annos, viuva que ficou de Vitoriano da Frota. Foi enterrada na igreja de Santo Antonio de Potigi envolta com habito de São Francisco depois de ser encomendada pelo padre José Ignacio de Brito. E para constar fiz este termo que assignei. Feliciano José Dornelles, Vigário Collado". (Liv. Óbitos de Natal, RN. Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Norte, cópia tirada pelo historiador Olavo de Medeiros Filho).

A idade de "cento e vinte anos", que consta no texto, é erro da escrituração, que deve ser retificado para "cento e tantos anos", fórmula usual para indicar vida centenária.

FELIPE GOMES DA FROTA

Os Linhares e Frotas provêm, como vimos, do sítio Rego Moleiro, Rio Grande do Norte, antiga sesmaria do capitão Francisco Gomes e sua mulher Maria Gomes de Sá, cujas filhas Rufina e Maria casaram respectivamente com Dionísio Alves Linhares e Vitoriano Gomes da Frota, ambos portugueses. Uma filha de Dionísio, de nome Dionísia, casou-se com o capitão Domingos da Cunha Linhares e um filho de Vitoriano, de nome Felipe, casou-se com Josefa, filha do dito capitão Domingos. Assim os Linhares e Frotas uniram-se a 11 de agosto de 1771. É deste último matrimônio que provêm os Frotas da região de Sobral.

A cerimônia religiosa foi realizada na capela N. Sra. do Rosário, hoje Groaíras, conforme consta do seguinte termo:

"Aos onze do mes de agosto de mil setecentos e setenta e hum, de manhã, na capela de Nossa Senhora do Rosario do Riacho de Guimarães, filial desta Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara, feitas as denunciações na forma do Sagrado Concilio Tridentino na dita Matriz donde os nubentes são moradores e a nubente natural, justificando o non raptio, sendo dispensados por Sua Excelencia Reverendissima no terceiro grau de consaguinidade e dando o nubente fiança aos banhos de sua naturalidade a freguezia do Rio Grande e aos de Sam Gonçalo na Serra dos Cocos, seo antigo domicilio, sem se descobrir impedimento, como consta dos banhos, sentença de dispensa e mandados de casamento, que tudo fica em meo poder, em presença do Padre Gomingos Francisco Braga de minha licença e das testemunhas o Sargento-mor Thomé Dias Pereira, morador na freguesia de Sam Gonçalo, Felix José de Oliveira, Ignacio Xavier Pereira, casados, e José Madeira de Matos solteiro, e mais pessoas todas conhecidas e moradores nesta freguezia, se casaram em face da Igreja solemnemente por palavra FELIPE GOMES DA FROTA, filho legitimo de Vitoriano Gomes da Frota, natural das partes de Portugal, e de sua mulher Maria Gomes de Sá, natural do Rio Grande, com JOSEFA MARIA DE JESUS, filha legitima do Capitão-mor Domingos da Cunha Linhares, natural de Coura, arcebispado de Braga, e de sua mulher Dyonisia Alves Linhares, natural do Rio Grande, e logo lhes deo as benções na forma dos Ritos e ceremonias da Sancta Madre Igreja, do que para constar fiz este termo, em Cura João Ribeiro Pessoa, Cura e Vigario da Vata da Caiçara, Pe. Domingos Francisco Braga, José Madeira de Matos, Felix de Sousa de Oliveira." (Liv. Casamentos de Sobral, nº 2, fl. 41).

Felipe nascera em Rego Moleiro no ano de 1744 e, como vimos no texto, veio residir primeiramente na freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, cujo território então compreendia "as vertentes do rio Acaraú, da barra do Macaco (Macaraú) para cima, o sertão e a chapada correspondente da Serra da Ibiapaba", até confinar ao sul com o antigo território do Piauí (Tamboril, Independencia, Crateús). Não sabemos o lugar exato em que Felipe esteve durante esse período. O certo é que ali permaneceu por muito pouco tempo e quando ainda solteiro. Na época do casamento, já residia no sítio São José (Patriarca) pertencente ao patrimônio da capela local de N. Sra. da Conceição, junto ao administrador e seu futuro sogro Domingos da Cunha Linhares.

Após o casamento, passou a residir em terra arrendada, na fazenda São José (Mutuca) pertencente ao encapelado e medindo (com braços de cumprimento, que principia e finda com terras do administrador capitão Inácio da Cunha Linhares", primo de Domingos, como lemos em documento manus-

crito de 1788, que serviu de base para o "Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará", publicado pela SUDEC, Fortaleza, 1974, 2 volumes, p. 533. Foi aí que Felipe montou casa de residência, gerou seus filhos, acomodou o gado e cuidou da lavoura. Segundo declaração que prestou à Câmara de Sobral em 1788, possuía 50 cabeças de gado caprino, 50 de ovino, 18 de cavalar, 12 vacas, 3 novilhos e 6 bezerros. Declarou mais ter plantado, naquele ano, duas mil covas de mandioca. Ali o casal viveu vida honrada e tranqüila até o falecimento.

Nos fins do inverno de 1805, na fazenda São José grassou uma epidemia de febre tifóide (maligna), tendo feito três vítimas fatais em sua casa, no prazo de seis dias. A 12 de agosto, faleceu Felipe, com idade de 61 anos. No dia 14 morreu seu genro João Pinto Nepumuceno, com 31 anos. Quatro dias depois, a 18, sucumbiu sua filha Caetana, com 32 anos, viúva de João Pinto. Os três foram sepultados na Matriz de Sobral.

A viúva Josefa Maria, então com 53 anos, assumiu exemplarmente a direção da família e dedicou-se à criação dos netos. No termo de seu batismo, ocorrido a 24 de maio de 1752, não consta o dia do nascimento. Não lhe encontrei o termo de óbito.

A ENORME DESCENDÊNCIA

Do casamento de Felipe Gomes da Frota e Josefa Maria de Jesus (alibi Josefa Dionísia Linhares) nasceram oito filhos, dos quais provém enorme descendência. Eis a relação dos filhos:

1 - **Cap. José Gomes da Frota**, nascido a 1 de maio de 1772, c.c. sua prima legítima Rita Maria da Soledade, filha de Cap. Domingos Rodrigues Lima e Maria da Soledade Linhares, a 15 de agosto de 1806, no Campo Grande. Por crime de rapto, José Gomes esteve preso em Fortaleza em 1799 e foi livre por sentença judicial de 11 de outubro de 1806, após o casamento. O casal foi residir na fazenda Várzea da Pedra.

O Cap. José Gomes faleceu a 6 de dezembro de 1845, com 73 anos. Sua mulher Rita nasceu a 19 de março de 1779 e faleceu a 26 de maio de 1850.

2 - **Caetana Gomes da Frota**, nasceu a 7 de agosto de 1773. Casou com João Pinto Nepomuceno Cavalcante, nascido a 1 de julho de 1774, filho do Capitão Antonio Coelho de Albuquerque e sua segunda mulher Maria da Conceição do Bonfim, a 22 de fevereiro de 1792, na capela de São José. Do

casal provém a família Pinto de Albuquerque, de Coreaú. Caetana faleceu a 18 de agosto de 1805, quatro dias após a morte de seu marido e seis dias após de seu próprio pai. Do casal nasceram 7 filhos.

3 - **Manuel Vitoriano da Frota**, nascido em 1775, c.c. Francisca Vicência do Espírito Santo, nascida a 26 de maio de 1782, filha do capitão Antonio Coelho de Albuquerque e Maria da Conceição do Bonfim, a 9 de setembro de 1797, na Matriz de Sobral, com a assistência de Frei Vital da Penha. O casal foi residir na fazenda Bom Jardim, onde nasceram quatro filhos. Deles provém os Gomes da Frota e Lopes Frotas, do Logradouro.

4 - **Maria da Conceição Frota**, nascida em 1776, c.c. Cel. Gabriel Teles de Menezes, nascido a 5 de janeiro de 1777 e filho do Cap. Antonio Gomes da Albuquerque e Maria da Conceição do Bonfim, a 9 de outubro de 1797, na Matriz de Sobral. Do casal provém os Teles da Frota.

5 - **Antônia** nasceu a 6 de janeiro de 1778 e faleceu em tenra idade.

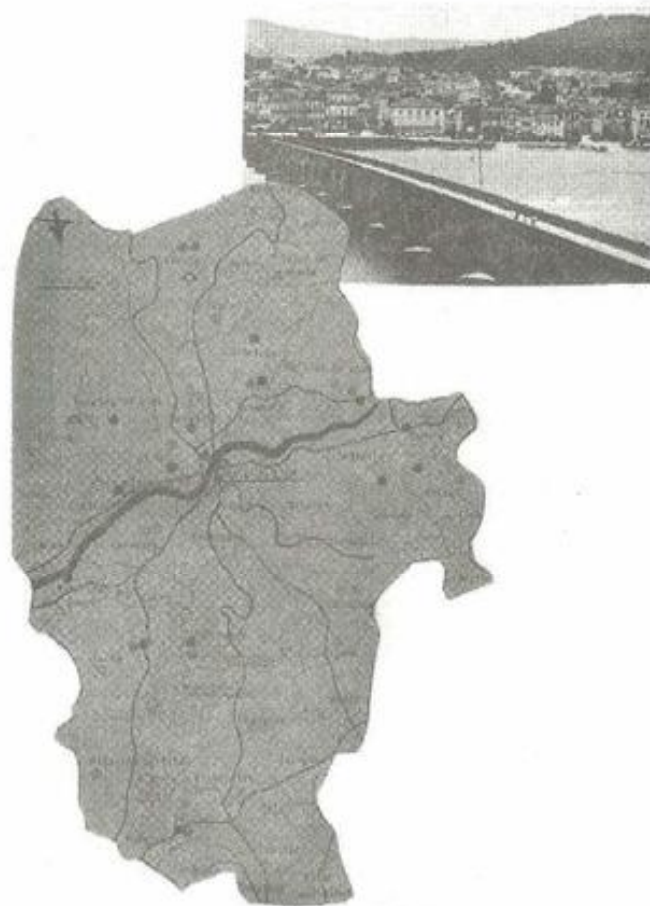
6 - **Antônio Gomes da Frota**, gêmeo, nasceu a 19 de janeiro de 1779, c.c. Ângela Maria Carneiro Rios, filha de Custódio da Costa Araújo e Cosma Damiana do Espírito Santo. (Cfr. "Cronologia Sobralense", 163). O casal foi residir na fazenda Imbueiro, vale do Coreaú.

7 - **Francisco**, gêmeo com o precedente, faleceu criança.

8 - **Major Inácio Gomes da Frota**, nascido em 1780, c.c. Ana Maria Joaquina de Jesus, filha do Cap. Manuel Francisco de Vasconcelos e Maria Joaquina da Conceição, a 28 de outubro de 1806. Do casal nasceram 20 filhos. É trisavô paterno do autor. Faleceu a 19 de março de 1859, com 79 anos.

A enorme descendência dos seis filhos casados vem tratada no volumoso livro "Os Frotas", do Pe. José da Frota Gentil, de 880 páginas.

RODRIGUES LIMA



Em cima, vista da cidade de Ponte de Lima. O mapa do concelho, mostra a freguesia de Cabração, onde nasceu Domingos Rodrigues Lima.

Lima é um rio de Portugal que tem nascente espanhola na Lagoa de Antela, formada pelas vertentes da serra de San Mamede, na Galiza. Enquanto corre por território de Espanha tem a denominação de Límia. Penetra em Portugal pelo concelho de Castelo de Lindoso, onde há uma barragem entre rochedos. Banha, pela margem esquerda, as vilas de Ponte de Barca e Ponte de Lima e vai desaguar em Viana do Castelo, que em outro tempo foi um dos portos mais comerciantes do reino de Portugal. O seu curso total mede mais de 120 km, sendo 65 em território português.

Foi este formoso rio que deu nome à ilustre família Rodrigues Lima, que povoou a ribeira do Acaraú. É mais um caso de topónimo português que se tornou sobrenome familiar no Vale do Acaraú, tais como Fonteles, Linhares, Braga, Viana, Prado e tantos outros.

O tronco desta família, entre nós, foi o capitão Domingos Rodrigues Lima, natural da freguesia de Cabração, concelho de Ponte de Lima, cujos pais chamavam-se José Vaz e Justa Afonso. Ao chegar ao Brasil, Domingos Rodrigues acrescentou ao próprio nome o sobrenome Lima em homenagem à terra do berço.

A fértil região minhota banhada por esse rio é chamada de Ribeira do Lima, tal como aqui chamamos de Ribeira do Acaraú as terras cearenses regadas pelo "rio das garças". Em verdade, há muita semelhança entre o rio português e o nosso, como pude pessoalmente verificar em Ponte de Lima, onde estive na tarde ensolarada do dia 22 de julho de 1986. Ali fui me sentar em um dos bancos de pedra colocados na larga e arborizada alameda que margeia o rio. Na ocasião, o Lima estava meio seco, com amplas faixas de areia à mostra e com quase a mesma largura do Acaraú. É de admirar a ponte romana antiquíssima, que liga à vila o chamado bairro de Além da Ponte, tal como aqui chamamos "bairro do outro lado do rio" ao atual bairro Dom Expedito, em Sobral. Para realçar a semelhança, em um bar de esquina de rua havia uma eletrola que, em som muito alto e em nítido sotaque brasileiro, tocava o bolero: "São três palavras que conhece o mundo inteiro, estas palavras são: quanto te quero". As tantas coincidências visuais e auditivas davam-se a nítida impressão de estar às margens do Acaraú, em

Sobral. Semelhança de paisagem, semelhanças de cultura. Às 18 horas, ainda com muito sol por ser verão, vários sinos das muitas igrejas locais badalaram as ave-marias, que me despertaram do muito cismar, pensando no menino Domingos que por ali tantas vezes estivera há duzentos e cinquenta anos passados. Como eu agora, ele então contemplara o mesmo rio, atravessara a mesma ponte e ouvira os mesmos sinos.

Cheguei a Ponte de Lima vindo de Paredes de Coura, onde pela manhã havia percorrido a região de Linhares, de onde há três séculos partira Félix da Cunha Linhares, com seus parentes, para a fazenda São José da Mutuca onde construiu a capela de N. Sra. da Conceição.

O caminho entre as duas vilas está recheado de paisagens belíssimas, montanhosas e com ares suíço. Aqui e ali, por entre morros e vales sucessivos, aparecem capelas medievais e povoados bucólicos. Os morros intermitentes são fartamente cultivados. É viagem de saudade inesquecível.

A ponte sobre o rio Lima, que deu nome à vila, é de visível construção romana. Desta, ainda resta intacta uma parte na margem direita, edificada no tempo do imperador Augusto. O mais é parte já restaurada, embora conservando as mesmas linhas primitivas. É sustentada por 24 arcos, 16 dos quais em forma ogival, assentados em notáveis talhamares de granito que se assemelham a pequenas barcas de pedra. Ao longe, com peregrinações da Meruoca, avista-se o relevo azulado da serra de Arga, que fecha o horizonte, ao norte.

Ainda hoje, de quinze em quinze dias, realiza-se a concorrida feira de gado, verdadeira amostra da vocação pecuária da Ribeira do Lima. Ali também Domingos despertou sua vocação de grande pecuarista; que de fato foi no Vale do Acaraú, como adiante veremos.

Reza velha tradição que o rio Lima tomou seu nome dos primitivos habitantes, os limicos, que desde 150 AC deixaram testemunhos arqueológicos de diversos castros na antiga vila militar romana que ia de Braga a Astorga.

CASAMENTO DOS PAIS

José Vaz e Justa Afonso, pais do Capitão Domingos Rodrigues Lima, casaram-se a 18 de outubro de 1703, na matriz de Santa Maria de Cabração, povoação do concelho de Ponte de Lima, de onde dista 11 km. O termo deste casamento consta do livro respectivo guardado no Arquivo Distrital de Viana do Castelo, à Rua Manuel Espregueira, nº 140, cujo teor, que fielmen-

te copiei, é o seguinte:

"Aos dezouto dias de outubro de mil setecentos e tres annos JOSEPH VAZ, filho de Manoel Vaz, já defunto, e de sua m.e.r Ma. Rois do lugar do Sardoal, todos desta frega., precedendo as denunciações na forma do Sagrado Conc. Trid. e Const. e não constou haver impedimento algum, estando por test.mas o Pe. Frco. Marques da Costa, D.os Miz do Souto, João A.º solteiro f.º da marquezia e Thomé Als. de Souza e mta. mais gente, todos desta mesma frega. e para constar fiz este assento hoje vinte de outubro da era sobreditta. O vigario Joseph Cerqueira Pinto." (Livro Misto nº 4, Freguesia de Cabração, Ponte de Lima, fl. 74 v.).

À margem esquerda estão assim registrados os nomes dos noivos: "Josph Vaz e Justa A.º". A forma abreviada usada pelo vigário para escrever o texto dificulta-lhe a leitura, embora haja abreviações consagradas como Miz por Martins, Dos. por Domingos, Rois por Rodrigues, Als por Alves, etc. A testemunha "João A.º f.º da marquezia" deve ser João Afonso, tal como à margem foi escrito Justa A.º por Justa Afonso. Quanto a "fº da marquezia" (sic), filho da marquezia (?), não há outra qualquer referência, não se sabendo tratar-se de título de nobreza ou simples apelido.

Este documento é muito valioso para o conhecimento da ascendência genealógica dos Rodrigues Lima, uma vez que o próprio capitão Domingos, ao casar nesta ribeira do Acaraú, desconhecia o nome dos avós, como se vê do termo de seu segundo casamento adiante transcrito, em que consta que é "neto paterno e materno de avós incógnitos". Sabemos, agora, que é filho de José Vaz e Justa Afonso, neto paterno de Manoel Vaz e Maria Martins e neto materno de João Afonso e Maria Rodrigues. O Rodrigues vem da avó materna e o Lima, do topônimo da terra natal e do rio que a banha.

Também no mesmo registro do segundo matrimônio, está escrito que seus genitores são de "naturalidades incógnitas". Ora, o documento do batismo revela que seu pai é natural de Cabração e sua mãe, do lugar Sardoal, então da mesma freguesia e hoje pertencente à freguesia vizinha de Moreira do Lima, ambas integrantes do território concelhio de Ponte do Lima.

De outros termos de casamento do mesmo livro de Cabração, sabe-se mais que o nome da mãe é Justa Afonso da Costa, irmã do Pe. Antonio Afonso da Costa, sacerdote que o batizou, como adiante se verá. A avó materna Maria Martins do Souto é irmã da testemunha Domingos Martins do Souto.

O BATISMO DE DOMINGOS

Domingos Rodrigues Lima nasceu em Cabração a 7 de junho de 1722 e foi batizado em casa, em perigo de vida, a 29 do mesmo mês e ano, tendo sido levado, posteriormente, à Matriz, com o fim de receber das mãos do vigário a unção dos santos óleos, para complementar as exigências do ritual litúrgico. Eis como foi registrado o fato:

"Aos sette dias do mês de junho de mil settecentos e vinte e dous annos nasceo Domingos filho de Joseph Vaz e de sua mulher Justa Affonço do lugar Sardoal desta freguesia de Sancta Maria da Cabração e o baptizou o Padre Antonio Affonço da Costa desta mesma freguesia em caza por vir com perigo de vida e o mandei vir para a igreja onde recebeo os sanctos oleos e para constar fiz este assento hoje de junho vinte e nove da era sobreditta. O vigario Joseph Cerqueira Pinto. Pe. Antonio Affonço da Costa. de Joseph X Vaz, pai da criança". (Livro Misto nº 4, Freguesia da Cabração, Ponte de Lima, fl. 55).

Com exceção do portuguesíssimo "prigo" em vez de perigo, o Pe. José Cerqueira Pinto, desta vez, ao contrário do que fizera no termo de casamento há vinte anos anteriormente, não abreviou qualquer palavra neste registro de batismo, o que muito facilita a leitura. Note-se ainda que o pai de Domingos era analfabeto, pois assinou em cruz, como consta claramente do termo acima transcrito onde há uma nítida cruz em forma de X entremeada pelos dois vocábulos do nome do genitor. O texto e o nome do pai, na assinatura em cruz, estão escritos com a mesma caligrafia do vigário.

A povoação da Cabração é sede de uma das 51 freguesias (distritos) do concelho (município) de Ponte de Lima. Esta freguesia limita ao norte com o concelho de Paredes de Coura (dos Linhares); a leste, com a freguesia de Labruja; ao sul, com as freguesias limianas de Moreira do Lima e Estorãos e, a oeste, com os concelhos de Caminha e Viana do Castelo.

Para chegar a Cabração há um caminho que parte de Paredes de Coura em direção à serra da Arga, 816 metros de altitude, indo até Veiga do Monte, na freguesia de Romarigães, e dali segue-se em estrada carroçável, ou então pelo contraforte da serra, até Cabração. Outro caminho, mais curto, é partir de Ponte de Lima e ir a Moreira do Lima (6 km) e dali até Cabração (5 km).

A região, bastante fértil e propícia à criação de gado vacum e ovino, conserva ainda a velha tradição pecuária. Em Portugal é conhecido o vacum

limião, originário de Ponte de Lima, onde as feiras de gado são frequentes e concorridas. O manejo abundante de ovinos deixou marcas na toponímia e na culinária regional. Vejamos alguns exemplos: Cabração, nome do povoado; Cabrão, antiga denominação do rio Vez, afluente do Lima; Cabreira, lugar da freguesia de Vitorino de Piães; Cabril, ramo da serra do Gerez. Quanto à culinária, os pratos típicos pontelimeses relembram o tradicional e abundante criatório ovino: o sarrabulho (sarapatel), os rojões (torresmos), os fígados picados, os miúdos (panelada). Tudo isso foi trazido para o Vale do Aca-raú e não é sem razão que, ainda hoje, os habitantes de Santana do Aca-raú têm fama de serem costumeiros comedores de carne de bode. Sabemos também que o capitão Domingos Rodrigues Lima foi grande criador de ovinos e caprinos, pois somente no ano de 1787 ferrou 80 cabras e 40 ovelhas, conforme declarou à Câmara Municipal de Sobral no ano seguinte.

Outra característica desse concelho português é a intensa religiosidade de sua gente. Conhecidos são os abundantes cruzeiros e "alminhas" espalhados por todo o território concelhio. Alminhas são mealheiros em favor das almas do purgatório, com cofres e painéis representativos, muito frequentes nas estradas, nas bocas de rua, nas praças das vilas, lembrando a devoção popular de um parente próximo ou de um amigo falecido. O concelho de Ponte de Lima é um dos centros do Alto Minho mais férteis em matéria de iconografia das alminhas. Relembra as nossas cruzeiras fincadas nas estradas do sertão e os pequenos oratórios construídos sobre os túmulos dos cemitérios. Tudo influência de Portugal nos costumes de nossa gente.

A "Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura - Verbo" traz a seguinte informação sobre a freguesia: "Cabração - Pv. e Freg. do Conc. e Com. de Ponte de Lima, Distr. de Viana do Castelo e Arquidioc. de Braga. 312 habitantes em 95 fogos (1960). Orago: Santa Maria. Situada na serra de Labruja, no extremo NO do Conc. a 11 km da sede, no limite com o de Caminha. O seu primitivo povoamento, pela vizinhança de fortificações castrejas, atribui-se a épocas pré-romanas. Como freg. e paróquia independente foi instituída depois do Concílio de Trento. No séc. XVIII aparece como vigararia da apresentação do convento do Salvador, de Braga. Foi couto (criado por D. Afonso Henriques e extinto por D. Sancho I) do Mosteiro de Vitorino das Donas."

RESIDÊNCIA NO RECIFE E FORTALEZA

Domingos Rodrigues Lima veio para o Brasil antes de atingir a maioridade, pelo que deve ter viajado sob a guarda de um tutor. Desembarcou no Recife, em cujo comércio se estabeleceu.

O primeiro documento, que atesta sua presença ali, é o inventário de Isabel Rodrigues de Oliveira, mulher do capitão-mor Domingos de Faria Castro, falecida na Capital da Paraíba a 23 de outubro de 1739. No arrolamento dos bens deixados pela defunta, feito a 3 de outubro de 1742 na presença do Juiz de Órfãos sargento-mor João Batista Ferreira e do escrivão Gaspar Rodrigues do Amaral, o viúvo inventariante, no título de dívidas que se devem ao casal, "declarou era devedor ao casal Domingos Rodrigues Lima, morador no Recife de Pernambuco, a quantia de oitenta mil réis por uma obrigação" (Cf. Tracizio e Martinho Dinoá Medeiros - "ramificações Genealógicas do Cariri Paraibano", Brasília, 1989, p. 46).

A falecida Isabel Rodrigues, em seu testamento escrito com data de 17 de julho de 1735, diz-se natural da freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora (hoje São João do Cariri, Paraíba), e filha legítima dos portugueses capitão Pascásio de Oliveira Ledo e sua mulher Isabel Rodrigues. O sobrenome comum de Isabel e Domingos denota parentesco entre eles, o que explicaria o empréstimo avultado dos oitenta mil réis feito ao jovem imigrante, para que se iniciasse nas atividades comerciais no Recife. O capitão-mor Domingos Faria Castro e sua mulher Isabel Rodrigues de Oliveira foram o casal construtor da primitiva capela de Cabeceiras, Paraíba, município fronteiriço com Pernambuco, e o protetor do jovem Domingos recém-chegado ao Brasil.

No comércio do Recife, durante dez anos, Domingos conseguiu amedrontar bom patrimônio e grande número de amigos, ficando conhecido também nas praças da Bahia e Ceará pela lisura nos negócios que mantinha. Isto foi o suficiente para lhe dar prestígio e obter a patente de capitão.

Dom José Tupinambá da Frota, primeiro Bispo de Sobral e descendente do biografado, informa em sua "História de Sobral", p. 57, que Domingos Rodrigues Lima "era de família nobre, como demonstra o registro de sua patente no Livro da Ouvidoria de Pernambuco." Não sei donde provém a alegada nobreza, uma vez que o pai era analfabeto e os avós, pobres camponeses da povoação portuguesa de Cabração. É bem verdade que no termo de casamento de seus genitores, acima transcrito, consta como testemunha João Afonso, solteiro, com sobrenome da mãe, identificado como "filho da marquês" (sic), título ou apelido escrito com eme inicial minúsculo e sem outra qualquer referência esclarecedora.

Em 1747, Domingos resolveu viajar a Fortaleza, com o dom de expandir ainda mais suas atividades comerciais. Exatamente nesse ano, o capitão Domingos da Cunha Linhares, residente na ribeira do Acaraú, era vereador

da Câmara Municipal local, com quem o jovem comerciante travou conhecimento e estreitou laços de amizade. Seria seu futuro sogro, como veremos. Também fez-se amigo do Juiz de Órfãos, o capitão Barnabé Vieira Coelho, que exercia o cargo desde 19 de janeiro de 1746 e de cuja casa fez-se habitual freqüentador. Tendo gostado da hospitalidade cearense, Domingos resolveu estabelecer-se em Fortaleza e não mais retornou a Pernambuco. Ali, porém, o destino lhe seria adverso e muito teve que sofrer. Os fatos narram-se em poucas palavras.

Pouco tempo após ter chegado a Fortaleza, falecia seu amigo o capitão Barnabé, deixando a viúva Maria Brito de Jesus com quatro filhos menores na orfandade: João, José, Barnabé e Manuel. O capitão Domingos envolveu-se então amorosamente com a viúva, tendo sido obrigado a com ela casar, por sentença judicial, em cerimônia religiosa realizada no dia 29 de outubro de 1754. Deste desventurado matrimônio nasceu apenas uma filha, de nome Domingas, de cujo parto faleceu dona Josefa Maria a 28 de outubro de 1757, exatamente três anos depois do casamento.

Viúvo precoce, o capitão Domingos ficou, então, com o pesado encargo de cuidar dos quatro enteados e da filhinha Domingas. Por não querer assumir sozinho a tutela dos enteados, Domingos teve que responder a processo e esteve preso na cadeia de Fortaleza. Os sofrimentos morais agravaram-se com a morte da filha Domingas, ocorrida em outubro de 1760. Para se livrar da prisão, teve que ceder grande parte de seus bens, como garantia pelo sustento dos quatro menores, órfãos de pai e mãe.

Cessada a lite e desgostoso do comércio, Domingos resolveu tentar outro modo de vida, e, para tanto, foi residir na ribeira do Acaraú, com o apoio moral do capitão Domingos da Cunha Linhares, que se tornou seu protetor e futuro sogro. E recomeçou o trabalho, como pecuarista e agricultor.

No Arquivo Público de Fortaleza, encontrei um velho "Livro de Escrituras e Notas", catalogado sob o nº 26 e referente aos anos de 1739 a 1754, onde consta, às folhas 122 e 123, um termo de Procuração passada por Domingos Rodrigues Lima, na cadeia de Fortaleza, a várias pessoas residentes em Aquirás, Fortaleza, Ribeira do Acaraú, Recife e Bahia para serem seus procuradores na liquidação de seus negócios comerciais. Este documento, datado de 21 de novembro de 1754, está incompleto e totalmente danificado na parte final e o teor da parte conservada é o seguinte:

"Procuração que faz Domingos Rodrigues Lima preso na cadeia de Fortaleza desta Villa do Ceará Grande às pessoas nella declaradas.

Saybam quantos este Público Instrumento de Procuração Bastante, ou como em direyto para sua validade melhor nome e lugar haja e dizer se possa, virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e cincoenta e quatro aos vinte e hum dias do mês de novembro do dito anno sendo na cadeia de Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção Capitania do Ceará Grande e sendo ahi appareceu Domingos Rodrigues Lima que nesta dita cadeia se acha preso, pessoa que reconheço pela propria de que se trata, de que dou minha fé, e por elle me foy dito em presença das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas que por bem deste publico instrumento na melhor forma como de direyto fazia ordenava e constituia seus certos e em tudo bastantes procuradores, na villa do Aquiraz o licenciado Francisco Ferreira de Castro, Manoel Ribeiro do Valle, Apolinário Gomes Pessoa, o doutor João Rodrigues Machado, o capitão José Ferreyra Gomes e Manoel Vieyra de Azevedo; nesta villa da Fortaleza o coronel José Bernardo Vieyra, o reverendo vice-vigário licenciado José Moreyra de Souza, o capitão-mayor Domingos de Mattos Rabello; na ribeira do Acaracu o capitão Thomé Pires Queiroz, o reverendo padre cura Antonio de Carvalho Albuquerque, Francisco Pinheiro do Lago e o coronel Francisco Ferreyra da Ponte; em Pernambuco o mestre-de-campo José Vaz Salgado, o capitão-mayor da Fortaleza de Brum José de Souza Couceiro, o capitão Luiz de Souza Correa e os doutores José Correa de Sá, Caetano da Silva Paereyra, Alberto de Almeyda do Amaral e Antonio Ferreyra Castro; e na cidade da Bahia o capitão Manoel Gonçalves de Aguiar e Silva, os doutores Pedro Vellasco Ferreyra Pires, Francisco da Cunha Torres e Francisco Xavier de Oliveira Telles, mostradores que serão do presente instrumento aos quais disse que dava cedia e trespassava todo o seu livre e comprido poder de mandado especial e geral quão bastante de direyto se requer, para que todos juntos e cada hum de per si in solidum onde esta Procuração Bastante se acharem e necessario lhes for, em nome delle constituynte como proprio em sua pessoa possam procurar cobrar e arrecadar com suas mãos poderem haver toda a sua fazenda de qualquer gneero e condição que seja, dívida heranças e tudo o mais que for lhe pertencer, citar demandar e levar a juizo, nelle propor, principalmente defender o seu direyto. ..."

Infelizmente, o restante da folha está completamente danificado, sem qualquer possibilidade de leitura. Até onde foi conservado, como se vê, o documento comprova o vasto círculo de conhecimento e amizade que Domingos Rodrigues Lima granjeou no Recife, na Bahia e no Ceará, podendo até se dar ao luxo de escolher nada menos de 24 procuradores, todos eles figuras das mais expressivas do mundo social e político dos lugares em que residiam.

Vencidas as provações por que passou em Fortaleza, o capitão Domingos procurou dar novo rumo à sua vida e partiu para a ribeira do Acaraú.

FAZENDEIRO EM CARAÚBAS

Após a desditosa experiência na capital cearense, o viúvo transferiu residência para o interior do Ceará em busca de melhores dias. Foi acolhido pela hospitalidade do patricio Domingos da Cunha Linhares, residente na fazenda São José, hoje vila da Patriarca, à margem esquerda do rio Acaraú. Aí, o recém-chegado procurou tudo fazer para agradar aos hospedeiro na ajuda diária das atividades pastoris da abastada fazenda de gado. E logo se enamorou de Maria da Soledade, uma das cinco filhas de seu protetor, das quais apenas a mais velha já havia contraído matrimônio, que era a primogênita Suzana. Soledade era a mais idosa das outras quatro solteiras e, mesmo assim, 24 anos mais nova do que o viúvo pretendente. E o casamento não tardou.

A cerimônia religiosa foi realizada às 11h30min do dia 16 de setembro de 1762, com ritual solene celebrado na capela de N. Sra. da Conceição, situada no terreno da própria fazenda São José. O sacerdote que presidiu à cerimônia foi o Pe. Manuel da Cunha Linhares, irmão da noiva. Logo após, foi servido opíparo almoço, em ambiente de festa, da qual participou grande número de convidados. A noiva Maria da Soledade tinha apenas 16 anos de idade e o noivo Domingos, já 40, bem vividos.

Eis como foi registrado o fato na linguagem cartorial do termo de casamento escrito no livro competente da então matriz da Caiçara, hoje Cidade de Sobral:

"Aos dezasseis dias do mês de setembro de mil setecentos e sessenta e dois, pelas onze horas e meya do dia na capella de S. José, filial desta Matriz, corridos os banhos sem impedimentos e feytas as diligencias na forma da Constituição Pastoral de S. Exa. Revma. e as ordens do Rdo. Pe. Sr. Visitador, em presença do R. Pe. Manoel da Cunha Linhares, de licença minha, se receberam in facie Ecclesiae por palavras de presente juxta Trid., DOMINGOS RODRIGUES LINHARES, natural do Arcebispado de Braga, freguesia de Cabraçam, filho legitimo de José Vaz e de sua mulher Justa Affonsa, já defuntos e de naturalidades incognitas, nepto paterno e materno de avós incognitos, e MARIA DA SOLEDADE ARAÚJO, natural desta freguesia, filha legitima do Capitão Domingos da Cunha Linhares, natural do Arcebispado de Braga, freguesia de Santa Marinha e Linhares, e de sua mulher Dionisia Alves Linhares natural do Rio grande, freguesia de N. Sra.

da Apresentação, nepta paterna de Jacinto Gonçalves natural do Reyno de Castella e de sua mulher Suzana de Araujo natural do Arcebispado de Braga freguesia de Santa Marinha de Linhares, ambos já defuntos, e pela parte materna de Dionísio Alves Linhares, natural do Arcebispado de Braga, freguesia do Coçourado, e de sua mulher Rufina Gomes de Sá, natural do Rio Grande, freguesia de N. Sra. da Apresentação e logo receberam as benções nupciais conforme os ritos cerimoniais da Igreja, sendo presentes por testemunhas Thomé Pires de Queiroz e Luis Antonio Teixeira, ambos moradores no Aracatiaçu, freguesia de Amontada, do que fiz este assento em que me assigno. Ignacio Gonçalves, vice cura do Acaracu." (Livro de Casamentos de Sobral, anos de 1741 a 1769, fl. 60 verso).

A noiva Maria da Soledade recebeu de seu pai, como dote do casamento, a fazenda Caraúbas, onde o novo casal passou a residir.

Note-se, no termo do matrimônio, que o noivo desconhecia os nomes de seus avós, bem como a naturalidade dos pais. Este vazão já ficou preenchido com os dados encontrados em Portugal, acima transcritos.

Nessa época, a fazenda Caraúbas era um latifúndio que media uma légua e meia de comprimento por uma légua de largura, limitando ao norte com a fazenda Mutuca, a leste com Poço Cercado, ao sul com Pirapora e a oeste com a fazenda Marrecas. O riacho Caioca, afluente do Acaraú, banhava grande parte do latifúndio. Foi aí que o capitão passou a se dedicar à pecuária e à agricultura, gerou os dez filhos e conseguiu amedidar uma grande fortuna.

Em declaração de bens prestada pelo capitão, no ano de 1788, à Câmara Municipal de Sobral, confessou possuir o seguinte:

1 - Fazenda de Gados Caraúbas, no riacho Caioca, de que é morador e proprietário e cujo vaqueiro é seu filho Antonio Rodrigues Lima. Mede uma légua e meia de comprimento com uma légua de largura, que principia nas testadas das terras do encapelado de São José e finda nas testadas do sítio Poço Cercado de Antônio Gomes de Albuquerque. Criava aí 811 cabeças de gado, a saber: 80 cabras, 40 ovelhas, 30 éguas parideiras, 10 cavalos de fábrica, 16 poldrinhos, 100 bois de açougue, 230 vacas parideiras, 50 novilhos e novilhas, 55 garrotes e garrotas, 200 bezerros. Possuía mais 16 escravos, 4 machados e 6 enxadas. Parte do gado de açougue vendera na barra do Acaraú a José Luis Pereira Brandão, para este transportar por mar para Pernambuco, por negócio.

2 - Fazenda Gangorra, no riacho Caioca, medindo uma légua de terra de comprimento com uma de largura, que finda nas testadas de Eusébio de Azevedo.

3 - Um sítio de plantar, denominado Mato Grosso, na serra da Meruoca, onde plantara dez mil covas de mandioca e uma mão de milho, com colheita de 60 alqueires e farinha e 200 mãos de milho, tudo para gasto de fábrica.

4 - Fazenda Pitombeiras, no rio Aracatiaçu, medindo uma légua de comprimento nas margens do mesmo rio, tudo por uma só banda.

5 - Uma légua de terra no riacho Groaíras que serve de logradouro da fazenda. Nas últimas herdades possuía 28 éguas parideiras, 16 cavalos de fábrica, 12 poldrinhos, 50 vacuns de açougue, 300 vacas parideiras, 50 novilhos e novilhas, 70 garrotes e garrotas, 130 bezerros. O total de gado, contando com o da fazenda Caraúbas, atingia o total de 1.467 cabeças.

6 - Um sítio de planta lavoura, denominado Guarigua, na serra da Uruburetama. Principia nas testadas da fazenda Pitombeiras, todas de São Pedro (Miaraima), até testar com terras do Caioca e do Garrote.

7 - Fazenda de gado, denominada Serrinha. Contesta com terras de Bernardo Pereira e finda com terras de Jerônimo Machado Freire e as de plantar lavoura principiam nas testadas do sítio Bananal e findam com terras da Guarigua.

Eram estes, naquele ano de 1788, os bens de raiz do opulento fazendeiro. Possuía mais uma casa na vila de Sobral, no largo da matriz, onde frequentemente passava temporadas com os filhos que estudavam.

O capitão Domingos Rodrigues Lima nunca gozou de plena saúde, principalmente nos órgãos da visão. Já nasceu raquítico e enfermo e foi batizado em casa, como vimos, em perigo de vida. Já em 1769, conforme consta do inventário de seu cunhado Francisco Lourenço feito em Sobral no dia 21 de agosto, justificou-se junto ao Juiz Ordinário, capitão Antonio Miguel Pinheiro, para se eximir da função de tutor dos órfãos seus sobrinhos, alegando "estar quase cego de ambos os olhos, de uma carregação que lhe deu, e andar com negro adiante de si para o guiar, motivo por que não anda ao sol e não pode vaquejar, como também por causa de umas fontes que tem motivadas da mesma moléstia dos olhos que padece, e que na verdade não trata dos gados por si." Nesse mesmo ano de 1769, a 24 de novembro, falecia seu sogro Domingos da Cunha Linhares, em Rego Moleiro, Rio Grande do

Norte, acontecimento que muito o abateu.

Um seu vizinho, Antônio de Sousa da Fonseca, presta outra informação sobre suas mazelas, onde diz: "Por causa de uma carregação que teve nos olhos, vivia cego nos últimos dias de vida, de sorte que carece, para sair de casa, de moço ou guia, de sorte que para tratar de seus gados não pode por si, mas só por seus escravos; não pode andar à chuva e não monta a cavalo." (cf. "Cronologia Sobralense", Vol. 1, p. 220). Na verdade, quem o ajudou na doença foi o filho mais velho Antônio, que decidiu permanecer solteiro para poder melhor cuidar do pai enfermo e da fazenda.

Nos depoimentos sobre sua doença, acima transcritos, há referência a "uma carregação nos olhos" e a "umas fontes" que o molestavam. Na linguagem médica da época, "carregação" é inflamação com fluxo contínuo de lágrimas e "fontes" são feridas abertas tratadas com o uso de cautério.

Apesar dos contínuos achaques, viveu até 75 anos de idade, pois faleceu a 7 de dezembro de 1797, conforme registra o seguinte termo de óbito:

"Aos sete de dezembro de mil setecentos e noventa e sete faleceu da vida presente com todos os sacramentos o Capitão Domingos Rodrigues Lima de idade de setenta e tantos annos casado que foi com Maria da Soledade e foi sepultado nesta Matriz do Sobral encomendado solmemente por mim cura Joaquim da Costa Mendonça, envolto em hábito franciscano, do que para constar mandei fazer este termo que por verdade assingnei. Joaquim da Costa Mendonça. Cura e Vigário da Vara do Sobral." (Livro de Óbitos de Sobral, anos de 1774-1798, fl. 325). Onze dias depois, falecia o filho Antônio, chocado pela dor da saudade.

A viúva Maria da Soledade sobreviveu-lhe ainda por mais vinte e três anos, tendo continuado a gerir a fazenda, orientar os filhos e criar muitos netos. Morreu santamente a 3 de dezembro de 1820, cercada do carinho da já numerosa família.

A ILUSTRE DESCENDÊNCIA

Do matrimônio do capitão Domingos Rodrigues Lima com Maria da Soledade nasceram dez filhos a saber:

1 - Alferes Antonio Rodrigues Lima. Nasceu em 1764 e faleceu solteiro a 18 de dezembro de 1797, exatamente onze dias após a morte do pai. Foi sepultado na Matriz, ao lado do túmulo paterno.

2 - Ana Maria da Soledade. Nasceu a 16 de julho de 1767. Casou a 22 de fevereiro de 1797, na fazenda Caraúbas, com Manuel Lourenço da Costa, filho do português Manuel Lourenço da Costa e Ana maria de Vasconcelos, neto paterno de Manuel Lourenço da Costa (3º) e Suzana Lourenço, portugueses naturais da freguesia de Duas Igrejas, Concelho de Penafiel, neto materno de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto.

Ana Maria faleceu, com noventa anos, a 15 de abril de 1857.

3 - Teresa Maria da Soledade, nascida a 22 de outubro de 1770. Casou a 22 de fevereiro de 1797, (mesmo dia que a irmã Ana Maria) com José Francisco de Vasconcelos, neto paterno de Manuel Lourenço da Costa (1º) e Suzana Lourenço, neta materna de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto.

Teresa Maria faleceu de parto, com 44 anos, a 17 de outubro de 1814. Já o viúvo José Francisco casou-se, em segundas núpcias, com Rita Francisca Frota, filha de João Nepomuceno Albuquerque e Caetana Gomes da Frota, a 23 de setembro de 1819.

4 - Bárara Maria da Soledade, nascida a 4 de novembro de 1772. Casou, em 1806, com Custódio de Araújo Costa, filho do capitão Custódio da Costa Araújo e Cosma Damiana do Espírito Santo, neto paterno do português tenente-coronel Custódio da Costa Araújo e Teresa de Jesus Maria, naturais da freguesia de São João de Rei, Póvoa de Lanhoso, neto materno de sargento-mor Manuel Carneiro Rios e Maria do Livramento, naturais de Igarapé, Pernambuco.

5 - Alferes João Rodrigues Lima, nascido a 14 de maio de 1772. Casou na capela da Meruoca, a 25 de novembro de 1800, com Josefa da Conceição, filha do capitão Manuel Francisco de Vasconcelos e Maria Joaquina da Conceição, neta paterna de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, neta materna de Luis de Sousa Xerez Uchoa e Ana Teresa de Albuquerque.

O alferes João Rodrigues Lima faleceu a 18 de novembro de 1818. Dele descendem as famílias Plutarco e Austregésilo, por via do casamento do filho José Rodrigues Lima com Úrsula Balbina de Sousa. (cf. "Cronologia Sobralense", vol. 2, p. 199).

6 - Pedro Rodrigues Lima, nascido em 1776. Casou, a 2 de outubro de 1798, com Maria José do Nascimento, filha de José Ferreira Brandão e Francisca de Sousa, neta paterna de Mateus Mendes de Vasconcelos e

Maria Ferreira Pinto, neta materna de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira.

7 - **Alexandre**, nascido e falecido em junho de 1777.

8 - **Rita maria da Soledade**. Nasceu a 19 de março de 1779. Casou a 25 de agosto de 1806, na capela de Campo Grande, com seu primo José Gomes da Frota, filho de Felipe Gomes da Frota e Josefa Maria Linhares, neto paterno de Vitoriano Gomes da Frota, português natural de Peniche, e Maria Gomes de Sá, e neto materno de Domingos Cunha Linhares e Dionísia Alves Linhares.

Em 1799, José Gomes foi preso em Fortaleza por ter raptado a jovem Rita. Foi pronunciado a 10 de novembro de 1806 e livre por sentença. Rita Maria faleceu a 26 de maio de 1850, já viúva de José Gomes falecido a 6 de dezembro de 1845. Ambos foram sepultados na Matriz de Sobral, José Gomes tinha o apelido de "Cabeça de Azeite".

9 - **José Rodrigues Lima**, nascido em 1782. Casou, a 24 de novembro de 1806 no sítio Sobrado da serra da Meruoca, com Ana Teresa de Jesus, filha de José Ferreira Brandão e Francisca de Sousa, neta paterna de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, neta materna de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira.

Os filhos deste casal uniram-se com as famílias Linhares, Monte Coelho, Gomes Coelho e Araújo Costa. (cf. "Cronologia Sobralense", vol. 2, p. 40).

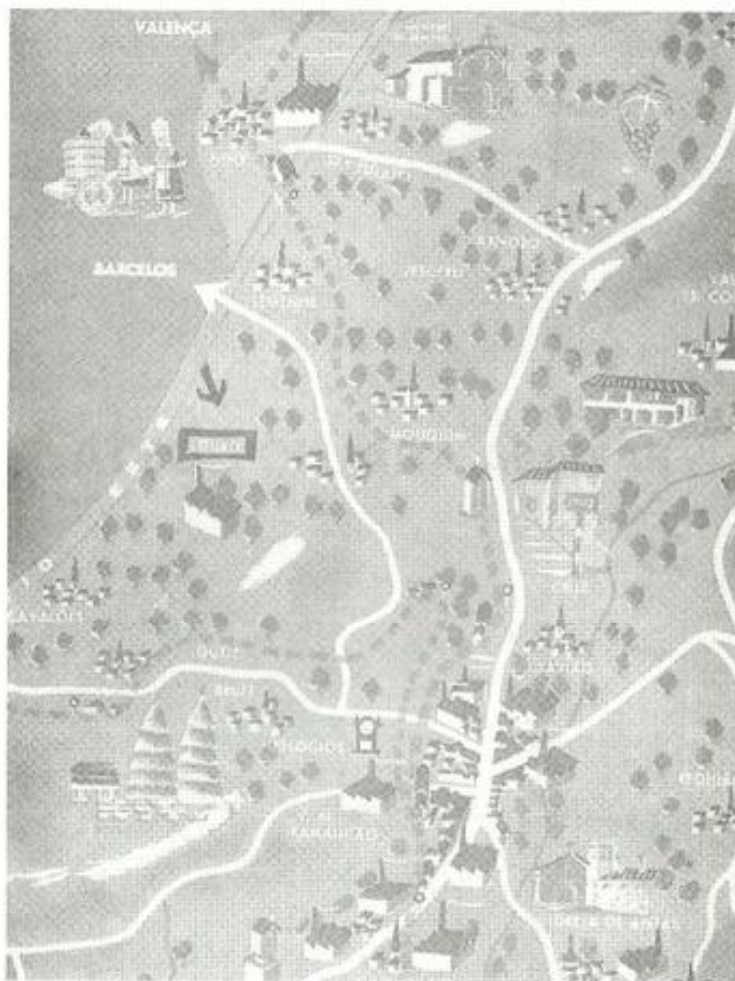
1 - **Simoa Maria da Soledade**, nascida em 1784. Casou, na fazenda Caraúbas a 21 de junho de 1804, com o licenciado José Gomes Coelho, viúvo de Vicência Ferreira do Monte e filho dos portugueses Pedro Gomes Coelho e Teresa Fernandes de Jesus, natural de Pinhel. Deste matrimônio provém a família Silvestre Coelho. (cf. "Cronologia Sobralense", vol. 2, p. 13). José Gomes Coelho faleceu a 19 de setembro de 1824 e Simoa Maria, a 6 de dezembro de 1825.

Durante o período tumultuado em que residia em Fortaleza, Domingos Rodrigues Lima gerou um filho natural, nascido de Suzana Ferreira, que se chamou Pedro Rodrigues Lima e se casou, a 24 de agosto de 1782, com Ana Maria Coelho, filha de Sotero Coelho e Quitéria Correia.

Pela relação das cinco filhas acima transcrita, vê-se que todas elas tinham por sobrenome Maria da Soledade, como alás era o nome da própria mãe. Tal fato demonstra o amor unitivo da mesma família e a profunda devoção à Mãe de Jesus, característica da religiosidade do povo português transplantada para o Brasil.

Com relação à devoção de N. Sra. da Soledade em Portugal, dá-se um fato curioso: não há qualquer freguesia que a tenha por orago, mas, por outra parte, é rara a igreja portuguesa que não tenha sua imagem. Tal como sob o título de N. Sra. das Dores, lembra os sofrimentos de Maria ao pé da cruz quando Cristo expirou no Calvário. Na freguesia de Alguber, Cadaval, são bastante concorridos os festejos em sua honra. A devoção foi trazida ao Ceará pelo instituidor da capela Siupé, o cap. Antônio Marques Leitão, sogro de Antônio Rodrigues de Magalhães fundador da fazenda Caiçara, berço de Sobral. Sua imagem acompanha a de Cristo na conhecida procissão dos Passos, antes da Semana Santa.

FAMÍLIA ARAÚJO COSTA



A esquerda, a freguesia de Santa Lucrécia de Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão, terra natal de José de Araújo Costa.

A família Araújo Costa da ribeira do Acaraú provém de três irmãos portugueses José de Araújo Costa, Pedro de Araújo Costa, e Manuel de Araújo Sá, naturais do lugarejo rural chamado Estrufe, freguesia de Santa Lucrécia de Louro, distrito e arquidiocese de Braga, província do Minho.

Na época em que ali nasceram, a freguesia de Louro pertencia ao concelho de Barcelos, mas atualmente pertence ao de Vila Nova de Famalicão, que se tornou sede concelhia a partir de 1835.

Os três irmãos minhotos emigraram para a ribeira do Acaraú, sendo que José estabeleceu-se na Fazenda Lagoa Grande, perto da atual cidade de Bela-Cruz; Pedro de Araújo Costa fixou residência na Fazenda Morrinho, no atual município cearense de igual nome; e Manoel, na Fazenda Boa-Vista, durante o quarto decênio do século XVIII. Deles descende numerosa prole do Vale do Acaraú que, através de sucessivos casamentos endogâmicos, constitui a família Araújo Costa e, posteriormente, Araújo ou Costa, com os sobrenomes separados.

Em suas raízes portuguesas, Araújo provém da ascendência paterna e Costa, da ascendência materna dos três irmãos emigrados.

O pai, Pedro de Araújo, é natural do lugar Camposinhos, freguesia de Viatodos, Concelho de Barcelos, e a mãe, Maria da Costa de Sá, é natural do lugar Estrufe, freguesia de Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão, conforme comprova-se pelos dados dos registros de casamento e batismo que adiante serão transcritos.

Também os avós paternos, Domingos de Araújo e Maria da Costa, são originários da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Viatodos (Barcelos) e os maternos, Domingos da Costa e Ângela de Sá, naturais da freguesia de Santa Lucrécia de Louro (Vila Nova da Famalicão). As duas freguesias são vizinhas, separadas pelo rio Este que desce de Espanha e

vo Distrital de Braga.

Os habitantes dessa região portuguesa, ainda hoje, vivem de atividades pastoris e agrícolas, no amanho diuturno da terra fértil e prestadia, no ambiente bucólico banhado pelas águas plácidas no rio Este, afluente do Ave.

Habitados ao trabalho rural, os três irmãos Araújo Costa não tiveram dificuldades de adaptação às fainas semelhantes, desenvolvidas às margens do rio Acaará, do outro lado do Atlântico.

O escritor Sant'Ana Dionísio, melhor do que ninguém, soube descrever a faina e a índole desses camponeses do Minho: "O lavrador minhoto, canseiro e poupado, entrega-se com afincio ao cultivo da terra que tem arrendada ou é sua. No primeiro caso, para poder pagar a renda e no segundo, para não dar com a casa em pantanas e passar de dono do eido a caseiro. Num caso ou noutro, o lavrador médio trata de arrancar o fruto e o greiro, o melhor que pode. A sua norma de vida é esta: "Guarda que comer e não guardes que fazer." Ora cuida do pão, ora do vinho. Faz a vessada: entra no campo com a sua ajuda, tendo à soga a mulher ou o filho (por vezes ainda um cinco réis de gente), descobre-se, faz o sinal da cruz e começa a lavar a leira. No outro dia, poda ou sulfata. Depois monda. Sancha. Sulfata de novo. Bebe uma enfusa de água-pé na hora da canícula. Rega o campo da porta, que é o campo mais forte: o do milho alto. Vindima e colhe o grão. Às primeiras chuvas, deita uns punhados de serradelas, para ter mão na terra. Esvazia as cortes e o quinteiro. Estruma. Roça o mato. Planta a horta de couve galega. Na quadra de São Martinho, com duas castanhas à mão, prova o vinho e atesta a vasilha. Chegado o Janeiro, volta ao princípio." (Cf. Guia de Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª Vol. p. 715).

Foi com esta vocação na alma e habilidade nas mãos, que os três irmãos minhotos emigraram para o Vale do Acaará, onde possuíram muitas terras e geraram muitos filhos.

PAISAGENS NATIVAS

As freguesias limítrofes de Louro e Viatodos, terra natal dos três irmãos Araújo Costa, estão situadas às margens do Este, estando a primeira à direita e a segunda, à esquerda do rio. São atravessadas pela estrada que liga Famalicão a Barcelos, duas sedes de concelho, distante 18 Km uma da outra. Nesse breve percurso, destacam-se três grandes empresas agrícolas: as Quintas do Louro, de Vila Meã e de São Miguel, cuja opulência revelam a fecundidade do solo e a operosidade de seus habitantes.

À saída de Famalicão, a estrada empredada que leva a Viana do Castelo inflecte para Noroeste, cruzando a de Póvoa do Varzim.

Logo avistam-se os campos floridos de glicínias e rosas bravas. Atravessando a linha férrea de Póvoa, veem-se matas de pinhais e o terreno desce para formar o Vale verdejante do Louro, onde abundam milheirais e pomares cobertos de frondosas ramagens. Ao nascente, acompanham-nos as regeurias de Mouquim e os montes verdejantes de Cavalães e Minhotães. Em toda a extensão, são vistos agricultores - homens e mulheres - no trabalho de limpa ou de colheita.

As cercas de pedra que protegem os plantios bem cuidados, revelam o zelo com que são guamecidas as pequenas moradias rodeadas de latadas que apoiam videiras e outras plantas trepadeiras. Chega-se à ampla Quinta do Louro, repleta de vinhedos. Não muito longe, está o intermitente casario de Estufe, aldeia bucólica e solitária, onde nasceram José, Pedro e Manoel de Araújo. Para um de seus descendentes, como eu, a paisagem faz despertar emoções de gratidão e de saudade. De imediato, o pensamento transpõe o oceano e a imaginação desvela, os carnaubais do Vale do baixo Acaará, comprimindo séculos na sesação de um momento, que une Portugal ao Brasil.

Um pouco mais além, a consciência renasce na visão de uma casa escondida dentro de um muro, onde sorriem tília, japoneiras e ao lado, a fronde de um velho sobreiro, que foi dar nome à cidade de Sobral, no Ceará.

De repente, chega-se ao curso do rio Este, cujo vale verde e fértil espalha-se por todas as direções. Transposta a ponte, penetra-se no território da freguesia de Viatodos, concelho de Barcelos. Avistam-se os outeiros de Minhotães, as veigas de Nine (tronco ferroviário) e os pinhais de Santa Eulália de Arnoso, e mais adiante a silhueta solitária da igreja românica de Santo Amaro do Mosteiro, construída em granito durante o século XIII, símbolo da arraigada fé católica da gente do lugar. Os milheirais e os vinhedos circundantes mostram que o pão e o vinho foram dois cuidados especiais do lavrador nativo, na preparação do alimento do corpo e da alma, da messe e da missa.

Foi nesse ambiente de inspiração bucólica e espiritual, onde passaram a existência os ancestrais dos Araújo e Costas que povoaram o Vale do Acaará.

INFORMES HISTÓRICOS

Louro é uma das 49 freguesias que compõem o concelho de Vila Nova de Famalicão e fica, a meio caminho, entre esta vila e a de Barcelos.

A antiga freguesia foi abadia de apresentação do Bispo. Sabe-se ter sido abadia, porque o prior em documentos que remontam ao século XV, é chamado de "Abade de Santa Logriça."

O primeiro documento, em que aparece seu nome como freguesia, é bem mais antigo, pois data de 1220, tempo do Papa Honório III e da Cruzada contra os albigenses.

O orago da matriz é Santa Lucrécia, virgem romana que derramou o sangue, em testemunho da fé em Cristo, em Mérida de Portugal, atual Meda, durante a perseguição de Diocleciano, por ordem do Governador Daciano, pelo ano de 304. No martirológico Romano é celebrada no dia 23 de novembro. Em documentos medievais, Lucrécia aparece com os variantes de Logriça e Loberiça.

O topónimo Louro aparece, em documentos, somente a partir de 1551 ligado à variante de Santa Loberiça. A correspondência dessa abadia com a atual freguesia de Louro comprova-se pelo orago, que é o único desse nome no concelho de Famalicão e pelos lugares de Estufe e Rebordelo já mencionados em 1220 e 1258.

A atual freguesia tem área de 518 ha e população de 3.000 habitantes. Limita ao norte com Lemenhe; a leste, com Mouquim e Gavião; ao sul, com Brufe, Outiz e Cavalões; a oeste, com o rio Este que a separa do concelho de Barcelos.

Como símbolos históricos da fé de seu povo, destacam-se a velha Matriz de Santa Lucrécia e o Cruzeiro do Penedo, relíquias de expressiva singularidade religiosa.

Filhos ilustres de Louro são o banqueiro Artur Cupertino de Miranda, fundador do Banco Português do Atlântico e do Banco Comercial de Angola, e o industrial Manuel Lopes.

Como famalicenses notáveis destacam-se o Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, que foi arcebispo patriarca de Lisboa, e o publicista e poeta Júlio Brandão. No centro de Vila Nova de Famalicão, no largo da Praça da Repú-

blica, há um monumento de Camílio Castelo Branco, pois ali ele viveu durante vinte e cinco anos e ali faleceu. Em São Miguel de Seide, a 5 km a oeste da vila, está a Casa de Camilo, na qual o romancista escreveu tantas belas páginas de ficção e onde foi instalado o Museu Camiliano, guarda de seu espólio.

Quanto à freguesia vizinha de Viatodos, que ainda pertencia ao concelho de Barcelos e foi berço do pai dos três irmãos, é também sede da antiga abadia, tendo por orago N. Sra. da Apresentação. Ver mencionada nas Inquirições de 1220 e fez parte do julgado medieval e terra de Faria.

Limita ao norte, com Silveiros e Carreira; a leste, com orio Estel; ao sul, com Minhotães e Grimancelos; a oeste, com monte de Fralães, todas sedes da freguesia.

Bem perto do monte que deu nome a esta última freguesia, há uma estação arqueológica, onde há restos de antiga citânia e aparecimento de pedras trabalhadas e detritos cerâmicos. De certo, seus remotos habitantes comunicavam-se com os outros vizinhos núcleos pré-históricos da população de Laundos e dos montes Córlova e Airó.

Para a banda do poente, avista-se uma sucessão de morros arborizados e, entre eles, o Monte Viatodos, que deu nome à sede da freguesia e cuja etimologia denota a abrangência de visão da totalidade do horizonte circundante. Ao Sul, sobressai-se o monte Brufe, com altura de 160 m acima do nível do mar, que dali percebe-se não muito distante. O lugar Camposinhos ainda hoje é um pequeno núcleo de casas dispersas e escondidas entre as ondulações constantes do terreno coberto de vegetação rasteira. Talvez, essa série de pequenos morros sucessivos, encontrados na região portuguesa, sugeriu o nome de Morrinhos ao atual município cearense.

O CASAMENTO ORIGINAL

Os livros de assentos religiosos da freguesia de Santa Lucrécia de Louro, terra natal dos Araújo Costas que vieram povoar o Vale Acaraú, encontram-se no Arquivo Distrital de Braga, instalado na Biblioteca Pública local, onde estive a 24 de julho de 1986 com a finalidade de colher informações sobre meus ancestrais portugueses.

Foi aí que encontrei o termo de casamento dos genitores dos três irmãos que emigraram para o baixo Acaraú. A cerimônia religiosa foi celebrada no dia 2 de janeiro de 1714, terça-feira, junto ao altar da matriz dedicada à

padroeira do lugar, N. Sra. da Apresentação.

A seguir, transcrevo na íntegra o texto do documento, inclusive respeitando fielmente pequeno lapso do abade, e sua imediata correção, ao registrar o sobrenome do noivo:

"Aos dois dias de janeiro de mil setecentos e quatorze anos, em minha presença e das testemunhas Joseph Bezerra, Francisco Correa de Lacerda, João Gonçalves e maior parte dos fregueses, receberam o sacramento do matrimônio, em face da Igreja e guardada a forma do Sagrado Concílio Tridentino e Constituições, **Pedro** de Campos, digo de **Araújo**, filho de Domingos de Araújo e sua mulher Maria da Costa, da freguesia de Viatodos, e **Maria da Costa e Sá**, filha de Domingos da Costa e sua mulher Angela de Sá, desta freguesia. O Abb. Thomás da Fonseca e Escovar." (Livro Misto, nº 3, Freg. de Sancta Lucrécia do Louro, fl. 81).

A informação de que "maior parte dos fregueses" servira de testemunha revela que a população do lugar era tão diminuta e que o casamento teve participação espontânea dos habitantes, graças ao bom relacionamento dos noivos e certa ascendência local de seus pais, levando-se ainda em consideração que a cerimônia modesta realizava-se numa terça-feira, dia comum de trabalho naqueles bons tempos de convivência familiar em meio rural, onde a solidariedade é bastante mais elevada do que no ambiente urbano.

Após a cerimônia religiosa, o casal fixou residência no lugar Estrufe, onde lhe nasceram os nove filhos.

A coincidência de sobrenome dos sogros revela que os nubentes estavam ligados por laço de parentesco.

É importante observar que dentre os primeiros sesmeiros que obtiveram terras no Vale do Baixo Acaraú, muitos tiveram sobrenome dessas famílias, cujos nomes completos passo a relacionar em ordem cronológica da doação de sesmarias: Leonardo de Sá (1706), Maria de Sá, mulher de Félix da Cunha Linhares (1707), Paulo Lopes da Costa (1708), Antônio Marques da Costa (1717), Custódio da Costa Araújo (1717), Domingos da Costa Araújo (1721), Francisco Peixoto de Araújo (1721).

Por outro lado, entre os mais remotos possuidores de terra, não sesmeiros, constam os mesmos sobrenomes: Ventura de Araújo Costa, José da Costa de Sá e Luis de Sá Costa. De todos os que encontrei com descendência registrada em documentos locais, fiz referência no 1º volume da "Cronologia Sobralense", com atenção especial para José da Costa e Sá (pág. 156),

nsatural também de Santa Lucrécia de Louro, cuja filha Luisa da Costa casou-se com o Cap. Manuel da Cunha Linhares, de quem trato neste livro no capítulo sobre os Linhares. Era tio dos três irmãos Araújo. Como é sabido que foi ele o primeiro proprietário da Fazenda Morrinhos, infere-se que os três irmãos, seus sobrinhos, vieram para o Brasil a seu convite ou atraídos pelas notícias de suas boas condições econômicas, como atesta o inventário feito em 1746.

Do matrimônio de Pedro de Araújo e Maria da Costa e Sá, cujo texto ficou acima transcrito, nasceram nove filhos, dos quais, com exceção de Pedro e Manuel, encontrei os registros de batismo no supracitado livro da freguesia de Louro:

1º **Gonçalo**. Nasceu a 9 de dezembro de 1714.

2º **Francisco**. Nasceu a 20 de agosto de 1716. Faleceu em tenra idade.

3º **Maria**. Nasceu a 4 de março de 1718. Foram padrinhos de batismo Domingos de Araújo, de Camposinhos, da freguesia de Viatodos, e Antonia Martins, mulher de Antonio Gonçalves, da Nine Grande, freguesia de Viatodos.

4º **Benta**. Nasceu a 4 de novembro de 1719. Foram padrinhos Domingos, filho de Domingos de Araújo, de Camposinhos, freguesia de Viatodos, e Benta, filha de Domingos da Costa, de Estrufe.

5º **Helena**. Nasceu a 15 de bril de 1721. Foram padrinhos Matias de Araújo, filho de Domingos de Araújo, e Maria da Costa, da freguesia de Viatodos.

6º **José**. Nasceu a 320 de junho de 1724. O termo de batismo vai transcrito adiante.

7º **Francisco**. Nasceu a 10 de fevereiro de 1728.

8º **Pedro e Manoel**, cujo termos de batismos não foram por mim localizados. Talvez batizados em alguma das muitas freguesias vizinhas.

Todos os assentos de batismo encontram-se registrados no "Livro Misto nº 4, freguesia de Santa Lucrécia de Louro", guardado no Arquivo Distrital de Braga. Informei acima apenas as datas de nascimento e os nomes dos padrinhos, que denotaram parentesco com os afilhados, para fins de pesquisas ulteriores.

Três desses irmãos emigraram ainda solteiros para a Ribeira do Acaraú, quando estavam na faixa dos vinte anos, portanto durante o início da década de 1740. Por essa época, já se encontrava na região o Cel. José da Costa e Sá, de quem os três irmãos eram sobrinhos maternos. Referido coronel, cujos passos procurei seguir em documentso coevos, conseguiu obter três datas de sesmarias: Uma nos riachos Taoca e Inhuçu, Serra da

Ibiapaba, medindo 3x1 léguas, a 23 de dezembro de 1723; outra, no riacho das Almas, afluente do Aracatimirim, medindo 6 léguas, a 29 de setembro de 1733; a terceira, no rio Aracatimirim acima, medindo 3x1 léguas, a 11 de dezembro de 1733. Nos requerimentos que fez, o Coronel diz-se morador na Ribeira do Acaraú, embora peça sesmarias no Aracatimirim e na Ibiapaba.

Sei mais que foi casado em Pernambuco com Josefa Maria de Jesus e faleceu em viagem a Pernambuco, como consta de seu inventário, feito a 25 de setembro de 1746 no Sítio Boa Vista, ribeira do Acaraú, onde residia a viúva. O casal teve a filha Luzia da Costa, que se casou com o Cap. Manoel da Cunha Linhares, e ainda Josefa e Ana. O Cel. José da Costa de Sá, é natural de Santa Lucrécia do Louro. Seu genro Manuel da Cunha Linhares é natural de Linhares, filho de Pedro José da Cunha e Maria da Cunha Araújo. Dele falamos adiante.

Na descrição dos bens de raiz, do Cap. José da Costa e Sá constam uma légua de terra na Fazenda Boa-Vista, cujo vaqueiro era Manuel Rodrigues; uma légua de terra no Morrinhos, cujo curador e criador era João da Silva Dutra e vaqueiro, Pedro de Araújo Costa, seu sobrinho; uma légua de terra no Morro Grande, cujo criador era Antônio Diniz Penha.

Destas informações infere-se que os três irmãos, seus sobrinhos, vieram de Portugal com a intenção de partilhar dessas terras do tio abastado. O capitão José de Araújo Costa foi inventariante no inventário do tio.

CAPITÃO JOSÉ DE ARAÚJO COSTA

Dos três irmãos que imigraram para a ribeira do Acaraú, foi o que deixou maior descendência e maior cabedal de bens de fortuna. É o tronco mais prolífero da família Araújo.

Nasceu, a 30 de junho de 1724, em Estrufe, lugarejo rural da freguesia de Louro, então do concelho de Barcelos e hoje do de Vila Nova de Famalicão. Foi batizado, com nove dias de nascido, conforme atesta o documento que passo a transcrever:

"Joseph, filho de Pedro de Araújo e de sua mulher Maria de Sá, de Estrufe desta freguesia, nasceu em os trinta de junho de mil setecentos e vinte e quatro e foi solemnemente por mim batizado em ausência do Reverendo Abade em os nove de julho do dito ano. Foram padrinhos Manuel Gomes de

José passou a infância e os anos da adolescência no convívio doméstico da aldeia de Estrufe, no fértil Vale do Louro, banhado pelo rio Este, que muitas vezes tinha que atravessar para visitar os avós residentes na outra margem.

Ali aprendeu a trabalhar no cultivo da terra e os rudimentos do ensino de então, que consistia em "ler, escrever, contar e a doutrina cristã".

As cartas, endereçadas aos familiares que o tio José da Costa de Sá enviava do Brasil com as boas notícias de prosperidade econômica, eram comentadas em casa, pelo que ele e seus irmãos sentiam-se incentivados, pela imaginação, a seguir os mesmos caminhos.

Após atingir a maioridade, os três irmãos resolveram juntar algum dinheiro e, no porto vizinho de Vila do Conde, embarcaram em um dos patachos que freqüentemente dali zarpavam rumo a Pernambuco, em longa e tormentosa viagem.

Do porto do Recife ao Acaraú, e vice-versa, não faltavam sumacas, especialmente nessa época de início do efervescente comércio das charqueadas. Foi em um destes paquetes, que eles chegaram às praias acarauenses. O restante da viagem, daí até à Fazenda Boa-Vista do tio Cel. José da Costa de Sá, foi rematada a cavalo.

Pouco tempo depois, com o falecimento do tio em 1745, cada um dos sobrinhos procurou viver por conta própria. José de Araújo Costa obteve a fazenda Lagoa Grande, comprada ao casal Sebastião de Sá e Oliveira e sua mulher Maria Teresa de Jesus, medindo 1x1 légua, às margens do rio Acaraú até confrontar, ao poente, com terras da capela de Santa Cruz.

Homem trabalhador, em pouco tempo conseguiu razoável fortuna, tratando logo de contrair matrimônio. Escolheu por noiva a jovem Brites de Vasconcelos, nascida em 1724 em Igarapé, Pernambuco, filha do Capitão Manoel Vaz Carrasco e Madalena de Sá, seus vizinhos.

A cerimônia religiosa foi realizada, a 31 de julho de 1747, na própria Lagoa Grande, conforme verifica-se do assento que se encontra no livro original do Curato do Acaraú, guardado no Arquivo da Diocese de Sobral:

"Aos trinta e hum dias do mês de julho de mil setecentos e quarenta e

receberam por palavras de presente em presença do padre Pedro de Albuquerque de minha licença, **José de Araújo Costa**, filho do Capitão-mor Pedro da Costa, digo de Araújo e de sua mulher Maria de Sá, e **Dona Brites de Vasconcelos**, filha do Capitão Manuel Vaz Carrasco e de sua mulher Dona Maria Magdalena, natural da vila de Igarapé, sendo presentes por testemunhas o Coronel Francisco Ferreira da Ponte solteiro e o tentente Manoel Ferreira Fonteles, casado, de que fis este termo em que me assigno. Antonio de Carvalho e Albuquerque cura do Acaraú". (Liv. 1741-1769, Fl. 104v.).

Deste matrimônio houve onze filhos, a saber:

1 - **Alferes Anselmo de Araújo Costa**, c.c. Francisca dos Santos Xavier, natural do Recife, filha de Manoel Gomes Diniz e Josefa Maria dos Santos, a 30 de maio de 1769. Faleceu a 13 de setembro de 1795. Esta Josefa Maria dos Santos, sogra de Anselmo, é irmã inteira de Pe. Antonio Pereira Porto e irmã, por parte de mãe, do Pe. Francisco Vaz Leite, que foi vigário de São Gonçalo da Serra dos Cocos e faleceu em Sobral a 4 de setembro de 1775. Josefa Maria, tendo viuvado de Manoel Gomes Diniz, casou-se com alferes Geraldo Gonçalves Moreira.

2 - **Maria Madalena de Sá**, c.c. Inácio Bezerra de Menezes, filho de Gonçalo João Coimbra e Cosma de Melo Moura, a 17 de abril de 1774. Inácio faleceu a 21 de janeiro de 1781.

3 - **Francisca de Araújo Costa**, c.c. Capitão-mor Inácio Gomes Parente, português natural de São Martinho de Mouros, Lamego, filho de Manoel Gomes e Catarina Lopes, a 24 de novembro de 1777. Francisca faleceu a 8 de abril de 1826. O viúvo Inácio casou-se, segunda vez, com Maria Joaquina da Silva, a 19 de agosto de 1830 e faleceu a 13 de abril de 1838, com 96 anos de idade.

4 - **Ana Maria de Jesus**, c.c. o alferes João de Sousa Uchoa, filho de Luis de Sousa Xerez e Ana Teresa de Albuquerque, de Olinda, a 15 de agosto de 1771. Faleceu a 5 de agosto de 1792. O viúvo João de Sousa casou-se, segunda vez, com Ana Sebastiana de Almeida, filha de Inácio Leite Meireles e Inácia de Almeida.

5 - **Anastácia de Sá Araújo**, c.c. o português João Francisco Perfeito, filho de Manoel Francisco Perfeito e Ana Luisa dos Santos, a 3 de fevereiro de 1789. Sem sucessão. João Francisco faleceu a 12 de setembro de 1806.

6 - **Antônia Maria da Purificação**, c.c. Paulo Joaquim de Medeiros, filho de Domingos Álvares Magalhães e Clara da Silva Medeiros, a 14 de fevereiro de 1778. Paulo Joaquim faleceu a 31 de julho de 1794. Deixou cinco filhos menores.

7 - **Maria da Encarnação**, nascida a 30 de janeiro de 1760, c.c. Bernardo Pereira de Carvalho, filho de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira, a 14 de novembro de 1777.

8 - **Cap. Diogo Lopes de Araújo Costa**, nascido a 8 de março de 1761. Viveu maritalmente com três mulheres sucessivas: Antonia Maria do Rosário, Maria Rodrigues de Sousa e Maria Egípcia da Fonseca. Com esta última parece que realizou matrimônio de consciência, pois ela consta do inventário como herdeira meeira. O Capitão Diogo Lopes faleceu a 18 de setembro de 1838.

9 - **Rita Teresa de Jesus**, nascida a 21 de janeiro de 1764, c.c. José Álvares Linhares, filho de Antônio Álvares Linhares e Inês Madeira de Vasconcelos, a 8 de julho de 1781. Residiam no Mumbaba, MAssapé. José Álvares faleceu a 16 de outubro de 1800 e Rita, a 19 de junho de 1828.

10 - **Maria Quitéria de Araújo**, nascida em 1765, c.c. Narcísio Lopes de Aguiar, filho de Nicácio Aguiar Silva e Micaela da Silva Medeiros, a 25 de janeiro de 1796. Narcísio faleceu a 18 de fevereiro de 1840.

11 - **Francisco Xavier Sales Araújo**, nascido a 13 de dezembro de 1768, c.c. Francisca Alves Feitosa, filha de Luis Vieira de Sousa e Ana Alves Feitosa, na freguesia de S. Gonçalo da Serra dos Cocos. Sobre sua descendência, cfr. "Tratado Genealógico da Família Feitosa", de Leonardo Feitosa, Fortaleza, IOCE, 1985, p. 258 a 266.

As oito filhas de José de Araújo Costa casaram com rapazes oriundos das mais ilustres famílias da região, enquanto os três filhos consociaram-se com moças mais modestas e alienígenas.

Especial é o caso do Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, o tronco mais prolífero, que legitimou, em seu inventário, 16 filhos nascidos de três mulheres solteiras: Antônia Maria do Rosário, Maria Rodrigues de Sousa e Maria Egípcia da Fonseca. Com esta última, conhecida popularmente pela correntela de Siciaca, contraiu matrimônio de consciência após haver ceno-

ria e aventureira desse capitão, pode-se ler o livro "Capitão Diogo Lopes", de autoria de Nicodemus Araújo, publicado em 1978 pela Imprensa Universitária da UFC.

No livro de assentos batismais da freguesia de Sobral, nº 19, referente aos anos de 1822 a 1825, fl. 53v, há registro do batismo de Vicente, "filho de Diogo Lopes Araújo e Maria Egípcia da Fonseca" e nascido em fevereiro de 1822. Em datas anteriores, aparecem registros de batismo de outros filhos de Maria Siciaca, com o nome do pai e com a expressa consignação de "filho natural". Como vários destes filhos não constam da relação do inventário, conclui-se que os dezesseis legitimados foram tão somente os que sobreviveram, havendo quase outros tantos que faleceram em tenra idade.

Com o passar dos anos, José de Araújo Costa foi adquirindo muitos bens de raiz e boa projeção social, tendo obtido a patente de Capitão do Terço de Auxiliar das Marinhas da Ribeira do Acaraú.

A 5 de julho de 1773, festa da instalação da Vila de Sobral, aí se encontra e assina a ata oficial daquele evento e é nomeado tesoureiro e cobrador dos impostos camarários na Barra do Acaraú. A 1º de agosto de 1775, na sessão da Câmara de Sobral, é eleito vereador, mas não compareceu à posse realizada a 1 de janeiro do ano seguinte. Tendo renunciado a função sob a alegativa de enfermidade, em seu lugar foi escolhido Poliardo Caetano Cesar de Ataíde, na eleição de barrete do dia 1º de junho.

Com o nascimento e crescimento dos netos, o capitão foi pouco a pouco dedicando-se mais aos cuidados familiares de avô afetuoso, entregando os mistérios de suas muitas propriedades ao zelo direto dos filhos.

A morte prematura de seu genro Inácio Bezerra de Menezes, ocorrida a 21 de janeiro de 1781, deixando sua filha mais velha Maria Madalena em estado de viuvez recolhida à casa paterna, abateu-lhe profundamente o ânimo.

A 28 de julho de 1790, novo golpe veio a sofrer com o falecimento da jovem e bonita Inácia, de 18 anos, pois nasceu a 15 de julho de 1772, filha de sua filha Ana Maria, mulher de João de Sousa Uchoa, sepultada na capela de Santana.

Ele próprio, entre lágrimas de saudade, acompanhou o cadáver da neta em demorada e dolorosa viagem a cavalo. No ano seguinte, era ele próprio

que morria, aos 67 anos de idade. Faleceu na noite de 3 a 4 de agosto de 1791, reconfortado com os sacramentos da Igreja e sem ter tido tempo para escrever testamento. Seu corpo foi sepultado no chão da capela de Santa Cruz, onde está a esperar pela ressurreição. Exatamente um ano depois, a 5 de agosto de 1792, falecia sua filha Ana Maria, mãe da bondosa e bonita Inácia, cujo desaparecimento abalou tanto a saúde do avô e da mãe.

A viúva Brites de Vasconcelos, então com 67 anos, não suportando o ambiente tristonho da fazenda Lagoa Grande, transferiu definitivamente residência para o Sítio São José, de sua propriedade, sobre a serra da Meruoca, onde no ano seguinte assistiu à feitura do inventário do esposo e ali permaneceu até à morte, ocorrida a 10 de fevereiro de 1814, quando atingira os noventa anos de existência heróica e criticamente vivida. Seu corpo foi inumado no solo da Matriz de Sobral, onde também aguarda a graça da ressurreição.

INVENTÁRIO DO CAPITÃO

O inventário do Capitão José de Araújo Costa, meu hexavô pela parte materna, foi mandado fazer pelo então juiz de órfãos do termo da Vila de Sobral, Capitão-mor Joaquim Marques Viana, no sítio São José, sobre a serra da Meruoca, aos 25 de setembro de 1792.

O texto original, que tenho presentemente em mãos enquanto escrevo estas informações, faz parte do acervo da Biblioteca Central da Universidade Estadual Vale do Acaraú de Sobral, onde está zelosamente guardado.

Dele transcrevo abaixo alguns dados, que poderão servir para a interpretação da história da ribeira do Acaraú.

Serviu de escrivão o Cap. Félix José de Sousa Oliveira, pai do padre Mororó; de avaliadores, Sargento-mor Manoel Francisco de Vasconcelos e o Cap. Antônio Álvares de Holanda e de inventariante, a viúva Brites de Vasconcelos e de curador de órfãos, o sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte. Como herdeiros foram arrolados os onze filhos e nove netos, filhos da filha já falecida Ana Maria de Jesus.

O defunto capitão deixou "nada em dinheiro contado", porém, muitos objetos de ouro, entre colares, cadeados, cordões e a "coberta de uma verônica dos Santos Reis", bem como várias dúzias de colheres e facas, um espadim e dois pares de espada de prata. De instrumentos de fábrica, deixou uma roda de moer mandioca, uma prensa de espremer massa, dois teares de tecer pano, dois serrotes de serrar chifre de gado, uma marca de

ferrar gado, duas foices e duas enxadas de ferro. De material de construção, deixou **quatro** mil e trezentas telhas e três portas de cedro. De gado vacu, sessenta vacas parideiras, dez bois de carro e cinquenta e seis cabeças de gado miúdo. De gado cavalari, vinte éguas parideiras, "um cavalo pai de égua", quatro cavalos de fábrica e doze poldros.

Na avaliação, cada vaca tinha o preço de dois mil réis; cada égua, três mil e duzentos réis; cada cavalo, cinco mil réis; um milheiro de telha, cinco mil réis.

De alto valor, são os sete escravos. A mulata Antônia, de 50 anos, por exemplo, foi avaliada em sessenta mil réis, que correspondia ao valor de trinta vacas, e o escravo Luis, de 21 anos, avaliado em cem mil réis, preço de cinquenta vacas parideiras, ou vacas de leite, como diz-se hoje.

A grande fortuna do Capitão repousava nas dez grandes propriedades rurais, cuja descrição detalhada passo a fazer:

1 - Uma légua de terra de comprido, de criar gado, nas margens do Rio Acaraú, com outra légua de largo, tudo da parte do nascente, denominada Lagoa Grande, comprada a Sebastião de Sá e Oliveira e sua mulher Dona Maria Teresa de Jesus, a qual confronta pela parte de cima com terras dos herdeiros do defunto José Duarte e pela parte de baixo, com terras do mesmo casal. Pela parte do poente, com terras do mesmo casal e terras de N. Sra. da Conceição da **Capela de Santa Cruz**. Pelo nascente, com terras mestiças, cuja escrita fora passada pelo tabelião Matias da Silva Bonito, avaliada em 350\$00.

2 - Hum quarto de terra de comprido, nas margens do rio Acaraú, com uma légua de largo, tudo da parte do nascente, de criar gado, pegando seu comprimento das testadas das terras da **Lagoa Grande**, até extremar com terras da Fazenda Tapera que houve por compra à defunta sua sogra Dona Madalena de Sá e Oliveira, como consta da escritura que apresentou passada pelo tabelião Antônio Carlos da Cunha, avaliado em 100\$000 (cem mil réis).

3 - Meia légua de terra, de criar gado, de comprido, com meia de largo, nas margens do rio Acaraú, tudo da parte do poente, denominada Santa Cruz, cuja terra houve por compra ao Sgto.-mor Pedro Ferreira da Ponte, como consta da escritura, que apresentou, passada pelo tabelião Antonio Carlos da Cunha, a qual pega o seu comprimento da esquina da Igreja Velha de **Santa Cruz** para baixo até o marco da lagoa do Mato, avaliada em 300\$000

(trezentos mil réis).

4 - Um quarto de terra de comprido nas margens do rio Acaraú, com uma de largo, de criar gado, denominado **Lagoa do Mato**, tudo da parte do poente, pegando seu comprimento do marco para baixo até extremar com terras do mesmo casal, como consta da escritura que apresentou passada pelo tabelião Roque Correia Marreiros e vendedores Antonio Sá de Moraes e sua mulher Ma. Gomes de Aguiar, valiado em 150\$000.

5 - Cem braças de terra de criar gado, com uma légua de largo, nas margens do rio Acaraú, mestiça à Lagoa do Mato, que houve por compra, como consta do papel de venda que apresentou, ao Alferes José do Prado Leão, até contestar com terras dos irmãos do mesmo vendedor, avaliadas em 25\$000.

6 - 250 braças de terra de comprido nas margens do rio Acaraú, com duas léguas de largo, uma para cada banda do dito rio, pegando o seu comprimento da ponta do nascente com terras do Alferes Luis de Sousa Xerez até testar com terras dos possuidores do Sítio **Araticuns**, cuja terra houve por compra a **Luis de Sá Costa**, como consta da escritura que apresentou passada pelo tabelião Roque Correia Marreiros, avaliadas por 80\$000.

7 - 250 braças de terra, de criar gado, de comprido no Sítio **Corgo**, com uma légua de largo, meia para cada banda do dito Corgo, pegando da parte de baixo com terras do Alferes João de Sousa Xerez e pela parte de cima com terras do mesmo João de Sousa, que houveram por compra a Luis de Sá Costa, como consta da escritura que apresentou passada pelo tabelião Roque Correia Marreiros, avaliados por 25\$000.

8 - 400 braças de terra de comprido nas **margens do rio Acaraú**, de criar gado, com uma légua de largo para cada banda do rio Acaraú, pegando seu comprimento das terras do mesmo casal até testar com terras do Sargento-mor Manoel Francisco de Vasconcelos, cuja terra houve por compra a **Luis de Sá Costa**, avaliadas em 200\$000.

9 - Légua e meia de terra de comprido, com uma légua de largo, meia para cada banda, pegando seu comprimento do lugar chamado Conceição buscando o poente ou para onde melhor conta fizer, como consta da escritura que apresentou em juízo, de plantar lavoura denominado **Tucuns**, compreendendo o sítio **Conceição**, cuja terra houve por compra a Manuel Lopes Lima e sua mulher Rosaura dos Santos, avaliada em 160\$000.

10 - Um pedaço de terra, de plantar lavoura na serra da Meruoca, foreiro ao

Senado da Câmara desta Vila do Sobral, pegando o seu comprimento da parte de cima de uma cerca de pinheiros até testar da parte do nascente com terras da Fazenda da Pedra Branca, com uma légua de largo, meia para cada banda, que houve por compra ao Sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte, com todas as benfeitorias que se acharem no dito sítio, avaliado por 200\$000.

O total da fortuna do Capitão somou 5.420\$520 (cinco contos quatrocentos e vinte mil quinhentos e vinte réis).

Incluída na soma, estavam muitas dívidas passivas, principalmente por parte dos filhos e alguns parentes. Não houve dívida ativa, isto é, o Capitão "não devia nada a ninguém".

O filho Anselmo, por exemplo, devia-lhe quase seiscentos e cinquenta mil réis, por isso nada herdou, senão a diminuição do débito em trezentos e quarenta mil réis, que foi o quinhão de cada filho. A viúva Dona Brites de Vasconcelos era uma das chamadas "Sete Irmãs," filhas de Manuel Vaz Carrasco e Maria Madalena de Sá. Nasceu em Igarapé, Pernambuco, em 1724, como consta do registro de óbito, que a diz falecida a 10 de fevereiro de 1814, com 90 anos de idade. Tinha ela, portanto, a mesma idade de seu marido.

Como inventariante, Dona Brites deveria assinar o termo da descrição dos bens, mas como não sabia escrever, o documento foi firmado a rogo dela, por Manuel Francisco de Vasconcelos. Tal fato não é de estranhar, pois naquela época a quase totalidade da população rural já nascida no Brasil, especialmente a feminina, era analfabeta. Sabiam ler e escrever, além dos letrados, apenas os colonos do Reino e alguns brasileiros do sexo masculino, quando residiam em vila ou aldeia, onde havia professores. É este também o motivo por que raramente aparece livro arrolado nos inventários.

PEDRO DE ARAÚJO COSTA

Segundo dos três irmãos, Pedro de Araújo Costa fixou residência na fazenda Morrinhos, antiga propriedade de seu tio José da Costa e Sá.

Casou-se, em 1780, com Maria José de Jesus, filha de Quintiliano Dias

Do matrimônio de Pedro de Araújo Costa e Maria José de Jesus, nasceram os seguintes filhos:

1 - Joaquim de Araújo Costa, c.c. Joana Maria do Nascimento, filha de Antonio Soares Bulcão e Teodora Inácia de Menezes, a 20 de setembro de 1805. O casal passou a residir na fazenda Sabuba. Joaquim é trisavô paterno do autor deste livro e faleceu a 6 de agosto de 1863.

2 - Francisco de Araújo Costa, c.c. Rita Madeira de Vasconcelos, filha de Joaquim Reis Gomes e Antonia Maria do Espírito Santo, a 6 de agosto de 1811.

Tendo viuvado, Rita Madeira casou-se, segunda vez, com Antonio Januário Linhares, filho de Joaquim Antonio Linhares e Maria Manuela da Conceição, a 20 de novembro de 1820.

3 - Emerência de Araújo, c.c. o português Domingos Dias Silva, filho de Cosme Gomes e Maria do Rosário, a 31 de janeiro de 1808, na capela de Almofala, na presença do Pe. Francisco Moreira de Sousa.

4 - Francisca de Araújo Costa, c.c. José da Silveira Dutra, filho de João da Silveira Dutra e sua segunda mulher Maria da Conceição Araújo, a 20 de novembro de 1814, na Matriz de Sobral.

5 - Maria falecida criança a 20 de novembro de 1785.

Pedro de Araújo Costa faleceu a 19 de junho de 1797, com 70 anos.

MANOEL DE ARAÚJO SÁ

Terceiro dos três irmãos Araújo Costa, residia na fazenda Boa Vista, onde casou-se, a 6 de maio de 1753, com Ana Maria, filha de Jerônimo Fernandes Jorge e Mariana Barbosa Álvares. Não consta ter deixado descendência na região.

FAMÍLIA COSTA ARAÚJO

A família Araújo Costa, de que vimos falando até agora, descende dos irmãos acima descritos e é natural da freguesia portuguesa de Louro, conceleirada da Vila Nova de Fátima. Não deve ser confundida com outra família,

Póvoa de Lanhoso, onde nasceu em 1699. Emigrou para o Brasil e se fixou em Olinda, onde casou-se com Teresa de Jesus Maria.

Este casal teve um filho homônimo, Capitão da Costa Araújo, que emigrou de Pernambuco para a ribeira do Acaraú, tendo casado na Matriz Caiçara (Sobral), a 6 de novembro de 1760, com Cosma Damiana do Espírito Santo, filha de Manuel Carneiro Rios e Maria do Livramento.

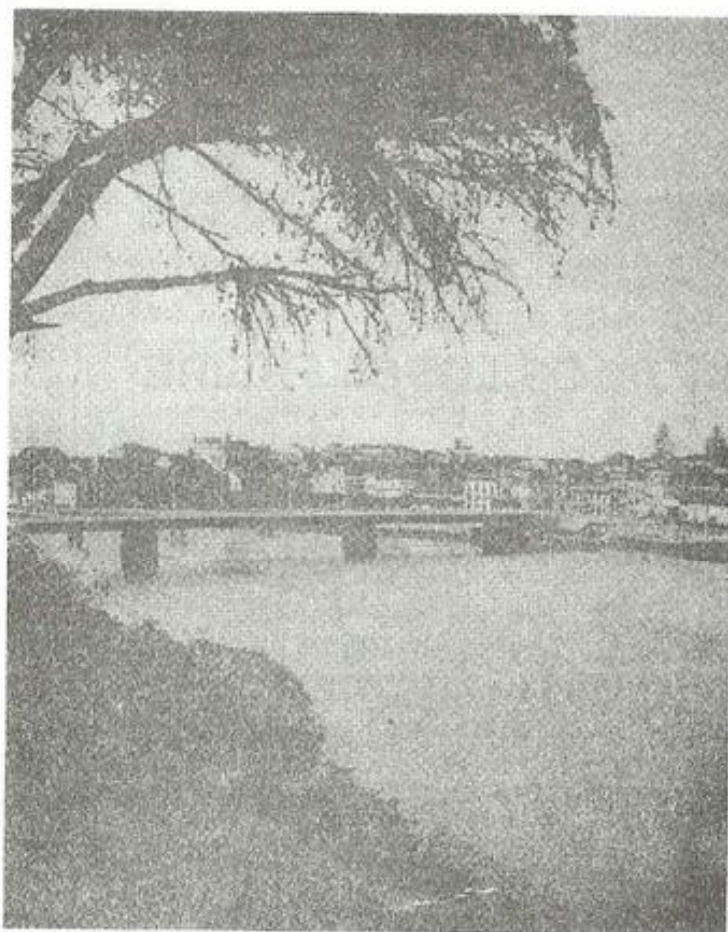
Deste casal, por sua vez, nasceu um outro Custódio, terceira do nome que para diferenciar do pai e do avô homônimos, chamou-se Capitão Custódio de Araújo Costa, com os sobrenomes trocados. Este casou-se com Bárbara Maria da Soledade, filha de Domingos Rodrigues Lima e Maria da Soledade Araújo, e dele tratei-na "Cronologia Sobralense", vol. 2º, pág. 41.

Há muitos outros descendentes dessa família que tomaram nome de Custódio, de tal modo que chegou a ser sobrenome, mas também difere dos Custódios de Azevedo, do Aprazível, que são originários da freguesia portuguesa de Barqueiros, concelho de Barcelos.

OS LOPES FREIRE

VILA DO CONDE

Portugal



Terra natal de Vicente Lopes Freire

A família Lopes Freire, com os sobrenomes juntos e posteriormente separados, provém do português Capitão Vicente Lopes Freire, natural de Vila do Conde, sede de concelho do distrito do Porto e província do Douro Litoral.

Seu atual território concelhio limita, ao norte, com o de Póvoa de Varzim. Ao sul, está a freguesia de Azurara. Estas três localidades irmãs atualmente estão ligadas entre si, como se fossem uma única cidade. Ocupam área litorânea, de intensa atividade marítima, estando os centros urbanos das duas últimas situados à foz do rio Ave, que os integra por meio de uma pequena ponte.

O orago da matriz da Vila do Conde é São João Batista e foi nela que Vicente foi batizado a 3 de outubro de 1727. Ai também, 118 anos após, receberia o batismo o romancista Eça de Queiroz, embora tenha nascido na vizinha Póvoa de Varzim.

Vicente recebeu o mesmo nome do pai, que era natural da cidade de Lagos, no Algarve, e o sobrenome comum da mãe Francisca Lopes, que nasceu na vizinha povoação de Azurara. Ambos os genitores passaram a residir em Vila do Conde, em cuja matriz receberam o matrimônio a 9 de maio de 1718, como consta do seguinte documento manuscrito, guardado no Arquivo Distrital do Porto, cuja cópia transcrevi fielmente do livro original respectivo:

"Aos nove dias do mês de maio de mil setecentos e dezoito, dadas as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino e Constituição deste Arcebispado, se recebo, com licença do Prelado em face da Igreja por palavras do presente, em presença de mim Luis da Silva, prior desta Igreja de São João Baptista da Villa do Conde e das testemunhas abaixo declaradas, **Vicente Lopes Freire**, filho de Domingos Freire e de sua mulher Isabel Dias, Reino e Bispado do Algarve, com **Francisca Lopes**, filha de Antonio Alves e de sua mulher Maria Lopes, moradores que foram no lugar Azurara e de presente nesta freguesia de Villa do Conde, Arcebispado de Braga, e

Casamentos, nº 3, freguesia da Vila do Conde, anos 1697 e 1739, fl. 132).

Conforme consta do texto acima transcrito, o pai e avós paternos de Vicente Lopes Freire, tronco dos Lopes Freire de Sobral, são naturais de Lagos, Algarve, enquanto a mãe e avós maternos, naturais da vetusta freguesia de Azurara.

Após o casamento, os pais do nosso capitão Vicente Lopes Freire passaram a residir à Rua do Cais, em Vila do Conde, e conviveram apenas durante nove anos, pois quando Vicente nasceu, em 1727, seu genitor já havia falecido, conforme consta do registro de batismo, que abaixo reproduzo na íntegra:

"Vicente, filho legítimo de Vicente Lopes, já defunto, e de sua mulher Francisca Lopes, fregueses desta freguesia de São João Baptista de Villa do Conde e moradores na Rua do Cais, nasceu ao primeiro dia do mês de outubro de mil setecentos e vinte e sete e aos três dias do dito mês e anno foi solemnemente baptisado, nesta igreja dita, por mim Luis da Silva, prior della, e recebeo os sanctos óleos. Foram padrinhos Bento Julião, do Cais, e Severina Affonso, de Azurara, e testemunhas o padrinho e Antonio Alves, de Azurara, que assignaram. O prior Luis da Silva. Bento Julião. Antonio Alves." (Livro de Batismo, freguesia de Vila do Conde, anos 1711 a 1742, fl. 348).

Dos dois documentos acima trasladados deduzimos que o Capitão Vicente Lopes Freire é filho póstumo, já que seu pai faleceu durante a gravidez da mãe. Residente na Rua do Cais das Lavadeiras, seu genitor foi pescador e seu avô materno, foi testemunha do batismo. O Oficiante do sacramento dos pais, Pe. Luis da Silva, foi o mesmo que administrou o sacramento do batismo do filho, nove anos e cinco meses depois. Nascido já órfão de pai, o pequeno Vicente deve ter tido a infância privada de segurança afetiva e de bens materiais. A mãe viúva deve ter-se desdobrado em oferecer ao filho caçula o máximo de seus cuidados e carinhos, para compensar a carência da presença paterna. As difíceis condições de vida, sentidas desde a mais tenra infância, despertaram em seu coração o desejo de emigrar para o Brasil em busca de melhor sorte.

Proveniente de família pobre, mas honrada e trabalhadora, Vicente fez fortuna no Vale do Acaraú e tornou-se genealógico prolífero de proba e abastada descendência. Contudo, o mais rico patrimônio que deixou para os

ASCENDÊNCIA PRÓXIMA DA FAMÍLIA

O Capitão Vicente Lopes Freire nasceu em Vila do Conde, Portugal, a 1 de outubro de 1727. Filho legítimo de Vicente Lopes Freire, natural de Lagos, Algarve, e de Francisca Lopes, natural da freguesia de Azurara. Neto paterno de Domingos Freire e Isabel Dias, naturais de Lagos. Neto materno de Antonio Alves e Maria Lopes, naturais de Azurara.

Os Freire são algarvios e os Lopes, vilacondenses.

No Livro de Batismo, nº 5, da freguesia de Azurara, referente aos anos de 1694 a 1742, não encontrei o termo de batismo de Francisca Lopes, mas o de cinco de seus irmãos, filhos de Antonio Alves e Maria Lopes, a saber:

1. Manoel, nascido a 2 de maio de 1696. (Fl. 10 v.).
2. Eugênia, nascida a 28 de março de 1702. (Fl. 54 v.).
3. Maria, nascida a 6 de novembro de 1704. (Fl. 66).
4. Antonia, nascida a 12 de setembro de 1707. (Fl. 84 v.).
5. Teresa, nascida a 18 de outubro de 1710. (Fl. 102).

Também não foi encontrado o registro do casamento dos pais dos seis irmãos acima referidos. A razão da omissão está explicada em nota escrita, à margem da folha nº 22v. do mesmo livro e de próprio punho, pelo padre Caetano da Silva e que tem o seguinte teor: "Por falecimento do Pe. Manuel de Amorim Ribeiro, coadjutor que foi nesta igreja, entre alguns papéis que lhe achei pertencentes ao seo officio de párocho foram assentos de batizados que por descuido deixou de lançar neste livro e no outro, que tinha acabado, o qual não achei já nesta igreja quando nela entrei, por se ter levado para o cartório da Câmara da cidade do Porto."

Francisca Lopes, em 1707, serviu de madrinha no batismo de sua irmã Antonia, pelo que já devia ser adolescente nesse anno. Eis como está registrado o fato: "Antonia, filha legitima de Antonio Alvares e Maria Lopes, desta igreja, da Rua Direita, nascida aos onze dias de setembro do anno de mil setecentos e sete e eu Pe. Caetano da Silva coadjutor desta freguesia e baptizei em catorze do dito mês, sendo padrinho o Rev. Antonio da Costa, da cidade de Braga, por procuração que em seu nome apresentou Manoel da Cunha Santos, e madrinha Isabel da Costa, tambem da mesma cidade, por procuração que em seu nome apresentou Francisca Lopes, filha do dito Antonio Alvares, sendo testemunhas Francisco dos Santos e Luis Martins Lopes. todos deste lunar. de que fiz este assento que por verdade assionei.

Passemos agora a conhecer, mais de perto, a terra natal de Vicente e a de seus ascendentes mais próximos:

VILA DO CONDE

A terra natal do Capitão Vicente Lopes Freire é a simpática e airosa Vila do Conde, cidade portuária situada à foz do rio Ave. Visitei-a durante as duas últimas viagens que fiz a Portugal, precisamente a 24 de julho de 1986 e 17 de julho de 1988. Está situada à beira-mar, litoral do Atlântico, a 26 km ao norte da cidade do Porto e a 3 km ao sul de Póvoa de Varzim, terra natal de Eça de Queiroz.

As mais antigas referências históricas sobre as terras de Vila do Conde remontam aos tempos da "cultura castreja", quando descrevem um castro, de origem romana, situada na localidade. Em documento do ano de 870, durante o reinado de Afonso III, de Leão, já aparece a denominação de "Villa de Comite". Em 953, o terreno foi vendido ao Mosteiro de Guimarães, fundado pela célebre Mumadona Dias, passando depois à terra reguenga no tempo de Dom Sancho I.

No porto do Ave, nos reinados de Dom João II e Dom Manuel I, desenvolveu-se intensamente a atividade marítima de pesca e comércio, sendo desse período a construção da Alfândega, da Câmara e da Matriz de São João Batista. Esta foi iniciada em 1496 e aberta ao culto em 1518. Foi aí, na pia batismal original ainda hoje em uso litúrgico, que Vicente tornou-se cristão.

A vila é magestosamente dominada pela imponência arquitetónica do Mosteiro de Santa Clara, situado sobre uma colina, instituição fundada em 1318 por Dom Afonso Sanches.

Na zona ribeirinha encontra-se, ainda hoje, com o nome de Cais das Lavadeiras, a rua onde residiram os pais de Vicente e onde ele nasceu, região dominada pela cúpula redonda, de tipo algarvio ou caldaico, construção do início do século XVII e conhecida familiar dos pescadores locais.

Destaque seja feito para as ruínas do velho aqueduto, monumento nacional, construído no século XVIII.

Para nós brasileiros, é grato lembrar a moderna Avenida Brasil, que principia no forte de São João Batista, do século XVII, e acompanha a praia marítima mais visitada, atualmente, pelas turistas, homenagem à pátria bra-

Em Vila do Conde nasceu o poeta e romancista José Régio, foi batizado o grande Eça de Queiroz, passou a última década de sua amargurada existência o poeta Antero de Quental e residiram, por algum tempo, Camilo Castelo Branco e Guerra Junqueiro.

Da Praça da República chega-se à ponte, sobre o rio Ave, que se transpõe a pé e leva à vizinha freguesia de Azurara.

AZURARA

Terra natal da mãe e dos avós maternos do Capitão Vicente, é uma das mais antigas povoações marítimas da costa de Entre Douro e Minho. Competiu, nas atividades da pesca e das navegações, com a vizinha Vila do Conde. Outrora, ali "se construíam navios, se calejavam grumetas, se amestravam homens do mar de pele bronzeada e alguns capitães que frequentavam as rotas oceânicas". Já foi sede de concelho, mas a partir de 1836 tornou-se simples freguesia do de Vila do Conde.

Desde o século XIII há notícias de sua fama como centro piscatório. Dai partiram muitos navios levando portugueses para a colonização do Brasil.

Já no século XVI, nas Inquirições de 1528, aparecem referências a essa terra com o nome de Sanfins, lugar da vila de Pindelo, que desapareceu para dar lugar às atuais freguesias de Azurara e Árvore.

A igreja matriz, cujo orago é Santa Maria, é monumento nacional manuelino, templo rico de dignidade e robustez, de face voltada para o mar. Visitei-a no dia 24 de julho de 1986, em tarde inesquecível e comovente. Sua construção foi iniciada no final do século XV. Por ocasião da passagem de Dom Manuel, em 1502, quando ali esteve a caminho de Santiago de Compostela, os habitantes solicitaram-lhe e obtiveram o seu auxílio. Na abóbada da capela vê-se, ainda bem nítido, o brasão régio do monarca Venturoso, sinal de gratidão do povo pelo patrocínio recebido. Sobre o altar-mor esteve colocado uma pedra d'ara azul, pelo que o templo ficou popularmente conhecido como capela da azul ara, donde a corruptela de Azurara, que deu nome ao lugar.

O mais ilustre filho da terra é o conhecido historiador quinhentista Gomes Eanes de Azurara, autor da volumosa "Crónica da Tomada de Ceuta".

tomou-se popularíssima em nossa região do Vale do Acaraú. Quando menino, ainda conheci as almofadas de bilros, peça indispensável nos lares sertanejos até começo deste século.

Os avós maternos de Vicente Lopes Freire residiam na Rua Direita, a principal da povoação ainda hoje, que era foreira do Convento de Santa Clara, ao qual os pescadores pagavam o imposto conhecido por nabão, que consistia de um peixe por cada navio de pesca que entrasse no porto.

LAGOS

Terra natal do pai e avós paternos de Vicente, Lagos é cidade sede de concelho e de comarca, pertencente ao distrito de Faro e à província do Algarve.

Fundada pelos cartaginenses três séculos e meio antes da era cristã, foi elevada à categoria de cidade pelo rei Dom Sebastião, quando na sua baía foi juntar a armada, em que reuniu os melhores soldados do reino para com ele ir sepultar-se nas areais da África, na fatal jornada de Alcácer-Quibir.

Tomou parte ativa nos descobrimentos transatlânticos dos portugueses e era já uma praça de primeira ordem do Reino, quando o terremoto de 1755 a reduziu quase a um montão de ruínas.

Suas praias, pela variedade dos aspectos que apresentam, pela limpidez de suas águas luminosas, pela moldura de seus rochedos, dão à Baía de Lagos encantos tais que fazem desse trecho da costa marítima um dos mais belos de todo o litoral algarvio. Encantam as falésias gretadas e requemadas por muitos séculos de canícula.

É uma das mais agradáveis vivendas de Portugal. Se Faro a excede em importância como capital da província do Algarve, leva-lhe esta a primazia em muitos aspectos de estrutura turística e serviços urbanos. Nos arredores há muitos vestígios romanos.

O comércio local sustenta-se especialmente dos produtos do mar, com várias fábricas de conservas de peixe.

A cidade possui duas paróquias: Santa Maria e São Sebastião. Foi na matriz da primeira, cujo oratório é Nossa Senhora da Assunção, que foi batiza-

DADOS BIOGRÁFICOS

O Capitão Vicente Lopes Freire nasceu, a 1 de outubro de 1727, em Vila do Conde, em cuja matriz batizou-se no dia 3 do mesmo mês. É filho póstumo de Vicente Lopes Freire, natural de Lagos, e de Francisca Lopes, natural de Azurara.

Seus genitores casaram-se, a 9 de maio de 1718, na matriz de Vila do Conde e passaram a residir na Rua do Cais das Lavadeiras que, ainda hoje conserva este nome.

Como seus ascendentes mais próximos que eram homens do mar, Vicente deste criança freqüentava o porto local, na época um dos mais movimentados ancoradouros de navios que faziam a rota marítima entre Portugal e Brasil. Pessoalmente presenciava as partidas das embarcações, que transportavam emigrantes para além-mar. Em sua imaginação de órfão, um dia ele mesmo seria um desses aventureiros, como realmente aconteceu. Partiu para o Ceará e fixou-se na povoação da Caiçara, onde se fez comerciante e fazendeiro. Sua partida ocorreu no tempo áureo do Ciclo do Ouro, quando a emigração para o Brasil cresceu consideravelmente.

Quando chegou à Caiçara, os poucos habitantes da povoação concentravam-se em torno da liderança dos seus abastados proprietários, o Capitão Antônio Rodrigues Magalhães e sua mulher Quitéria Marques de Jesus.

Vicente logo se enamorou de Ana Maria, uma das seis filhas do rico fazendeiro. A 3 de junho de 1757, inesperadamente morria o Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, de uma queda de cavalo, durante uma de suas viagens de visita à fazenda Pindá, perto de Canindé, também sua propriedade. Vicente tinha então 29 anos e sua noiva Ana Maria, 16. Com o fim de garantir herança no inventário do opulento fazendeiro defunto, o casamento da filha foi apressado e se realizou, pouco mais de um mês depois, precisamente a 25 de junho, na matriz local, ainda em fase final de construção. Do inventário, feito em Suipé a 18 de outubro do mesmo ano, constam os bens herdados por Vicente Lopes, entre os quais está o sítio Jaibaras de Baixo, que posteriormente foi trocado pela fazenda Corgo da Onça ou Tubiba, nas imediações de Sobral. O casal passou a residir em casa construída sobre o morro Sumaré, logo atrás do local em que foi edificada, pelo Comendador José Modesto Ferreira Gomes, a atual igreja de São José do Sumaré.

hoje no centro comercial da cidade de Sobral. O tabelião Antônio Carlos da Cunha registrou a escritura de doação. O administrador da capela foi o sargento-mor Luis Soares Ferraz Porto.

Nesse tempo recebeu patente de Capitão de Ordenanças.

Durante os meses de setembro e outubro de 1773, exerceu as funções de almotacé da recém-criada Vila Distinta e Real de Sobral, cargo para o qual foi eleito na vereação de 7 de julho da Câmara Municipal. Como almotacé, devia inspecionar os pesos e medidas, bem como os preços dos viveres vendidos no mercado público da nova vila, atribuição que desempenhou com muito rigor e honradez.

A 1 de setembro de 1774 conseguiu permissão da Câmara para "ter sua venda com porta aberta nesta Villa", trabalhando numa bodega de secos e molhados.

Foi Procurador da Câmara durante todo o ano de 1775, cargo para o qual foi eleito por unanimidade.

A 18 de outubro de 1758, quando foi feito o inventário dos bens de seu sogro, o Cap. Antônio Rodrigues Magalhães, herdou "uma sorte de terra nas fraldas da serra da Meruoca, avaliada em 150 mil réis. É a conhecida fazenda Logradouro que, posteriormente, foi herdada por seu filho Antônio Lopes Freire. Herdou a fazenda Tubiba, nos arrebalde da Vila.

Faleceu a 4 de agosto de 1776, com 49 anos incompletos e foi sepultado no pavimento da Matriz de Sobral. Sua mulher Ana Maria permaneceu em viuvez até 1 de março de 1797, quando faleceu com 56 anos.

O Capitão Vicente Lopes Freire foi homem cristão de profundas convicções religiosas. Pertencia às Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição da Matriz. Encaminhou para o sacerdócio seu filho Miguel, por desejo manifestado na hora de morrer. A criança, tinha, então, três anos de idade. Pe. Miguel Lopes Freire ordenou-se em Olinda em 1801 e foi capelão nas paróquias de Santa Quitéria e Meruoca. Faleceu de câncer a 19 de janeiro de 1807, com 33 de idade e 6, de sacerdócio. Também muitos de seus descendentes tornaram-se sacerdotes, entre os quais destacamos Dom Francisco Expedito Lopes, que foi Bispo de Oeiras, Piauí, e de Garanhuns, Pernambuco, e ainda Mons. José Gerardo Ferreira Gomes, Mons. Antonio Lopes de Araújo, Cônego José Alfeu Lopes de Araújo, Cônego José Inácio Mendes Parente, Pe. Herculano Bernardino Ferreira Gomes,

Mons. Salviano Pinto Brandão, Mons. Valdir Lopes de Castro, Pe. Joaquim Antunes de Almeida e o autor destas linhas Cônego Francisco Sadoc de Araújo.

CASAMENTO E FILHOS

O Capitão Vicente Lopes Freire casou com Ana Maria da Conceição, às 11 horas da manhã do dia 25 de julho de 1757, conforme consta do seguinte documento original no arquivo da Secretaria do Bispado de Sobral, que transcrevemos na íntegra:

"Aos vinte e cinco de julho de mil setecentos e cinquenta e sete, corridos os banhos nesta freguesia sem impedimento algum e feitas as mais diligencias necessarias, em minha presença pelas onze horas do dia se receberam por palavras de presente e na forma do Sag. Conc. Trid. **Vicente Lopes Freire**, filho de Vicente Freire, já defunto, e de sua mulher Francisca Lopes, natural da Villa do Conde, Arcebispado de Braga, e **Ana Maria**, filha de Antonio Rodrigues Magalhães, já defunto, e de sua mulher Quitheria da Costa, natural desta freguesia, e tomaram as benções nupciais sendo presentes, por testemunhas Hieronimo Machado e José Rodrigues Leitão, de que fiz este assento em que me assigno. Pe. Antonio de Carvalho Albuquerque, cura do Acaraú." (Livro de Casamentos de Sobral, anos 1741-1769, fl. 18).

Deste matrimônio foram gerados os seguintes filhos:

1. **Quitéria Lopes dos Santos**. Nasceu em 1760. Casou com seu primo Antônio Marques da Costa, filho do sargento-mor João Marques da Costa e Ana Maria Josefa de Barros, a 17 de novembro de 1777. Residiam na fazenda Marrecas. Quitéria faleceu a 30 de abril de 1836 e Antonio Marques, a 4 de novembro de 1813 de um tiro de espingarda.

2. **Francisco Lopes Freire**. Nasceu a 20 de maio de 1763 e faleceu poucos dias depois.

3. **Inocência Rita das Chagas**. Nasceu a 20 de maio de 1765. Casou com seu primo o Cap. João Gonçalves Ferreira Junior, filho de João Gonçalves Ferreira e Francisca Xavier de Oliveira, a 8 de agosto de 1778. Residiam no sítio Monte. João Gonçalves faleceu a 29 de novembro de 1828, com 67 anos.

4. **Ana Lopes.** Batizada a 19 de abril de 1767 e falecida criança.

5. **José Lopes Freire.** Nasceu a 23 de novembro de 1768. Casou-se duas vezes. A primeira, com Francisca da Penha de São José, filha do sargento-mor Francisco da Silva Costa e Francisca Gomes, solteiros, a 16 de setembro de 1790. A segunda, com Francisca Maria de Castro, filha de Cosme de Castro e Ana Maria da Costa, na fazenda Logradouro, a 12 de julho de 1833. Francisca da Penha faleceu a 16 de setembro de 1838 deixando 10 filhos do primeiro matrimônio e 7, do segundo.

6. **Maria Luísa Lopes.** Nasceu a 20 de fevereiro de 1770. Casou com Cap. José Vicente Alves Monteiro, filho de Alexandre José Alves Monteiro e Ana Maria, portuguesa, a 19 de setembro de 1786. Residiam na Lagoa da Fazenda, onde hoje encontra-se o prédio da Universidade Estadual Vale do Acaraú, de Sobral. Capitão José Vicente faleceu a 9 de agosto de 1830, com 66 anos.

7. **Antônio Lopes Freire.** Nasceu a 10 de novembro de 1771. Casou duas vezes. A primeira, com sua prima Ana Manuela de Oliveira, filha do Cap. Antônio Matias Magalhães e Teresa Pinto de Oliveira, a 11 de novembro de 1793. A segunda, com Francisca Mariana Frota Cavalcante, em 1820. É o tronco mais prolífero da família, tendo deixado 23 filhos, sendo 11 do primeiro matrimônio e 12, do segundo. Descendo do primeiro. Ana Manuela, primeira mulher, faleceu a 25 de outubro de 1818. Antônio Lopes faleceu a 11 de julho de 1846 e Francisca Mariana, em 1903, com mais de cem anos de idade. Residiam na fazenda Logradouro.

8. **Pe. Miguel Lopes Freire.** Nasceu a 9 de agosto de 1773 e faleceu em Sobral, a 19 de janeiro de 1807.

9. **Vicente Lopes Freire.** Nasceu a 2 de março de 1775. Casou com Bárbara Josefa da Assunção, viúva de Manuel Rodrigues Coelho e filha de Manuel Furtado dos Santos e Eugênia Ferreira, a 4 de setembro de 1820.

10. **João Lopes Freire.** Nasceu a 20 de abril de 1776. Casou com sua prima Quitéria Marques de Oliveira, filha do Cap. Antônio Matias Magalhães e Teresa Pinto de Oliveira, a 16 de outubro de 1790. João Lopes faleceu a 8 de dezembro de 1843, tendo deixado 10 filhos. A viúva Quitéria Marques faleceu a 20 de setembro de 1859.

O FUNDADOR DE SOBRAL



Igreja-matriz da Várzea, Recife, onde Pe. Lino serviu de vigário no início de séc. XVIII.

Quem foi o fundador de Sobral? A resposta a esta pergunta dependerá preliminarmente do conceito que se fizer do que seja fundar uma cidade.

Parece fora de dúvida que ninguém funda qualquer entidade, sem a intenção expressa de fazê-lo. O autor de uma obra é aquele que intencionalmente a executa, ou a faz executar, em seu nome, mediante a própria vontade determinada. Se assim é, a autoria da fundação de Sobral cabe ao Pe. Dr. Lino Gomes Correia.

Vamos aos fatos. Antes de 1854, quando foi canonicamente instituída a Diocese do Ceará, o território desta província estava sob a jurisdição do Bispado de Pernambuco. É evidente que o bispo de Olinda, em pessoa, não podia cumprir a obrigação de visitar periodicamente todo o extenso território sujeito ao seu múnus pastoral, compreendendo então quase todo o Nordeste brasileiro. Tal providência era delegada a alguns sacerdotes adrede escolhidos, chamados Visitadores Gerais, que o bispo enviava para conhecer de perto os problemas locais e dar-lhes as imediatas soluções adequadas.

Durante o episcopado de Dom Frei Luis de Santa Teresa (1739-1754), um desses visitadores foi o Pe. Dr. Lino Gomes Correia que se identificava como "vigário colado da igreja de N. Sra. da Várzea do Capibaribe, capelão fidalgo de Sua Magestade e Visitador Geral dos Sertões do Norte". Visitou a capitania do Ceará, de abril a agosto de 1742, quando, após percorrer as capelas da ribeira do Jaguaribe, de Aquirás e Fortaleza, veio para a ribeira do Acaraú, onde vistoriou as capelas então existentes de Almofala, Santa Cruz, Santana, São José e Groaíras. No final dessa longa viagem apostólica, depois de tomar conhecimento da situação geográfica e populacional da região, escolheu a fazenda Caiçara, por ser o local que achou mais apropriado, para sediar o Curato da Ribeira do Acaraú e nela construir a sua matriz.

Na ata desta Visita, lavrada a 31 de julho de 1742, assim deixou determinado ao então cura Pe. Lourenço Gomes Lelou: "Recomendo que dê princípio à obra da Matriz do lugar Caiçara, como lhe tenho ordenado, para cuja obra espero concorram liberalmente todos os fregueses, por ser muito necessária e de muito agrado a Deus Nosso Senhor, o que lhes dará nesta vida

cento por um do que dispenderam por Seu amor”.

Foi esta decisão histórica que deu origem à construção da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, hoje Catedral, em torno da qual começaram a ser edificadas as casas da atual Praça da Sé, primeiro núcleo habitacional da povoação da Caiçara, berço da cidade de Sobral.

É óbvio que a matriz não poderia ser construída sem que lhe fosse adquirido o terreno necessário. Pe. Lino o conseguiu por doação feita pelo Cap. Antônio Rodrigues Magalhães e sua mulher Quitéria Marques de Jesus, casal proprietário da fazenda. Estes doadores nunca tinham pensado em construir capela em sua herdade, apenas colaboraram no sentido de que o projeto do Visitador pudesse ser realizado. Cabe, portanto, ao Pe. Lino a glória de ser o fundador de Sobral, pois foi de sua vontade deliberada que foi escolhido o local para centro do trabalho de evangelização de todo o Vale do Acaraú, impulso original para o desenvolvimento do primitivo povoado e, posteriormente, da vila e da atual cidade.

Por ser de justiça, torna-se necessário que seja revista a história de Sobral no tocante às suas origens e seja retirada do esquecimento a memória do seu legítimo fundador. Este estudo pretende ser uma colaboração para o resgate de seu nome e melhor conhecimento de sua pessoa.

Sobre a vida do Pe. Lino pouco consegui colher, apesar das cuidadosas pesquisas que realizei nos arquivos do Recife, em duas viagens empreendidas para tal fim. A documentação coeva é rara, especialmente no que se refere à história eclesiástica, pois muitos papéis o tempo fez desaparecer ou foram mesmo criminosamente destruídos. Somente aqui e ali encontrei alguma informação esparsa. Do que consegui reunir, principalmente sobre sua família, passo a relatar o essencial.

Pe. Lino nasceu no Recife, no final do século XVII, filho do Cel. Miguel Correia Gomes e de Catarina Gomes de Figueiredo. Seu pai, português natural do Porto, era Cavaleiro Fidalgo da Casa Real por Alvará de 26 de novembro de 1708, professo da Ordem de Cristo, Coronel de Ordenança e Escrivão da Fazenda Real e da Matricula do Exército de Pernambuco. Sua mãe, natural do Engenho do Rio Formoso de Serinhaém, pertencia à nobre família dos “Quatro Cunhados”, assim chamado por ter ela, com mais três irmãs, casado no mesmo dia, em 1686, como se lê na “Nobiliarquia Pernambucana” de Antônio José Vitorino Borges de Sousa, cuja texto

“Chamam a esta família dos 4 Cunhados, porque João Fernandes da Silva, João da Rocha Mota, Domingos da Costa de Araújo e Miguel Correia Gomes, homens ricos e honrados, que eram muito amigos, casaram no mesmo dia com quatro irmãs por voto que fizeram na peste, a que chamavam males ou bicha, que houve em Pernambuco pelos anos de 1686, de casarem com donzelas limpas, bem educadas e pobres, cujo voto parece que Nossa Senhora abençoou, porque esta família se tem aumentado muito com distinção, como veremos.

Tem ela principio em Pantaleão Fernandes de Figueiredo, que veio a Pernambuco por sargento de infantaria em um dos socorros que de Portugal se mandaram para a Guerra da Restauração, o qual no termo de Irmão da Misericórdia de Olinda, que assinou a 8 de julho de 1657, consta ser natural da cidade do Porto e filho de Belchior Fernandes e Cecília Gomes. Casou nesta Capitania com Maria Gomes de Figueiredo, de quem só sei que era natural do Rio Formoso da freguesia de Vila Formosa de Serinhaém”. (Ob., cit., Vol. 1, p. 171).

Do matrimônio de Pantaleão Fernandes de Figueiredo e Maria Gomes de Figueiredo nasceram 7 filhas, sendo as 4 últimas que formaram a chamada família dos “Quatro Cunhados”:

- 1 - Maria Gomes de Figueiredo, c.c. Bento Machado;
- 2 - Cecília Gomes de Figueiredo, c.c. João de Brito Guimarães;
- 3 - Margarida de Almeida, c.c. Pedro Alves;
- 4 - Isabel Gomes de Figueiredo, c.c. João Fernandes da Silva, sargento-mor de ordenança e cavaleiro da Ordem de Cristo;
- 5 - Lourença Gomes de Figueiredo, c.c. João da Rocha Mota, coronel de ordenança e Cavaleiro da Ordem de Cristo;
- 6 - Teresa Gomes de Figueiredo, c.c. Domingos da Costa de Araújo, fidalgo da Casa Real, natural de Póvoa de Lanhoso, Portugal;
- 7 - Catarina Gomes de Figueiredo, c.c. Miguel Correia Gomes, pais do Pe. Lino Gomes Correia, fundador de Sobral.

As famílias dos Quatro Cunhados eram extremamente católicas. Delas nasceram vários sacerdotes, todos primos legítimos do Pe. Lino a saber:

- 1 - De Bento Machado e Maria Gomes nasceram Frei Bento, carmelita na Província do Rio de Janeiro, e Frei Jerônimo de Belém, franciscano que

2 - De João de Brito e Cecília Gomes nasceu o Pe. Domingos de Brito de Figueiredo, sacerdote secular;

3 - De João Fernandes e Isabel Gomes nasceu Pe. João de Melo, jesuíta falecido no Colégio da Bahia, de cuja província foi Procurador. Escreveu um poema panegírico em homenagem ao desembargador Inácio Dias Madeira, publicado em Lisboa no ano de 1742;

4 - De João da Rocha e Lourença Gomes, nasceram Pe. José da Rocha, jesuíta que viveu na Itália, e o Frei João de Santa Rosa, carmelita falecido em 1770 como Supervisor Provincial da Reforma do Carmo, no Recife;

5 - De Domingos da Costa e Teresa Gomes nasceu o Pe. Manuel de Araújo, jesuíta, mestre de Filosofia e Teologia no Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro.

Quase tão numerosos quanto os primos, foram os irmãos do Pe. Lino que se ordenaram sacerdotes. Seus pais tiveram onze filhos, sendo quatro do sexo feminino e sete do masculino, dos quais seis seguiram a carreira eclesiástica, como abaixo se verá:

1 - Cel. Miguel Gomes Correia, irmão mais velho do Pe. Lino. Foi cavaleiro fidalgo, familiar do Santo Ofício, coronel de ordenança. Casou-se com Maria da Rocha Campelo, filha do Ten-Cel. José Peres Campelo e Catarina da Rocha Barros.

2 - Pe. Dr. Vicente Gomes Correia, estudou em Coimbra, onde se formou em Cânones. Fez-se jesuíta. A 20 de junho de 1725, como deão da Catedral de Olinda, tomou posse no Bispado por procuração de Dom José Fialho. Faleceu, no mar, em viagem para a Itália. Diz Pereira da Costa, em "Anais Pernambucanos", 4, 129, que em 1757 ainda era vivo.

3 - Pe. Dr. Manoel Correia Gomes, nasceu em 1692. Sacerdote secular, foi vigário colado da Matriz de Natal, Rio Grande do Norte, em cujo cargo faleceu a 4 de agosto de 1760.

4 - Pe. Inácio Correia, jesuíta, mestre de filosofia e teologia. Em 1753 assumiu a reitoria do Seminário de Belém do Pará. Dirigiu vários colégios da Companhia de Jesus. Loreto Couto, em "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", p. 321, informa que era "de notória sabedoria e virtude, a quem a religião tem ocupado em repetidas prelações".

5 - **Pe. Dr. Lino Gomes Correia**, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra. Fundador da cidade de Sobral, Ceará.

6 - Frei Filipe do Espírito Santo, religioso carmelita reformado. Faleceu no cargo de Prior do Convento da Paraíba.

7 - Pe. Luiz Correia, sacerdote da Congregação do Oratório da Igreja Madre de Deus do Recife, na qual ingressou a 24 de dezembro de 1708 e onde faleceu a 24 de janeiro de 1727. Loreto Couto fez-lhe longo elogio das virtudes, "porque dava a Deus a melhor parte permitiu que o mesmo Senhor que mais brilhasse o seu talento na cadeira e no púlpito, merecendo singulares aplausos de eruditos auditórios". "Ob. cit., p. 321).

8 - Clara Gomes Correia, c.c. o Comissário Simão Ribeiro Ribas, vereador da primeira Câmara Municipal do Recife (1709), português natural de Vila Franca, concelho de Barcelos, filho de Miguel Ribeiro e Justa Ribeiro. Clara é mãe do jesuíta Pe. Miguel Ribeiro, nascido a 9 de janeiro de 1716 e nora do Capitão-mor Francisco Duarte de Vasconcelos, que governou o Ceará de 1710 a 1713.

9 - Teresa Gomes Correia, c.c. o Cel. Patrício da Nóbrega Vasconcelos falecido em dezembro de 1762. É mãe dos sacerdotes Patrício e Lino da Nóbrega Vasconcelos.

10 - Maria Gomes Correia, que foi segunda mulher do Cel. Julião da Costa Aguiar, viúvo de Catarina Rodrigues Campelo. É mãe do Pe. Alexandre Costa, secular.

11 - Isabel Gomes Correia, que foi segunda mulher do Cel. Francisco de Almeida Catanho, filho do Ten.-Cel. Joaquim de Almeida, que foi primeiro Presidente da Câmara de Vereadores do Recife, e de Luísa da Costa Catanho.

Como vimos, o nosso Pe. Lino teve sete primos, seis irmãos e quatro sobrinhos que se ordenaram sacerdotes, prova cabal das raízes profundamente católicas de sua família.

Seu pai e tios tiveram ativa participação na criação da Vila do Recife (1709) e na Guerra dos Mascates (1710-1714), como narra Manuel dos Santos, contemporâneo dos fatos e autor da obra "Calamidades de Pernambuco". Seu pai, por exemplo, foi um dos eleitores da primeira Câmara Municipal recifense, quando foram eleitos vereadores seus tios Joaquim de Almeida e Simão Ribeiro Ribas. Todos eles acompanharam ao Governador de

Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, na fuga que empreendeu para a Bahia no dia 7 de novembro de 1710. O autor acima citado os chama de "mercadores, três dos quais com lições do seu orgulho se tornaram para o Recife (...) fingindo-se temerosos e envergonhados e já traziam o veneno reconcentrado nas entranhas para a perdição da república (...) e trataram logo de comprar os cabos e mais infantaria daquela praça, agregando-os a si com segredo". (Ob. cit., p. 155).

Eram eles, portanto, representantes dos interesses burgueses do comércio do Recife contra a Câmara de Olinda constituída pelos senhores de engenho e pelo patriarcado rural de tendência separatista, que foram os vencidos no conflito. Seu pai, em especial, por ser escrivão proprietário da Fazenda Real e da Matrícula do Exército, mantinha forte liderança nas questões administrativas e políticas de Pernambuco, além de sua influência religiosa pelo fato de ser pai de seis sacerdotes.

Padre Lino, após retornar de Coimbra, dedicou-se à vida pastoral na freguesia de Várzea, subúrbio do Recife, situada entre os melhores engenhos de açúcar e cuja fundação data do começo do século XVII e em cuja Matriz foi sepultado o corpo de Antônio Filipe Camarão, herói indígena da Guerra dos Holandeses e da Restauração de Pernambuco.

A 25 de dezembro de 1736, Padre Lino envia carta ao Rei Dom João V de Portugal, em que solicita um auxílio urgente para salvar o seu templo que se encontra quase em ruínas.

Em 1741, o bispo de Pernambuco de então, Dom Frei Luis de Santa Teresa, o nomeia "visitador Geral das Freguesias dos Sertões do Norte", e no ano seguinte, vem visitar a Capitania do Ceará.

Em visita, secretariada pelo Pe. Manuel Gomes Soares, tem início pela Ribeira do Jaguaribe a 4 de março de 1742, quando chega à Capela de N. Sra. do Rosário das Russas, cujo vigário era então o Pe. José Lopes de Santiago. Esteve ainda nas capelas de N. Sra. da Conceição da Barra (Pentecoste), N. Sra. da Soledade de Mata-Fresca (Icapui) e São José de Aracati, donde prossegue viagem para Aquirás.

Aí, durante os atos da Semana Santa na matriz de São José do Ribamar houve um desagradável incidente envolvendo os vereadores locais, o vigário Pe. José Moreira de Sousa e o Visitador Padre Lino. Transcrevo, a seguir, um documento, que o Barão de Studart publicou em "Datas e Factos para a História do Ceará - Ceará Colônia", p. 206 e que dá a versão dos

camaristas de Aquirás sobre o episódio:

"16 de abril (1742) - A Câmara de Aquirás representa ao Bispo de Pernambuco, D. Frei Luis de Santa Teresa, contra atos de arbitrariedade e descortesia praticados pelo Rev. Visitador: "Exo. e Revmo. Sr. Chegamos aos pés de V. Exa. pelos meios desta representação, visto a distância, que vai desta Capitania a essa, não permitir que fizéssemos aquela obrigação a que nos precisa o nosso devido e reverente obséquio. Chegou a esta Vila o Rev. Visitador, e sendo costume muito inveterado em muitas cidades e vilas incensar-se a Câmara quando esta assiste a alguma festividade, se procedeu o contrário conosco no dia da Páscoa, por ordem do mesmo Visitador, deixando-nos esta falta de atenção só com o lenitivo de darmos parte dela a V. Exa., para que sendo servido, caso que não haja ordens em contrário, se nos restitua o mesmo obséquio que, até aqui, se usou com todas as câmaras e se costuma em todas as partes. Também o dito Visitador levou a mal que a mesma Câmara, assistindo à solenidade do Dia da Páscoa como é obrigada, fizesse conosco o pregador aquela demonstração de obséquio, que todos costumam fazer quando não está o Santíssimo exposto, reprimendo tanto esta política ação do pregador, que não só se levantou do sermão ao pedir da Ave Maria, o que causou escândalo, mas em castigá-lo com a pena de suspensão de pregar e confessar, sendo um dos sacerdotes dos mais bem procedidos que há nesta Capitania, fazendo maior a queixa de ele impedir que se não fizesse a festa do orago desta Vila, no dia que os irmãos a tinham ordenado. Também damos parte a V. Exa., com aquela alta veneração que devemos, que chegando-nos a notícia de que o dito Visitador podia impor, como impôs, pena de excomunhão a toda pessoa que fosse depor nas devassas gerais das correições sobre os amancebados casados e barregães de clérigos e frades, fizemos apelar ao Procurador desta Câmara ante omnia desta censura e vexame, para que os homens desta Capitania se não vissem na rigorosa alternativa: ou de jurarem falso ou de ficarem excomungados, maiormente sendo costume aqui e em quase todas as comarcas de muitos tempos a esta parte, perguntar-se por semelhantes amancebados. Vila do Aquirás, escrita em Câmara, 16 de abril de 1742. De V. Exa. menores criados Antonio Dias Alves, Manuel da Fonseca Lobo, Antonio de Freitas da Silva, Domingos da Cruz."

Por este documento vê-se o excessivo zelo com que o Padre Lino procurava desempenhar sua missão de Visitador, chegando mesmo a exorbitar no exagero de tomar atitudes bruscas e inesperadas.

Depois desta acidentada permanência em Aquirás, o Visitador segue para a capela de N. Sra. da Assunção do Forte, onde assina documentos a

19 de abril.

Dali, viaja por mar até à capela de Almofala, antiga Missão do Aracatimirim, dando início à visita ao Curato da Ribeira do Acaraú.

Durante o mês de maio de 1742, percorre a pé a região do baixo Acaraú, com demora maior na capela de Santa Cruz, hoje Bela-Cruz. Depois, continua a subir pela margem do rio, tendo atingido a capela de Santana, construída em 1739 pelo Pe. Antônio dos Santos da Silveira. Conforme Provisão que deixou, aí encontrou os paramentos em boa ordem e deu recibo da cônica de quatro mil réis que lhe foi ofertada.

De Santana seguiu para a capela de N. Sra. da Conceição do sítio São José, hoje vila de Patriarca, onde foi hóspede do Cap. Domingos da Cunha Linhares, tendo se encontrado com o cura Pe. Lourenço Gomes Lelou, que o acompanhou no restante da visita pastoral.

Chegou à fazenda Caiçara, hoje Sobral, no começo do mês de julho, tendo-se hospedado em casa do proprietário Cap. Antônio Rodrigues Magalhães. Foi nesta estada histórica que tomou a decisão de escolher o local para ser sede do Curato, dando cumprimento à determinação de que o cura deveria residir no centro da freguesia. Padre Lino entendeu que a fazenda Caiçara estava localizada no lugar ideal para a construção da Matriz, em torno da qual formar-se-ia o núcleo inicial da futura vila, sede do Curato. O capitão proprietário prometeu de imediato fazer doação do terreno necessário ao empreendimento. Na ocasião, a promessa fez-se apenas oralmente, pois a escritura pública de doação só foi formalizada em cartório no dia 10 de dezembro de 1756. Nasceu daí a construção do povoado e o progressivo aumento de sua população. Estava criado o berço da cidade de Sobral.

Da fazenda Caiçara, o Visitador foi até à capela de N. Sra. do Rosário do Riacho Guimarães, hoje cidade de Groaíras, que então servia de matriz provisória, onde a 28 de julho vistoriou os livros de assentos paroquiais. No dia seguinte, segue para a capela de São Pedro da Ibiapina, serra da Ibiapaba, donde retorna logo no dia 31, quando encerra a visita. É deste dia a assinatura da Provisão e da Ata, das quais constam as providências a ser tomadas pelo cura. O texto integral da ata, deixei consignado na "Cronologia Sobralense", Vol. 1, p. 134.

A recomendação constante do item seis, em que determina que o cura "dê princípio à obra da Matriz do lugar Caiçara", foi o ato de fundação da cidade, uma vez que a partir daí começou a ser construída a primeira praça

e, em torno dela, o casario das primeiras ruas.

Não há dúvida, portanto, de que o Pe. Lino Gomes Correia é o verdadeiro fundador de Sobral.

É de lamentar que, até hoje, as autoridades municipais não lhe tenham ainda prestado o merecido tributo de gratidão, pois não é epônimo de nenhuma rua ou praça e nem lhe foi erigido qualquer busto ou estátua. No entanto, tal providência é de justiça e necessária, para que o bronze tome duradoura sua memória e perene a expressão do reconhecimento do povo.

**PRINCIPAIS
POVOADORES
PORTUGUESES**

ALMEIDA
ÁLVARES
AMARANTE
AZEVEDO
BANDEIRA
BARCELOS
BASTOS
BRAGA
CARDOSO
CHAVES
COIMBRA
CUNHA
FEIJÃO
FEIJÓ
FFRRFIRA

FIGUEIRA
FONTELES
FRAZÃO
FREIRE
GUIMARÃES
LAGO
LIMA
LINHARES
MADEIRA
MATOS
MESQUITA
MONTE
MOURA
NOGUEIRA
OLIVEIRA

PENICHE
PEIXOTO
PEREIRA
PINHEIRO
PONTE
PORTELA
PORTO
PRADO
RIBEIRO
SÁ
SAMPAIO
TEIXEIRA
VALE
VIANA
VIEIRA

Com base somente nos dados encontrados nos documentos locais, não é fácil identificar os lugares de origem de alguns portugueses, cujos descendentes povoaram o Vale do Acaraú. Na relação a seguir, informamos apenas a atual freguesia e o concelho (município) a que pertencem, por bastar hoje para identificação geográfica das respectivas naturalidades. Nos velhos papéis não era assim.

Tal identificação, outrora, fazia-se por via da divisão territorial eclesiástica, isto é, por freguesias paroquiais e dioceses. Com o correr do tempo, algumas sedes diocesanas foram supressas (Elvas, Penafiel, Pinhel) ou transferidas (Chaves) e outras foram posteriormente criadas (Vila Real, Santarém, Aveiro), pelo que se faz mister a atualização de acordo com a moderna divisão administrativa civil do território português.

Acresce que as antigas freguesias eram reconhecidas pelo orago, nome do padroeiro da respectiva Matriz, o que não mais ocorre. Por exemplo, o capitão-mor Inácio Gomes Parente consta, nos documentos coevo, ser natural do Lamego, por ser a sede diocesana do território onde ele nasceu. No entanto, especificamente, é natural da freguesia de São Martinho de Mouros, concelho de Resende. O capitão João Pinto de Mesquita, por sua vez, aparece como natural de São Miguel de Basto, que corresponde atualmente à freguesia de Gêmeso, cujo orago é São Miguel, no concelho de Celorico de Basto. E assim por diante.

Na relação abaixo enumerada, colocamos a freguesia (freg.) e o concelho (conc.) a que pertence o lugar de origem. Excluímos o distrito e o orago por desnecessários para o atual reconhecimento. Quando aparece apenas um nome, trata-se da sede do respectivo concelho.

Muitas vezes, os próprios portugueses não conseguem identificar a naturalidade expressa nos velhos papéis, não só porque há muitos lugares com topônimos idênticos, como também com mesmidade de orago. Para conseguir fazer esta relação, nos foi necessário consultar permanentemente o "Novo Dicionário Corográfico de Portugal" de A. C. Amaral Frazão, onde constam todos os lugares povoados do País, por menores que sejam, e c

"Anuário Católico de Portugal", onde constam os oragos de todas as freguesias.

1 - **Amaro José Arruda**, nat. da Ilha de São Miguel, Açores, filho de Pedro de Viveiros e Francisca dos Anjos, c.c. Ana Maria da Conceição, natural de Mamanguape, filha de José Ferreira da Costa e Maria Colaço.

2 - **Antônio Alves de Sá**, nat. da freg. de Cedofeita, cidade do Porto, filho de Antônio Álvares e Maria Álvares, c.c. Isabel de Barros (RN), filha de Manuel Rodrigues Coelho e Inês Barbosa, a 20 de abril de 1749.

3 - **Antônio Costa Cordeiro**, nat. da freg. de Lordelo do Ouro, cidade do Porto, filho de José da Costa Cordeiro e Catarina do Rosário, c.c. Úrsula Maria das Virgens (recife), filha de Francisco Coelho Lemos e Maria Gomes Araújo.

4 - **Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos**, nat. do conc. de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores, filho de João de Oliveira Barcelos e Rosa Maria Vasconcelos, c.c. Inácia Maria do Nascimento (CE), filha de Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marque de Jesus, a 17 de novembro de 1763.

5 - **Antônio Ferreira de Matos**, nat. da freg. de N. Sra. da Estrela da vila da Ribeira Grande, Ilha de São Miguel, Açores, filho de Manuel Ferreira e Maria Rodrigues da Ponte, c.c. Nazária Guimarães (Serinhaém, PE), filha de Lourenço Guimarães e Maria Martins de Azevedo, a 25 de abril de 1731.

6 - **Antonio Furtado dos Santos**, nat. do norte da Ilha de São Miguel, Açores, filho de Antonio Rodrigues Ferreira e Maria Furtado de Mendonça, c.c. Ana Maria Barbosa (RN), filha de Manuel Rodrigues Coelho e Inês Barbosa, a 14 de julho de 1753.

7 - **Antonio José de Andrade**, nat. da vila de Valença, filho de João Cunha e Isabel de Andrade, c.c. Ana Maria da Trindade (CE), filha de Domingos da Cunha Linhares e Dionísia Alves Linhares, a 23 de fevereiro de 1784.

8 - **Antonio José dos Santos**, nat. da freg. de São Salvador do Monte, conc. de Amarante, filho de Bento Antonio dos Santos e Mariana Francisca, c.c. Rita Maria do Nascimento (CE), filha de Gregório Pires Chaves e Ana Maria da Assunção, a 31 de março de 1787.

9 - **Antonio Machado de Siqueira**, nat. da freg. de Barros, conc. de Vila

Verde, filho de André Ferreira e Luzia Machado, c.c. Inácia Josefa de Jesus (Cabo, PE), filha de João Lins de Albuquerque e Rosa Maria Ferreira, a 4 de outubro de 1751.

10 - **Antonio Manuel Álvares**, nat. da vila de Melgaço, filho de Francisco Álvares Martins e Maria Gomes de Freitas, c.c. Inês Maria de Jesus (CE), filha de Gregório Pires Chaves e Ana maria da Assunção, a 20 de maio de 1758.

11 - **Antonio Marques Leitão**, nat. da freg. de Sobral da Lagoa, conc. de Óbidos, filho de Simão Leitão e Maria Diniz, c.c. Apolonia da Costa, (CE), filha de Nicolau da Costa Peixoto e Paula de Sá.

12 - **Antonio Martins Viana**, nat. da freg. de Marinhãs, conc. de Esposende, filho de Manuel Francisco e Maria da Costa, c.c. Gertrudes Teresa Inácia (RN), filha de Félix José de Sousa Oliveira e Tecla Rodrigues Pinheiro, a 6 de novembro de 1787. Gertrudes é irmã do Padre Mororó.

13 - **Antonio Ribeiro Guimarães**, nat. da freg. de Passos, conc. de Cabeceiras de Basto, filho de Matias Rodrigues (nat. de Moreira de Rei, Fafe) e Margarida Ribeiro, c.c. Cecília da Costa (CE), filha de Nicolau da Costa Peixoto e Paula de Sá, a 12 de julho de 1746.

14 - **Antonio Carlos da Cunha**, nat. de Viana do Castelo, filho de Antonio da Cunha Soto Maior e Rosa Maria da Graça, c.c. Felipa de Sousa (BA), filha de Francisco Xavier Pereira de Brito e Micaela de Sousa.

15 - **Belchior Correia de Carvalho**, nat. da freg. da Requião, conc. de Vila Nova de Famalicão. Não contraiu matrimônio, mas viveu maritalmente com Úrsula de Albuquerque, nat. de Goiana, PE, e posteriormente com Lucrécia da Silva, índia solteira da serra da Ibiapaba. (cf. "Cronologia Sobralense", vol. 1, p. 37).

16 - **Bento de Freitas Rabelo**, nat. da freg. de Santa Eulália da vila de Fafe, filho de Jerônimo de Freitas e Catarina de Freitas, c.c. Helena Maria de Jesus (CE), filha de João Fernandes Neto e Maria Fiesca, a 9 de novembro de 1738.

17 - **Bento José de Moura**, nat. da vila de Montalegre, filho de Manuel de Moura e Isabel Gonçalves, c.c. Francisca Viriato de Medeiros (Sobral), filha de Antonio Viriato de Medeiros (PE), e Rita de Castro e Silva, a 21 de janeiro de 1833.

18 - **Bento Pereira Viana**, nat. de Viana do Castelo, filho de João de Lima e Joana Pereira, c.c. Bernarda de Sá Cavalcante, filha de Domingos Alves Ribeiro e Bernarda de Sá, a 8 de abril de 1740.

19 - **Bernardo Pereira de Oliveira**, nat. da cidade do Porto, filho de Domingos Vieira e Teresa Caetana, c.c. Maria de Sousa, filha de José de Sousa e Antonia Ferreira, a 1 de setembro de 1749.

20 - **Caetano Soares Monteiro**, nat. da freg. de Amoreira, conc. de Óbidos, filho de Simão Marques Leitão e Catarina Soares Monteiro (naturais da freg. de Sobral da Lagoa, conc. de Óbidos), c.c. Luísa Ferreira (CE), filha natural de Manuel Ferreira Fonteles e Maria Fernandes, índia solteira, a 26 de novembro de 1733.

21 - **Cristóvão Nunes Vieira**, nat. da freg. de Eja, conc. de Penafiel, filho de João Nunes e Maria Luísa Vieira, c.c. Maria de Jesus Teresa (CE), filha de Francisco Doeiro de Carvalho e Catarina Álvares de Sousa, em 1777.

22 - **Custódio da Costa Araújo**, nat. da freg. de São João de Rei, conc. de Póvoa de Lanhoso, c.c. Teresa de Jesus Maria, natural do Recife. (Cfr. "Cronologia Sobralense", vol. 2, p. 42).

23 - **Custódio José Correia e Silva**, nat. da freg. de São José de São Lázaro da cidade de Braga, filho de Domingos José Correia e Antonia Teresa da Silva, c.c. Maria Carolina de Sabóia (Sobral), filha de Vicente Maria de Sabóia e Maria Clara da Conceição, a 26 de fevereiro de 1816.

24 - **Diogo Alves Pereira**, nat. da cidade de Braga, filho de Diogo Alves e Senhorinha Gonçalves, c.c. Francisca Tomásia Vasconcelos (CE), filha de Tomás Ferreira Veras e Joana da Costa, a 3 de outubro de 1751.

25 - **Diogo Henrique de Siqueira**, nat. da freg. de Campolidade da cidade de Lisboa, filho de Manuel Francisco da Siqueira e Bernardina de Jesus Siqueira. Casou duas vezes. A 1ª, com Inácia Francisca das Chagas, filha adotiva do capitão Luiz Francisco Braga e Margarida Francisca das Chagas, a 2 de julho de 1827. A 2ª, com Josefa Avelina da Silva, filha de Anselmo Barros Silva e Inácio Maria dos Anjos, a 21 de julho de 1864.

26 - **Dionísio Alves Linhares**, nat. da freg. de Cossourado, conc. de Paredes de Coura, filho de Domingos Alves e Margarida Alves, c.c. Rufina Gomes de Sá (RN), filha de Francisco Gomes e Maria Gomes de Sá.

27 - **Domingos Álvares Magalhães**, nat. da freg. de São Clemente da vila de Celorico de Basto, filho de Francisco Gonçalves e Margarida Magalhães, c.c. Clara da Silva Medeiros, filha de Matias Pereira de Carvalho e Micaela da Silva, a 21 de maio de 1742.

28 - **Domingos Álvares Pereira**, nat. de freg. de Miragaia da cidade do Porto, filho de Manuel Álvares Vieira e Maria Pereira, c.c. Bertolosa Correia (CE), filha de Belchior Correia de Carvalho e Úrsula de Albuquerque, solteira, natural de Goiana, PE.

29 - **Domingos Alves Ribeiro**, nat. de freg. São Clemente da vila de Celorico de Basto, c.c. Ana de Sá Cavalcante, nat. do Recife.

30 - **Domingos Bessa Guimarães**, nat. de freg. de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, filho de Evaristo José Teixeira e Luzia Carneiro de Bessa, c.c. Guilhermina Rodrigues Pimentel (Sobral-CE), filha de João Rodrigues Pimentel e Isabel Leal dos Santos, a 14 de abril de 1858.

31 - **Domingos da Cunha Linhares**, nat. da freg. de Linhares, conc. de Paredes de Coura, filho de Jacinto Gonzalez, (nat. de Aldán, Cangas de Morrazo, Galiza, Espanha) e Suzana de Araújo, c.c. Dionísia Alves Linhares (RN), filha de Dionísio Alves Linhares e Rufina Gomes de Sá, a 9 de janeiro de 1736, do RN.

32 - **Domingos Ferreira Gomes**, nat. da vila de Cadaval, filho de Valentim Ferreira e Isabel da Assunção, c.c. Maria Alves Pereira, filha Matias Pereira de Carvalho e Micaela da Silva, a 6 de Outubro de 1750. (Ver Félix Ribeiro da Silva).

33 - **Domingos Francisco Braga**, nat. da freg. de São Vitor da cidade de Braga, filho de Manuel Francisco e Mariana Francisca, c.c. Elena Ferreira Cunha (CE), filha de Pedro Barroso Valente e Ana Ferreira da Cunha, sua primeira mulher.

34 - **Domingos Gonçalves Carneiro**, nat. da freg. de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, filho de Antonio Gonçalves e Felipe Carneiro, c.c. Maria da Costa Ferreira Amorim, filha de Rodrigo da Costa Araújo e Juliana Ferreira de Barros, a 1 de janeiro de 1732.

35 - **Domingos Gonçalves Lemos**, nat. da freg. de Barqueiros, conc. de Barcelos, filho de Domingos Gonçalves de Azevedo e Maria Lopes, c.c. Francisca Correia, filha de Belchior Correia de Carvalho e Lucrécia da Silva,

india solteira, a 10 de maio de 1742.

36 - **Domingos José Braga**, nat. da freg. de Escudeiros, conc. de Braga, filho de Manoel Nunes e Maria Nunes, c.c. Teresa Maria Pinto (CE), filha de Miguel Pinto de Mesquita e Domingas Pinto Santiago, a 15 de outubro de 1767. Tronco da família Pinto Braga.

37 - **Domingos de Paiva Dias**, nat. da freg. de São Mamede da vila de Valongo, filho de Manoel de Paiva Lagartão e Maria Oliveira Dias, c.c. Maria de Oliveira Vasconcelos, filha de Sebastião Paes (PE) e Maria dos Prazeres.

38 - **Domingos Rodrigues Chaves**, nat. da freg. de Santa Leocádia, conc. de Chaves, filho de Pedro Gonçalves e Isabel Pires de Aguiar, c.c. Teresa de Jesus Maria (CE), filha de Francisco Moreira de Sousa (nat. da freg. de Ataíde, conc. de Amarante) e Mariana Lobo de Macedo, a 30 de novembro de 1741.

39 - **Domingos Rodrigues Lima**, nat. da freg. da Cabração, conc. de Ponte de Lima, filho de José Vaz e Justa Afonso, c.c. Maria Soledade, filha de Domingos da Cunha Linhares e Dionísia Alves Linhares, a 16 de setembro de 1762.

40 - **Domingos Rodrigues Peniche**, nat. da freg. N. Sra. da Ajuda da vila de Peniche, c.c. Inês Barbosa (RN). (Ver Manuel Rodrigues Coelho).

41 - **Domingos Ferreira Pinto**, nat. da freg. de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, filho de Domingos Velhos da Cruz e Maria Ferreira, casou duas vezes. A 1ª, com Francisca da Fonseca. A 2ª, com Teresa de Jesus Vasconcelos (PB), filha de Cosme Frazão de Figueiroa e Maria de Vasconcelos Coelho, a 25 de novembro de 1733.

42 - **Domingos Teixeira Magalhães**, nat. da freg. de Redondelo, conc. de Chaves, c.c. Clemência Ferreira, filha de José Vaz e Maria Vaz, a 25 de agosto de 1754.

43 - **Fuastino Correia da Costa**, nat. da vila de Santarém, filho de Fradique Correia da Costa e Peula Pereira de Abreu, c.c. Grácia Gonçalves, filha de Domingos Rodrigues Peniche e Inês Barbosa, a 9 de outubro de 1741.

44 - **Félix da Cunha Linhares**, nat. da freg. de Linhares, conc. de Paredes de Coura, filho de Agostinho da Cunha e Ana de Araújo, c.c. Maria de Sá

(CE), filha de Leonardo de Sã e sua mulher.

45 - **Félix Ribeiro da Silva**, nat. da freg. de Fojo Lobal, conc. de Ponte de Lima, filho de Felipe da Silva (nat. da freg. de Souto de Rebordões, Ponte de Lima) e Francisca Pereira. Casou duas vezes. A 1ª, com Maria Alves Pereira, viúva de Domingos Ferreira Gomes e filha de Matias Pereira de Carvalho e Micaela da Silva Medeiros, a 22 de julho de 1766. A 2ª, com Francisca Libânia da Silva (CE), filha de Luis da Silva Fialho (nat. de Turquel, Alcobaça) e Inês Maria de Jesus, a 8 de julho de 1832. Tronco da família Ribeiro da Silva.

46 - **Francisco da Cunha Araújo**, nat. da freg. de Linhares, conc. de Paredes de Coura, filho de Agostinho da Cunha e Ana de Araújo, c.c. Francisca de Andrade (RN), filha de Antonio José de Andrade e Ana Maria da Trindade. Deixou descendência com outras mulheres.

47 - **Francisco de Faria Almeida**, nat. da freg. de Aves, conc. de Vila Nova de Famalicão, filho de Francisco de Faria Almeida e Emerência de Jesus Magalhães, c.c. Ana Maria, filha de Manuel Ferreira Fonteles e Maria Pereira, a 22 de julho de 1753.

48 - **Francisco José Antonio Borges**, nat. da Ilha de São Miguel, Açores, filho de João José Borges da Costa e Clara Francisca Resende, c.c. Teresa Craveiro, filha de José Craveiro Ferraz e Paula Correia de Carvalho, a 21 de outubro de 1782.

49 - **Francisco Lourenço Gomes**, nat. da freg. de Bandeiras, conc. de Madalena, Ilha do Pico, filho de Francisco Lourenço e Luísa Rodrigues, c.c. Suzana Maria de Araújo, filha de Domingos da Cunha Linhares e Dionísia Alves Linhares, a 20 de junho de 1759.

50 - **Francisco Machado Freire**, nat. da freg. de Cerdeira, conc. de Arganil, filho de Manuel José Alves e Custódia Machado Freire, c.c. Quitéria maria de Jesus, filha de Inácio Gomes Parente e Francisca de Araújo Costa, a 1 de fevereiro de 1814.

51 - **Francisco Pinheiro do Lago**, nat. da freg. do Lago, conc. de Amares, casou duas vezes. A 1ª, com Josefa Ferreira de Oliveira, filha de João Ferreira de Melo e Laureana Ferreira de Oliveira. A 2ª, com Francisca Lopes Farias, filha de João Lopes Cabreira e sua mulher.

52 - **Francisco Pinheiro Teixeira**, nat. da vila de Penafiel, c.c. Maria da Conceição Barros, filha de Manuel Rodrigues Coelho (RN) e Isabel de Barros. Teve 12 filhos, entre os quais Tecla Rodrigues Pinheiro, avó paterna do Pe. Mororó, e de Tomás de Aquino de Sousa, pai do Senador Pompeu.

53 - **Francisco do Rego Baldaia**, nat. da freg. de Relva, conc. de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores, filho de Tomé do Rego Baldaia e Maria Alves de Sousa, c.c. Ana Pereira, viúva de Dionísio Madeira, a 7 de janeiro de 1734.

54 - **Francisco Rodrigues Coimbra**, nat. da freg. de Foz do Arelho, conc. de Caldas da Rainha, filho de Antonio Dias e Josefa Rodrigues, c.c. Ana Ferreira, filha de Manoel Ferreira Torres e Quitéria Correia.

55 - **Francisco Rodrigues da Cruz**, nat. da freg. de Carção, conc. de Vimioso, filho de Domingos Rodrigues Mercador e Josefa Rodrigues, c.c. Inácia Maria de Jesus, filha de José Mendes Machados e Antonia Maria Lopes Leitão, a 11 de abril de 1765. (Cfr. "Cronologia Sobralense", vol. 1, p. 159).

56 - **Gabriel Cristóvão de Menezes**, nat. da freg. de Faial, conc. de Santana, distrito de Funchal, Ilha da Madeira, filho de Antonio Muniz Barreto e Teodora Teles de Menezes. Casou duas vezes. A 1ª, com Bernarda Correia de Araújo, filha de Brás Correia de Araújo e Ana da Rocha Sampaio, a 19 de junho de 1730. A 2ª, com Rosa Santa Maria Lins (PE), filha de João Lins de Albuquerque e Rosa Maria Ferreira, a 29 de outubro de 1763.

57 - **Gaspar Rodrigues Pantoja**, nat. da freg. de Santa Catarina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, Algarve, filho de Antonio Gonçalves Zorro e Catarina Correia e viúvo de Maria José de Moraes, c.c. Ana Ribeiro Guimarães, filha de Antonio Ribeiro Guimarães e Cecília da Costa, a 3 de fevereiro de 1763.

58 - **Gregório Pires Chaves**, nat. da freg. de Santo Estêvão de Faiões, conc. de Chaves, filho de Gregório Pires e Domingas Gomes, c.c. Ana Maria da Assunção, filha de Manoel Nunes e Maria Madalena, a 23 de agosto de 1752.

59 - **Inácio Gomes Parente**, nat. da freg. de São Martinho de Mouros, conc. de Resende, filho de Manoel Gomes e Catarina Lopes. Casou duas vezes. A 1ª, com Francisca de Araújo Costa, filha de José de Araújo Costa e Brites de Vasconcelos, a 24 de novembro de 1777. A 2ª, com Maria Joaquina

da Silva, filha de Luis da Silva Fialho e Inês Maria de Jesus, a 19 de agosto de 1830.

60 - **Jerônimo de Freitas Guimarães**, nat. da freg. de Rendufe, conc. de Guimarães, filho de Manuel de Freitas e Custódia Francisca. Casou duas vezes. A 1ª, com Francisca Pinheiro do Lago, filha de Francisco Pinheiro do Lago e Josefa Ferreira de Oliveira. A 2ª, com Rita Maraia do Esp. Santo, filha de José Gonçalves de Melo e Maria José do Amparo (PE) a 10 de maio de 1786.

61 - **Joaquim Domingues da Silva**, nat. de Vila Nova da Gaia, filho de Luis Domingues da Silva e Josefa Francisca, c.c. Florência Maria de Jesus, filha de Inácio Gomes Parente e Francisca de Araújo Costa, a 11 de fevereiro de 1806.

62 - **Joaquim Lopes dos Santos**, naturalidade incógnita, filho de João Lopes e Maria Alves, c.c. Ana Joaquina Ferreira, filha de João José Ferreira (Taipu-PB) e Rita Teresa de Jesus. Faleceu em Sobral a 6 de setembro de 1877.

63 - **Jorge Machado Teixeira**, nat. da Ilha de São Jorge, Açores, filho de Manuel Machado Teixeira e Ana maria, c.c. Francisca Maria da Penha, filha de Graciano Mendes da Rocha e Teresa Maria de Jesus, a 6 de dezembro de 1814.

64 - **João Alves Fontes**, nat. da freg. de Portela, conc. de Arcos de Valdevez, filho de José Alves e Serafina Dias, c.c. Ana Dias (CE), filha de Sebastião Dias Madeira e da índia solteira Maria, a 20 de fevereiro de 1734.

65 - **João Barroso**, nat. da freg. de Vilar de Cunhas, conc. de Cabeceiras de Basto, filho de João Baroso e Domingas Afonso, c.c. Margarida Marinho, filha de Luis da Costa Leitão e da índia solteira Caterina Costa, a 31 de maio de 1730.

66 - **João Francisco Perfeito**, nat. do Porto, filho de Manuel Francisco Perfeito e Ana Luísa da Costa, c.c. Anastácia de Sá Araújo, filha de José de Araújo Costa e Brites de Vasconcelos, a 3 de fevereiro de 1789.

67 - **João Gonçalves Ferreira**, nat. da freg. de Ferreira-a-Nova, conc. de Figueira da Foz, filho de João Gonçalves e Joana Rodrigues, c.c. Francisca Xavier (CE), filha de Antonio Rodrigues Magalhães (RN) e Quitéria Marques de Jesus, (filha de Antonio Marques Leitão), a 21 de novembro de 1757.

68 - **João Gonçalves Rosa**, nat. do conc. de Santa Cruz, Ilha Graciosa, Açores, filho de Manuel Luis Rosa e Maria Gonçalves, c.c. Floriana Furtado de Mendonça, filha de Francisco Furtado de Mendonça (Ilha da Madeira) e Isabel Nogueira, a 8 de fevereiro de 1738.

69 - **João José Medeiros de Albuquerque**, nat. da Ilha de São Miguel, Açores, filho de Sebastião Arruda de Albuquerque e Quitéria Margarida Leite, c.c. Francisca Maria Ribeiro, filha de Geraldo Ribeiro Barbosa (nat. de Itapitapora, MA) e Maria Furtado de Mendonça, a 5 de maio de 1794

70 - **João Luis de Abreu**, nat. da freg. de São Vitor da cidade de Braga, filho de João Garcia e Úrsula Maria de Abreu, c.c. Ana Clara da Silva, filha de Antonio José de Castro e Silva (Aracati-Ce) e Francisca Domingues da Costa (filha de Antônio da Costa Cordeiro) a 5 de agosto de 1801.

71 - **João da Mota Pereira**, nat. da freg. de Caçarilhe, conc. de Celorico de Basto, c.c. Mariana Pereira da Mota, a 26 de outubro de 1749. No assento de casamento não constam os nomes dos pais.

72 - **João Pinto de Mesquita**, nat. da freg. de Gêmeos, conc. de Celorico de Basto, filho de Simeão Pinto (nat. da freg. de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto), e Isabel Maria de Moura, c.c. Teresa de Oliveira (RN), filha de Luis de Oliveira Magalhães (SE) e Isabel Gonçalves. Povoador da ribeira do Jacurutu, Santa Quitéria.

73 - **João Rodrigues Magalhães**, nat. da freg. do Prado, conc. de Vila Verde, filho de João Lopes Rodrigues e Maria Lopes Magalhães, c.c. Grácia Ribeiro, filha de Vicente Ribeiro e Luzia da Silva, a 10 de janeiro de 1731. Fundador da fazenda Macaboqueira, berço da cidade de Granja, ribeira do Coreá.

74 - **João Rodrigues Pimentel**, nat. da freg. de Vila Marim, conc. de Vila Real, filho de Manuel Joaquim Rodrigues e Maria Quitéria, c.c. Isabel Maria da Conceição, filha de João José Ferreira (Taipu-PB) e Rita Teresa de Jesus, a 12 de novembro de 1822. Tronco da família Pimentel Gomes. Faleceu a 29 de novembro de 1834. A viúva Isabel Maria casou mais duas vezes, (cfr. "Cronologia Sobralense", Vol. 2, p. 23).

75 - **João da Silveira Dutra**, nat. da freg. de Cedros, conc. da Horta, Ilha do Faial, Açores, filho de Manoel Dutra e Josefa da Silveira. Casou duas vezes. A 1ª, com Maria Soares. Filha de Caetano Soares Monteiro e Luísa Ferreira, a 24 de novembro de 1746. A 2ª, com Maria da Conceição Araújo,

filha de Gabriel Cristóvão de Menezes e Bernarda Correia de Araújo, a 8 de setembro de 1766.

76 - **João Vieira Passos**, nat. da cidade do Porto, filho de João Vieira e Joana Pereira, c.c. Maria de Jesus, filha de Luis da Fonseca Milanez e Margarida Rabelo, solteira, a 20 de abril de 1730.

77 - **José de Agrela Jardim**, nat. da freg. de Estreito da Calheta, conc. de Calheta, Ilha da Madeira, filho de Francisco de Agrela Jardim e Isabel Maria, c.c. Mariana Francisca de Jesus, filha de Gregório Pires Chaves e Ana Maria da Assunção, em Amontada.

78 - **José de Andrade Ribeiro**, nat. da freg. de Chavão, conc. de Barcelos, filho de Manuel de Andrade e Justa Gomes, c.c. Natália da Costa, filha de Manuel Costa Silva e Maria Pinto, solteira, a 16 de janeiro de 1730.

79 - **José de Araújo Costa**, nat. da freg. do Louro, conc. de Vila Nova de Famalicão, filho de Pedro de Araújo Costa e Maria de Sá, c.c. Brites de Vasconcelos, filha de Manuel Vaz Carrasco (Ipojuca-PE) e Madalena de Sá, sua segunda mulher, a 31 de julho de 1747.

80 - **José Borges dos Santos**, nat. da Ilha Terceira, Açores, filho de José Borges Paulo e Isabel de Jesus, c.c. Micaela de Moraes, filha de Manuel Dias de Carvalho e Bárbara Cabral de Olival, a 30 de novembro de 1742.

81 - **José Craveiro Ferraz**, nat. da freguesia São João Batista da Vila de Figueiró dos Vinhos, filho de Luis Ferraz e Teresa Caetana, c.c. Paula Correia, filha de Belchior Correia de Carvalho e Lucrecia da Silva, índia solteira da Ibiapabam, a 4 de junho de 1742. Tronco da família Craveiro.

82 - **José Ferreira da Cruz**, nat. da freg. de Santa Maria da vila de Lourdes, filho de Domingos Ferreira e Josefa Maria, c.c. Luisa Pereira, filha de Cipriano Gomes e Luisa Maria.

83 - **José Gomes Coelho**, nat. da freg. de Avelãs da Ribeira, conc. de Guarda, filho de Pedro Gomes Coelho e Teresa Fernandes de Jesus. Casou duas vezes. A 1ª, com Vicência Ferreira do Monte, filha de Manuel José do Monte (PE) e Ana América Uchoa, a 25 de janeiro de 1801. A 2ª, com Simoa Maria da Soledade, filha de Domingos Rodrigues Lima e Maria da Soledade, a 21 de julho de 1804. Tronco das famílias Gomes Coelho e Monte Coelho.

84 - **José de Lima Meira**, nat. de freg. de Arcozelo, conc. de Barcelos, filho de Marçal de Lima e Inês de Maria, c.c. Maria de Lira, filha de Luis Gonçalves e Luísa Rodrigues, solteira, a 16 de janeiro de 1730.

85 - **José Rodrigues Leitão**, nat. da freg. de Sobral da Lagoa, conc. de Óbidos, nascido em julho de 1698, filho de Manuel Leitão e Maria Ferreira, c.c. Lusía Machado Freire, filha de tenente José Machado Freire e da índia solteira Faustina, na capela do Parazinho. Veio residir na fazenda Gravatá, ribeira do Groaíras.

86 - **José Soares da Costa**, nat. da freg. de Mariz, conc. de Barcelos, filho de Antonio Soares da Costa e Maria Rodrigues, c.c. Albina Pinto, filha de João Pinto de Mesquita e Teresa de Oliveira, a 11 de novembro de 1772.

87 - **José Vicente Alves Monteiro**, nat. de Lisboa, filho de Alexandre José Alves Monteiro e Ana Maria, c.c. Luisa Lopes, filha de Vicente Lopes Freire e Ana Maria da Conceição, a 19 de setembro de 1786.

88 - **Luis da Silva Fialho**, nat. da freg. de Turquel, conc. de Alcobaça, filho de Antonio da Silva Fialho e Maria Josefa, c.c. Inês Maria de Jesus, filha de Antonio Álvares de Sá e Isabel de Barros, a 17 de setembro de 1789. Tronco da família Fialho.

89 - **Manuel de Almeida**, nat. da Ilha de São Miguel, Açores, filho de Manuel de Almeida e Isabel de Almeida, c.c. Clemência Maria, filha de Fradique Correia da Costa (RN) e Paula Ferreira, a 20 de abril de 1749.

90 - **Manuel Álvares Pereira**, nat. da freg. de Miragaia da cidade do Porto, filho de Manuel Álvares Vieira e Maria Pereira, c.c. Maria Gonçalves, filha de Manuel Gonçalves e Antonia Carneiro, a 14 de fevereiro de 1763. É irmão de Domingos Álvares Pereira.

91 - **Manuel de Araújo e Sá**, nat. da freg. do Louro, conc. de Vila Nova de Famalicão, filho de Pedro de Araújo Costa e Maria de Sá, c.c. Ana Maria, filha de Jerónimo Fernandes Jorge e Mariana Barbosa Álvares, a 6 de maio de 1753.

92 - **Manuel Augusto Cesar de Moura**, desconheço a naturalidade, filho de João José Batista da Mota e Maria Rita da Conceição Moura, c.c. Francisca Jesuína de Albuquerque, filha de Domingos Jesuíno de Albuquerque e Maria Teodoro de Albuquerque, a 3 de novembro de 1865.

93 - **Manuel Cardoso**, nat. de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, filho de Antonio Cardoso e Margarida Rocha, c.c. Laureana Pereira de Abreu, filha de Cosme Pereira Vidal e Margarida Soares, a 20 de junho de 1730.

94 - **Manuel Carlos de Vasconcelos**, nat. da vila de Cabeceiras de Basto, filho de Carlos Manuel de Vasconcelos e Antonia Maria Luisa, c.c. Joana Correia da Silva, filha de Antonio Correia Peixoto e Maria da Silva de Moraes, a 5 de outubro de 1735. Povoaou a região do atual município da Cruz.

95 - **Manuel Coelho Ferreira**, nat. da freg. de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, filho de José Coelho e Maria Coelho, c.c. Jacinta Pereira Marinho, filha de João Barroso e Margarida Marinho.

96 - **Manuel da Cunha Linhares**, nat. da freg. de Linhares, conc. de Paredes de Coura, filho de Pedro José da Cunha e Maria da Cunha Araújo, c.c. Luíza da Costa Araújo, filha de José da Costa e Sá e Josefa Maria de Jesus.

97 - **Manuel Dias Teixeira**, nat. da freg. de Paradas de Cunhos, conc. de Vila Real, c.c. Apolinária Dias Pereira. São os pais de Ana Dias que casou com Joaquim de Figueiredo, filho de Antonio de Sá Barroso e Inês de Vasconcelos. (Cf. "Cronologia Sobralense", vol. 1, p. 323).

98 - **Manuel Ferreira Fonteles**, nat. da freg. de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, filho de Domingos Velho da Cruz e Maria Ferreira. Casou duas vezes. A 1ª, com Maria Pereira, filha de Francisco Pereira Brandão e sua mulher. A 2ª, com Rosaura Maria de Barros, viúva de Bento de Barros, a 29 de maio de 1752. É chamado o Adão do Vale do Acaraú, por causa de sua enorme descendência.

99 - **Manuel Ferreira Torres**, nat. da freg. de Cristelo, conc. de Paredes, distrito do Porto, filho de João Carvalho Torres e Maria Ferreira, (nat. de Vila Nova da Gaia), c.c. Quitéria Correia, filha de Belchior Correia de Carvalho e Lucrecia da Silva, índia solteira, a 17 de junho de 1737.

100 - **Manuel Lourenço da Costa**, nat. da freg. de Duas Igrejas, conc. de Penafiel, filho de Manuel Lourença da Costa e Suzana Lourença. Casou duas vezes. A 1ª, com Ana Maria de Vasconcelos, filha de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, a 5 de outubro de 1767. A 2ª, com Sebastiana Ximenes Aragão, filha de Tomás Ximenes Aragão (Goiana-PE) e Margarida Nunes Barbosa, a 12 de novembro de 1788.

101 - **Manoel Madeira de Matos**, nat. da freg. de Anseriz, conc. de Arganil, filho de José Madeira (nat. da freg. de Avô, conc. de Oliveira do Hospital), e Ágeuda de Matos, c.c. Francisca de Albuquerque Melo, filha de Antonio de Albuquerque Melo (Sirinhaém-PE) e Luzia de Albuquerque Guimarães (filha do alferes açoriano Lourenço Guimarães de Azevedo) a 16 de abril de 1738.

102 - **Manuel Pinto de Macedo**, nat. da freg. de Vila Verde, conc. de Alijó, filho de José de Macedo e Lourença Rodrigues, c.c. Maria Madalena Mesquita, filha de João Pinto de Mesquita e Teresa de Oliveira, a 22 de agosto de 1751.

103 - **Manuel Pereira Pinto**, nat. da freg. de Cedofeita da cidade do Porto, c.c. Floriana Coelho de Moraes, filha de Bento Coelho de Moraes e Vitória Teixeira.

104 - **Manuel Vieira de Carvalho**, nat. da freg. e Rossas, conc. de Vieira do Vinho, filho de Antonio de Carvalho e Tereza Vieira, c.c. Vicência Lopes, filha de Domingos Gonçalves Lemos e Francisca Correia, a 6 de outubro de 1762.

105 - **Mateus Conde de Barreto Almada**, nat. da freg. de Seda, conc. de Alter do Chão, filho de Manuel Figueira e Ana Conde, c.c. Maria Lourença, filha de Antonio de Sá Barroso e Inês de Araújo Vasconcelos, a 21 de agosto de 1757.

106 - **Mateus Mendes de Vasconcelos**, nat. da freg. de Travanca, conc. de Amarante, filho de Mateus Mendes e Ana de Carvalho, c.c. Maria Ferreira Pinto, filha de Manuel Ferreira Fonteles e Maria Pereira, a 19 de setembro de 1743.

107 - **Matias Pereira de Carvalho**, nat. da cidade do Porto, c.c. Micaela da Silva Medeiros, filha de Tomás Pereira Veras (Igarassu-PE) e Joana da Costa Medeiros. Residia na ribeira do Coreá.

108 - **Matias da Silva Bonito**, nat. da freg. de São Lourenço da vila de Portalegre, filho de Manuel Rodrigues e Maria Gomes, c.c. Ana Carvlaho da Conceição, filha de Manuel Carvalho Cunha e Domingas Freira Machado.

109 - **Miguel Fernandes Lima**, nat. da freg. de Sanfins, conc. de Valença, filho de Agostinho Fernandes e Serafina de Lima, c.c. Mariana Pinheiro do Lago, filha de Francisco Pinheiro do Lago e Josefa Ferreira de Oliveira.

110 - **Nicolau da Costa Peixoto**, nat. da freg. de São Tiago da Vila de Soure, c.c. Paula de Sá, filha de Lenardo de Sá e sua mulher. (Cfr. "Cronologia Sobralense", vol 1, p. 154).

111 - **Pedro de Araújo Costa**, nat. da freg. do Louro, conc. de Vila Nova de Famalicão, filho de Pedro de Araújo Costa e Maria de Sá, c.c. Maria José de Jesus, filha de Quintiliano Dias Leitão e Bibiana Ferreira Fonteles.

112 - **Pedro Barroso Valente**, nat. da freg. de São Vitor da cidade de Braga. Casou duas vezes. A 1ª, com Ana Ferreira da Cunha. A 2ª, com Maria Moreira de Sousa, filha de Francisco Moreira de Sousa e Maraina Lobo de Macedo.

115 - **Pedro Coelho Pinto**, nat. da freg. de São Martinho da vila de Montemor-o-Velho, c.c. Romualda Cavalcante de Albuquerque (nat. do Cabo-PRE).

114 - **Rodrigo da Costa Araújo**, nat. da freg. de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, c.c. Juliana Ferreira Barros, filha de Matis Vital de Negreiros e Clara de Araújo Sampaio.

115 - **Sebastião Dias Madeira**, nat. da vila de Montalegre, c.c. Maria de Vasconcelos. Residia na fazenda Curimatã. Teve vários filhos naturais.

116 - **Sebastião Pereira Bahia**, nat. da freg. de Salto, conc. de Montalegre, filho de João Lopes Pereira e Maria Pereira Bahia, c.c. Isabel Maria Lisboa, filha de José Luis Lisboa e Catarina de Oliveira, a 28 de dezembro de 1733. Residia na fazenda Fome.

117 - **Tomás Antonio Pessoa de Andrade**, nat. da freg. de Rabaçal, conc. de Penela, filho de Feliciano Pessoa de Andrade, (nat. da freg. de Podentes, do mesmo concelho) e Maria Teresa de Macedo. Casou duas vezes. A 1ª, com Francisca Maria de Jesus, filha de João Carvalho da Mota e Maria Pereira. A 2ª, com Maria José Chaves (irmã de Francisco Rodrigues Chaves). Residia na Granja, (CE). Pai do Senador Paula.

118 - **Tomás da Silva Porto**, nat. da cidade do Porto, filho de Mateus da Silva e Francisca de Sousa, c.c. Nicácia Alves Pereira, filha de Matias Pereira de Carvalho e Micaela da Silva Medeiros, a 18 de maio de 1738.

119 - **Vicente Lopes Freire**, nat. da cidade de vila do Conde, filho de Vicente Lopes Freire e Francisca Lopes (da freg. de Azurara, conc. da dita

Vila do Conde), c.c. Ana Maria da Conceição, filha de Antonio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, a 25 de julho de 1757.

120 - **Vitoriano Gomes da Frota**, nat. da freg. de N. Sra. da Ajuda da vila de Peniche, filho de Paulino da Frota e Maria Gomes Frazão, c.c. Maria Gomes de Sá (RN), filha de Francisco Gomes e Maria Gomes de Sá, a 8 de junho de 1733, na capela de Santo Antônio de Potengi, RN.

APÊNDICE

Aos 23 dias do mes de Outubro do anno de 1651 Recebemos a testemunha
 de Maria ota filha do Sr. Simão Leitão e da Sr. Maria Dinis
 de quem se fez o casamento de Maria ota e do Sr. Simão Leitão
 de quem se fez o casamento de Maria ota e do Sr. Simão Leitão
 de quem se fez o casamento de Maria ota e do Sr. Simão Leitão
 de quem se fez o casamento de Maria ota e do Sr. Simão Leitão

Termo de casamento de Simão Leitão e Maria Dinis, avós paternos de Quitéria Marques de Jesus. 02.Out.1651

Aos 05 dias do mes de Fevereiro do anno de 1659 Recebemos a testemunha
 de Antonio Marques Leitão filho do Sr. Simão Leitão e da Sr. Maria Dinis
 de quem se fez o casamento de Antonio Marques Leitão e da Sr. Maria Dinis
 de quem se fez o casamento de Antonio Marques Leitão e da Sr. Maria Dinis
 de quem se fez o casamento de Antonio Marques Leitão e da Sr. Maria Dinis

Termo de bastismo de Antonio Marques Leitão, filho do casamento acima transcrito. 05.Fev.1659. Pai de Quitéria.

Aos 02 dias do mes de Dezembro do anno de 1696 Recebemos a testemunha
 de Domingos da Cunha Linhares filho do Sr. Domingos da Cunha Linhares
 de quem se fez o casamento de Domingos da Cunha Linhares e da Sr. Maria Dinis
 de quem se fez o casamento de Domingos da Cunha Linhares e da Sr. Maria Dinis
 de quem se fez o casamento de Domingos da Cunha Linhares e da Sr. Maria Dinis

Termo de batismo de Domingos da Cunha Linhares - 02.Dez.1696

Para complementar as informações genealógicas contidas neste livro com relação às famílias-tronco escolhidas por amostragem, procuro provar, neste apêndice, como são freqüentes os casamentos endogâmicos entre os descendentes destes primeiros grupos familiares que povoaram a ribeira do Acaraú.

Também, por amostragem e por me ser mais fácil, escolhi o estudo de minha própria ascendência, o que poderia ser feito também por qualquer um outro descendente para chegar ao mesmo resultado: encontra facilmente a ocorrência da endogamia primitiva entre nós. E nem poderia ser de outra maneira, pois a emigração portuguesa para esta ribeira concentrou-se na primeira metade do século XVIII, passando a rarear na segunda metade e cessando completamente a partir do início do século seguinte, salvo uma que outra exceção comprobatória da regra.

Qualquer pessoa branca, oriunda do Vale do Acaraú que se der ao trabalho de levantar sua própria árvore genealógica ascendente, recolher-se-á descendentes de um desses avoengos comuns. Na realidade, toda a população desta região está ligada por laços de parentesco e constitui uma só imensa comunidade familiar. Apesar da diversificada colateralidade posterior, intensificada nos tempos atuais pela grande mobilização social provocada pelos modernos meios de transporte, o Vale do Acaraú ainda conserva a admirável homogeneidade de sua população.

Como conviveu pacificamente com os mais diversos povos, em seu próprio território continental e no além-mar, o português soube também adaptar-se ao nosso sertão, sem perder, porém, suas características próprias, assimiladas da vida rural ou litorânea originária.

Nunca fomos uma sociedade fechada, por isso nossa endogamia não foi influenciada por segregação de raças, por preconceitos de castas, por tabus sexuais ou por motivações religiosas, mas surgiu espontaneamente dos

Continuamos hoje a ser uma grande família regional, unida pelos liames do sangue, da fé, da fraternidade, dos costumes e dos anseios comuns de paz e prosperidade. É este o património maior que herdamos de nossos ancestrais portugueses, raízes profundas que sustentam a árvore frutífera de nossa cultura e de nossa civilização tipicamente luso-sertaneja.

DE COMO DESCENDO DE DOMINGOS DA CUNHA LINHARES (3)

1 - **Amaro de Menduiña**, espanhol de Aldán, Cangas de Morrazo, Galiza, c.c. Maria González. Pais de

2 - **Hacinto González de Menduiña**, espanhol de Aldán, c.c. Suzana da Cunha Araújo, portuguesa de Linhares, Paredes de Coura, a 25 de janeiro de 1696. Pais de

3 - **Cap. Domingos da Cunha Linhares**, nascido em Linhares, Portugal, em 1696, c.c. Dionísia Alves Linhares, natural de Natal, Rio Grande do Norte, a 9 de janeiro de 1736. Pais de

4 - **Josefa Maria de Jesus**, c.c. Felipe Gomes da Frota, a 11 de agosto de 1771. Pais de

5 - **Inácio Gomes da Frota**, c.c. Ana Joaquina de Vasconcelos, a 28 de dezembro de 1806. Pais de

6 - **Galdino Gomes da Frota**, nascido a 8 de novembro de 1808, c.c. Maria do Livramento Vasconcelos, sua segunda mulher, a 5 de junho de 1855. Pais de

7 - **Teresa de Jesus Frota**, c.c. Antonio Nabuco de Araújo, a 27 de janeiro de 1883. Pais de

8 - **Galdino Orlando de Araújo**, nascido em Sobral a 13 de novembro de 1887, c.c. Rita Albuquerque de Araújo, a 19 de outubro de 1912.

9 - **Pe. Francisco Sadoc de Araújo**, nascido em Sobral a 17 de dezembro de 1931.

DE COMO DESCENDO DO CAPITÃO JOSÉ DE ARAÚJO COSTA (3)

1 - **Domingos de Araújo**, natural de Camposinhos, freguesia de Viatodos, concelho de Barcelos, Portugal, casado com **Maria da Costa**. Pais de

2 - **Pedro de Araújo**, natural de Viatodos e ali casado a 12 de janeiro de 1714 com **Maria da Costa e Sá**, natural de Estufe, freguesia de Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão. Pais de

3 - **Cap. José de Araújo Costa**, nascido a 30 de junho de 1724 em Estrufe, freguesia de Louro, e casado, no Curato do Acaraú, com **Brites de Vasconcelos**, a 31 de julho de 1747. Pais de

4 - **Ana Maria de Jesus**, casada com **João de Sousa Uchoa** a 15 de agosto de 1771. Pais de

5 - **Rita de Sousa Uchoa**, casada com **Joaquim Ferreira Fonteles de Jesus**, a 28 de julho de 1800. Pais de

7 - **João Adeodato Carneiro**, casado com Francisca Cândida Carneiro a 18 de janeiro de 1854. Pais de

8 - **Bruno Ferreira de Albuquerque**, casado com Amáris Amélia de Albuquerque a 1 de dezembro de 1883. Pais de

9 - **Rita Albuquerque de Araújo**, casada com Galdino Orlando de Araújo a 19 de outubro de 1912. Pais de

10 - **Pe. Francisco Sadoc de Araújo**.

COMO DESCENDO DE MANOEL FERREIRA FONTELES (3)

Pelo lado paterno:

1 - **João Velho**, natural da Casa do Fontelo, Meixomil, concelho de Paços de Ferreira, Portugal, casado com Maria Antonia. Pais de

2 - **Domingos Velho da Cruz**, casado em Meixomil com Maria Ferreira Pinto a 7 de janeiro de 1683. Pais de

3 - **Manoel Ferreira Fonteles**, nascido a 7 de março de 1687 em Meixomil

4 - **Bibiana Ferreira**, nascida a 10 de dezembro de 1742 em Tucunduba e casada com Quintilano Dias Leitão a 10 de agosto de 1756. Pais de

5 - **Maria José de Jesus**, casada com Pedro de Araújo Costa. Pais de

6 - **Joaquim de Araújo Costa**, casado com Joana Maria do Nascimento a 20 de setembro de 1805. Pais de

7 - **Vicente Ferreira de Araújo**, casado com Teresa Rosalina de Vasconcelos a 7 de janeiro de 1743. Pais de

8 - **Antonio Nabuco de Araújo**, casado com Teresa de Jesus Frota a 27 de janeiro de 1883. Pais de

9 - **Galdino Orlando de Araújo**, casado com Rita Albuquerque de Araújo a 19 de novembro de 1912. Pais de

10 - **Pe. Francisco Sadoc de Araújo**.

Pelo lado materno:

3 - **Manoel Ferreira Fonteles**, casado com Maria Pereira. Pais de

4 - **Francisco Ferreira Fonteles**, casado com Inácia Ferreira do Espírito Santo a 2 de novembro de 1764. Pais de

5 - **Joaquim Ferreira Fonteles de Jesus**, casado com Rita de Sousa Uchoa a 28 de julho de 1800. Pais de

6 - **Rita Ferreira Flora de Jesus**, casada com Luis Antonio Ferreira de Albuquerque a 28 de novembro de 1827. Pais de

7 - **João Adeodato Carneiro**, casado com Francisca Cândida Carneiro a 18 de janeiro de 1854. Pais de

8 - **Bruno Ferreira de Albuquerque**, casado com Amália Amélia de Albuquerque a 1 de dezembro de 1883. Pais de

9 - **Rita Albuquerque de Araújo**, casada com Galdino Orlando de Araújo a 19 de outubro de 1912. Pais de

10 - **Pe. Francisco Sadoc de Araújo**, nascido a 17 de dezembro de 1931.

DE COMO DESCENDO DE MATEUS MENDES DE VASCONCELOS (4)

Pelo lado paterno:

1 - **Diogo Mendes**, natural da freg. de Ribas, conc. de Celorico de Basto, e Catarina de Sousa, do lugar Fonte do Mendo, Travanca, Amarante, Portugal. Pais de

2 - **Domingos Mendes**, casado com Ana da Silva Carvalho (filha de Domingos Gaspar e Beatriz Gaspar), a 6 de novembro de 1673. Pais de

3 - **Ana Carvalho**, nascida a 14 de junho de 1680, mulher de Mateus Mendes, naturais de Travanca. Pais de

4 - **Mateus Mendes de Vasconcelos**, nascido em agosto de 1706 em Travanca, conc. de Amarante, emigrou para o Ceará onde casou com Maria Ferreira Pinto, a 19 de setembro de 1743. Pais de

5 - **Ana Maria de Vasconcelos**, casada com Manuel Lourenço da Costa, a 5 de outubro de 1767. Pais de

6 - **Inácio José de Vasconcelos**, casado com Joana da Costa Medeiros, a 26 de agosto de 1805. Pais de

7 - **Maria do Livramento Vasconcelos**, casada com Galdino Gomes da Frota, a 5 de junho de 1855. Pais de

8 - **Teresa de Jesus Frota**, casada com Antonio Nabuco de Araújo, a 27 de janeiro de 1883. Pais de

9 - **Galdino Orlando de Araújo**, casado com Rita Albuquerque de Araújo, a 19 de outubro de 1912. Pais de

10 - **Pe. Francisco Sadoc de Araújo**.

Pelo lado materno:

1, 2 e 3, como acima.

4 - **Mateus Mendes de Vasconcelos**, casado com Maria Ferreira Pinto, a 19 de setembro de 1743. Pais de

5 - **Rosa Maria da Conceição**, casada com Manuel Carneiro da Costa, natural de Jaboatão, PE, 9 de janeiro de 1766. Pais de

6 - **Manuel Carneiro da Costa**, (Junior), casado com Francisca maria de Jesus, sua primeira mulher. Pais de

7 - **Ana Maria de Jesus**, casada com Vicente Carneiro da Costa a 15 de julho de 1827. Pais de

8 - **Francisca Cândida Carneiro**, casada com João Adeodato Ferreira a 1 de dezembro de 1854. Pais de

9 - **Bruno Ferreira de Albuquerque**, casado com Amália Amélia Lopes a 1 de dezembro de 1883. Pais de

10 - **Rita Albuquerque de Araújo**, casada com Galdino Orlando de Araújo, a 19 de outubro de 1912. Pais de

11 - **Pe. Francisco Sadoc de Araújo**.

DE COMO DESCENDO DE PEDRO DE ARAÚJO COSTA (3)

1 - **Domingos da Costa**, natural de Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão, Portugal, casado com Ângela de Sá. Pais de

2 - **Maria da Costa e Sá**, natural de Estrufe, freguesia de Louro, casada com Pedro de Araújo a 12 de janeiro de 1714. Pais de

3 - **Pedro de Araújo Costa**, natural de Estrufe, freguesia de Louro, casado com Maria José de Jesus, na freguesia do Acaraú, Ceará. Pais de

4 - **Joaquim de Araújo Costa**, casado com Joana Maria do Nascimento a 20 de setembro de 1805. Pais de

5 - **Vicente Ferreira de Araújo**, casado com Teresa Rosalina Vasconcelos a 7 de janeiro de 1843. Pais de

6 - **Antonio Nabuco de Araújo**, casado com Teresa de Jesus Frota a 27 de janeiro de 1883. Pais de

7 - **Galdino Orlando de Araújo**, casado com Rita Albuquerque de Araújo a 19 de outubro de 1912. Pais de

8 - **Pe. Francisco Sadoc de Araújo**.

DE COMO DESCENDO DO CAP. VICENTE LOPES FRIERE (3)

1 - **Domingos Freire**, c.c. Isabel Dias, portugueses naturais de Lagos, Algarve. Pais de

2 - **Vicente Lopes Freire**, natural de Lagos, c.c. Francisca Lopes, natural de Azurara, Vila do Conde, a 9 de maio de 1918. Pais de

3 - **Cap. Vicente Lopes Freire**, nascido a 1 de outubro de 1727 em Vila do Conde, Portugal, c.c. Ana Maria da Conceição, em Sobral, a 25 de julho de 1757. Pais de

4 - **Antonio Lopes Freire**, nascido em Sobral a 10 de novembro de 1771, c.c. Ana Manuela de Oliveira, primeira mulher, a 11 de novembro de 1793. Pais de

5 - **Alexandre Lopes Freire**, nascido a 27 de julho de 1801, c.c. Ana Francisca do Sacramento, a 14 de abril de 1828. Pais de

6 - **Antonio Lopes Freire** (neto), nascido a 2 de abril de 1829, c.c. Rita Ferreira de Albuquerque, primeira mulher, a 8 de janeiro de 1854. Pais de

7 - **Amália Amélia da Albuquerque**, nascida a 28 de junho de 1866, c.c. Bruno Ferreira de Albuquerque, a 1 de dezembro de 1883. Pais de

8 - **Rita Albuquerque de Araújo**, nascida a 18 de fevereiro de 1896, c.c. Galdino Orlando de Araújo, a 19 de outubro de 1912. Pais de

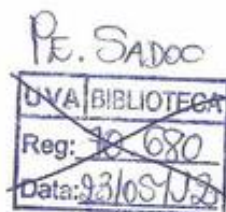
9. **Pe. Francisco Sadoc de Araújo**.

DE COMO DESCENDO DE VITORIANO GOMES DA FROTA (3)

1 - **Manuel da Frota e Leonor Soares**, naturais de Peniche, Portugal. Pais de

2 - **Paulino da Frota**, casado em Peniche, a 28 de março de 1693, com Maria Gomes (filha de João Frazão e Maria Jorge). Pais de

3 - **Vitoriano Gomes da Frota**, natural de Peniche, casado com Maria Gomes de Sá, a 8 de junho de 1733, no Rio Grande do Norte. Pais de




EXPRESSÃO
Gráfica Digital
253.2222



Continuamos hoje a ser uma grande família regional, unida pelos liames do sangue, da fé, da fraternidade, dos costumes e dos anseios comuns de paz e prosperidade. É este o património maior que herdamos de nossos ancestrais portugueses, raízes profundas que sustentam a árvore frutífera de nossa cultura e de nossa civilização tipicamente luso-sertaneja.
(Edição de 1991; página 204)